

# Trabalho, Igreja e Boteco

IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO  
ENTRE DESCENDENTES DE POMERANOS  
DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO



Jamily Fehlberg & Paulo Rogério Meira Menandro

**Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes)**

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (AbEU)

Av. Fernando Ferrari, 514 - *Campus* de Goiabeiras

CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil

Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br - www.edufes.ufes.br

**Reitor** | Reinaldo Centoducatte

**Vice-Reitora** | Ethel Leonor Noia Maciel

**Superintendente de Cultura e Comunicação** | José Edgard Rebouças

**Secretário de Cultura** | Rogério Borges de Oliveira

**Coordenador da Edufes** | Washington Romão dos Santos

**Conselho Editorial**

Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glicia Vieira dos Santos, José Arminio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, José Edgard Rebouças, Sandra Soares Della Fonte

**Secretária do Conselho Editorial** | Douglas Salomão

**Comitê Científico de Ciências Humanas**

Anna Marina Madureira Barará Pinheiro (UFRJ), Antonia de Lourdes Colbari (UFES), Fábio Vergara Cerqueira (UFPEL), José Pedro Luchi (UFES), Marcos Antonio Lopes (UEL), Maria Manuela Reis Martins (Universidade do Minho), Michael Soubbotnik (Université Paris-Est), Renan Frighetto (UFPR), Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

**Revisão de Texto** | Jussara da Silva Rodrigues

**Projeto Gráfico** | Anaise Perrone

**Revisão Final** | Os organizadores

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F296t Fehlborg, Jamily, 1977-  
Trabalho, igreja e boteco [recurso eletrônico] : identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo / Jamily Fehlborg, Paulo Rogério Meira Menandro. Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2015.  
290 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-260-0

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso:

<[http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort\\_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0](http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0)>

1. Migração. 2. Pomerânios - Santa Maria de Jetibá (ES) - Aspectos sociais. 3. Cultura - Santa Maria de Jetibá (ES)
4. Identidade social. I. Menandro, Paulo Rogério Meira. II. Título.

Jamily Fehlberg &  
Paulo Rogério Meira Menandro

# Trabalho, Igreja e Boteco

IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO  
ENTRE DESCENDENTES DE POMERANOS  
DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO



**EDUFES**

Vitória, 2015

Para Amélia e Armando, meus pais e eternos exemplos de força,  
determinação, ética e simplicidade • *Jamily Fehlberg*

Para todos aqueles que interromperam seus afazeres para colaborar de  
forma preciosa com o presente estudo • *Paulo Rogério Meira Menandro*

# SUMÁRIO

- 9 • Apresentação
- 13 • CAPÍTULO I  
Aspectos históricos de interesse para a compreensão da emigração de pomeranos rumo ao Brasil
- 49 • CAPÍTULO II  
Deutschtum: recriação e manutenção do modo de vida “alemão-camponês”
- 81 • CAPÍTULO III  
O conceito de Identidade Social, os objetivos do estudo e os procedimentos adotados na pesquisa de campo
- 103 • CAPÍTULO IV  
Caracterização dos participantes dos grupos Sede e Campo em relação aos contextos da família, da escolarização, da comunicação e do trabalho
- 159 • CAPÍTULO V  
Aspectos culturais: cotidiano, trabalho, responsabilidades, relacionamentos e lazer
- 205 • CAPÍTULO VI  
Aspectos culturais: tradição, mudanças, problemas enfrentados e perspectivas futuras
- 263 • CAPÍTULO VII – Considerações finais
- 275 • REFERÊNCIAS

## APRESENTAÇÃO

Descendentes de imigrantes pomeranos constituem maioria populacional no município de Santa Maria de Jetibá, na região serrana do Espírito Santo. Parte deles vive em relativo isolamento social em suas propriedades rurais, muitos trabalhando em sistema de agricultura familiar, e parte vive na sede do município, predominando o trabalho em atividades de comércio e outros serviços. Em seu cotidiano, diversos aspectos da cultura de origem foram preservados, inclusive a língua pomerana, após transcorrido quase um século e meio desde a chegada dos primeiros imigrantes.

Ao longo do tempo os descendentes de pomeranos precisaram conviver, em diversas situações, com outros habitantes distintos quanto à formação cultural e que, em termos práticos, se consideravam os “verdadeiros” brasileiros. Da convivência e da adaptação resultaram processos grupais de várias modalidades. Dependendo das condições concretas vividas, grupos de descendentes podem, por um lado, ter ampliado seu isolamento social ou, por outro, ter concretizado integração satisfatória com os demais moradores.

Em função de eventos históricos – políticos, econômicos e culturais – com os quais se articulam esses processos, ocorreram oscilações na valorização de itens da cultura de origem (tanto entre descendentes como entre não descendentes). Resultaram daí interferências diretas nas relações interpessoais e intergrupais, influenciando a forma como os descendentes se comparam com outros grupos, se autoavaliam, percebem seu nível de identificação com o próprio grupo, identificam problemas a serem enfrentados na comunidade e elaboram planos para o futuro.

No primeiro capítulo foi apresentado um panorama histórico acerca da imigração alemã para o Brasil e para o estado, a fim de situar o leitor sobre a constituição do grupo em questão. No segundo capítulo esse apanhado histórico foi mesclado com a apresentação do que foi chamado de *Deutschtum*, traduzido como “germanidade”, e como tal condição teve influência na constituição identitária dos descendentes residentes no município estudado, quicá dos descendentes germânicos em nosso país.

A partir do quadro histórico e constitucional descrito foi apresentada, no terceiro capítulo, a fundamentação teórica do estudo, seus objetivos e a metodologia adotada. No foco principal do estudo estão os processos identitários e as eventuais regularidades entre eles e o contexto de vida dos participantes do estudo, o que inclui: região que habitam, faixa etária, escolarização e grau de imersão na cultura e na língua pomeranas. Com tal objetivo, buscou-se, sempre considerando sexo, faixa etária e zona de moradia dos participantes, conhecer como eles descrevem diversos aspectos de seu dia a dia: trabalho, outras atividades cotidianas, arranjos familiares, configuração das moradias, religião, uso das línguas portuguesa e pomerana, práticas culturais pomeranas ainda adotadas, lazer, amizades, percepção de outros grupos, dificuldades da comunidade, perspectivas de futuro divisadas.

Foram entrevistados 36 descendentes de pomeranos, alguns sem domínio da língua portuguesa. Desse total, 17 vivem na região rural (7 mulheres e 10 homens – 10 na faixa etária 23/35 anos e 7 na faixa 50/62 anos) e 19 vivem na sede do município (10 mulheres e 9 homens – 11 na faixa etária 22/40 anos e 8 na faixa 48/63 anos).

A apresentação dos resultados e sua discussão se estendem do quarto ao sétimo capítulo. Aspecto inicial a destacar é o fato de ter sido proporcionada atualização de informações sobre a realidade em que vivem esses descendentes que permanecem na zona rural ou no núcleo urbano do município. Houve também confirmação de que muitas práticas culturais dos imigrantes pioneiros ainda são adotadas. Isso é mais evidente entre moradores do campo, nas seguintes esferas: uso extensivo da língua pomerana; alimentação baseada em receitas e produtos típicos; pouca informação e cuidados em relação à saúde; taxa de suicídios elevada; forte vínculo com a religião luterana; envolvimento da comunidade nas cerimônias e festas de casamento; predomínio de escolha intraétnica de parceiros amorosos; normas próprias de transmissão de bens; configuração tradicional típica das relações que articulam gênero, família e trabalho; e centralidade do trabalho na vida de cada família. Constatou-se ainda uma realidade de baixa escolaridade, prática rotineira de consumo abusivo de bebida alcoólica e vivência de experiências relacionadas a reações preconceituosas inter e intra-grupais – mais frequentemente como alvo, mas também como agente.

Tais constatações indicam tanto a força da herança cultural como o caráter incisivo das restrições que a comunidade viveu, relativas à integração com outros grupos. Em vários desses aspectos os resultados diferem quando são comparados homens e mulheres, ou moradores do campo e da cidade, ou participantes jovens e idosos. Como esse conjunto de elementos pode ter atuado na construção da identidade

social dos descendentes e como permanece atuando na atualização dessa identidade constituem indagações que a análise dos dados buscou contemplar.

## CAPÍTULO I

# ASPECTOS HISTÓRICOS DE INTERESSE PARA A COMPREENSÃO DA EMIGRAÇÃO DE POMERANOS RUMO AO BRASIL

A história da constituição da nação alemã, tal como a história da maioria das nações europeias, é complexa, marcada por inúmeras guerras e alianças em torno de interesses econômicos e culturais. Tal complexidade está refletida na sucessão de impérios que, em alguns períodos, chegaram a reunir sob o mesmo domínio parte expressiva do território europeu. Os novos impérios ou ligas de nações incorporavam povos cuja proximidade cultural era claramente reconhecida, mas também povos com história cultural bastante diversa, resultando de tais processos inúmeras consequências que se faziam sentir em momentos posteriores da história dos grupos envolvidos, tanto na forma de alianças como na forma de retaliações. Não é incorreto dizer que essas consequências se estendem até os dias atuais, como se pode perceber em disputas, sejam diplomáticas ou bélicas, e em movimentos que podem ser separatistas ou de unificação.

O presente trabalho não se ocupará da história da constituição da nação alemã por se tratar de assunto que extrapola a competência do contexto no qual é desenvolvido, mas de alguns aspectos que podem

contribuir para situar historicamente a imigração de pomeranos, um dos povos que habitavam os territórios que foram reunidos, na segunda década do século XIX, componentes da confederação de dezenas de estados e cidades livres que foi chamada de Liga Alemã.

Essa nova confederação foi constituída no processo de reorganização da Europa que se seguiu ao fim da dominação francesa, com a derrota definitiva de Napoleão em 1815. A Liga Alemã, estabelecida nesse mesmo ano, era integrada por vários estados e cidades independentes, sendo que muitos deles se compunham de pequenos núcleos pobres e com economia baseada na agricultura (SEYFERTH, 1974). É possível dizer que a dificuldade de unir grupos que viviam na região provinha de época bem anterior, uma vez que desde a Idade Média já existiam muitas pequenas localidades, com elementos culturais e dialetos diferentes, tendo havido desde então dificuldades de integrá-las em uma única nação (SHIRER, 2008).

Continuava uma louca miscelânea de uns trezentos Estados isolados. Foi esta falta de desenvolvimento nacional que em grande parte determinou o curso da história alemã desde o fim da Idade Média até a metade do século XIX e a fez tão diversa daquela das demais grandes nações da Europa Ocidental (SHIRER, 2008, p. 135).

Como já foi mencionado, após o fim da dominação francesa o mapa da Europa foi redesenhado no Congresso de Viena, em 1815, conduzido pelo príncipe austríaco Metternich. Em tal momento fica oficializado o surgimento da Província Prussiana da Pomerânia, que abrigava uma população predominantemente rural com muitos problemas sociais e econômicos (HUNSCHE, 1977; SCHRÖDER, 2003). Registra-se aqui que, conforme o texto citado, a grafia do nome da província pode variar entre Pomerânia e Pomerânea ao longo do texto.

É importante destacar que antes da criação da Liga Alemã já circulavam ideias contrárias ao estabelecimento de uma ampla confederação. Tais ideias defendiam a perspectiva segundo a qual deveriam ser reunidos apenas determinados povos em uma verdadeira nação alemã. Em 1807, com a derrota da Prússia para Napoleão, iniciou-se na Universidade de Berlim o movimento apoiado nos *Discursos à Nação Alemã*, protagonizado pelo professor de filosofia Johann Gottlieb Fichte. Tais discursos “agitavam e arregimentavam um povo derrotado e dividido, e seus ecos ainda podiam ser ouvidos no Terceiro Reich. Os ensinamentos de Fichte foram vinho embriagante para um povo frustrado” (SHIRER, 2008, p. 143). Para o citado pensador somente a língua, os traços e a cultura alemãs eram verdadeiramente puros e originais, o que não acontecia em outras raças. Tais proposições uniam-se às ideias conservadoras de Ernst Moritz Arndt, que pretendia a união de uma “nação alemã” através da pureza linguística e racial dos alemães (SEYFERTH, 1982). A esses dois intelectuais são atribuídas as bases do nacionalismo alemão que mais tarde iria influenciar a ideologia nazista: “só os alemães falam uma língua original (o que lhes daria uma superioridade cultural), e a noção do Lebensraum (espaço vital)” (SEYFERTH, 1982, p. 22), que seria tese utilizada pelo Terceiro Reich como “*Weltanschauung*”<sup>1</sup> nazista, justificando a ocupação de países vizinhos. Todo o nacionalismo alemão influenciou sobremaneira o “*Volk*”<sup>2</sup> – as massas alemãs – a se identificar como uma nação e a iniciar movimentos internos pela unificação dos Estados germânicos após o Congresso de Viena, em 1815. Entretanto, mesmo após várias revol-

---

<sup>1</sup> *Die Weltanschauung*, palavra do alemão que significa conceito fixo sobre uma determinada maneira de pensar o sentido da vida (GÖTZ; HAENSCH; WELLMANN, 2008), ou uma visão particular sobre o sentido da vida (KELLER, 2002).

<sup>2</sup> A palavra “*Volk*” é traduzida para o português como povo, mas também pode dar ideia de popular (GÖTZ; HAENSCH; WELLMANN, 2008).

tas e questionamentos internos permaneceram duas divisões entre os maiores Estados que comporiam a sonhada “nação alemã”, tendo sido impossível o consenso político.

Nem a guerra de liberação conseguiu superar o particularismo de cada Estado e a rivalidade entre a Prússia e a Áustria no que diz respeito à hegemonia sobre a Alemanha. Era praticamente impossível conciliar os interesses de uma Prússia protestante e militarista com o Império Austríaco católico e multinacional (SEYFERTH, 1982, p. 26).

Faz-se aqui uma rápida digressão, avançando no tempo, para mencionar um aspecto que evidencia o nexos entre tal momento e ocorrências futuras, com reflexos, como se verá mais tarde, nas relações entre Brasil e Alemanha. Entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX foi fundada a *Alldeutsch Verband*<sup>3</sup>, que resgatava a ideia do nacionalismo através do antisemitismo e do mito ariano de superioridade. Havia uma grande aprovação das massas sobre toda a política nacionalista baseada na superioridade germânica e também quanto à industrialização desses países, “tendo como incentivo a frase de Guilherme II: ‘Não existem mais partidos, mas somente alemães’” (SEYFERTH, 1982, p. 39).

A Liga Pangermânica, portanto, não só era partidária de uma *Grossdeutschland* (que incorporaria a Áustria), mas também de uma entidade que incluiria todos os alemães do mundo, não importando o país em que vivessem. Essa “comunidade nacional” seria possível porque a nacionalidade, para o alemão, é determinada por direito de sangue e não pelo fato de ter nascido na Alemanha. Por esta razão, o cidadão pode ser vinculado a um Estado, mas não a nacionalidade. Na concepção pangermânica, todos os alemães e descendentes de alemães, em todo o mundo, poderiam formar uma unidade nacional sem se constituírem, necessariamente,

---

<sup>3</sup> Trata-se da Liga Pangermânica, fundada na Prússia por Alfred Hugenberg, no ano de 1890, que buscava a união total do povo germânico (SEYFERTH, 1982).

te, em traidores dos Estados dos quais são cidadãos. E, assim sendo, trabalharemos para tornar a Alemanha uma forte potência mundial, seja abrindo mercados para a indústria e o comércio alemães, seja divulgando a cultura e a língua dos seus ancestrais (SEYFERTH, 1982, p. 36).

Após Fichte surgiram outros pensadores, como Hegel e Tretz, que se tornaram incentivadores da retomada do “*Deutschtum*”<sup>4</sup>, em um momento político delicado no qual Hitler se apropriou do clima nacionalista após a derrota na Primeira Guerra Mundial, fazendo do nacionalismo o pilar para o regime nazista nas décadas de 1930 e 40. O *Deutschtum* e o movimento nacional socialista acabariam, mais tarde, atingindo sobremaneira as relações da Alemanha com o Brasil.

Retornando ao período que estava sendo enfocado antes da anunciada digressão, registra-se que, além da fragmentação que atingia os Estados europeus, a transição entre o sistema feudal de organização econômica e o capitalismo fez com que a população, até então basicamente rural, ficasse à deriva ou fosse atraída para os núcleos urbanos e para as fábricas. Com os baixos salários nas fábricas e a inacessibilidade à posse da terra, muitos europeus temiam pela sobrevivência, em cada localidade. Em adição, a carga de trabalho e de impostos era altíssima e a população era composta basicamente de camponeses prestadores de serviços nos grandes latifúndios, o que ocasionou, na primeira metade do século XIX, um clima de grande insatisfação pelo fechamento dos feudos e pelo desemprego rural que atingiu milhares. Tal situação levou muitas famílias a se dirigirem às cidades em busca da sobrevivência, tornando os núcleos urbanos abarrotados e sem infraestrutura.

---

<sup>4</sup> O “*Deutschtum*”, geralmente, é traduzido como germanismo, nacionalismo alemão. Porém, alguns autores como Gertz (1987) e Seyferth (1982) trabalham com a ideia de que a população envolvida tende pela conservação da cultura, da língua, e da raça alemãs em quaisquer espaços, buscando prevenir possíveis perdas desses valores.

ra adequada para abrigar a todos, provocando insatisfações coletivas (HOBSBAWN, 1979).

Para Seyferth (1974), a emigração dos povos germânicos, em grande proporção, coincidiu com tal contexto, com o período de marcante turbulência que antecedeu a unificação da Alemanha, com as guerras em prol da hegemonia da Prússia, e também com a grande propaganda feita pelos países dos novos continentes, principalmente o Brasil. Tal país representava uma possibilidade de manutenção do *status* de agricultores e artesãos, “para os imigrantes havia, portanto, possibilidade de exercer, em cidades ou em colônias, as mesmas profissões [...] em vez de se alienarem no meio de crescente multidão de operários que invadia as cidades europeias” (KARASTOJANOV, 1999, p. 70). Tão vastas eram as terras férteis e inabitadas do além-mar e tão vastos eram os desafios para novos empreendimentos, além das propagandas da emigração para o Brasil, que, de acordo com Fouquet (1974), o fator econômico, a liberdade e a capacidade de iniciativa diante das novas oportunidades foram fatores importantes para a saída de milhares de imigrantes de terras europeias no século XIX.

É importante lembrar que, no ano de 1808, forçado pelo Bloqueio Continental, D. João, então príncipe regente de Portugal, transferiu a Corte Portuguesa para o Brasil. Com isso, em 1815, este foi elevado de Colônia para parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Tal momento resultou em desenvolvimento cultural, econômico e social nunca antes visto no Brasil, como aponta Fausto (1996), levando o dirigente (que havia se tornado imperador) a incentivar a vinda de imigrantes europeus em prol do desenvolvimento e do povoamento do país. Em 1821 a Corte retornou a Portugal e D. Pedro I permaneceu como regente, tendo proclamado a independência do Brasil no ano seguinte.

Mesmo com tais mudanças as relações entre o Brasil e os países germânicos se mantiveram satisfatórias, apesar do descaso governamental com a manutenção das colônias de imigrantes, cuja implantação fora iniciada ainda por D. João VI. Tal descaso acabou representando entrave às emigrações ao longo do Primeiro e Segundo Impérios (KARASTOJANOV, 1999, p. 65). Nesse período muitas foram as nacionalidades a se aventurarem na travessia do Atlântico, com o incentivo da Coroa Portuguesa e com a permissão dos reinos europeus. Em especial a Áustria, pelas intenções de casamento entre as famílias Bragança e Habsburgo, tinha interesse em enviar súditos ao Brasil, pois a nova terra poderia se tornar mais um mercado consumidor dos produtos que fabricava.

Com a escolha da princesa Leopoldina, da Áustria, como esposa do herdeiro do trono português, acerto que já tramitava desde 1810, os vínculos entre os dois reinados se estreitaram. Em 1817, após o casamento, as relações diplomáticas entre ambos se intensificaram, aquecendo o comércio e as relações políticas entre as duas nações. A presença marcante de Dona Leopoldina, como era carinhosamente evocada e amada pelos súditos brasileiros (OBERACKER JR., 1980), incentivou ainda mais a vinda de colonos da Áustria Católica, de Metternich, uma das maiores potências econômicas da Europa Germânica (SHIRER, 2008), e de seus países amigos e vizinhos (FOUQUET, 1974; KARASTOJANOV, 1999; SCHRÖDER, 2003).

De acordo com Fouquet (1974) e com Karastojanov (1999), a primeira tentativa de instalação de imigrantes europeus em comunidades rurais ocorreu em 1818, na colônia Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Também há registro de terem ocorrido iniciativas de instalação de colonos açorianos no Espírito Santo, em 1808, e na Bahia, em 1818. Essas experiências foram consideradas insucessos (FOUQUET, 1974; SCHRÖDER, 2003).

A imigração para o Rio Grande do Sul teve início no ano de 1824, em São Leopoldo (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1974), e foi considerada bem-sucedida, uma vez que cumpriu seu objetivo de assegurar a posse de certas regiões do Brasil com seu povoamento efetivo, ou seja, confirmou a pretensão de constituir “tentativa clara de manutenção territorial” (KARASTOJANOV, 1999, p. 65). Exatamente o fato de ter contribuído dessa forma desfavoreceu o apoio do rei da Prússia à liberação de cidadãos emigrantes para o Brasil.

A primeira lei a regulamentar a imigração para o Brasil data de 16 de março de 1820, permitindo apenas a indivíduos católicos se inscreverem e ofertando o direito à cidadania brasileira imediata. Acredita-se que tal lei tenha sofrido influência da então esposa do príncipe regente, Dona Leopoldina da Áustria, que era católica e que possuía desavenças ideológicas com a rival Prússia protestante. Foram concedidos incentivos aos imigrantes nesse período, porém não como os que foram concedidos aos colonos de Nova Friburgo, que tiveram, inclusive, auxílio financeiro mensal por decisão da Coroa (SCHRÖDER, 2003).

Em 1824 iniciou-se a primeira colônia agrícola de imigrantes alemães no Brasil que foi bem-sucedida – a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, tendo havido inúmeros incentivos, e até mesmo a permissão da vinda de evangélicos ao país, em contexto no qual havia sido proibido, pela Constituição de 1824, que os brasileiros natos professassem religião distinta da religião oficial do Estado, que era ligado à Igreja Católica (BOANERGES, 1973). A primeira colônia de cunho agrícola foi projetada com o intuito de ocupar as terras da antiga Fazenda Pública do Linho Cânhamo, local de fronteira com países de dominação espanhola. Por essa data a Coroa se comprometia, através da Carta Régia de 6 de maio de 1818 e da Lei de Imigração de 1820, a oferecer transporte e vários incentivos aos imigrantes, como relata Fouquet (1974).

Passagem livre por mar e por terra no Brasil; doação de terrenos com casa provisória; para cada família de três a quatro pessoas, um boi de tração ou cavalo, duas vacas leiteiras, quatro ovelhas, duas cabras, dois porcos, sementes de trigo, feijão, arroz, milho, linho cânhamo e óleo de rícino para lâmpadas. Para famílias maiores, seriam as quantidades de tudo aumentadas proporcionalmente. Exigia-se dos colonos – eram admitidos apenas católicos – que trouxessem um médico, farmacêutico e dois a quatro religiosos, que seriam equiparados aos brasileiros (p. 95).

Em 1830, entretanto, por pressão dos opositores políticos da época e pela escassez de recursos do Estado, foi promulgada a lei que interrompia os incentivos em dinheiro direcionados ao processo imigratório. A imigração foi proibida em 1832, sendo novamente liberada logo em 1836, com a promulgação da Lei das Colonizações, na qual o Estado permitiu a fundação de colônias em terras a ele pertencentes, em localidades divididas em pequenas propriedades com extensão entre 32 a 65 hectares, dimensões essas que foram diminuídas para 25 hectares nos anos subsequentes (FOUQUET, 1974; KARASTOJANOV, 1999; SCHRÖDER, 2003). Essas áreas eram administradas por particulares e vendidas aos imigrantes a preços modestos, vinculados a algumas obrigações que deveriam ser cumpridas, entre elas a concordância com a proibição de retorno ao país de origem ao longo dos 10 primeiros anos de moradia no Brasil (FOUQUET, 1974).

É possível dizer, então, que muitas eram as vantagens endereçadas aos interessados em emigrar para o Brasil. De início havia: doação de terras pela Coroa Brasileira, isenção de impostos, transporte gratuito até as colônias. Posteriormente a 1836, passou a haver a venda de pequenas extensões de terras a preços convidativos e a promessa de isenção de impostos (FOUQUET, 1974; KARASTOJANOV, 1999; SCHRÖDER, 2003).

Devido às facilidades que eram oferecidas pelos propagandistas e recrutadores enviados a certas regiões da confederação germânica, grande número de cidadãos dos Estados alemães optou por emigrar. Isso ocorreu, de forma mais marcante, com cidadãos prussianos, pois o país era composto basicamente por agricultores que, com a industrialização e com o fechamento das grandes propriedades de forma tardia em relação ao restante da Europa, ficaram sem opção de atividade para sua sobrevivência. Havia, então, muita fome, desemprego e guerras, o que instigou muitos a emigrarem, principalmente das regiões com maior carência, considerando que “nas zonas rurais a pobreza era maior: na Prússia Oriental e Ocidental, em 1847, um terço da população não comia pão, só batatas” (KARASTOJANOV, 1999, p. 73). De fato, entre os imigrantes cujas origens foi possível documentar, os prussianos figuram em maior número, incluindo os advindos da Pomerânia, que era uma de suas províncias (FOUQUET, 1974; WILLEMS, 1980).

Entretanto, a política de emigração tanto da Prússia quanto da Áustria era contrária à saída de pessoas do país, principalmente em idade militar. Não era interessante para esses países a emigração por motivos ligados às guerras, no caso da Prússia, e por razões políticas, no caso da Áustria, pois o príncipe Metternich pregava uma política conservadora em termos da ação estatal, enquanto, no Brasil, o conselheiro José Bonifácio exercia sua influência conseguindo a implantação de princípios liberais na política brasileira (HUNSCHE, 1977). Metternich chegou a combater a ação do major Schaeffer, recrutador brasileiro na Europa da época, mesmo com a existência de obrigações entre as casas imperiais da Áustria e do Brasil.

O major Jorge Antônio Schaeffer, indivíduo polêmico nomeado “*Agent d’Affaires Politiques*” em 1925, foi o responsável pelo recrutamento de imigrantes europeus para o Brasil. Iniciou a propaganda para atrair

colonos na Europa, o que fez em grande escala e com métodos questionáveis (FOUQUET, 1974; HUNSCHE, 1977; SCHRÖDER, 2003; WILLEMS, 1980). Mesmo havendo interesse recíproco na emigração os Estados germânicos sentiam certa instabilidade e insegurança quanto aos destinos de seus cidadãos no Brasil e, portanto, exigiam um documento chamado Certificado de Recepção, que o governo brasileiro se recusava a fornecer (HUNSCHE, 1977; SCHRÖDER, 2003). Houve então uma “*epidemia moral* que vitimou *um exército de 40.000 pessoas*” (HUNSCHE, 1977, p. 63), forma como foi descrita a ação do agente de emigração brasileiro. As autoridades se manifestaram no sentido de inibir a explosão de imigração no ano de 1826, e acusaram Schaeffer de falsário, uma vez que prometia recursos que não eram verdadeiros. Roche (1969) esclarece que os poucos recursos brasileiros destinados ao incentivo à imigração foram retirados em 1830, por pressões políticas de parlamentares adversários de D. Pedro I.

O governo de Hessen-Nassau considerou como seu dever advertir a população através do periódico *Intelligenzblatt* sobre o tal Schaeffer, que se declarava agente brasileiro no norte da Alemanha e nas cidades hanseáticas e que, em nome do Imperador D. Pedro I, fazia, aos inclinados a emigrar, promessas sem que possuísse as procurações de seu governo. [...] Após enormes sofrimentos durante a viagem marítima, alcançaram a terra sonhada e lá, dispondo de um sustento frugal, no meio das intempéries de um clima ao qual não estavam acostumados e entre pessoas de língua e costumes estranhos, consumiram-se em lamentações e em nostalgia, recordando o lar renunciado (HUNSCHE, 1977, p. 64).

Ao longo das décadas seguintes muitas foram as formas com as quais as autoridades germânicas reagiram à emigração e muitos foram os que se aventuraram a cruzar o Atlântico em busca da fortuna e da tranquilidade, como apregoavam os recrutadores. Várias leis foram

redigidas ao longo dessas décadas, tanto no Brasil como nos Estados alemães, para regulamentar o processo e proteger os emigrantes. Um dos pontos que se pode destacar é a determinação de que, a partir de 1850, as terras devolutas destinadas à colonização somente poderiam ser adquiridas pela compra e não mais pela concessão, ainda que tal lei muitas vezes tenha sido burlada pelos agentes da colonização (ROCHE, 1969).

Com o acúmulo de reclamações recebidas pelas autoridades sobre maus-tratos e sobre a precariedade de condições de vida às quais os emigrantes estavam sendo expostos, foi criado o Restrito Von Heydt<sup>5</sup>, a fim de inibir as irregularidades no transporte de emigrantes, com o que também se esperava inibir o volume de emigrantes (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; WILLEMS, 1980). Tal expectativa não se confirmou, pois outros fatores de maior peso, a partir dessa data, contribuíram para que não fosse inibido o movimento de massas – podendo ser citados entre eles as “três guerras havidas na Europa entre 1860 e 1870, a guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, revoluções, crises econômicas e o esforço de outros países no sentido de obterem os imigrantes” (FOUQUET, 1974, p. 71).

Nas décadas seguintes o número de imigrantes que decidiram se aventurar pelos trópicos foi bastante acentuado, porém nem todos foram enviados aos estados do Sul do Brasil. Muitos deles foram encaminhados aos estados da Região Sudeste, alcançando até mesmo o sul da Bahia. Nem todos adquiriram terras, assim como nem todos eram lavradores. Havia entre eles muitos intelectuais e profissionais liberais

---

<sup>5</sup> Lei criada em 3 de novembro de 1859 pelo então Ministro Prussiano de Comércio, da Indústria e das Obras Públicas, August von der Heydt, que restringiu as ações indiscriminadas das agências e agenciadores de transporte de emigrantes para as Américas, a fim de proteger os que se propunham a fazê-lo de exploração e maus-tratos (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; WILLEMS, 1980).

que se instalaram nos aglomerados urbanos ou foram enviados como assalariados para as fazendas de café do Império. Com o tempo seu impacto se fez sentir nas diversas camadas sociais e econômicas da população brasileira (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; WILLEMS, 1980).

Durante os primeiros anos da vinda de imigrantes para o Brasil ainda vigoravam leis favorecendo a grande maioria católica, uma vez que o catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro. Sendo assim, alguns direitos civis eram prerrogativas apenas dos nativos católicos, como era o caso do reconhecimento dos casamentos, que eram controlados e registrados pela Igreja. Os estrangeiros protestantes ou vinculados a outras religiões que não o catolicismo, portanto, não teriam o casamento reconhecido no país, determinação essa que se estendia também a qualquer casamento misto realizado em território nacional, fato que causou enorme desconforto diplomático e contribuiu para ampliar as restrições à liberação de imigrantes para o país (DREHER, 1984; FOUQUET, 1974; HENNIG, 1986; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003; WILLEMS, 1980). Tal situação foi mantida pelo governo brasileiro até 1859, mas somente em 1863 é que foi regulamentada a lei, aprovada em 1860, que reconhecia os casamentos protestantes. Tal lei, posteriormente, foi suplantada pela Constituição de 1890, que implantou o matrimônio civil, controlado pelo Estado (SCHRÖDER, 2003). Paralelamente, entretanto, a lei ainda restringia o ofício dos pastores protestantes, tal como descrito no texto do mesmo autor acima mencionado:

Todos os matrimônios até então celebrados no exterior passam a ter validade civil, tão logo tenha sido apresentada a certidão de casamento correspondente. Os matrimônios evangélicos que vierem a ser celebrados só terão validade quando a eleição do pastor que presidir a cerimônia houver sido comunicada ao governo e por este 'registrada' e quando a certidão de casamento

houver sido lançada, na Câmara Municipal, no livro correspondente. Ao pastor evangélico foi proibido presidir casamentos sem proclama ou dispensa de parte do juiz municipal e nos casos de matrimônios mistos. Além disso, doravante, todos os impedimentos matrimoniais católicos passaram a vigorar também para o matrimônio protestante (SCHRÖDER, 2003, p. 101).

Durante todo o século XIX, muitas foram as dificuldades havidas para a vinda de pastores alemães destinados a assistirem os fiéis no Brasil, principalmente nos estados do Sul do Brasil, o que ocasionou o surgimento de pastores-colonos – ou pseudopastores<sup>6</sup> – nas regiões de colonização teuta que não possuíam representantes da Igreja Luterana, tendo tal prática se prolongado pelo menos até 1900 (DREHER, 1984; HENNIG, 1986; SCHRÖDER, 2003). Exatamente no dia 7 de maio de 1900 foi promulgada lei alemã que previa o auxílio na organização e na regularização dos vínculos jurídicos entre os pastores no Brasil e o Estado alemão, o que proporcionou a afiliação das comunidades evangélicas já existentes ao *Evangelischer Oberkirchenrat*<sup>7</sup>. Com isso aumentou-se a assistência aos fiéis do novo mundo, tanto no sentido espiritual quanto no material, uma vez que o dispositivo legal estipulava o envio de subsídios destinados à manutenção das comunidades existentes e à criação de novas comunidades, bem como a remuneração dos pastores enviados ao Brasil (HENNIG, 1986).

Antes de 1900, certamente, diversos religiosos se aventuraram a atraves-

---

<sup>6</sup> Termo utilizado por Schröder (2003) para nomear os imigrantes, mais especificamente no sul do país, que eram eleitos pelos grupos religiosos para realizarem tarefas eclesiais em lugar de pastores formados pela Igreja-mãe na Europa. Em sua grande maioria eram pessoas comuns e que muitas vezes não possuíam sequer instrução primária (fundamental).

<sup>7</sup> *Evangelischer Oberkirchenrat* (EOK) era o Conselho Superior da Igreja Evangélica, uma das instâncias da *Uniterte Kirche* – Igreja Unificada, localizados em Berlim e que apoiavam o trabalho de pastores com formação superior em países onde havia protestantes alemães. Diferia da *Gotteskasten*, fundada na Baviera, que também enviava pastores porém com formação apenas em seminários de missões e que possuíam orientação mais rígida com ênfase na moralidade como parte da doutrina luterana (DROOGERS, 2008; HENNIG, 1986).

sar o Atlântico para trabalhar nas Américas como missionários da Missão da Basíleia ou mesmo do *Evangelischer Oberkirchenrat*. Entretanto, eles não eram devidamente remunerados por essas instituições, sendo mantidos pelos fiéis no Brasil. Alguns dos que vieram entre 1857 e 1876 atuaram no Espírito Santo: Hennig (1986) registra quatro pastores ordenados vindos para as colônias do Espírito Santo e outros, mais tarde, enviados para o Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais<sup>8</sup>.

O envio de pastores e de recursos financeiros se intensificou após 1900, permitindo que os pastores formassem sínodos<sup>9</sup>, o primeiro deles no Rio Grande do Sul. A Igreja, então, se organizou no Brasil entre três sínodos: Sínodo Rio-Grandense, Sínodo Luterano Evangélico de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul e Sínodo das Comunidades Evangélicas Alemãs (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Essa organização propiciou fortalecer os trabalhos nas comunidades e organizar a utilização dos recursos vindos das entidades religiosas alemãs. Resultou de tal movimento o fortalecimento da atuação da Igreja Luterana no Brasil, culminando com a fundação de uma entidade única, que centralizaria as demais denominações inclusive com apoio financeiro da Igreja Evangélica da Alemanha (EKD) – a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Tal instituição mantém, desde 1946, a Escola Superior de Teologia, destinada à formação de pastores e aos estudos sobre teologia, desenvolvidos em diversos níveis de complexidade, e permanece em funcionamento até

---

<sup>8</sup> O Rio Grande do Sul, berço da imigração para o Brasil, ficou sem auxílio tanto de pastores quanto financeiro até 1900, contando apenas, a partir de 1864, com doações da Associação Gustavo Adolfo e com o envio de um pastor da *Evangelischer Oberkirchenrat* (DREHER, 1984; HENNIG, 1986).

<sup>9</sup> De acordo com a Igreja Evangélica na Alemanha (EKD), o Sínodo se refere a uma das formas de organização hierárquica da Igreja Luterana. O Sínodo representa um dos três principais órgãos presentes em um país, que é complementado em sua atuação pela Conferência da Igreja e o Conselho que a administra (DREHER, 1984; FOUQUET, 1974).

hoje em São Leopoldo (RS) (DREHER, 1984; FOUQUET, 1974).

A situação dos descendentes de imigrantes de origem alemã passou a se caracterizar por um conjunto de turbulências durante o período de governo do presidente brasileiro Getúlio Vargas. Entre 1937 e 1945, no mencionado governo, foi implantada a Campanha de Nacionalização, cujo objetivo principal era a homogeneização da etnicidade nacional. Segundo Seyferth (2005), a estratégia adotada foi a de combater instituições de ensino, cultos religiosos, associações culturais e publicações específicas nos quais perseverasse o uso de idiomas estrangeiros e a divulgação de elementos culturais distintos daqueles considerados próprios da cultura brasileira. A campanha aconteceu apesar de o governo brasileiro manter relações satisfatórias com a “Alemanha até o final da década de 30, e do próprio presidente Vargas ter afirmado, em 1937, seu conceito sobre os descendentes de colonos alemães, chamando-os *ordeiros, trabalhadores, patriotas*” (KIPPER, 1979, p. 9). A cúpula política brasileira pretendia organizar um governo em bases autoritárias e nacionalistas. Para isso, “pretendia a assimilação compulsória ou forçada das minorias [...] através de uma legislação específica” (SEYFERTH, 1982, p. 175) que inibisse toda e qualquer manifestação contrária ao governo único brasileiro.

As relações com a Alemanha não se atinham somente à simpatia política e ideológica, uma vez que o regime de governo brasileiro também era totalitário, mas também se estendiam às relações comerciais entre os dois países. O aspecto econômico também estava em jogo, ao ponto de a balança comercial entre Estados Unidos e Brasil ser influenciada pelo intenso comércio com os países europeus, principalmente com a Alemanha, na forma de importação de seus produtos industrializados (GAMBINI, 1977; SEITENFUS, 2003).

A realidade política brasileira se encontrava em meio a dois movimentos: o de direita – direita de então – que se mantinha no poder e o que constituía oposição – o então recente Movimento Integralista, comandado por Plínio Salgado. O integralismo postulava a instalação de um governo único totalitário em oposição ao federalismo presente na Constituição, pois, em sua base, era formado a partir de influência fascista proveniente do governo italiano de Mussolini, que se fazia presente no Brasil através de publicações variadas (TRINDADE, 1979). Getúlio Vargas, por sua vez, aproveitou esse momento de oposições acirradas e, para completar seus planos de golpe, fez aliança com a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujas proposições permitiam aproximação com suas ideias, com o que concretizou o golpe no Estado, em 1936, implantando assim a ditadura no Estado Novo. Posteriormente, rompeu com a AIB e, logo a seguir, com qualquer manifestação partidária.

Assim, em sua essência, Vargas comungava com as ideias totalitaristas que estavam nas bases dos governos ditatoriais europeus, presentes tanto no fascismo quanto no nazismo (GAMBINI, 1977; GERTZ, 1987; SEITENFUS, 2003). Nesse sentido, o governo de Vargas flertou com as ideias nazistas em muitos momentos, havendo registro de que “a polícia brasileira colaborou com a Gestapo (Olga, a mulher do dirigente comunista brasileiro Prestes, que tinha cidadania alemã, foi deportada para a Alemanha; foi acertado um acordo para o treinamento de policiais brasileiros na Alemanha)” (GERTZ, 1987, p. 63). Segundo Gambini (1977), era interessante dar mais espaço ao comércio externo com a Alemanha, porém relações comerciais dirigidas aos Estados Unidos, que pregavam ideias contrárias, foram mantidas em paralelo, por ser este grande parceiro comercial e forte potência política das Américas. Essa dupla relação comercial perdurou por alguns anos, ou melhor, até o limite imposto pela entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em 1942.

O dinamismo dessa situação era alimentado pelo próprio desenvolvimento do conflito no plano externo. Até 1942, a cada vitória do Eixo o Estado Novo fortalecia seus laços com a Alemanha, rompendo-os no momento em que os Estados Unidos entram na guerra e o Brasil se compõe com os Aliados. Nesse preciso instante, a contradição representada pelo fato de uma ditadura declarar guerra ao fascismo torna-se cristalina (GAMBINI, 1977, p. 79).

Até a década de 1930, as relações comerciais entre Brasil e Alemanha ganharam desenvoltura, pois era de interesse alemão importar produtos brasileiros e, em contrapartida, exportar seus produtos industrializados. O Brasil dependia da Europa, comercialmente, pois ali estavam mercados consumidores para o algodão produzido no país. Brasil e Estados Unidos eram grandes produtores de algodão e, portanto, disputavam o mercado internacional. Entretanto, o Brasil se encontrava em certa desvantagem, pois os Estados Unidos baixavam seus preços pela concessão de subsídios governamentais aos produtores.

Vários foram os fatores que contribuíram para o rompimento das relações amistosas entre Brasil e Alemanha, dentre eles a *Política da Boa Vizinhança* imposta às Américas pelos Estados Unidos, que pressionavam o Brasil e outros países do continente a se tornarem seus parceiros comerciais. A pressão se estendeu até a possibilidade de rompimento do acordo de comércio livre de café entre Brasil e Estados Unidos, que era um forte mercado nesse setor. A influência americana se deu também no sentido de exacerbar a ameaça do “*Deutschtum*” à soberania do regime ditatorial brasileiro, pelo crescimento dos adeptos do Partido Nazista entre os descendentes de alemães no Sul do Brasil (SEITENFUS, 2003).

O governo brasileiro há muito já investigava as atividades de jovens alemães natos e seus seguidores ligados ao movimento nazista nos estados do Sul do país, atividades essas que, de início, repercutiam de forma

amistosa no governo brasileiro. No entanto, passaram a ser vistas, mais tarde, como ameaça interna ao regime totalitário imposto pelo Estado Novo e à Campanha Nacionalista em vigor desde 1937. Segundo Seitenfus (2003), essa condição gerou reação do governo ao que seria uma possível tentativa de insurreição contra o poder soberano do país. Isso foi feito através do combate à cultura germânica e a tudo aquilo que poderia representá-la. Essa potencial ameaça e a pressão estadunidense culminaram em acordos de fornecimento de material bélico com os Estados Unidos, e de concessão de crédito para a construção da Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e da Estrada de Ferro Vitória-Itabira – todos esses fatos no ano de 1942. Em decorrência, as relações econômicas e diplomáticas com a Alemanha sofreram desgastes, o que culminou com a entrada efetiva do Brasil na Guerra em oposição às pretensões alemãs e dos demais países do Eixo.

Nessa ocasião, existiam no Brasil diversas localidades onde tanto o alto alemão (*hochdeutsch*) como os dialetos, especialmente o pomerano (*plattdeutsch*), eram línguas faladas pela maior parte da população, como ocorria em Santa Cruz do Sul (RS) e em Santa Leopoldina (ES) (KIPPER, 1979; ROCHE, 1968; WAGEMANN, 1949). Estavam em funcionamento em muitas localidades escolas em que o ensino se fazia na língua alemã. Tais escolas eram mantidas pela comunidade local, sob a regência do pastor luterano ali radicado e que, em geral, era proveniente da Alemanha, pois desde 1860 as “sociedades e órgãos eclesiásticos na Alemanha começaram a tomar providências em favor dos emigrantes evangélicos no Brasil, o que se concretizou sobretudo com o envio de pastores” (HEES, 1986, p. 74).

Muitos descendentes dos pioneiros germânicos ainda mantinham costumes e hábitos relativos aos seus antepassados e mantinham ligação tênue com a Alemanha, com exceção da ligação circunscrita ao âmbito

religioso, que era intensa pelo contato proporcionado em decorrência do intercâmbio de pastores de nacionalidade alemã.

Certamente, devido ao fato da colônia ser bastante homogênea, e também ao fato do sistema escolar não ter propiciado condições para que fosse assimilada a cultura luso-brasileira, permaneceram fortemente arraigadas na colônia as tradições culturais e o linguajar germânico. Os descendentes dos alemães sentiam orgulho de sua origem, desejavam conservar a cultura de seus antepassados, mantinham intercâmbio cultural com a Alemanha recebendo de lá publicações periódicas e livros, mas sentiam-se brasileiros e não desejavam trocar sua pátria brasileira pela Alemanha. A manutenção do linguajar, usos e costumes tinha para eles sentido sentimental e não político (KIPPER, 1979, p. 49).

A partir da promulgação do Decreto-Lei 383, de abril de 1938 (proibindo qualquer tipo de associação de estrangeiros), e do Decreto 406, de maio de 1938 (que proibiu o ensino em qualquer outra língua que não o português) (BRASIL, s.d.), iniciaram-se em diversos pontos do país manifestações hostis em relação aos descendentes de imigrantes germânicos. A partir de 1942, com a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra, as represálias e animosidades contra os imigrantes, que passaram a ser considerados os *inimigos da pátria*, se acirraram (SEYFERTH, 1997). Nesse período as reações policiais e populares aos germânicos e à manifestação de sua germanidade se tornaram bastante hostis, tendo sido organizados movimentos violentos contra os descendentes e suas famílias em todo território nacional (SEYFERTH, 1982, 1997). No estado do Espírito Santo, manifestações como essas foram constatadas e registradas em documentário dirigido por Jorge Küster Jacob intitulado “Bate-Paus”, no qual foram reunidos depoimentos de famílias que sofreram invasões violentas e humilhantes de suas propriedades, saques e depredações por populares.

Muitas foram as ações hostis contra os descendentes de alemães e contra os adeptos do Partido Nazista no Brasil, inclusive perseguições e investigações perpetradas pela polícia, o que está documentado em publicações a respeito de fatos dessa natureza ocorridos no sul do país. Pode ser citado como exemplo um livro publicado em 1942, pelo tenente-coronel Aurélio da Silva Py, Chefe de Política do Estado do Rio Grande do Sul, que reúne documentos, publicações e relatórios que comprovam a existência de uma coluna do exército nazista cuja pretensão era tomar o poder nos estados sulinos. Suas ações no Brasil objetivavam dominar e conquistar o Sul do país e torná-lo parte do Terceiro Reich Alemão, pois fora comando de Hitler o direito dos alemães ao seu espaço vital<sup>10</sup>. Py descreve a igreja, as escolas, as associações recreativas como disseminadoras das ideias nazistas de dominação do Brasil. Várias passagens do livro nos permitem compreender melhor como eram vistas as escolas comunitárias das zonas rurais isoladas em São Leopoldo no ano de 1939.

A 10 de dezembro de 1939, seguimos para as picadas e Colônias do município de São Leopoldo, a fim de realizarmos os exames finais de algumas aulas públicas e particulares, cujas impressões passamos a relatar: [...]

3) *Escola estadual isolada de Carlos Alfredo Wiest (Morro Reuter)*

É péssima a nossa impressão sobre essa escola isolada. O professor é demasiado áspero e severo, causando isso entre os alunos uma verdadeira situação de pavor. Acreditamos que o professor só ensina aos alunos leitura e nada mais. As crianças não sabem nada; pronunciam apenas: Brasil, Brasileiro, Getúlio Vargas, a quaisquer perguntas que se lhes façam sejam elas quais forem. Desconfiamos que, durante o ano letivo, o professor Wiest tem se preocupado apenas com o ensino

---

<sup>10</sup> Segundo Seitenfus (2003), a associação entre nação e Estado alemão fez parte das investidas de Hitler na ocupação de territórios nos quais vivem descendentes ou cidadãos alemães. No entanto, essa política foi anunciada tendo como alvo os países vizinhos da Alemanha – o além-mar nem sequer foi mencionado por Hitler.

da língua alemã. A alfabetização é nula; os discípulos não fazem trabalhos manuais nem educação física, além de cantarem o Hino Nacional completamente modificado, com interpretação gesticulada e ridícula. Estão matriculados 52 alunos, tendo comparecido 23 aos exames, os quais foram reprovados. Devemos ainda acrescentar que as duas filhas do citado professor, com 18 e 20 anos, conservaram-se sentadas durante a execução do Hino Nacional, demonstrando completo desconhecimento do hino pátrio (PY, 1942, p. 251)

Em verdade, nas comunidades rurais isoladas, onde havia dificuldade de acesso aos meios de comunicação e aos núcleos urbanos (e às ideias que ali circulavam), era ínfima a possibilidade de crianças e jovens aderirem a quaisquer ideais de nacionalização. Reforça essa condição o fato de tais pessoas viverem em comunidades geograficamente isoladas e se comunicarem apenas na língua alemã ou em algum dialeto a ela relacionado. A respeito de tal tema, Seitenfus (2003) divide em três grupos distintos os teuto-brasileiros residentes no país nessa época:

O primeiro deles deseja a incorporação imediata à nacionalidade brasileira, pois suas condições de assimilação fazem com que ele já ignore a língua de origem. Um segundo grupo é formado pelos tradicionalistas e representa a maioria da colônia, que mantêm vivos a língua, as artes e os hábitos germânicos. São católicos e protestantes que, por motivos de ordem espiritual, não têm atração pelas ideias nacional-socialistas. Enfim, o terceiro grupo – o mais restrito numericamente, no entanto, o mais ativo – mantém contatos estreitos com as autoridades diplomáticas, políticas e partidárias alemãs no Brasil, aderiu às ideias nacional-socialistas e, segundo Coelho de Souza, pode ser considerado uma 5ª coluna (SEITENFUS, 2003, p. 103)

Nessa época, de fato, inúmeros jovens simpatizavam com as ideias nazistas. Muitos deles eram jovens vindos há pouco da Alemanha que se tornaram membros do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), e que incitavam os demais a participarem dos

movimentos e a filiares-se ao partido. O governo brasileiro encarou com certa complacência as atividades políticas nacional-socialistas que se manifestaram durante os primeiros anos da ditadura Vargas, sendo que elas também eram vistas com bons olhos pelas autoridades policiais. Entretanto, a partir do Estado Novo esses jovens passaram a ser vistos como inimigos e perseguidos nas manifestações partidárias. De todo modo, como afirma Kipper (1979), eram poucos os jovens filiados ao Partido Nazista em Santa Cruz do Sul, e não representavam a população teuto-brasileira ali residente nessa época. Essa realidade pode ter se repetido em outros pontos de colonização alemã no país, como no caso do Espírito Santo, onde foram registrados 623 filiados – 41 deles alemães natos – entre 45.590 registrados na Região Sudeste, de acordo com Dietrich (2007).

Quanto à fixação dos imigrantes alemães no Espírito Santo cabe mencionar, de início, que a pequena faixa de terra no litoral do mar Báltico, especificamente na Planície do Norte da Europa, entre “as localidades de Ahrenshoop do Darss, na Pomerânia Ocidental, e Piasnitz, na Pomerânia Oriental” (RÖLKE, 1996, p. 3), com superfície total de apenas 38.409 km<sup>2</sup>, é a localidade definida como principal origem da maioria dos imigrantes direcionados para povoarem as terras acidentadas ao longo do rio Santa Maria da Vitória, no Espírito Santo. Ao longo dos séculos, as terras das quais emigraram, por serem planas e próximas ao mar, foram alvo de muitas tentativas de invasão por povos vizinhos como *vikings*/noruegueses, dinamarqueses e suecos, vindos pelo mar Báltico, e também por poloneses, que vinham por terras próximas, e prussianos, que durante alguns anos dominaram a região (RÖLKE, 1996).

Os primeiros europeus a chegarem ao Espírito Santo desembarcaram em 1847 e foram enviados para núcleos de imigração próximos ao rio Jucu. Exatamente dez anos depois, no ano de 1857, chegaria outro gru-

po que seria direcionado para as proximidades do rio Santa Maria da Vitória, região isolada na qual encontraram infraestrutura precária para acolhê-los (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1968; SALETTO, 1996; WAGEMANN, 1949).

De acordo com Roche (1968), é possível reconhecer duas grandes zonas de “colônias alemãs” no povoamento do Espírito Santo: “1º) zona de antigas colônias (fundadas antes da Primeira Guerra Mundial) e 2º) zona das novas colônias (abertas depois ou em vias de abrir-se em zona pioneira)” (ROCHE, 1968, p. 13). Essas zonas, para o citado autor, podem coincidir com as divisões geográficas de “terra fria” e “terra quente”, considerando-se sua localização em relação à bacia dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, e à bacia do rio Doce, respectivamente. Foram diversas as cidades fundadas em cada uma dessas zonas.

Na zona das antigas colônias (Santa Isabel e Santa Leopoldina) o mesmo autor citado acima registra que foram fundados e povoados os núcleos originais dos atuais municípios de Domingos Martins e Santa Leopoldina, tendo essa última zona de colonização se estendido até as terras mais altas do rio Santa Maria da Vitória, criando pontos de povoamento que mais tarde se tornariam municípios, como as terras acima de 500 metros dos rios Jucu, Santa Maria e Santa Joana, ocupando o que ele nomeia de “terras frias” da colonização alemã no estado. Para Roche (1968), já no fim do século XIX e no início do século XX, os descendentes dos pioneiros se espalharam para outras localidades fora do perímetro das antigas colônias, ocupando o que ele denominou de “terra quente”, geograficamente maior, que era “constituída pelos atuais municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itaguaçu, e uma parte de Santa Teresa e de Colatina (distritos de Itapina, Boapaba, Baunilha e distrito de Colatina, ao sul do Rio Doce)” (ROCHE, 1968, p. 30). Esse movimento parece ter sido acompanhado por colonos de outras nacio-

nalidades, como os italianos e poloneses. O movimento se efetuou em duas vertentes, uma delas se iniciando das antigas colônias do sul em direção ao norte do estado e a outra se encaminhando no sentido inverso. Roche (1968) registra aspectos com os quais tenta estabelecer o desenvolvimento dessa primeira vertente de colonização, que parte da pioneira Santa Leopoldina e atinge o atual município de Santa Maria de Jetibá, antes denominado Alto Santa Maria:

Alto Santa Maria (1905), Paraju-Palmeira (1889), Pontal (1920), assim como no caso dos italianos a partir de Santa Teresa, seja pelo baixo vale do Santa Maria do Rio Doce, seja pelo vale médio do Santa Joana (Itarana, ex-Figueira, Itaguaçu, ex-Boa Família), seja no do Guandu (Serra Pelada, 1905). Em seguida, em função principalmente de abertura da via férrea Vitória-Minas, que alcançou em 1906 Barracão de Santa Maria (a futura Colatina) de jusante para montante, no baixo vale do Santa Júlia e do Santa Joana, sobretudo para os descendentes de italianos e no vale do Guandu para os germanos-brasileiros, que se instalaram a partir de 1901 em Guandu, de 1910 em Criciúma-Laranja da Terra, de 1915 em Três Pontões, de 1920 em Ribeirão, etc (ROCHE, 1968, p. 31).

Tal movimento se estendeu a partir de 1928, quando foi construída uma ponte sobre o rio Doce. Isso permitiu que a marcha avançasse para além dessa importante barreira natural, tendo sido povoado o vale do Vargem Alegre, sobretudo Lajinha, pelos alemães, e outras localidades, pelos italianos, como São Gabriel, São Domingos e Nova Venécia, regiões em que a cultura do café foi preponderante.

Nas primeiras décadas da imigração muitas foram as nacionalidades que vieram a se estabelecer nas colônias do Espírito Santo. Segundo Roche (1968), até a Primeira Guerra Mundial esse número atingiu cinco mil imigrantes, ao passo que Wagemann (1949) estima que esse número não ultrapassou três mil pessoas. Eram, principalmente, prussianos, holandeses, suíços, tiroleses, açorianos e luxemburgueses.

Em 1847, próximo ao rio Jucu, estabeleceram-se 38 famílias vindas de Hesse e Hunsrück (cidades-estados da época que são parte da Alemanha atual) e fundaram a colônia de Santa Isabel, que recebeu subvenções e apoio governamental, inclusive em saúde, em parte pela proximidade da capital e pelo pequeno número de pessoas envolvidas. Na década posterior chegaram outros imigrantes que se estabeleceram na colônia de Santa Leopoldina, mas, provavelmente, em decorrência da distância e da dificuldade de acesso, não conseguiram o mesmo apoio (ROCHE, 1969).

Tschudi (2004) conseguiu realizar, retroativamente, um censo demográfico preciso e constatou que em 1860 existiam naquele núcleo 1.003 pessoas, entre as quais 384 alemães vindos da Prússia (a maioria), sendo os demais de outras nacionalidades, que chegaram ao local em 1857, de acordo com Wagemann (1949). O Espírito Santo ainda recebeu imigrantes até 1878, que foram direcionados para as colônias de Santa Leopoldina e de Rio Novo, esta próxima ao rio Doce, mais ao norte do estado (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1968; SALETTO, 1996; WAGEMANN, 1949). A situação encontrada pelo representante do governo suíço não foi tão paradisíaca como a descrita pelos agenciadores brasileiros na Europa, desse modo o “expatriamento, a chegada a um outro mundo, de imensos espaços vazios e florestas virgens, era um choque” (SALETTO, 1996, p. 143), principalmente para os que foram enviados para localidades sem qualquer infraestrutura e de difícil acesso, como a região do Alto Rio Santa Maria da Vitória.

No Espírito Santo cada colono recebia um *prazo* (hoje, colônia) de aproximadamente 25 hectares distantes uns dos outros mata adentro. Além de o solo ser de má qualidade e com muitos declives e rochas, as subvenções diárias prometidas às famílias pelo governo brasileiro eram insuficientes até para uma única pessoa, sendo real a situação

de muitos colonos chegarem a não ter como se alimentar. Os núcleos formados ao longo de picadas partindo do rio Santa Maria não tiveram recursos básicos, como auxílio à saúde e facilidade de comércio com a capital. Tais condições, aliadas ao “isolamento decorrente da precariedade dos meios de comunicação e do povoamento disperso, em sítios que eram clareiras na mata distantes uns dos outros” (SALETTTO, 1996, p.144), eram desfavoráveis ao sucesso dos pioneiros.

Doentes ou debilitados, principalmente entre os suíços, os holandeses e os prussianos. Fica-se chocado com a visão de criaturas pálidas, inchadas, enfraquecidas e abatidas. A causa não está no clima, mas sim numa alimentação precária. Um grande número de colonos está reduzido a uma dieta quase exclusivamente de farinha de mandioca, cozida na água ou na forma de beiju (TSCHUDI, 2004, p. 38).

Ao se depararem com a realidade da América, os imigrantes se decepcionaram com o que viram, tanto no Espírito Santo quanto em outras localidades, fato que foi levado ao conhecimento das autoridades europeias e que serviu de argumento para a formulação de restrições à imigração em seus países de origem.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil trouxeram, além de seus sonhos e esperanças, seus costumes, crenças, sua forma de vida. Apesar de estarem sem a perspectiva de crescimento econômico futuro na Europa, ainda tinham a segurança de métodos e técnicas de lidar com a terra, clima e solo, pois em sua maioria eram agricultores em seus países. Porém, seus conhecimentos agrícolas mostraram-se insuficientes quando aqui chegaram, pois “a agricultura que praticavam era inteiramente diferente da que conheciam na Europa, inclusive quanto às espécies cultivadas. Para a agricultura extensiva do café em clima tropical, eles estavam totalmente despreparados” (SALETTTO, 1996, p. 145). Isso dificultou, sobremaneira, a adaptação desses indivíduos no Brasil.

No núcleo de Santa Maria muitos morreram na tentativa da adaptação, por doenças adquiridas pelas más condições de vida e pela ausência de recursos de saúde pública, ou em decorrência de ataques de animais selvagens. Muitos perderam tudo, até mesmo suas vidas, enfrentando os perigos da “floresta, das onças que rondavam, das cobras que se infiltravam por toda a parte, as doenças tropicais, que provocaram não poucas baixas” (SALETTTO, 1996, p. 144). Deve-se citar que os habitantes originais das terras ocupadas pelos colonos, os índios chamados botocudos, não apresentaram resistência à posse dos imigrantes – eles simplesmente adentraram ainda mais as matas virgens, sem resistência (WAGEMANN, 1949; ROCHE, 1969).

Pacheco (1964) observa que os colonos de origem pomerana radicados na Vila da Santa Maria de Jetibá (hoje, município) haviam conquistado progresso na produção agrícola, bem como na aquisição de terras, vivendo, então, com bom desenvolvimento econômico. Após os percalços da adaptação à nova terra, os pomeranos da região do rio Santa Maria foram se destacando pela forma singular como conseguiram se adaptar ao trabalho duro e às condições geográficas insatisfatórias. Por isso eram descritos em 1864 pelo Dr. Rudio, então presidente da colônia, como “a pérola da colônia, gente forte, lavradores de infância, mulheres bonitas, adolescentes alegres com faces gordas e vermelhas” (FERRARI, 1968, p. 55), assim como suas casas eram elogiadas pela forma adequada como as construíram: “podia-se distinguir um pomerano entre outros colonos à primeira vista” (FERRARI, 1968, p. 55). A rotina dura do trabalho no campo era então compartilhada entre os sexos – tanto a mulher quanto o homem trabalhavam nas lavouras, porém com menor valorização do trabalho feminino.

Os pioneiros imigrantes alemães direcionados às colônias do Espírito Santo não tiveram qualquer contato com os que ocuparam as colônias

do Sul do Brasil. Segundo a descrição feita por Fouquet (1974), eles tiveram destino um tanto diferente dos demais e permaneceram isolados em propriedades rurais até pelo menos a década de 1970, quase sem contato com a agitação urbana e com outras culturas, isolamento esse que não ocorreu nos casos do Sul e do Rio de Janeiro.

Os descendentes de alemães do Espírito Santo bastante diferem dos residentes no sul ou no Rio, com os quais quase não mantém contato pessoal ou comercial. A movimentação existente nos estados do sul não parece atingi-los. Há várias gerações vivem em seu mundo restrito e se sentem satisfeitos, assim isolados e não notados pelos outros, que quase desconhecem sua existência. Salvo algumas exceções, não participam do comércio e nem da expansão da indústria: começaram como agricultores na mata virgem e até hoje o são, cultivando o café e – conforme as necessidades – também milho, mandioca, feijão, além de criarem gado apenas para consumo próprio. Preferem viver em fazendas isoladas, constituindo famílias numerosas, cujos filhos cedo se casam e se tornam também fazendeiros, adquirindo sempre novas terras, ampliando a região por eles colonizada. Apenas nestes últimos tempos encontram-se vestígios de um desenvolvimento industrial (FOUQUET, 1974, p. 52).

Uma descrição minuciosa dessas condições foi feita por Bahia (2001) no município de Santa Maria de Jetibá, confirmando alguns dos elementos já apresentados, descrevendo outros, e acrescentando que no núcleo urbano, assim como no campo, muitas coisas estavam em processo de mudanças, porém muito menos intensamente nesse último. Seyferth (2005) assinala que esse grupo se diferencia um pouco dos descendentes no sul do país por manter preservada a língua, destacando que ainda preservam muitos dos hábitos dos pioneiros.

Na década de 1960, Roche (1968) encontrou vastas extensões de terra sem ocupação e pequenas propriedades distantes umas das outras e com muita dificuldade no contato social entre elas. Na década seguin-

te, Medeiros (1978) ainda destacou a endogamia, principalmente no campo, e a manutenção de hábitos e língua até aquele momento. Segundo esse autor os costumes, em sua maioria, pareciam permanecer inalterados, sendo transmitidos de geração em geração pela tradição falada, visto que os componentes do grupo não dominam a escrita da língua na qual se comunicam.

Os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, assim como seus filhos, “possuíam instrução primária, adquirida na Alemanha. No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar” (WAGEMANN, 1949, p. 90). Com incentivo do Governo Imperial, após 1864, foram construídas algumas escolas onde se ensinava durante dois anos elementos básicos da língua oficial alemã, o que, geralmente, era feito pelo pastor, vindo da Alemanha.

Os descendentes dos imigrantes alemães preservaram sua identidade ao longo de mais de um século, mantendo-se isolados, praticando a endogamia, criando escolas em alemão para seus filhos, organizando-se em comunidades religiosas próprias, pois eram na maioria evangélicos. Em 1961, J. Roche ainda os encontrou fechados sobre si mesmos, presos por ‘uma sedução do isolamento’ (SALETTTO, 1996, p. 136)

Essas escolas eram mantidas pelas comunidades rurais de seu entorno, uma vez que aos colonos interessava aprender a língua alemã e manter vivos aspectos culturais de origem germânica (WAGEMANN, 1949). Os descendentes de pomeranos que habitam terras capixabas ainda conferem grande relevância às tradições, como constatou Medeiros na década de 1970, ao registrar que “em cada comunidade existe uma pessoa incumbida de preservar as [tradições] mais populares. Em Santa Maria, Henrique Boldt, por sua iniciativa, habitualmente reúne sua turma para dançar e cantar as canções mais

antigas, vestidos com roupas tradicionais” (MEDEIROS, 1978, p. 53).

Todos os estrangeiros residentes no Brasil adquiriram a nacionalidade brasileira, compulsoriamente, após a Proclamação da República, posto que o Artigo 69 da Constituição Federal de 1891, em seu item 4, declarava serem cidadãos brasileiros, entre outros, “os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem” (BRASIL, 1891). Não obstante, muitos hábitos e costumes provenientes de outras culturas foram preservados, principalmente a língua. No grupo do Espírito Santo, em especial, os hábitos e a língua dos pioneiros foram conservados pelos descendentes, sendo possível observar até mesmo rígida endogamia na consolidação dos casamentos por mais de meio século, sendo importante lembrar que a região citada, situada em terras altas do rio Santa Maria, era bastante isolada, geograficamente. Hackbart (2006) assinala que os pomeranos, que em sua maioria eram camponeses na origem, quando se estabeleceram no país foram alocados em regiões montanhosas e de difícil acesso, carentes de informações, nas quais era restrito o contato com a cultura brasileira, e em tal realidade não tiveram oportunidade de reclamar sua nacionalidade de origem, mesmo que, eventualmente, assim o desejassem. De acordo com Bahia (2001), na comunidade campesina de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, existem três línguas faladas cotidianamente: o pomerano (mais familiar e rural), o alemão (em eventos religiosos) e o português (nas instituições oficiais e no comércio). Portanto, os que estavam em tal condição eram cidadãos brasileiros, mas não falavam a língua oficial do país.

Em diversos setores da vida na colônia, coube à Igreja assumir determinadas tarefas junto à população, entre elas educação, organização social, manutenção da ordem pública e da ordem social, já que o poder

público era omissos e não atendia aos colonos (ROCHE, 1968; WAGEMANN, 1949). No Espírito Santo os dirigentes religiosos chegaram a “dispor de poder autocrático; o pároco não é apenas o pastor de almas e o predicante, mas o professor, o médico e uma espécie de prefeito; enfim, é a única pessoa que possui instrução superior na comunidade” (WAGEMANN, 1949, p. 90). Um exemplo da importância dos eclesiásticos durante o processo de colonização do estado foi o fato de os registros civis serem responsabilidade dos pastores, pois no Brasil esse sistema era falho, além de não estar instituído adequadamente o registro civil de casamentos estrangeiros, ficando a cargo apenas das igrejas o registro de casamentos, nascimentos, óbitos (HUNSCHE, 1977; ROCHE, 1968). Ainda hoje as sedes de paróquias luteranas na região estudada guardam registros de casamentos, nascimentos e óbitos, como foi constatado *in loco*.

Os imigrantes europeus professavam, basicamente, duas religiões: católica e luterana. Os seguidores da religião católica, já instituída no país, recebiam assistência religiosa de imediato, mas como os responsáveis por essa assistência não dominavam a língua alemã, somente a partir de “1895 em Santa Leopoldina (Tirol até 1918, em seguida Cachoeiro e Santa Leopoldina), e depois de 1896 em Santa Isabel, o culto católico foi atribuído a padres membros da Congregação” (ROCHE, 1968, p. 309) da Palavra Divina, de origem alemã. É importante assinalar que nessa população, em verdade, o número de imigrantes católicos era pouco expressivo, principalmente nas colônias do sul do rio Doce, reproduzindo a mesma realidade encontrada no sul do país (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1968; WILLEMS, 1980).

No Espírito Santo, predominavam protestantes que professavam o luteranismo, havendo estimativas de que eram 7 em cada 10 imigrantes, consideradas todas as regiões do estado, incluindo terras quentes

e frias nos dois lados do rio Doce, de acordo com Roche (1968). Essa denominação religiosa providenciou com rapidez seus dirigentes, enviando missionários da Alemanha para atender à colônia do Espírito Santo antes mesmo do que ocorreu nas colônias do sul do país, segundo Fouquet (1974). Porém, de forma similar ao que aconteceu no Sul, colonos do Espírito Santo “viram-se separados dos ‘velhos brasileiros’ pela religião. Os luteranos professam uma heresia, e a professam em alemão, uma vez que os cultos, as cerimônias, a instrução religiosa se faziam necessariamente nesta língua” (ROCHE, 1968, p. 313). A língua alemã era a língua-mãe dos colonos pioneiros. Os cultos, catecismos e demais eventos religiosos mantiveram-se em alemão até o período entre guerras, quando da ascensão da campanha nacionalista e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (FOUQUET, 1974; ROCHE, 1968; WAGEMANN, 1949; WILLEMS, 1980).

Entretanto, a língua usualmente falada entre os pomeranos no Espírito Santo era um dialeto que se manteve preponderante em contexto familiar e nas interações sociais do grupo e, portanto, era a língua dominante. Com isso, os cultos anteriores à Segunda Grande Guerra, realizados em alemão oficial, eram frequentados, mas não durante todo o tempo, como observou Droogers (1984). Mais tarde, pastores descendentes de pomeranos, ou que se interessavam pela língua que eles utilizavam, passaram a celebrar a “missa” nessa língua, o que proporcionou participação integral durante os cultos (DROOGERS, 1984; BAHIA, 2000).

A língua pomerana remete ao ambiente endogrupal, principalmente no que diz respeito à família, pois é vista como célula fundamental do grupo de descendentes (PACHECO, 1994; MEDEIROS, 1994; WAGEMANN, 1949). Segundo Pacheco (1994), os agrupamentos familiares eram numerosos e atingia “oito o número médio de membros da família, não sendo de estranhar todavia, casais com 10 ou mais filhos”

(PACHECO, 1994, p. 71), informação confirmada por Roche (1969) e Wagemann (1949). Como justificativa para o grande número de filhos é importante considerar o fato de serem, no contexto em que viviam, braços para o trabalho. Saletto (1996) destaca que a agricultura familiar entre os imigrantes foi, por muitas décadas, a base econômica da vida dos colonos, o que tornava importante a participação de cada membro da família na lavoura. Em geral, os núcleos familiares adotavam o sistema patriarcal de organização, sendo que os laços entre os membros da família eram bastante estreitos, com formação de núcleos de família extensa nas propriedades, ou mantendo-se os núcleos patriarcais em propriedades vizinhas.

A fundação de uma família significa, ordinariamente, a organização de um novo sítio. É costume receberem os filhos, quando meninos, seu pedaço de terra, que a família logo começa, lentamente, a lavar. Também acontece o pai comprar para o filho um sítio completamente organizado. Reputa-se um dos mais importantes deveres paternos dar terra ao filho (WAGEMANN, 1949, p. 79).

A partilha de terras apenas entre os filhos homens foi sempre uma prática comum, inclusive com a adoção frequente da ultimogenitura<sup>11</sup>, o que se caracteriza como discriminativo em termos do direito consuetudinário quando comparados descendentes de sexo masculino e feminino. Por ocasião do casamento o homem é responsável por fornecer a terra na qual o novo núcleo familiar será erigido, cabendo às mulheres acompanharem seus respectivos maridos em suas propriedades (BEOZZO, 1993; PACHECO, 1994; ROCHE, 1969; WAGEMANN, 1949).

---

<sup>11</sup> O termo *ultimogenitura* refere-se à prática, comum entre as famílias de descendentes germânicos, do filho mais novo permanecer vivendo na casa dos pais após casar-se, ficando com a melhor parte na herança mas, em contrapartida, assumindo a incumbência de cuidar dos pais quando esses atingem a velhice (BEOZZO, 1993; CARNEIRO, 2001; FEHLBERG; MENANDRO, 2011; ROCHE, 1969).

De acordo com Woortmann (1995), referindo-se aos imigrantes alemães do Sul do Brasil, a mulher não obtém direito à terra por ocasião das núpcias, embora precise dedicar grande força de trabalho para a lavoura, pois a “capacidade de trabalho da mulher é fundamental para defini-la como boa esposa” (p. 63).

Além de sua energia para o trabalho, o que é o principal para o colono, a mulher traz, como dote, costumeiramente, uma vaca, que já lhe fora adjudicada quando vitela e, por vezes, um cavalo com sela ou apenas a sela; fora esses bens, um colchão de penas, um baú, com vestidos e roupas brancas, uma máquina de costura, utensílios de cozinha e vasos. Dinheiro batido só levam para a comunhão do casal as filhas dos colonos de vantajados recursos (WAGEMANN, 1949, p. 79).

A tendência entre os poucos jovens era a de união conjugal com pouca idade, momento a partir do qual já iniciavam sua vida econômica independente dos pais. A oficialização do casamento era motivo de animados festejos, nos quais, por tradição, é envolvido todo o grupo de vizinhos e parentes, que atuam na preparação de uma grande festa com ampla fartura de bebidas e comidas e com duração de três dias, que se inicia na quinta-feira (WAGEMANN, 1949; ROCHE, 1969; DROOGERS, 1984; MEDEIROS, 1994; PACHECO, 1994; FOERSTE; JACOB, 1997).

Muitas foram as formas de manifestação étnica dos descendentes pomeranos no Espírito Santo. Em alguns aspectos os processos históricos acompanharam tendências similares às constatadas no sul do país. Outras manifestações podem ser descritas como mais específicas do estado do Espírito Santo, algumas delas encontradas apenas em determinados grupos locais. Algumas perduram até os dias atuais, outras se perderam pelo desuso. Em tal percurso histórico estão implicados processos de constituição de categorização e comparação sociais e,

consequentemente, de construção da identidade social dos membros do grupo, como esclarece Tajfel (1983). Isso posto, destaca-se a importância da memória do grupo – importante fonte e ferramenta para as pesquisas acerca das características atuais e das concepções dos envolvidos na condição de membros do grupo.

## CAPÍTULO II

### DEUTSCHTUM: RECRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MODO DE VIDA “ALEMÃO-CAMPONÊS”

No presente capítulo é apresentado um panorama histórico conceitual a partir do qual o leitor obterá dados que permitirão maior clareza no entendimento dos processos sociais que envolvem o grupo, nas esferas religiosa e educacional, em paralelo ao conceito intergrupal de trabalho.

A religião dominante nas colônias de origem germânica no Brasil era a luterana, pois, quando da partida para o novo mundo, essa era a religião oficial da maioria dos Estados germânicos (ROCHE, 1968). Entretanto, a predominância do protestantismo em muitos Estados germânicos nem sempre existiu, havendo inúmeras formas de religiosidade entre os Estados e cidades-estados. A religiosidade dos habitantes da Pomerânia, por exemplo, era de natureza pagã e manteve-se assim por muito tempo, apesar de haver sido alvo de inúmeras guerras e dominações de países cujas etnias e religiões eram diversificadas, como eslavos, franceses, prussianos e *vikings*. A região sempre foi alvo de cobiça, pois, além de ser uma estratégica saída do continente para o mar, era grande produtora de tubérculos para os países do entorno. Após 1400 houve a migração de povos germânicos protestantes para a Pomerânia, influenciando a religiosidade da população nativa, o que mais

tarde se disseminou e se fortaleceu com a presença massiva de pastores na região. A doutrina religiosa protestante fundada por Lutero logo se tornou predominante, abafando as demais expressões de religiosidade daquela nação (LÄNGIN, 1995; RÖLKE, 1996).

A possibilidade de exercer sua religiosidade em um país distante, com tantas diferenças geográficas e culturais, teve papel importante para os imigrantes, pois configurou-se uma tentativa de “criar a sensação de sentirem-se em casa em seu novo contexto, experimentando certo nível de segurança” (DROOGERS, 2008, p. 16). Mesmo que as congregações não tivessem enviado pastores nos primeiros anos da imigração<sup>12</sup>, a religiosidade foi direcionada por pseudopastores que faziam as vezes de representantes religiosos, mesmo sem formação para tanto (DREHER, 1984; HEES, 1986). A atuação de tais “dirigentes religiosos” provocou descrença nas práticas religiosas, pois as pessoas que se dispunham a assumir o lugar de dirigentes muitas vezes eram pouco instruídas, inclusive tendo sido alvo de queixas quanto ao uso de bebidas alcoólicas, e quanto à violência conjugal, entre outras. Principalmente no Sul do país essa prática foi difundida, devido ao grande número de comunidades e à distância entre elas, mas isso não ocorreu da mesma forma em todos os estados brasileiros (DREHER, 1984; HEES, 1986; HENNIG, 1986). O Espírito Santo destoou nesse aspecto, pois, a partir de “1857, o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia começou a enviar pastores à Província do Espírito Santo. [...] Essa atividade do Conselho Superior eclesiástico manteve-se inicialmente restrita ao Espírito Santo” (DREHER, 1984, p. 54), tendo sido ampliada para outros estados somente décadas mais tarde.

---

<sup>12</sup> Salvo para o Espírito Santo e Rio de Janeiro que receberam pastores no ano seguinte à vinda dos pioneiros (DREHER, 1984)

Na segunda metade do século XIX os países alemães se encontravam em constantes guerras, sem possibilidades de investimentos nos cidadãos ou descendentes que viviam em outro continente. Assim, mesmo que algumas instituições religiosas enviassem pastores, não havia apoio financeiro dos Estados para a manutenção destes em solo brasileiro. Logo, o financiamento das atividades religiosas deveria ser providenciado pelos próprios fiéis, uma vez que o país, oficialmente, era uma nação católica e mantinha neutralidade quanto à presença de protestantes em seu território (DREHER, 1984; HEES, 1986; HENNIG, 1986).

A nova situação no Brasil, país em que não existia uma igreja evangélica e no qual o catolicismo romano era Igreja estatal, fez com que não houvesse uma instância frente à qual as comunidades tivessem que se responsabilizar. Dessa maneira, as comunidades que iam surgindo dependiam delas mesmas. O contato entre diversas comunidades foi mínimo, quando existente, pois as grandes distâncias impediam uma colaboração mais estreita e uma troca de experiências. Desse modo, cada comunidade lutava por sua própria existência. Os membros da comunidade construíram sua igreja, sua casa pastoral e pagavam sua contribuição, com a qual deveria ser pago seu pastor. Essa forma de participação na vida da comunidade teve, certamente, um fator positivo: cada um participava engajadamente na vida de sua própria comunidade. Por outro lado, porém, nessas comunidades autônomas, a Igreja terminava nas fronteiras das próprias comunidades (DREHER, 1984, p. 55).

O texto acima faz menção aos primórdios da estruturação da Igreja Luterana no país, que foi marcada pela criação de comunidades autônomas distantes geograficamente uma das outras e desprovidas de vínculo institucional entre si. A autonomia financeira e religiosa parece apontar para os primeiros indícios de isolamento dos grupos localizados em zonas mais remotas. Tal condição parece ter grande relevância no Espírito Santo, pois suas colônias se localizavam em região muito

acidentada, o que impedia o acesso entre comunidades. Certamente, o referido isolamento, que não se deu somente pela diferenciação cultural e pelo acesso dificultado à colônia, influenciou a etnicidade e a religiosidade do grupo de pomeranos radicados no Espírito Santo (SEYFERTH, 2005).

A presença intermitente de pastores, desde o início da colonização, encerrava ainda mais as comunidades em si mesmas quando formavam núcleos com a presença de um líder religioso (DREHER, 1984; FOUQUET, 1974; ROCHE, 1968; SEYFERTH, 2005; WAGEMANN, 1949). O pronto estabelecimento da assistência de pastores protestantes parece ter cooperado para a coesão dos núcleos formados a partir do assentamento dos colonos teutos, pois pode-se afirmar que a presença de uma pessoa investida de poder reconhecido como superior pelo grupo é fator agregador para este, contribuindo para a definição, a organização e a coesão grupal (PEREIRA, 2001). Os primeiros pastores que, em geral, possuíam instrução superior eram a referência para o grupo, pois diante da precariedade de recursos das zonas de colonização alguém com maior instrução era convidado para representar o grupo, assim como para assumir funções cruciais para a preservação daquela população.

Embora nominalmente se trate de uma sociedade democrática, a figura do pastor domina todo o funcionamento das comunidades luteranas. Cada membro paga certa anuidade e fica obrigado a prestação de serviços além de contribuições especiais, como em caso de viagem do Pastor, etc. [...] Ainda hoje o colono de religião luterana considera sua subordinação ao Pastor como laço inquebrável, desorientando-se com a simples ameaça de desligamento da comunidade (PACHECO, 1994, p. 71).

Trata-se de fato importante na caracterização do grupo estudado e que parece apontar um caminho com vistas à identificação de um dentre os componentes da identidade social do grupo de descendentes que ainda residem na região pioneira. A unanimidade de prática religiosa assim como a predominância da língua pomerana podem ser citadas como características diferenciadoras do grupo. Um aspecto que será abordado adiante, mas que pode ser antecipado nesse momento, é o da afiliação à Igreja Luterana de todos os entrevistados do grupo Campo, assim como da grande maioria dos que compuseram o grupo Sede.

Por conseguinte, aponta-se a presença de um dirigente religioso ativo e relevante na comunidade como um dos fatores que auxiliaram nas restrições de trânsito entre os limites grupais, caracterizando, então, “língua e religião como dois fatores inseparáveis” (KOCH, 2003, p. 201). De acordo com Droogers (2008), a Igreja Luterana, em certo sentido, contribuiu para o isolamento do referido grupo, pois promoveu a reprodução da língua alemã em seus rituais, mantendo um contexto de segurança para o fiel, no sentido de recriar um *Heimat*<sup>13</sup> no contexto religioso.

A influência da igreja no reforço ao isolamento cultural, aliada à lei brasileira que proibia tanto o reconhecimento dos casamentos protestantes quanto o casamento misto (DREHER, 1984; FOUQUET, 1974; HENNIG, 1986; ROCHE, 1969; SCHRÖDER, 2003), foi um fator histórico importante para o distanciamento do grupo. Os fatores históricos e políticos compõem quadro indicativo do trajeto da construção das características sociais identitárias, sendo que entre elas a dificuldade de interação intergrupar foi uma das mais marcantes. Tal situação, atualmente, vem sofrendo discretas alterações, conforme se verá quando da apresentação dos resultados da investigação. Tal informação pode ser

---

<sup>13</sup> *Heimat* = das Land, die Gegend, (wie) zu Hause fühlt (GÖTZ; HAENSCH; WELLMANN, 2008), que pode ser traduzido como o país, a região, (como) se sentir em casa (KELLER, 2002).

tomada como evidência do aspecto *metamórfico* da identidade social (CIAMPA, 1997).

O quadro apresentado acerca do isolamento geográfico, religioso e cultural reforça a perspectiva etnocêntrica de valorização de características próprias do grupo, com o que, portanto, são mantidas pelo grupo em detrimento de outras características que lhe são estranhas (TAJFEL, 1982b). O privilégio de aspectos ligados à nação alemã, de forma efetiva, foi acentuado pela reprodução do *Deutschtum*, mormente através da influência dos pastores alemães enviados ao Brasil após 1900 (SEYFERTH, 1999). Esse conceito implica pressuposição de superioridade da raça alemã sobre as demais, pois compôs uma identidade grupal de “colono alemão” como mais trabalhador, mais organizado e mais determinado, em comparação ao grupo dos “não alemães” (FOUQUET, 1974; PACHECO, 1994; ROQUE, 1968; WAGEMANN, 1949).

Os pastores vindos dos Estados alemães enfrentaram dificuldades quanto à comunicação com os imigrantes, pois entre os descendentes situados no Espírito Santo predominava o dialeto derivado do *Plattdeuschth* (baixo alemão), chamado pomerano. O *Hochdeuschth* não era usualmente falado na região, mas os pastores enviados pela Companhia Prussiana acabaram impondo a língua oficial alemã aos seus fiéis, pelo menos nos eventos eclesiais, como cultos, ensino confirmatório, cânticos, entre outros (DREHER, 1984; DROOGERS, 1984, 2008). Tal imposição era frequente nos primeiros anos da imigração, o que repercutiu no modo de ser das famílias em seu cotidiano (BAHIA, 2000; DREHER, 1984; DROOGERS, 1984; WILLEMS, 1980). Ainda hoje, nas residências mais antigas, ainda se encontram “livros de orações em alemão, dizeres bíblicos escritos em tabuletas, as cartas sagradas (Himmelsbrief e Schutzbrief), o hinário e todo o material do ensino confirmatório pertencentes às várias gerações da mesma família” (BAHIA, 2000, p. 84).

Nos eventos religiosos contemporâneos predomina a utilização do português e do pomerano, mas ainda é utilizado o *Hochdeuschth*, pelo menos nos antigos cânticos e corais, nas regiões mais isoladas. Na cidade, o usual é utilizar o português, tanto nos cultos presenciais quanto nas publicações da igreja no Brasil (DROGGERS, 1984).

Os quarenta primeiros anos da imigração teuta no país foram marcados por descaso tanto dos governos germânicos quanto dos governos estaduais nas regiões Sul e Sudeste. As condições de vida eram precárias e não havia qualquer investimento em educação e saúde para a população, como registra Rambo (2003):

É um fato certo, por todos aqueles que possuem um razoável conhecimento de como se processou a fixação dos imigrantes no Sul do Brasil, que as colônias alemãs, em suas primeiras décadas, ficaram isoladas e praticamente abandonadas pelos poderes públicos. Os próprios colonizadores tiveram que achar formas de sobrevivência. Não tendo a quem recorrer, puseram em ação a sua própria criatividade. Organizaram suas comunidades, construíram suas escolas e igrejas. Agarrando-se com entusiasmo às tradições, empenhando em favor da educação o melhor de que dispunham nas circunstâncias hostis e amparando-se com fervor nas suas crenças religiosas, conseguiram sobreviver. Não só conseguiram sobreviver, mas lançaram raízes definitivas nas terras conquistadas à floresta e deram início a uma sociedade de agricultores que foi obtendo êxitos e terminou prosperando (RAMBO, 2003, p. 78).

Com a unificação dos Estados alemães e com a promulgação da lei que estabelecia a liberação de ajuda aos teutos no exterior, após 1900 a influência do “espírito alemão” foi ainda mais atuante através dos pastores alemães enviados ao Brasil (DREHER, 1984; DROGGERS, 1984). A influência não foi exercida somente em âmbito religioso, mas também a imprensa local foi utilizada como importante meio de reprodução dessa ideologia (SEYFERTH, 1982, 1999). O propósito inicial, segundo

Dreher (1984), foi o de “preservar a germanidade dos teutos e garantir mercado para a indústria alemã” (p. 44), mas também “pela esperança de uma separação das três províncias meridionais, para então proclamar a criação de uma república teuto-sul-americana” (p. 85), e com isso manter a identidade cultural germânica em detrimento do risco de união com brasileiros e a perda das referências étnicas de origem. Tais propósitos levaram os representantes do Estado alemão no Brasil a executarem uma política agressiva de preservação da germanidade, através de quatro frentes de atuação: “a imprensa alemã, a escola alemã, as congregações e igrejas de fala teuta e a marinha alemã” (DREHER, 1984, p. 44). Para isso, muitos recursos foram destinados ao Brasil, tanto pelo Estado alemão quanto por entidades particulares, tendo seu maior êxito dentro das escolas, segundo Roche (1969) e Willems (1980).

Foram as seguintes organizações a participar do projeto: Allgemeiner Deutscher Schulverein, Alldeutscher Verband, Flottenverein, Deutsch-Brasilianischer Verein, Blumenau-Stiftung e outras. Ao lado delas encontramos ainda organizações eclesíásticas como a Associação Gustavo Adolfo e a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América. Esta subvenção das escolas, porém, não ficou restrita a associações particulares. O próprio Reino colocou meios à disposição deste projeto. Anualmente eram destinadas quantias regulares do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores para serem aplicadas no Brasil. Já no ano de 1902, 56 escolas recebiam um total de 42.068 marcos. As escolas mais favorecidas eram de Santa Catarina. [...] Além disso, o Ministério de Relações Exteriores financiou a edição de um livro de leitura alemão para escolas no Brasil, publicado em 1906, em 1ª edição, com 10.000 exemplares e alcançando, até 1914, mais quatro edições (DREHER, 1984, p. 45).

É sabido que na data da chegada dos imigrantes germânicos pioneiros o mapa do que é conhecido hoje como Alemanha ainda era composto por inúmeros pequenos estados independentes ou por pequenas pos-

sessões destes, formando um caldeirão de culturas, crenças e dialetos diferentes. Como já foi assinalado em ponto anterior do texto, a unificação só ocorreu na década de 1870, em processo que dava corpo à ideia de nação germânica há muito esboçada pelo romantismo alemão, segundo Seyferth (1982).

Com a criação do Reino Alemão, em 1871, veio à tona entre os pastores aquilo que inconscientemente já estava presente: o orgulho nacional. A vitória na guerra franco-prussiana foi inclusive celebrada em cultos. Pastores e comunidades passam, a partir de 1871, a cultivar conscientemente o caráter germânico. A partir de agora o aniversário do Imperador alemão passa a ser celebrado em cultos festivos. Essa mudança na atitude dos pastores veio a manifestar-se plenamente no período sinodal. Faltava-lhes uma organização, na qual pudessem agir em favor da preservação da germanidade (DREHER, 1984, p. 75).

Os poucos pastores que trabalhavam no Brasil até 1900 – período que Dreher (1984) e Hennig (1986) nomeiam de pré-sinodal – não recebiam orientações sobre a doutrina utilizada com as comunidades, pois não havia uma instituição que congregasse as comunidades e as orientasse em uníssono. Muito da cultura de origem dos imigrantes foi perdido nesse período. Porém, com o advento do *Deutschtum*, a partir de 1896 Guilherme II busca difundir a superioridade do Império Alemão, e assim a orientação ideológica à população alemã passaria pela exaltação da nacionalidade e das características identitárias do “povo alemão”. Com a unificação da Alemanha os novos pastores enviados passaram a transmitir a germanidade<sup>14</sup> e a preservação da nacionalidade germânica, exaltando a nação alemã, além de atuarem em seu ofício de evangelizadores (DREHER, 1984; GERTZ, 1987; SHIRER, 2008; SEITENFUS, 2003).

---

<sup>14</sup> Droogers (2008) traduz esse termo como “alemanidade” e ainda acrescenta a “pomeranidade” quando se refere ao grupo de descendentes do Espírito Santo.

De acordo com Seyferth (1982, 1999) os Estados alemães, que desde sempre buscaram uma unidade política em meio ao particularismo de cada Estado que compunha a Europa, se empenharam em um movimento nacionalista distribuído entre artistas, religiosos, políticos e filósofos. Esse nacionalismo era expresso, segundo Seyferth (1982), nos termos: “*Volkstum, Deutschtum, Staatsangehörigkeit, Nationalität*”, em que *Volkstum* assim como *Deutschtum* seriam expressões ambíguas<sup>15</sup>, uma vez que seriam muito mais que nacionalidade e estariam mais ligados à etnia do que à nação (GERTZ, 1987), tendo sua tradução proposta por Seyferth (1982) como a “essência de um povo ou raça” (p. 46).

*Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e racial do povo alemão. Na tradição alemã do século XIX, os dois termos representavam a cultura popular germânica que fez com que os alemães tivessem consciência de uma grande fraternidade alemã, à exemplo dos primitivos germanos. *Volkstum* e *Deutschtum*, portanto, trazem consigo a ideia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre um alemão, ainda que tenha nascido em outro país. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade “política”. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que *herdout* (SEYFERTH, 1982, p. 46).

Para essa mesma autora pode-se explicar a força do nacionalismo alemão no Brasil, utilizando dois termos: *Heimat* e *Muttersprache*. O pri-

---

<sup>15</sup> Sem algum termo equivalente em português, mas traduzido utilizando o neologismo “germanidade” (SEYFERTH, 1999).

meiro deles compõe a ideia de lar (*Heim*) construído, o lar alemão que pode ser construído em qualquer lugar em que se conseguir preservar a *Kultur* (cultura) germânica. Tal visão está associada à grande referência para a construção do *Heimat* alemão, que é a *Muttersprache* (língua materna) – pois “a língua alemã se tornou a principal forma de diferenciação da ‘comunidade nacional alemã’ fora da Alemanha, a forma mais concreta de identificação étnica” (SEYFERTH, 1982, p. 47).

Os pastores, então, utilizaram sua autoridade para tornar a germanidade parte da vida dos habitantes das zonas de imigração (DROOGERS, 2008). Houve ligação intrínseca entre religião e escolarização, pois a maioria das escolas alemãs no Brasil eram administradas por professores, que, geralmente, eram os pastores ou as suas esposas (KOCH, 2003).

Em consequência de tudo isso, torna-se evidente não só que a escola e a Igreja deviam constituir, para o sistema dos teuto-rio-grandenses evangélicos, os dois grandes mecanismos de autoconservação, mas também que ambas eram inseparáveis nesta função, na qual se apoiavam mutuamente. Cabia à escola cultivar a língua que servia de veículo à pregação (KOCH, 2003, p. 200).

É possível dizer que as “circunstâncias históricas da imigração e a imposição do uso da língua alemã pela Igreja Luterana foram fatores determinantes para o domínio da língua alta entre os descendentes dos primeiros imigrantes” (BAHIA, 2000 p. 85), ainda que a consolidação de tal imposição tenha se dado de forma mais concreta nos ambientes religiosos. De acordo com Rambo (2003), as escolas, no início da colonização, além de contribuição óbvia para a formação dos imigrantes que chegaram à nova terra, atuavam também com a explícita intenção de manter a cultura e a língua original dos que se estabeleceram no novo país. Havia referência à pátria-mãe, mas o fato de estarem relegados à própria sorte em país distante motivou os grupos, inclusive os do

Espírito Santo, a buscarem por si mesmos a construção e a manutenção de escolas alemãs (WAGEMANN, 1949).

A escola como alfabetizadora, a escola como fiadora da religião e da religiosidade, a escola como guardiã dos valores culturais assumia mais uma importante função. Os imigrantes alemães e seus descendentes, apesar de todos os laços culturais e afetivos que pudessem manifestar e cultivar, politicamente falando, haviam ‘queimado os navios’. Emigraram para não mais retornar. Chegaram com o firme propósito de armarem no Brasil a sua tenda definitiva (RAMBO, 2003, p. 78).

Após 1900, as escolas passaram a se caracterizar como as mais eficazes divulgadoras dos valores germânicos, nelas sendo feita, também, a exaltação da Unificação Política dos Estados Germânicos. Além de constituírem mercado consumidor em expansão, os descendentes de alemães no Brasil representavam a expansão do germanismo por outro continente, ou seja, a difusão do *Deutschtum*, que se apoiava nos já mencionados conceitos de *Heimat* e *Muttersprach*. Os livros escolares foram o meio mais eficaz de difusão dos valores culturais alemães no contexto dos imigrantes brasileiros, com ênfase na língua, o *Hochdeutsch*. Essas estratégias foram utilizadas, mesmo que não mais houvesse subsídios reais para retomada de uma ligação cultural que, para muitos autores, nem mais existia (BAHIA, 2000; DREHER, 1984; DROOGERS, 1984; WILLEMS, 1980).

Nos livros escolares mais usados era visível o esforço de distribuir ‘os pesos’ entre as ‘duas pátrias’, o que representaria, na lógica do nacionalismo moderno, que tende a monopolizar as lealdades individuais, *uma inconsistência cultural*. Todavia, é preciso levar em conta a diferença entre o que se pretendia e o que realmente se conseguia perpetuar no meio teuto-brasileiro. Só os imigrantes vindos em idade adulta tinham uma representação mais ou menos nítida de sua terra. Esta não foi, antes de 1870, a Alemanha, mas um dos muitos

Estados germânicos. Aos imigrantes mais antigos nada significava a unificação política da Alemanha, pois não lhe sentiam nem as causas nem as consequências. O que importa mais, no entanto, é o fato de que a escola era frequentada muito menos por imigrantes do que por descendentes de segunda, terceira, quarta ou quinta geração (WILLEMS, 1980, p. 297).

Essa retomada de valores não vividos de forma direta e apenas parcialmente compreendidos não é algo simples, pois muitos dos imigrantes, assim como seus filhos, há muito não tinham contato com a Europa, e nunca chegaram a ter contato com os Estados alemães unificados. Logo, não é absurdo presumir que muitas características foram implantadas e reinventadas pelos pastores vindos da Alemanha. No referido período, os pastores e professores vindos da Europa se empenharam na ampla divulgação da cultura alemã, através de literatura, músicas, gravuras, que eram difundidas juntamente com o ensino da língua oficial alemã.

A noção da terra dos antepassados já tinha perdido o significado real e vivo que possuía para aqueles que transpuseram o Atlântico. Em confronto com essa noção abstrata de que só se ouvia na escola ou na igreja e, às vezes, de alemães ‘novos’ que a elevavam ao sétimo céu para diminuir a terra real em que se vivia, esta era a única que representava um valor no modo de pensar campesino. É forçoso admitir que, para o colono, um baú, um retrato, um objeto de adorno trazido pelo antepassado, tem um valor simbólico muito mais vivo do que a apagada ideia de uma terra dos antepassados (WILLEMS, 1980, p. 298).

Tantos foram os esforços pelo resgate e invenção de uma suposta identidade alemã que resultaram em assimilação dessa identidade étnica pelo grupo de descendentes, muitos dos quais ainda hoje afirmam essa identidade alemã, como fica claro nos relatos de vários entrevistados. Na presente investigação foram obtidas respostas que são muito ilus-

trativas a respeito desse tema. Um exemplo envolve as respostas de um entrevistado que vive na região rural do município. Convidado a completar a frase “Nós descendentes de pomeranos no campo somos...” um participante (CM13) indicou a palavra *alemão* como identificadora de si mesmo e de seu grupo: “*nós somos pessoal alemão*”. Quando a frase dizia “Eles, os descendentes de pomeranos que vivem na sede de Santa Maria são...” sua resposta foi: “*acho que é a mesma coisa, não tem diferença porque lá tem muito alemão também*”. Quando a frase evocativa se referia aos descendentes de pomeranos que vivem na capital do estado, a resposta foi: “*mesma coisa, lá eles também tem alemão. Porque se não fosse os alemão, dessa região ou de outra região, que vai muito para a Ceasa, é Santa Maria que tá lá, não é gente de cor que tá lá, é maioria de Santa Maria, mais no tempero*”.

Além da comparação com os grupos de descendentes residentes em outras regiões, é feita a pergunta comparativa também para os não descendentes: “Os não descendentes de pomeranos são...”. Do ponto de vista identitário sua resposta é interessante e surpreendente: “*Olha, por mim, eu acho que eles são as mesmas pessoas dos alemães também. Eles falam que tem diferença de nós para os brasileiros, mas para mim não tem diferença nenhuma, o diferente é que eles falam o português, mas tem também no meio gente que entende tudo em alemão*.” Nessa resposta o entrevistado expressa seu conceito de grupo, utilizando o termo “alemão” e não “pomerano”, mesmo que essa última palavra conste da pergunta, além de utilizar a língua como categoria social pela qual ele aproxima o “não alemão” ou “brasileiro”, que pode até falar a língua “do alemão” – sua única diferença categorial para ele, o falante da língua – que, certamente, é o dialeto pomerano usual na região.

É com o termo *alemão* que ele se identifica e identifica os seus, categorizando seu grupo como pessoas falantes de uma língua diferente, cuja

cor de pele também é diferente, além de trabalhar com as verduras e temperos, que constituem o elemento diferencial que resulta de sua atividade: *“Porque se não fosse os alemão, dessa região ou de outra região, que vai muito para a Ceasa, é Santa Maria que tá lá, não é gente de cor que tá lá, é maioria de Santa Maria, mais no tempero”*. Assim sendo, é o trabalho do grupo dos “alemães” com as verduras e os temperos que supre a cidade (pela via do Ceasa), e não o trabalho dos demais grupos, marcando uma posição diferenciada de grupo e ressaltando aspectos sociais que compõem os estereótipos relativos ao “não alemão” e ao “alemão”.

Durante a Segunda Guerra Mundial esse quadro ganhou outra perspectiva, com o rechaço da identidade alemã em relação ao nacionalismo local, como foi relatado no capítulo anterior. Trata-se de fato que inibiu a expressão da etnicidade alemã em todas as suas formas, pois houve perseguições aos descendentes e às suas famílias, além de ter sido proibida qualquer manifestação de sua germanidade – entre elas o uso da língua falada e escrita, assim como livros e outras publicações em língua alemã. Diante de tal situação, é evidente que a germanidade ficou recolhida para só mais tarde ser resgatada, porém com apoio de políticas públicas de incentivo ao resgate da língua e culturas de origem.

As perseguições aos pastores vindos da Alemanha afetaram a importância da igreja na vida dos descendentes pomeranos no Espírito Santo, mas não fez com que nesse grupo desaparecesse a dedicação à igreja e à fé religiosa. Mesmo que a finalidade da frequência à igreja não seja somente a devoção religiosa<sup>16</sup>, essa participação nas igrejas ainda está muito presente na vida desses indivíduos, sendo possível dizer que o “espetáculo da multidão que se comprime nas igrejas e nos templos

---

<sup>16</sup> Mais adiante será discutido o papel da Igreja como momento de lazer e sociabilidade dos membros.

em zona rural aos domingos em que *há missa* (quer dizer, ofício) e nas capitais, é verdadeiramente impressionante” (ROCHE, 1969, p. 357).

Após as dificuldades vividas pela Alemanha com o ideário etnocêntrico relativo à “raça alemã”, o “*Deutschtum*”, a congregação religiosa decidiu investir no financiamento de uma Igreja propriamente brasileira – não mais uma Igreja Alemã no Brasil. Em 1954 foi fundada a federação dos sínodos e a “escola teológica de São Leopoldo se tornou o centro oficial de formação de pastores da igreja” (DROOGERS, 2008, p. 30). Essa escola de formação, nos anos 60, passou a sofrer influência da Teologia da Libertação, perspectiva ideológica essa que só se faria sentir em Santa Maria de Jetibá nos anos 80.

É interessante observar que vários desses pastores eram de origem pomerana e que eram fluentes não só no dialeto pomerano (que utilizavam nos sermões – uma novidade) mas também em alemão e em português. No entanto, sua missão, tal como eles a viam, era totalmente brasileira. A *alemanidade* era assunto fora de suas cogitações. Para que a igreja fosse realmente uma igreja brasileira, ela deveria esforçar-se ao máximo para promover uma sociedade justa, começando no contexto direto da paróquia. Assim, sua vocação era de melhorar a sorte dos pequenos agricultores, especialmente os arrendatários de terras e os operários agrícolas. A mensagem libertadora principal, central à sua teologia, foi traduzida para a situação econômica e política concreta dos membros pobres de sua igreja. Eles procuravam as causas da insegurança econômica que prevalecia na vida de muitos membros de sua igreja, justificando sua abordagem por meio de paradigmas bíblicos (DROOGERS, 2008, p. 32).

A própria perspectiva ideológica da Teologia da Libertação impunha aos pastores horizontalidade nas relações com suas paróquias, o que aproximou a figura do pastor e da pastora da comunidade, retirando-os do “pedestal” e propiciando a eles se colocarem como membros comuns do grupo. Em última análise isso não se confirmou totalmente,

uma vez que o pastor ainda ocupa posição que o faz responsável pela solução de inúmeras pendências do grupo, como aponta Bahia (2000). Além da horizontalidade, essa nova vertente brasileira da Igreja Luterana também pregou a aproximação entre as culturas, pois acreditava em uma sociedade igualitária com abertura cultural entre os grupos. Os pastores formados sob essa égide somente chegaram ao referido grupo após os anos 90 (DROOGERS, 2008):

Os novos pastores assumiam atitude obsequiosa, quase humilde; era aplicação direta de um dos esquemas básicos da Teologia da Libertação, segundo o qual o membro comum da igreja, no seu contexto e em razão de sua experiência de vida, era um exegeta tão bom quanto o teólogo, e estava perfeitamente capacitado a descobrir novos significados no texto bíblico (p. 33).

Hoje, constata-se grande relevância da igreja na vida dos descendentes de pomeranos, principalmente dos que ainda residem no campo, uma vez que os encontros sociais, inclusive aqueles que resultam em relacionamentos amorosos, ainda se dão muito frequentemente em eventos e festas ligados ao contexto religioso (FEHLBERG; MENANDRO, 2011), constituindo um típico exemplo as festas de casamento, que são momentos sociais únicos de integração entre parentes, vizinhos e amigos (FOERSTE; JACOB, 1997; GRANZOW, 1982; MEDEIROS, 1994).

A ideologia alemã difundida pelos pastores nas igrejas e nas escolas influenciou os modos de viver, as relações cotidianas e o trabalho. Está em jogo, como destacou Weber (2007) em seu estudo clássico, a admissão de que o fruto do trabalho na forma de acúmulo de bens e dinheiro é uma bonificação legítima e fonte de prazer em si mesmo, o que difere da perspectiva católica que prega o ascetismo monástico.

De fato o *summum bonum* dessa ética, o ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver [...]; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional. O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais (WEBER, 2007, p. 51).

Nesse sentido, a valorização do trabalho não se dá apenas pela condição de sustentabilidade do grupo e do indivíduo, mas como fórmula para alcançar virtudes proporcionadas pelo acúmulo de capital. Entretanto, no caso específico do grupo investigado no presente trabalho, esse acúmulo de capital é pouco perceptível como tal, uma vez que é aplicado em bens relacionados ao aperfeiçoamento do próprio trabalho, como veículos de carga e tratores, entre outros bens. A forma como os integrantes do grupo estudado se relacionam com os valores associados à religião e ao trabalho evidencia que a dedicação ao trabalho é um valor maior para o grupo. Há valorização do trabalho quase como um fim em si mesmo, como se poderá constatar ao longo da discussão dos resultados da presente investigação. É possível notar que isso se dá em detrimento de outras possibilidades muito valorizadas por outros grupos, mesmo entre os jovens, como, por exemplo, formas de lazer atualmente muito difundidas. Wagemann (1949) menciona como outro exemplo significativo a despreocupação quanto à vaidade e quanto aos cuidados com o próprio corpo e com a saúde.

Se lhes perguntarmos pelo significado de sua atividade sem descanso, já que nunca estão satisfeitas com o que têm, parecendo não fazer sentido de qualquer ponto de vista puramente mundano, talvez nos dêem uma resposta, se tiverem uma: 'para garantir o futuro de meus filhos e meus netos.' Com muito mais frequência, uma vez que tais motivos não lhes são peculiares, mas seriam

igualmente efetivos para os tradicionalistas, a resposta seria simplesmente que o negócio, com seu incessante trabalho, tornou-se uma parte necessária de suas vidas. E essa seria de fato a única motivação possível, mas ao mesmo tempo nos diz que, do ponto de vista da felicidade pessoal, parece por demais irracional esse tipo de vida em que o homem existe para o seu negócio, quando deveria ser o contrário (WEBER, 2007, p. 63).

Uma das teses de Lutero foi a de que a divindade (Deus) atribuiria a cada indivíduo uma vocação – Beruf –, que significa a responsabilidade de desenvolver seu ofício da melhor maneira possível. Essa vocação consistia “em um chamado de Deus para a realização de um trabalho secular ou missão. Valorizava assim o cumprimento do dever” (BORGES; YAMAMOTO, 2004, p. 31). Lutero criticava o acúmulo de riquezas da Igreja Católica bem como o acúmulo de dinheiro pela burguesia industrial nascente, apontando o que considerava erros na religião católica dominante na Europa da época: as falsas parábolas que divulgavam a ideia do dinheiro como pagamento pela salvação e, principalmente, a postulação da Igreja como único local de acesso à divindade, assim como a responsabilidade do padre pela mediação desse acesso à divindade (LUTHER, 1995).

Quando Lutero traduziu a Bíblia para o alemão introduziu responsabilidades do indivíduo pela sua religiosidade, destacando que cada um poderia administrar sua relação com a divindade e com a vocação que lhe caberia exercer. Em seus escritos, Lutero destaca a importância da conquista diária da salvação, pois para ele a fé é expressa nos atos humanos diários, cotidianos, e não somente em alguns momentos na Igreja e por intermédio de um representante (BORNKAMM; EBELING, 1995).

Nessa linha de pensamento, a salvação da alma apenas por meio do melhor cumprimento da vocação remete também à ideia de que quanto mais árduo mais valorizado é esse destino. Logo, não restam muitas

opções para os indivíduos que querem ser salvos, a não ser cumprir cada vez com mais afinco suas obrigações. O camponês que se dispõe a trabalhar na terra precisa, então, cada vez mais trabalhar e produzir para investir na produção, para que esta fique cada vez maior e sua vocação seja cada vez mais bem cumprida. Pode-se perceber o impacto desses princípios na rotina dos trabalhadores rurais da região que, em geral, têm “pouco tempo para lazer ou descanso, quase não usufruindo os recursos de conforto disponíveis”, sendo constatável entre descendentes a “ênfase na rotina diária voltada quase exclusivamente ao trabalho, com raros momentos de descanso ou lazer grupal e individual” (FEHLBERG; MENANDRO, 2011, p. 85). Mais adiante serão apresentados resultados nos quais se evidencia que a rotina laboral ocupa todos os dias da semana, com reserva de algum tempo de lazer relacionado à igreja, principalmente.

Paiva (2003) registrou que o advento do protestantismo de Lutero alterou a *Weltanschauung*<sup>17</sup> ocidental, redefinindo a noção de cidadania ao facultar ao indivíduo tanto a liberdade de expressão como a interpretação de sua fé, propondo que este atue diretamente na busca de seus direitos de expressão e de vida.

Três aspectos relacionados a essa discussão são importantes: a) os conceitos subjacentes ao individualismo que vão decididamente imprimir nova dinâmica nas relações sociais; b) o significado da Reforma, ao trazer um novo *ethos* religioso, com uma mudança profunda na relação do fiel com o mundo, pois privilegia valores religiosos que vão ter um potencial crescente para promoção de novo tipo de engajamento na esfera social; c) esses dois pontos permitem apontar se a prática religiosa confere ao fiel/cidadão uma maior autonomia e maior capacidade de desenvolvimento pessoal na esfera social (PAIVA, 2003, p. 27).

---

<sup>17</sup> *Weltanschauung* = ver nota de rodapé número 1.

É importante destacar que em meio aos valores germânicos transmitidos e reinventados pelos pastores sinodais (DREHER, 1984) foram transmitidos valores fundamentais para a ideologia capitalista (composição básica da concepção luterana), destacados como positivos para a pertença ao grupo de fiéis. Com isso, é possível dizer que a igreja teve papel preponderante na constituição do conceito de trabalho para o grupo em questão, que se tornou parte do autoconceito consolidado do grupo.

O conceito de vocação foi, pois, introduzido no dogma central de todas as denominações protestantes e descartado pela divisão católica de preceitos éticos em *praecepta e consilia*. O único modo de vida aceitável por Deus não estava na superação da moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente no cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Essa era sua vocação (WEBER, 2007, p. 70).

No presente capítulo foi abordada a manutenção de valores e referenciais que levam os integrantes do grupo a se identificarem como “alemães” ou “pomeranos”, mesmo que nascidos e residentes no Brasil. No capítulo anterior foi apresentado o movimento contrário e o posterior investimento de instituições como a escola, a imprensa e a igreja no uso predominante da língua portuguesa, após a Campanha de Nacionalização e a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra. Porém, é notório que há manutenção da língua e de costumes no grupo estudado, apesar dos esforços para extingui-los (PACHECO, 1964, 1994; ROCHE, 1969; SEYFERTH, 2005). É fato que esse grupo manteve valores germânicos que são ainda reproduzidos e estão vivamente presentes em várias manifestações culturais, como no uso corriqueiro da língua, desfiles de roupas típicas em festa regionais, entre outros. Como a vivência social e cultural da etnicidade resultou em uma identificação positiva do “ser pertencente ao grupo dos alemães”?

Para Gertz (1987) os elementos identitários dos grupos de descendentes germânicos que se radicaram no campo mantiveram-se pelas próprias características que definem a vida do camponês. Segundo esse autor, o modo de vida e o cotidiano da lida diária com a terra, que pode ser descrito como um tipo de trabalho repetitivo, promovem a manutenção de valores que são reproduzidos. Nesse sentido, a rotina laboral favorece interpretação e elaboração sobre o contexto pouco expressivas, porque as características de repetição árdua e do uso da força física nela predominam, em geral.

Nas zonas de colonização germânicas no Brasil não houve apenas mera reprodução dos costumes em vigor nos países de origem (ROCHE, 1969; WILLEMS, 1980; VOGT, 2009). Houve, isso sim, adaptações ao modo de vida rural nas novas condições em que se apresentava, uma vez que os imigrantes pioneiros foram assentados em pequenas glebas, quase sempre com 25 a 30 hectares, destinados à agricultura familiar de pequena extensão (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 2009a, 2009b; WAGEMANN, 1949).

Surgiu, na realidade, uma cultura peculiar, de características próprias, que pode ser denominada de colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas por imigrantes alemães de diferentes procedências, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes (VOGT, 2009, p. 255).

Seyferth (2009b) assinalou que a configuração inicial dos lotes destinados aos imigrantes estrangeiros coincidiu com uma “unidade básica de produção, consumo e vida social, característica estruturante também da divisão do trabalho, [...] algo muito próximo da concepção legal do lote colonial” (p. 55), o que acabou por fazer parte da concepção de “colono” que caracteriza o grupo de imigrantes em outras regiões do Brasil (SEYFERTH, 1999).

A palavra colônia, nessa tradição histórica, tem duplo significado. Engloba a área colonizada como um todo (portanto, o meio rural) e, ao mesmo tempo, designa a unidade colonizada como um todo (o lote), cujos proprietários adotaram a designação oficial de colonos como indicativo da condição camponesa (SEYFERTH, 1999, p. 289).

Essa nomeação justifica-se pela intenção de utilizá-los como grupos humanos destinados, principalmente, ao povoamento do país em suas fronteiras ou à “colonização” do território, bem como a substituição da mão de obra escrava nas grandes propriedades (FAUSTO, 1996). O conceito de colonizadores, no sentido de desbravadores, por fim resultou na nomeação das aglomerações de terras habitadas como “colônias” e de seus habitantes como colonos. A partir de 1900 esse sistema de ocupação avançou por inúmeros locais chegando às fronteiras com outros países, reproduzindo a agricultura familiar por essas regiões (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Os pequenos proprietários (atualmente denominados de agricultores familiares) até recentemente eram designados como “colonos” (de fato, esta alcunha é, ainda hoje, a que predomina no senso comum), termo que receberam devido à agricultura familiar do Alto Uruguai ter suas origens no processo mais amplo de colonização do norte do Estado do Rio Grande do Sul. Ocorrida a partir de 1900, intensificou-se nas décadas seguintes a partir da disponibilidade de terras a serem ocupadas, realidade observada até meados do século XX. O avanço sobre novas áreas, como foi o caso do Alto Uruguai, foi acompanhado da reprodução de antigas práticas sociais e técnico-produtivas desenvolvidas nas regiões de origem, neste caso as primeiras áreas de colonização (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 18).

As primeiras regiões de colonização do Espírito Santo também foram ampliadas em uma marcha para o norte, chegando primeiramente até o rio Doce, transpondo-o somente após o início do século XX. Os

imigrantes do Espírito Santo, tanto italianos quanto alemães, avançaram para o norte da mesma forma, ou seja, reproduzindo o modo de agricultura familiar de pequena propriedade (ROCHE, 1968; WAGEMANN, 1949).

Nem todos os imigrantes provinham de zonas rurais em seus países de origem. No Brasil, porém, por toda a configuração das condições a eles destinadas, assumiram o modo de vida que se caracterizava pelo trabalho no campo. Em um primeiro momento sua subsistência se dava em meio a várias dificuldades adaptativas, relacionadas à alimentação, vestuário, isolamento geográfico, resistência dos nativos, vegetação de floresta, doenças tropicais, entre outras (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1999, 2009a, 2009b), assim como também ocorreu nas colônias do Espírito Santo (ROCHE, 1968; SALETTO, 1996). Os colonos destinados ao estado enfrentaram muitos problemas dessa ordem, aliados aos acidentes geográficos marcantes, à dificuldade de logística e à ausência de recursos públicos para saúde e educação na zona de colonização (ROCHE, 1968).

O modo de organização da vida camponesa enfatiza a produção de alimentos para a própria subsistência, com comercialização apenas dos excedentes da produção (MARQUES, 2008; SEYFERTH, 2009a). Entretanto, em relação ao trabalho entre os camponeses de imigração germânica “desde o início da colonização houve a produção de itens especificamente voltados ao mercado” (SEYFERTH, 2009a, p. 284), apesar de contar, exclusivamente, com a mão de obra familiar. Trata-se de modo de organização que não corresponde, de forma exata, ao conceito de agricultura familiar propriamente dita.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de

produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Ao longo do tempo, o modo de organização das propriedades dos colonos sofreu algumas mudanças, pelo menos no que diz respeito às propriedades capixabas (FEHLBERG; MENANDRO, 2011). Os agricultores intensificaram a produção e a comercialização de excedentes, principalmente porque o tamanho das propriedades, em geral, diminuiu no transcorrer das gerações.

Existem muitas pequenas e médias propriedades com produção intensa de excedentes para comercialização, diferentemente das práticas camponesas verificadas entre descendentes de europeus nos primeiros anos da imigração, que envolviam produção diversificada e voltada para o consumo próprio do núcleo familiar. Em 1978, a base da agricultura no Espírito Santo envolvia pequenas propriedades (80% delas com menos de 100 ha), com predominância da agricultura familiar formada basicamente por descendentes de imigrantes europeus, de acordo com Prado Jr (1979). Tal quadro diferia da tendência nacional de aumento da concentração de terras em grandes propriedades com sistema de monocultura (SILVA, 1980; PRADO JR., 1979). Como estratégia usada pelo grupo em questão constatou-se a produção intensa de itens dirigidos exclusivamente ao mercado, consumindo grande esforço da família, inclusive filhos menores, em ambiente de trabalho intenso e ininterrupto (FEHLBERG; MENANDRO, 2011, p. 84).

Na verdade o movimento de intensificação da produção voltada ao mercado interno e mesmo à exportação, em alguns casos, acompanha a tendência nacional de intensificação da produção para atender as demandas de mercado (ALBUQUERQUE, 2002). A concentração de grandes propriedades produzindo culturas únicas e de tecnologias

avançadas é apontada como tendência nacional a partir da década de 1970, principalmente em áreas de fronteira agrícola, como as regiões Centro-Oeste e Norte do país (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001). Entretanto, no grupo estudado, por questões ligadas à partilha da terra e à descendência consanguínea, as propriedades se tornam cada vez menores (BAHIA, 2000), do que resultam algumas mudanças de moradias e de configurações familiares, como será visto mais à frente.

Segundo Woortmann (1995) e Souza (2007), é possível pensar o campesinato por duas vias: uma econômica e outra antropológica. Na primeira delas, que advém de teóricos como Chayanov, o campesinato é conceituado em termos econômicos, porém destacando-se que a lógica econômica camponesa não acompanha a máxima capitalista de acúmulo de capital e de maximização do dispêndio de tempo com o trabalho.

A economia camponesa se caracteriza pelo acesso à terra e pela utilização da mão-de-obra familiar. [...] O principal objetivo do camponês é procurar suprir as necessidades básicas dos membros da família, o que justificaria o fato de recorrer ao mercado sem, no entanto, visar o lucro, aspectos que diferenciam uma unidade de exploração camponesa de uma empresa capitalista (SOUZA, 2007, p. 32).

Segundo essa linha de pensamento, o camponês acompanharia uma lógica de consumo e de aquisição de bens que não seria vinculada ao ritmo capitalista, na qual os esforços iniciais se dariam no sentido de suprir produtos básicos necessários à vida da família. Para Souza (2007), o campesinato, sob o olhar econômico, pode ser delimitado em termos do vínculo com a terra (da qual pode ou não ser proprietário), da mão de obra familiar como regra, da possibilidade de mão de obra remunerada eventual, e da mercantilização dos excedentes da produção. Souza (2007) lista:

Quatro aspectos definidores do campesinato, a saber: a utilização do trabalho familiar, a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles, a produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos e outros produtos para consumo próprio, seja produzindo para a venda; não é fundamental a propriedade da terra, mas sim sua posse ou algum tipo de acesso a ela. No que se refere à mercantilização da sua economia, para o autor, não se trata apenas de vender o excedente, mas de “realizar uma produção voltada para a subsistência” (SOUZA, 2007, p. 35).

A partir dessa definição econômica pode-se afirmar que as configurações camponesas nem sempre suprimem a relação com o mercado, em termos dos produtos gerados pelas famílias de agricultores. Tanto Woortmann (1995) quanto Souza (2007) apontam a manutenção do modo de vida como motivação para o trabalho em detrimento da priorização do lucro.

É preciso distingui-los também dos modernos *farmers*, pois o camponês não é um empresário. Vê-se, de um lado, o viés econômico de sua percepção; de outro, o camponês parece estar a meio caminho entre o primitivo e o moderno: deixou de ser algo, e não chegou a se constituir em outro algo. Distingue-se dos primitivos porque, fazendo parte de sociedades maiores, não controla os meios de produção nem troca seus produtos por outros equivalentes. Ao contrário, no caso do campesinato, o controle dos meios de produção seria transferido para outros grupos, assim como o excedente produzido (WOORTMANN, 1995, p. 47).

Há concordância quanto à família ser elemento central na constituição do que se entende por campesinato. Além da produção da família, é preciso considerar a constituição desta e de suas relações de parentesco e sociais, que seriam o ponto mais representativo no grupo camponês, o que caracteriza a via antropológica mencionada anteriormente. Segundo Woortmann (1995), são as relações de parentesco que organizam a transmissão da terra e que irão configurar os contornos das

propriedades e da constituição da unidade básica familiar.

Adicionalmente, no que se refere ao aspecto antropológico das relações sociofamiliares, percebe-se um aspecto peculiar referente ao tipo de organização existente no campo, que é o da importância das características ligadas à tradição e à transmissão dessa tradição, o que torna a organização campesina reprodutora de valores tradicionais entre as gerações. Nesse sentido, as regras matrimoniais e de partilha da terra são centrais para a manutenção e a reprodução da cultura camponesa, em conjunto com a memória dos traços étnicos próprios do grupo (CARNEIRO, 2001).

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc (WANDERLEY, 1996, p. 5).

Na sociedade atual, quando se contrasta rural e urbano o peso da tradição aparece como característica predominantemente ligada ao contexto rural. Em parte, isso resulta do fato de as interpretações do modo de vida rural se apoiarem na perspectiva dos grupos urbanos, que é cada vez mais difundida (afetando o próprio meio rural) em decorrência do peso, em termos da influência cultural, das grandes aglomerações urbanas. Dessa forma, fica favorecida uma interpretação que relaciona o urbano ao progresso e o rural ao retrocesso (MOREIRA, 2005).

Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido

da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças, etc (MOREIRA, 2005, p. 19).

A partir da década de 80, a agricultura familiar passou a assumir a condição de configuração em declínio, em termos de modelos de agricultura preponderantes no país, mas ao mesmo tempo começou a ser tema de interesse para estudos, principalmente a partir de 1990, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), também conhecida como Rio-92 (ASSIS, 2008), na qual foram privilegiadas discussões sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, e preservação do meio ambiente – todos eles conceitos que atingiam diretamente o ambiente rural (FIALHO, 2005). Conterato, Gazolla e Schneider (2007) ressaltam a importância desses temas quanto às possibilidades que implicam, no sentido de “tornar o meio rural dinâmico e capaz de manter e atrair a população. Isso resultaria num aumento do nível do bem-estar tanto da população rural como urbana” (p. 109). Com isso, o meio rural passou a ser alvo de valorização, não apenas em seu sentido próprio – como modo de organização socioeconômica – mas também no sentido de oportunidade diferencial para reconstrução de valores.

O meio rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais densa que extrapola as relações sociais locais e abrange dimensões regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Relações sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológicos e cultural).

A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias sob forma de apoio à produção de conservas, artesanatos e manufaturas os mais variados, bem como na dinamização de agroindústria associativa de agricultores familiares (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 110).

A revalorização do rural como alternativa sustentável e positiva, assim como investimento para um futuro menos catastrófico tanto para o ambiente quanto para as relações humanas, de fato alterou a imagem desse contexto e influenciou investimentos públicos. O poder público, acompanhando essa ideia, investe e incentiva manifestações culturais locais (artesanato, turismo ecológico), atraindo a população em geral, que participa dos eventos incrementando a economia da região (FIALLHO, 2005; LIMA, 2005; MOREIRA, 2005). No presente estudo haverá oportunidade de discorrer sobre o tema e sobre como as políticas públicas têm incentivado o resgate de valores rurais e o impacto desse movimento para a constituição da identidade do descendente de pomerano residente no campo.

Gertz (1987) propõe que a sociedade campesina de descendência germânica, com sua característica de agricultura familiar e modo de vida campesino, favoreceu a manutenção dos aspectos ligados ao *Deutschtum*. O peso da tradição e da rigidez na transmissão de valores são aspectos importantes para entender a manutenção do uso da língua de uma geração para outra, assim como da conservação de concepções e práticas relativas ao trabalho, às relações de parentesco, aos matrimônios, entre outros elementos culturais. Percebe-se que a moderna tendência de revalorização da agricultura familiar e do modo de vida campesino contribui de forma positiva para alterações da identidade social camponesa, decorrente da valorização da pertença ao grupo (TAJFEL, 1982b). Feitas as considerações acima, considera-se que há necessida-

de de maior detalhamento do conceito de identidade social, de forma que os objetivos do estudo que aqui se descreve resultem compreensíveis e justificados. Isso será feito no capítulo que se segue.

### **CAPÍTULO III**

## O CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL, OS OBJETIVOS DO ESTUDO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA DE CAMPO

A psicologia, tal como a conhecemos hoje, ou a “nova psicologia” (GOODWIN, 2005), nasceu na Alemanha, que despontava como importante centro de atração de acadêmicos de todo o mundo devido ao grande número de universidades que possuía ao longo do século XIX e no início do século XX. Como campo de saber, inicialmente ligado à filosofia, a psicologia já desenvolvia estudos sobre algumas atividades humanas, porém estabeleceu-se como ciência a partir do final do século XIX, com a fundação do Laboratório de Psicologia Experimental, em Leipzig, por Wilhelm Wundt (GOODWIN, 2005; FARR, 1998). Segundo Jacques (1998), o processo histórico de desenvolvimento da psicologia não é linear, mas sim composto por variantes que se interligam formando uma rede de eventos marcada por avanços e retrocessos ao longo do tempo.

O período ditatorial de Hitler foi marcado por perseguições a intelectuais nos Estados dominados pela Alemanha, o que forçou a migração de muitos pesquisadores, principalmente para os Estados Unidos, nos anos que antecederam e durante a Segunda Guerra Mundial, do que resultou intensa produção científica nos países que os receberam (JACQUES, 1998). Em decorrência desses fatos, situa-se o marco inicial

da Psicologia Social Moderna nos Estados Unidos, no qual se desenvolveram influentes proposições referentes às ciências sociais, no pós-guerra (FARR, 1998).

Aspectos embrionários que contribuíram para o surgimento da Psicologia Social estavam presentes já no século XIX, a partir de Wundt e suas pesquisas sobre os processos psicológicos superiores (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; GOODWIN, 2005; SANTOS, 2006). Em Leipzig, Wundt desenvolveu um método experimental para a psicologia, que foi bastante produtivo no “exame da experiência consciente ‘imediate’, por meio de métodos experimentais de laboratório” (GOODWIN, 2005, p. 121), o que foi chamado de Psicologia Fisiológica, enquadrada dentre as *Naturwissenschaften*<sup>18</sup>. Propôs também o “estudo de processos mentais superiores, por meio de métodos não-experimentais” (GOODWIN, 2005, p. 121), que denominou *Völkerpsychologie*<sup>19</sup>.

Segundo esse, que por vezes é nomeado como o “pai da psicologia”, os processos psicológicos internos são resultado de processos históricos da espécie, e a psicologia individual deveria ser completada também com o método de pesquisa histórica, cultural e etnográfica. Com isso foi contextualizada uma psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), cujos objetos de estudo seriam manifestações grupais como linguagem, religião, costumes, mitos, a partir de métodos não experimentais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; FARR, 1998; GOODWIN, 2005). Entretanto, essa vertente de estudos desenvolvida em Leipzig não despertou muito interesse de estudantes e pesquisadores, que enfatizaram as pesquisas laboratoriais, relegando ao esquecimento nos círculos acadêmicos os esforços por uma psicologia dos processos superiores, com os aspec-

---

<sup>18</sup> Ciências Naturais.

<sup>19</sup> A tradução mais aceita seria Psicologia dos Povos.

tos culturais e sociais neles implicados, conforme a visão de Wundt (FARR, 1998).

Como já foi dito antes, nas primeiras décadas do século XX houve uma debandada de intelectuais deixando as universidades alemãs devido à instabilidade política e militar que pairava sobre o continente. Na psicologia muitos foram atraídos pela criação de um Núcleo de Pesquisas, ligado ao Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), onde Kurt Lewin fundou o Centro de Pesquisa para Dinâmica de Grupo, que teve “papel vital no desenvolvimento de uma psicologia social cognitiva. Eles refletiam, na América, a influência da Psicologia da Gestalt” (FARR, 1998, p. 21). Pouco depois, o Centro mudou-se para Michigan, onde Leon Festinger e Daniel Katz se consolidaram como as principais referências em metodologia com o livro *Research Methods in the Behavior Science* (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Os estudos de Festinger se valeram de experimentos de comparação entre membros de diferentes grupos, e deram origem à Teoria da Comparação Social, que se ocupou das comparações que os indivíduos fazem entre suas avaliações pessoais e as avaliações de outros indivíduos que lhe são significativos em busca de elementos justificadores para suas concepções e suas ações, enfatizando, portanto, processos interindividuais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1982a, 1983). Para fazer a ligação que nos interessa aqui, é importante ressaltar que tais estudos, assim como aqueles desenvolvidos em outros núcleos de pesquisa nos Estados Unidos nos quais se atuava a partir da perspectiva da *Gestalt*, influenciaram a Psicologia Social Inglesa no pós-guerra. Após o período de guerras e durante a reconstrução das universidades europeias, muitas foram as influências dos intelectuais radicados nos Estados Unidos sobre as pesquisas na Europa. Um claro exemplo é o da Escola de Bristol, na Inglaterra, na qual os estudos

de Henri Tajfel levaram à proposição da Teoria da Identidade Social (TIS), cuja repercussão e relevância na Psicologia Social são reconhecidas (AMÂNCIO, 2006).

Era nitidamente uma forma de psicologia social psicológica, que tinha suas raízes na teoria dos processos de comparação social de Festinger, e que constituía uma crítica dos estudos de campo das relações intergrupais de Sherif. Tajfel produziu uma teoria do preconceito puramente cognitiva que se constituiu numa contribuição significativa a uma psicologia social já altamente cognitiva. Esta última foi a forma dominante de psicologia social na fala inglesa, durante a era moderna da psicologia social. Embora a teoria da identidade social se tivesse originado na Europa, se desenvolveu muito rapidamente pelos países da antiga Comunidade Britânica (FARR, 1998, p. 29).

Tajfel iniciou seus estudos trabalhando com “programas dirigidos à reabilitação das vítimas da Segunda Guerra Mundial. [...] Suas primeiras pesquisas foram uma série de estudos inspirados no denominado *New Look in Perception*, perspectiva preocupada com processos de construção da percepção” (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 271). As pesquisas ligadas à cognição influenciaram diretamente na construção do conceito de categorias sociais, fundamental para o reconhecimento grupal. As categorias sociais estão na base do desenvolvimento de conceitos como estereótipo e identidade social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; DESCHAMPS; MOLINER, 2009; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1982a, 1983). No âmbito do “*New Look in Perception*” destacam-se as descobertas de Bruner (1973) referentes à acentuação perceptiva de determinados elementos entre membros de uma mesma categoria social, em divergência com o que se constata entre integrantes de outras categorias (diferenciação intercategorial) (AMÂNCIO, 2006; MARQUES; PAEZ, 2006). Suas descobertas ganharam mais relevância em experimentos posteriores, pois acentuaram a importância da categori-

zação social para o reconhecimento de valores intergrupo, principalmente no tocante aos estudos sobre preconceito (AMÂNCIO, 2006; MARQUES; PAEZ, 2006; TAJFEL; BILLIC, 1974; TAJFEL; FORGAS, 1981; TURNER, 1983).

Esses estudos iniciais contribuíram para a compreensão do mecanismo de atuação da superestima perceptiva em nível grupal, pois os mecanismos valorativos que acompanham alguns objetos se acentuam ou não em função da posição social do indivíduo. Os resultados obtidos revelam que a percepção é influenciada por fatores externos ao indivíduo, como se pode constatar no texto abaixo:

A conclusão de Tajfel foi que a forma como se percebe o mundo exterior é o resultado da interação entre a informação que chega aos sentidos e a organização interna ativa desta informação por parte da pessoa. Um dos princípios desta organização interna é a acentuação das diferenças existentes entre objetos que pertencem a diferentes classes e a minimização das diferenças entre os objetos da mesma classe. Este princípio, segundo Tajfel, tem uma importância especial quando passamos do âmbito da percepção das pessoas e quando as classes de objetos são, na verdade, grupos sociais, que surgem como resultado da aplicação de critérios classificatórios carregados de valor (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 272).

Pode-se dizer que a percepção tem função social quando interfere de modo a acentuar ou diminuir propriedades do que é percebido, as quais são associadas às dimensões valorativas no grupo de pertença (AMÂNCIO, 2006). A realidade é percebida e organizada por meio de categorias que simplificam as ideias e conceitos atinentes aos grupos, o que significa que o meio é interpretado não somente com critérios classificatórios e descritivos, mas com critérios avaliativos transmitidos pelos diversos grupos dos quais o indivíduo é integrante (AMÂNCIO, 2006; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1983). Nesse sentido, há con-

senso nas representações que determinado grupo possui dos objetos e pessoas, como aponta o texto abaixo:

No decurso do processo de socialização aprendemos que as pessoas se dividem em categorias: “homens” e “mulheres”, “espanhóis” e “portugueses”, “cristãos” e “hindus”, etc. Ao utilizarmos estas categorias no dia-a-dia, negligenciamos as características próprias de cada pessoa em particular, e exageramos as que as tornam semelhantes aos estereótipos dos seus grupos. A estrutura do mundo real, que está organizada em termos de dimensões contínuas, passa a ser compreendida em termos de categorias discretas. Este processo de acentuação perceptiva corresponde à base cognitiva da teoria dos estereótipos proposta por Tajfel. Mas a categorização baseia-se também em juízos de valor que nos são transmitidos no início do desenvolvimento moral e cognitivo (MARQUES; PAEZ, 2006, p. 338).

Categorização social, então, pode ser definida como um processo que permite ordenar as informações percebidas como categorias organizadas e distingui-las de outras. Do mesmo modo podemos distinguir características de alguns grupos dentre si por conotação de valores como: bom/mal, adorável/detestável, bonito/feio, entre outros. Isso está em parte referido à percepção grupal e em parte é relativo à história social das imagens estabelecidas em cada grupo (AMÂNCIO, 2006; DESCHAMPS; MOLINER, 2009; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1983). Assim, a percepção das categorias sociais “não é fruto de um processo universal e autogenerativo, mas produto da assimilação dos valores e normas sociais da cultura da qual faz parte” (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 273).

Foi a partir da década de 1960 que Tajfel e colaboradores realizaram experimentos comparativos entre categorias sociais ligadas a determinados grupos, o que culminou em um conceito de identidade social que abrange “uma auto-imagem e auto-conceito individual que pode

ser pensado como, em certa medida, dependente de membros de seu grupo e, em particular, na diferenciação que existe entre seu próprio grupo e outros” (TAJFEL; FORGAS, 1981, p. 124). Assim, as pesquisas de Bristol foram além da Teoria da Comparação Social de Festinger (1954), ultrapassando seu nível interindividual para alcançar instâncias coletivas, na forma de conjuntos de categorias sociais, que proporcionam a compreensão das diferenciações intergrupais (AMÂNCIO, 2006; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1983).

De acordo com Tajfel (1982a, 1983), são três os componentes que se manifestam como parte do processo permanentemente ativo de pertença a um ou mais grupos sociais, a saber: o cognitivo, o valorativo e o emocional. O componente cognitivo permite ao indivíduo a percepção de seu pertencimento ao grupo a partir do conhecimento que detém acerca dos valores e outros aspectos componentes das categorias sociais relevantes no cotidiano do grupo (AMÂNCIO, 2006). O componente valorativo, ou avaliativo, permite aos membros de qualquer grupo valorar as características grupais como positivas ou negativas, o que sempre é feito a partir de comparação com outros grupos. Tal processo é marcado por um efeito interessante, que leva à percepção dos membros do *outgroup* (o grupo ao qual não se pertence, ou exogrupo) como mais homogêneos, e os membros do *ingroup* (ou endogrupo, aquele ao qual o indivíduo pertence) como mais heterogêneos (PAIVA, 2007). Tal efeito, vale assinalar, pode ter relação com a formação de estereótipos. A percepção e a valoração das características de um determinado grupo ao qual se está filiado, ou da configuração global de suas pertencas grupais, têm implicações emocionais, afetando o autoconceito ou autoestima. Esses aspectos emocionais são importantes como fatores que, dentro das possibilidades concretas de que o indivíduo dispõe, podem direcionar suas concepções e suas ações relativas ao(s) seu(s)

próprio(s) grupo(s) – inclusive afastar-se dele(s) –, assim como sua forma de agir em relação aos exogrupos (TAJFEL, 1982a, 1983).

É importante destacar que a categorização social, que está na base da diferenciação entre grupos e na construção de estereótipos, é um processo necessário à vida grupal. Paiva (2007) afirma que, de fato, é “uma tendência da cognição juntar, em categorias ou grupos, objetos, eventos e pessoas de acordo com suas semelhanças físicas, psíquicas, comportamentais ou outras” (p. 79). Segundo Marques e Paez (2006), o processo de categorização social foi descrito inicialmente por Gordon Allport, que, por sua vez, apoiou-se em ideias de Lippmann (1922) (que é considerado precursor da concepção contemporânea de estereótipo) para mostrar que os “indícios estereotípicos de tipo perceptivo associam-se a outros marcados por valores sociais [...] acabando por tornar a categorização social independente da estrutura do mundo físico” (MARQUES; PAEZ, 2006, p. 334).

A categorização social viabiliza às pessoas a organização do mundo à sua volta – em *categorias*, evidentemente –, pois o mundo tal qual o percebemos é composto de objetos e pessoas impregnados de valores sociais, que não acompanham, necessariamente, suas características físicas. A categorização resulta de conceitos compartilhados entre membros de determinado grupo, proporcionando, por exemplo, que se atribua às pessoas traços gerais que os integrantes do grupo reconhecem e compartilham como sendo próprios da categoria social à qual essas pessoas pertencem. Tal mecanismo cognitivo favorece o exagero na diferenciação entre pessoas de grupos distintos, consolidando estereótipos decorrentes do conceito formado e compartilhado a respeito de tais pessoas (AMÂNCIO, 2006).

As interações humanas (tanto em nível interindividual como em nível

intergrupais) se dão entre indivíduos que fazem parte de grupos que os valorizam e são por eles valorizados, de alguma forma. Esses indivíduos, então, “portam” categorias sociais associadas a tais grupos, o que permite comparações. Tais comparações, quase sempre, se dão em contexto de autovalorização pessoal decorrente do pertencimento a determinado grupo, no sentido de que cada um se compara a indivíduos de outros grupos partindo de uma avaliação que já foi pré-definida (TAJFEL, 1983; TURNER, 1983).

A perspectiva relativista [...] também é fundamental, noutro sentido, para a compreensão do funcionamento das filiações de grupo, atitudes intergrupo e conflito intergrupo. A razão é que não há nenhum grupo social numa sociedade complexa que viva isolado de outros e, portanto, os processos subjacentes às formas como ele se compara a outros grupos são cruciais para a forma como os seus membros o definem. Estas noções ‘comparativas’ que os indivíduos constroem sobre o grupo, ou grupos a que pertencem, contribuem, por sua vez, para alguns importantes aspectos da definição de si próprios e da sua influência social (TAJFEL, 1983, p. 189).

Nos primeiros estudos experimentais com o que chamaram de grupos mínimos (grupos sem qualquer história social, criados no momento do estudo, e nos quais os participantes do estudo foram alocados de forma aleatória, apenas para o cumprimento das tarefas previstas na situação experimental), Tajfel e colaboradores verificaram o surgimento de uma noção de pertença, acompanhada de elementos emocionais, compartilhada pelos integrantes de um mesmo grupo, mesmo este tendo as aludidas características de *grupo mínimo* (TAJFEL, 1982a). Essa noção se traduzia em avaliação positiva das características próprias do grupo de pertença e empenho cooperativo com os demais integrantes do grupo, no sentido de apresentarem desempenho superior ao do “outro grupo” constituído na situação de estudo.

Guardadas as devidas diferenças de proporção envolvidas, tal situação tem semelhança com o que poderia ser referido como um tipo de etnocentrismo primitivo – ainda que em tal caso não se possa falar em *grupos mínimos*. A noção de etnocentrismo refere-se à exaltação de características próprias de uma determinada etnia que esteja em comparação com outras, que são avaliadas como tendo características menos positivas do que as do grupo étnico de pertença (AMÂNCIO, 2006; TAJFEL, 1982b, 1983).

Em grupos sociais naturais as características que lhes são peculiares decorrem de um processo histórico que interliga gerações e que resulta, no nível individual, em conceitos positivos e negativos sobre seu próprio grupo e sobre outros grupos. Esses conceitos são transmitidos entre os indivíduos no cotidiano da vivência grupal e cultural na qual estão imersos. Esse “enquadramento” favorece a atribuição de características negativas aos exogrupos. Portanto, as características que compõem o estereótipo acerca de determinados grupos já existem *a priori* e são transmitidas aos integrantes de qualquer grupo, como preconceitos (TAJFEL, 1982b, 1983).

Tajfel (1983) assinala que os estereótipos tendem a ser resistentes à mudança mesmo diante de determinadas circunstâncias nas quais existam evidências que os contradigam, pois estão assentados sobre consensos sociais resultantes de processos históricos. Por isso servem ao grupo como proteção quanto a enganos de classificação que possam ser cometidos em relação aos demais grupos ou às demais situações, funcionando como garantias difundidas de que aquelas categorias, conceitos ou valores são verdades compartilhadas pelos demais membros do grupo de pertença (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; AMÂNCIO, 2006; MARQUES; PAEZ, 2006).

Para Tajfel (1983), o elo entre as funções individuais e sociais dos estereótipos é a identidade social. A categorização social é um dos processos básicos que participa da construção da identidade social, pois é ela que permite que o indivíduo se perceba como membro de um determinado grupo social que difere dos demais. A ideia de que os estereótipos são construções ao mesmo tempo individuais e coletivas não é nova: “Wundt (1900) realizou uma nítida distinção entre psicologia individual e coletiva, e sua distinção foi mantida por MacDougall (1920) no lado grupal, e Allport (1924) no lado individual” (STANGOR; SHALLER, 2000, p. 64). Sendo assim, o elo necessário e distintivo entre o indivíduo e o social está expresso no que é denominado de identidade social – conceito que se relaciona tanto ao indivíduo quanto ao grupo.

Para a Teoria da Identidade Social as categorias sociais expressam o conhecimento do indivíduo a respeito da realidade, conforme a perspectiva resultante do filtro social de cada grupo, em adição ao componente emocional individual que acompanha a pertença ao grupo. Essa composição norteia a valoração positiva ou negativa da pertença ao endogrupo, que se reflete no autoconceito de cada membro daquele grupo (HUDDY, 2004). De acordo com Tajfel, a composição da percepção do indivíduo sobre o mundo exterior resulta da interação entre a “informação que chega aos sentidos e a organização interna ativa dessa informação por parte da pessoa” (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 272). É possível dizer, portanto, que “identidades baseadas na religião, etnicidade ou classe são cada vez mais a forma privilegiada nas modernas sociedades” (HUDDY, 2004, p. 950).

A avaliação que o indivíduo faz de seus grupos de pertença está diretamente relacionada à sua autoavaliação, pois a filiação ao grupo está condicionada à contribuição positiva deste para a identidade social do indivíduo. Individualmente, há necessidade de dar significado ao per-

tencimento a um grupo e com isso fortalecer a autoimagem e a identidade grupal (AMÂNCIO, 2006; MCCOY; MAJOR, 2003; HUDDY, 2004; TAJFEL, 1983). Para Tajfel (1983) existem quatro formas possíveis de interação entre indivíduo e grupo, que podem ser descritas valendo-se das palavras de Bonomo (2010):

Um indivíduo tende a manter-se como integrante de um grupo e a procurar novos grupos se estes contribuírem para a construção de aspectos positivos de sua identidade social;

Caso este critério não seja alcançado, tende o indivíduo a abandonar o grupo. Exceto: (a) caso seja impossível por vias objetivas, ou (b) se instale um conflito entre valores importantes para o indivíduo e estes sejam parte de sua auto-imagem aceitável;

Neste caso, duas alternativas se apresentam como soluções possíveis: (a) uma resignificação pessoal dos atributos negativos do grupo, tornando-os aceitáveis e justificáveis ou (b) aceitar a realidade tal como é e buscar formas de transformá-la através de uma ação social. Entre essas possibilidades haveria inúmeros outros caminhos como, por exemplo, a justificação dos atributos negativos concomitantes a uma prática para modificá-los;

Partindo do princípio que nenhum grupo vive isolado dos demais, os aspectos positivos da identidade social e os mecanismos para a sua manutenção só teriam sentido se relacionados ou comparados a outros grupos (BONOMO, 2010, p. 65/66).

A percepção continuada de que o grupo tem características positivas (TAJFEL, 1982a; 1983) e a estabilidade com que tais características confirmam a expectativa daquele que se sente integrado a esse grupo (JACKSON; SMITH, 1999) são condições primordiais para a renovação da sensação confortável de pertença ao grupo, cujas características são avaliadas positivamente e admiradas. Ainda assim, podem existir razões objetivas ou de juízo de valor que tornem inviável a permanência do indivíduo no grupo, forçando-o a considerar seu afastamento.

Essa situação de desistência pode advir tanto da existência de situação insustentável quanto da rigidez das características do grupo de pertença (TAJFEL, 1983). Mesmo diante de aspectos que dificultem a permanência do indivíduo no grupo, ela pode se confirmar, por impossibilidade objetiva de desfazê-la ou quando o afastamento desse grupo se configurar como situação cujo custo moral ou emocional seja muito expressivo, implicando múltiplas e árduas consequências. Em tal contexto, a pessoa “tentará mudar a sua avaliação, justificando ou aceitando suas características negativas” (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 278), ou tentará reagir ou protestar no sentido de provocar uma mudança da situação problemática, como esclarece Tajfel (1983):

É evidente que às vezes não se pode fugir ativamente havendo que permanecer, ativamente ou não; ou, tendo tentado fugir sem êxito, ou vendo outra pessoa tentar, chega-se a acreditar que é impossível escapar e que é preciso assumir as consequências de permanecer (p. 329).

Para a Teoria da Identidade Social há fronteiras intergrupais que são percebidas como mutáveis e outras que não o são – tal flexibilidade determinará se um indivíduo terá mobilidade social entre um grupo e outro (SUDA; SOUZA, 2006). Portanto, a mobilidade social intergrupala e intragrupal condicionar-se-á ao sistema de crenças presentes em determinados grupos – havendo um sistema flexível de valores, este proporcionará liberdade de pertença a um grupo ou a outro. Não havendo alternativa de mobilidade intergrupala, o caminho possível é agir de forma a favorecer mudança social que resulte em transformações na relação do grupo com o contexto em que ele se situa, mudança essa cujo foco primordial pode estar tanto no grupo como no contexto (TAJFEL, 1983).

Ainda que de forma superficial, uma vez que o assunto será discutido mais amplamente quando da apresentação dos resultados, já foi assina-

lado no primeiro capítulo do texto, no caso dos participantes do presente estudo, que foram vários os momentos nos quais as informações fornecidas pelos entrevistados retrataram coesão do grupo e, em diversos aspectos, resistência à influência de outros grupos com os quais interagem (embora em muitos outros aspectos seja possível falar em ambiguidade e até mesmo em desvalorização). As estratégias valorativas de preservação do *status quo* e da coesão grupal verificadas podem ser compreendidas pela necessidade da autoavaliação do grupo (por seus componentes) para que não ocorram deserções (BONOMO, 2010). Vale lembrar aqui que certas ocorrências históricas brasileiras relacionadas aos imigrantes de origem germânica (veto ao uso da língua alemã nas escolas, proibição do casamento entre imigrantes protestantes e brasileiros natos católicos, represálias de diversos tipos aos descendentes germânicos por ocasião da Segunda Guerra Mundial) geraram estratégias de resistências que acabaram por fortalecer a manutenção das rígidas fronteiras endogrúpis. A rigidez dos limites sociais no grupo estudado parece ter dificultado sobremaneira a aproximação com outros grupos, inibindo o surgimento de reações intragrúpis com objetivo de redefinição de algumas normas valorizadas pelo grupo, e reduzindo as chances de ocorrência de condições viáveis para que alguém se afastasse do grupo e se aproximasse de grupos alternativos.

Outro aspecto dos resultados que aqui também se antecipa (ainda que se trate de aspecto muito particular) é o do surgimento de indícios de que permanece viva uma estreita relação com o campo e com a sede do município, mesmo entre entrevistados jovens que não vivem no campo, enquanto as relações com outros núcleos urbanos se apresentam mais distanciadas, por opção justificada e não por falta de oportunidade. Trata-se de aspecto interessante, uma vez que contraria a tendência identificada nos dados nacionais de êxodo das regiões de economia ru-

ral para os núcleos urbanos com maior volume e maior complexidade populacional. O depoimento de um entrevistado jovem (identificado como SM7), que teve oportunidade de estudar na capital do estado e que optou por retornar para o município para, só então, finalizar o ensino superior, é ilustrativo:

*(SM7) - Morei em Vitória, estudando, mas retornei para cá. [Você foi fazer faculdade?] Não, fui fazer o ensino fundamental da 6ª até o 3º ano e depois que eu passei na faculdade eu retornei para Santa Maria para trabalhar e morar com meus pais, e todo dia ia para Vitória e voltava. Nós temos transporte universitário aqui, porque a prefeitura incentiva o pessoal a ter a graduação. Até então não existia a Farese [uma escola de ensino superior de Santa Maria de Jetibá], há seis anos atrás, se eu não me engano. Tem mais de 16 anos que já tem esse transporte universitário, para Colatina e para Vitória e Vila Velha. [Por que não ficar em Vitória?] Primeiro, pelo amor que eu tenho por essa cidade, que é muito grande, gosto muito daqui, o convívio social aqui é muito bom, não que Vitória seja ruim [...], mas aqui em Santa Maria eu estou perto da minha família e aqui é uma cidade que tem muita oportunidade. Aqui eu tenho meu próprio negócio e a gente está crescendo bastante, e a gente está abrindo outros mercados, a gente vê oportunidade na cidade, na região aqui nossa. É uma cidade em que o convívio social é mais próximo, [...] a única cidade que a gente tinha um convívio social era aqui, nos outros lugares não existia isso; aqui não, a gente está bem próximo de todo mundo. Em cidades como Aracruz, Guarapari, Colatina, cidades menores que a capital, nunca tivemos contato com a vida social da cidade; aqui não, aqui a gente tem. [Mas vocês são daqui?] Sim, somos daqui, meus pais, avós, todos somos daqui. [E seus familiares, sempre moraram na sede?] Sim, sempre na sede e, inclusive, sempre nesse imóvel aqui.*

Trata-se de depoimento que aponta a valorização do grupo de pertença e o desinteresse ou dificuldade em se afastar dele, em decorrência da avaliação positiva da pertença ao grupo e da permanência nele, em adição ao fato de as próprias características típicas das sociedades favorecerem a rigidez de valores (ALBUQUERQUE, 2002; BONOMO,

2010; GERTZ, 1987). Esse assunto voltará a ser abordado no trabalho, com mais detalhes.

Considera-se que nesse ponto do texto é possível enunciar de forma detalhada os objetivos do estudo, de forma a justificar a pesquisa de campo que foi realizada.

Durante o longo período transcorrido desde a chegada dos pioneiros imigrantes pomeranos ao Espírito Santo, e logo a seguir (ao final da década de 1870) à região na qual começaria a surgir o povoado que mais de cem anos depois (em 1988) daria origem ao município de Santa Maria de Jetibá, muitas gerações de descendentes dos imigrantes se sucederam, e muitas transformações em termos de aproveitamento econômico dos recursos e das potencialidades da região atraíram novos habitantes, de diversas proveniências. É certo que alguns desses descendentes de pomeranos deixaram a região, fundando novos povoados, enquanto outros aproveitaram oportunidades que lhes pareceram atraentes para adotarem uma vida urbana, passando a residir na capital do estado ou em seu entorno, mas a maior parte se manteve na região, trabalhando com produção agrícola e criação de animais.

No transcorrer dessa história, é óbvio o fato de que os descendentes de pomeranos, que de início constituíam o único grupo radicado na região (além dos grupos indígenas que ali já viviam, mas que se afastaram para regiões mais distantes), precisaram conviver, em diversas situações e com frequência cada vez maior, com outros habitantes distintos quanto à formação cultural. Eventos históricos – políticos, econômicos e culturais –, já mencionados em outros pontos da introdução do presente trabalho, contribuíram para o surgimento de um contexto no qual os criadores das localidades, descendentes de pomeranos que conservavam muitos aspectos de

sua cultura de origem, passaram a ser alvo de desvalorização, de incompreensão e até de perseguição.

Dessa convivência e da adaptação que ela exigiu resultaram processos grupais de diferentes modalidades. Dependendo das condições concretas vividas, grupos de descendentes podem, por um lado, ter ampliado seu isolamento social ou, por outro, ter concretizado integração satisfatória com os demais moradores. Em decorrência das configurações das articulações entre esses processos, em diferentes momentos, é muito provável que tenham ocorrido oscilações na valorização de itens da cultura pomerana de origem (tanto entre descendentes como entre não descendentes).

Também podem ter resultado daí interferências diretas nas relações interpessoais e intergrupais, influenciando a forma como os descendentes se comparam com outros grupos, como percebem que são avaliados por outros grupos, como se autoavaliam, como aferem seu nível de identificação com o próprio grupo, que problemas detectam como relevantes e demandantes de enfrentamento pela comunidade, quais as características dos projetos pessoais imediatos e de maior prazo que elaboram, e que aspectos enfatizam nas projeções que fazem para o futuro da comunidade de descendentes de pomeranos.

O foco do presente estudo está na compreensão de tais processos e em eventuais regularidades entre eles e o contexto de vida dos participantes do estudo, o que inclui: região que habitam, faixa etária, escolarização e grau de imersão na herança cultural e na língua pomeranas. Trata-se, portanto, de investigar transformações nos contextos em que vivem descendentes de pomeranos radicados tanto na região rural como na sede do município de Santa Maria de Jetibá, buscando compreender como o conjunto dessas transformações pode ter contribuído para a construção de aspectos da identidade social desses brasileiros do

interior do Espírito Santo, e como permanece influente na atualização dessa identidade.

Para atingir tal objetivo, foram entrevistados homens e mulheres descendentes de pomeranos, de diferentes faixas etárias, parte deles residentes na zona rural do município e parte residente no núcleo urbano, visando conhecer como eles descrevem e comentam diversos aspectos de seu dia a dia: trabalho, outras atividades cotidianas, arranjos familiares, configuração das moradias, religião, uso das línguas portuguesa e pomerana, práticas culturais pomeranas ainda adotadas, lazer, amizades, percepção de outros grupos, dificuldades pessoais e da comunidade, perspectivas de futuro divisadas.

Um objetivo paralelo é o de atualizar informações sobre a realidade em que vivem esses descendentes que permanecem na zona rural ou no núcleo urbano do município.

Foram entrevistados 36 homens e mulheres que descendem de imigrantes pomeranos, localizados na sede e região rural de um município da Região Serrana do Espírito Santo. Os entrevistados vivem em um mesmo município de tal região; 17 deles na zona rural (10 mulheres e 7 homens) e os demais 19 vivem na sede (10 mulheres e 9 homens).

Os entrevistados residentes no campo possuem pequenas propriedades rurais onde trabalham em sistema de agricultura familiar, sendo esse trabalho, em alguns casos, conjugado com outras atividades viáveis na mesma propriedade, como avicultura e manufatura de produtos artesanais do gênero alimentício destinados à comercialização em feiras livres. Os entrevistados residentes na região urbana, em sua grande maioria, trabalham em atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

Os dados foram coletados utilizando-se a entrevista narrativa semiestruturada, conduzida a partir de roteiro pré-estipulado que foi subme-

tido a teste (FLICK, 2004). O roteiro foi utilizado em três pré-testes com a finalidade de verificar a adequada compreensão das questões pelos participantes e para aferir sua capacidade de gerar respostas compatíveis com os objetivos da investigação (ROSA; ARNOLDI, 2006). Confirmada sua adequação e feitas algumas adaptações, as entrevistas definitivas foram iniciadas.

O roteiro de entrevista, estruturado para os participantes residentes no campo, foi estabelecido de modo a destacar suas peculiaridades. As perguntas foram direcionadas especificamente para o cotidiano desses indivíduos. Considerando que a grande maioria dos entrevistados residentes na sede do município já viveu no campo, ou tem contato frequente com parentes que residem no campo, o roteiro de entrevista utilizado com eles conjugava questões relativas ao seu cotidiano com outras referentes à população rural e ao ambiente do campo (ALVES; DIAS-DA-SILVA, 1992; WEBER; DESSEN, 2009).

Trabalhar com as respostas de dois grupos que apresentam diferenciações resultantes das condições em que vivem, mas que foram construídas a partir de uma mesma base cultural, pode ter grande valor heurístico, no sentido de ressaltar informações que interessam diretamente aos objetivos do estudo, relativas a aspectos de identidade social.

Dentro de tal estrutura geral de coleta de dados, é importante esclarecer que a estratégia de utilizar as respostas desse grupo de descendentes, que vive hoje relativo distanciamento das condições originais nas quais os imigrantes iniciaram suas atividades no novo país, foi adotada como complementação e também como contraponto confirmatório ou crítico em relação aos temas para os quais existisse risco elevado de respostas distorcidas por excesso de prudência, com o objetivo de não expor demasiadamente o próprio grupo ao olhar externo. O roteiro também in-

cluiu algumas perguntas feitas exclusivamente a tal grupo, uma vez que perderiam o sentido se apresentadas aos residentes no campo.

A abordagem dos potenciais participantes e a explicação sobre a pesquisa foram feitas, em todos os casos, com a mediação de um(a) tradutor(a) e guia da região, que acompanhou todas as viagens ao ambiente rural. Em dois casos de participantes que não se comunicavam na língua portuguesa a entrevista foi conduzida por tradutor(a) vinculado(a) à própria comunidade e residente na sede de Santa Maria de Jetibá. Esse recurso foi utilizado por não haver disponibilidade de tradutores sem ligação com a comunidade, uma vez que a língua pomerana é falada basicamente pelos descendentes nas colônias do Espírito Santo e do Sul do país (SEYFERTH, 2004).

Foram utilizados dois roteiros de entrevistas. O primeiro deles, direcionado aos participantes que ainda residem na “colônia” (SEYFERTH, 2004), designado como grupo Campo. O segundo roteiro, diferente em diversos pontos, tinha como foco os participantes residentes fora do campo, na cidade de Santa Maria, identificado como grupo Sede. É relevante lembrar que os roteiros serviram ao direcionamento das entrevistas, admitindo variações na condução das entrevistas com o propósito de instigar maior participação dos entrevistados, quando isso fosse necessário.

Como alguns assuntos que podem interessar à investigação, tal como ocorre em qualquer grupo, são comumente revestidos de aspectos de proteção quanto à exposição do grupo (por exemplo: alcoolismo, suicídio), houve a preocupação de incluir no roteiro algumas questões que, mesmo sem qualquer referência direta a tais assuntos, pudessem facilitar o aparecimento de relatos nos quais eles figurassem.

No primeiro momento da pesquisa foi feito o trabalho de identificação das residências de famílias de descendentes do grupo Cam-

po, com a colaboração de líderes comunitários das regiões visitadas no município de Santa Maria de Jetibá, e a seguir foram agendados encontros para solicitar participação e realizar as entrevistas. Esses mesmos líderes comunitários foram as pessoas responsáveis pela apresentação dos pesquisadores e da pesquisa, e atuaram como tradutores de perguntas e respostas nos casos em que tal mediação se fez necessária. Nos casos de entrevistas em língua pomerana foi adotada a seguinte sistemática: as perguntas foram apresentadas em português e imediatamente traduzidas para o entrevistado; as respostas fornecidas também foram traduzidas de imediato para o português, para que a voz do tradutor constasse da gravação original. Participantes residentes na sede de Santa Maria de Jetibá, que compõem o grupo Sede, foram contatados em suas residências a partir de indicações iniciais de funcionários da Prefeitura Municipal, exceto nos casos em que já eram conhecidos dos responsáveis pela pesquisa. A cada entrevistado foi solicitada a indicação de outros possíveis participantes, utilizando “amostra de conveniência” (procedimento de constituição do conjunto de participantes por bola de neve) (TURATO, 2003). Todo o processo foi gravado, mediante autorização do entrevistado, e as transcrições (apenas dos trechos em português, evidentemente) foram providenciadas nos dias seguintes.

Obstáculos tiveram que ser superados na abordagem aos entrevistados, tanto no campo como na sede, e são mencionados aqui porque tal explicitação pode constituir contribuição a pesquisadores interessados no desenvolvimento de estudos com características semelhantes ao que aqui está sendo relatado. Um exemplo: no caso dos participantes do grupo Campo, condição na qual os indivíduos trabalham nos arredores de suas residências, foi muito comum encontrar os indivíduos trabalhando no dia da abordagem, em qualquer horário. Dessa forma,

sempre havia o constrangimento de estar forçando a interrupção do trabalho para poder interagir e marcar as entrevistas.

Outro obstáculo foi a ausência de domínio da língua pomerana por parte dos pesquisadores, mesmo quando o entrevistado se expressa em português. Isso ocorre porque o conhecimento do pomerano indica que o indivíduo (no caso de ele não ser descendente de pomeranos) desenvolveu o que poderia ser considerado um interesse genuíno naquele grupo, o que aproxima tais pessoas, de forma que os entrevistados se mostram mais interativos, confiantes e solícitos. Um aspecto relacionado a essa mesma fronteira imaginária que pode aproximar ou afastar o entrevistador do grupo pode ser relatado. Em vários casos ficou evidente que após ter sido vencida a barreira do primeiro contato e assim que a pesquisadora Jamily Fehlberg foi identificada como descendente de pomeranos, embora residente em outra localidade, o que, via de regra, constituiria dificuldade se transformou em aproximação, na maioria das entrevistas feitas no campo. Isso, com certeza, contribuiu para que grande parte de tais entrevistas resultassem extensas e muito informativas.

As recusas de entrevistas também podem ser vistas como exemplos das dificuldades envolvidas. Ocorreram vinte episódios desse tipo durante o processo de coleta de dados. Em alguns casos houve dificuldade até mesmo na autorização para que o entrevistador e o tradutor se aproximassem das residências. Fatos desse tipo inviabilizaram a realização de maior número de entrevistas ao longo do período de coleta de dados do grupo Campo, que teve a duração de um ano. Nesse período, foram feitas cerca de três viagens mensais ao município no qual residem os entrevistados, que dista 87 km da capital do estado, perfazendo um total de 36 viagens durante o ano de 2009. Ao longo do primeiro semestre do ano de 2010 foram realizadas as entrevistas na sede do município, o que gerou 18 novas viagens ao município.

## CAPÍTULO IV

# CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS SEDE E CAMPO EM RELAÇÃO AOS CONTEXTOS DA FAMÍLIA, DA ESCOLARIZAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DO TRABALHO

A partir desse ponto inicia-se a apresentação dos resultados da investigação. O processo de análise dos dados iniciou-se com um esquema de recortes em cada entrevista, no qual foram destacadas partes dos textos transcritos para um arquivo separado. Cada recorte foi trabalhado de forma que resultava uma síntese da fala recortada e foi acompanhado de um comentário. A seguir, cada recorte foi classificado nas categorias gerais: escolaridade, trabalho, casamento, família, problemas, cultura e língua. Posteriormente, os dados pré-selecionados (sínteses das falas e comentários) foram organizados em tabelas temáticas que propiciaram melhor visualização ao pesquisador e facilitaram a categorização final dos dados, envolvendo detalhamento das categorias amplas mencionadas acima. Depois, foram geradas novas tabelas cruzando dados de diferentes categorias inter-relacionadas com o objetivo de detectar eventuais regularidades que facilitassem interpretação.

Os dados foram organizados de modo a permitir análise inicial das características gerais dos dois grupos, ao que se seguiu uma comparação entre esses grupos. Temas específicos foram analisados, abordando-se

as respostas dos participantes residentes no campo sobre si mesmos, e comparando-as com as respostas dos que vivem na sede referentes à população de descendentes que permanece no campo. As perguntas direcionadas exclusivamente aos residentes na sede foram analisadas separadamente. Para o trabalho com o material textual resultante das entrevistas optou-se pela utilização do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; BAUER, 2002).

Optou-se por apresentar os resultados em tabelas numéricas, acompanhadas de recortes das entrevistas relativos aos dados constantes dessas mesmas tabelas, como ilustração e detalhamento das categorias consideradas na análise.

É importante lembrar que é parte essencial do estudo reunir elementos que permitam caracterizar de que forma se organiza a vida dos indivíduos estudados, tanto os que vivem no campo como os que vivem na sede do município, em termos das modalidades de trabalho que desenvolvem e dos contatos e das trocas com os integrantes de seus respectivos grupos de interação – no âmbito da família, da comunidade de descendentes, dos amigos, da esfera do trabalho.

Partiu-se do pressuposto de que tais indivíduos formaram-se sob influências culturais que apresentam dissimilaridades em relação aos demais moradores não descendentes de imigrantes da Pomerânea. Sendo assim, diversas facetas da vida dos descendentes de pomeranos que participaram do estudo interessavam à investigação, daí o roteiro de entrevistas incluir questões sobre assuntos diversos. O que se pretendeu foi, a partir de eventuais regularidades e nexos constatados, formular propostas que permitissem ampliar a compreensão da realidade, das dificuldades e das perspectivas de indivíduos com as características dos que foram estudados.

Ao mesmo tempo em que são descritos os resultados, interpretações possíveis sobre seus significados são apresentadas, ponderadas e discutidas em função de outros resultados, tanto da própria investigação como de outros estudos disponíveis na literatura.

A preocupação inicial foi a de apresentar uma caracterização geral dos participantes. Como os convites para participação foram feitos com base em critérios gerais (ser descendente, faixa etária, e residir no município – na sede ou no campo), o conjunto de elementos selecionados para a caracterização dos participantes constitui um quadro essencial para entender outros aspectos da realidade vivida por eles. Esse conjunto de elementos abordados no presente capítulo incluiu informações sobre: estado civil, escolaridade, domínio dos idiomas português e pomerano pelo entrevistado e por outros parentes seus, prole, características dos cônjuges (para os que são casados), religião, modalidades de trabalho e organização familiar da atividade laboral, e configuração residencial/familiar em que vivem.

Em relação à forma da organização familiar da atividade laboral, as informações referem-se apenas ao grupo Campo, como se verá. Os dados evidenciaram, como ficará esclarecido no texto, que o trabalho ocupa lugar central no cotidiano dos entrevistados e exige grande dedicação, tanto em termos de tempo despendido como em termos de esforço físico realizado. O fato de algumas informações referirem-se apenas ao grupo Campo já foi objeto de esclarecimento quando se descreveu a metodologia do estudo, mas vale lembrar que a utilização de dois grupos não significa que ambos foram investigados com os mesmos propósitos.

Os participantes constituíram dois grupos, identificados como Campo e Sede, cujas características já foram apresentadas anteriormente,

lembrando-se aqui que esses grupos diferem entre si em relação ao local de moradia do participante: propriedades rurais do município foco da pesquisa e cidade sede desse mesmo município, respectivamente. Algumas características dos 17 componentes do grupo Campo estão apresentadas na Tabela 1. A seguir, aparecem na Tabela 2 as mesmas características dos 19 componentes do grupo Sede. Buscou-se, na medida do possível, equilibrar os grupos em relação ao sexo e à idade dos participantes.

Desse ponto em diante cada entrevistado será identificado por código composto por uma letra inicial em caixa alta referente ao grupo que integra (C ou S), uma segunda letra também em caixa alta referente ao sexo do entrevistado (F ou M), seguidas por um número que corresponde à sequência de entrevistas nos grupos Campo e Sede.

**Tabela 1** – Identificação dos participantes que compõem o grupo Campo. Observação: a) na coluna “Estado Civil” as letras C e R, entre parênteses, referem-se a casamento civil e religioso; b) na coluna “Idioma” as siglas “Pom” e “Port” referem-se aos idiomas Pomerano e Português.

Identificação	Idade	Educacionalidade	Estado Civil	Idioma	Religião
CF1	26	Ensino Fundamental	União Estável	Pom/Port	Luterana
CM2	30	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF3	23	Ensino Fundamental	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
CM4	27	Ensino Fundamental	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CM5	32	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casado (C)	Pom/Port	Luterana
CF6	34	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Separada	Pom/Port	Luterana
CF7	25	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
CM8	34	Ensino Médio	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF9	27	Ensino Médio incompleto	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF10	35	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF11	50	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casada (C e R)	Pom	Luterana
CM12	50	Ensino Fundamental	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CM13	50	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF14	62	Ensino Fundamental incompleto (2ª série)	Víúva	Pom/Port	Luterana
CF15	54	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	Casada (C e R)	Pom	Luterana
CM16	50	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
CF17	50	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana

**Tabela 2** – Identificação dos participantes que compõem o grupo Sede. Observação: a) na coluna “Estado Civil” as letras C e R, entre parênteses, referem-se a casamento civil e religioso; b) na coluna “Idioma” as siglas “Pom” e “Port” referem-se aos idiomas Pomerano e Português.

Identificação	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Idioma	Religião
SM1	40	Ensino Superior completo	Solteiro	Pom/Port	Luterana
SF2	24	Ensino Fundamental completo	Solteira	Pom/Port	Luterana
SF3	28	Ensino Fundamental completo	União Estável	Pom/Port	Católica
SF4	29	Ensino Fundamental incompleto (6ª série)	União Estável	Pom/Port	Católica
SM5	30	Ensino Médio completo	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
SF6	40	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	União Estável	Pom/Port	Luterana
SM7	23	Ensino Superior e Pós-Grad.	Solteiro	Port	Luterana
SM8	22	Ensino Médio completo	Solteiro	Port	Católica
SF9	33	Ensino Médio completo	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
SM10	31	Ensino Superior completo	União Estável	Pom/Port	Luterana
SM11	33	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
SM12	63	Analfabeto (já foi à escola)	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
SM13	50	Ensino Fundamental completo	União Estável	Pom/Port	Católica
SF14	54	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	Separada	Pom/Port	Luterana
SF15	55	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Viúva	Pom/Port	Católica
SF16	62	Ensino Médio completo	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
SM17	56	Ensino Médio completo	Casado (C e R)	Pom/Port	Luterana
SF18	52	Ensino Médio completo	Casada (C e R)	Pom/Port	Luterana
SF19	48	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	Viúva	Pom/Port	Luterana

A faixa etária dos participantes, considerados tanto os do grupo Campo como os do grupo Sede, compreende idades entre 22 e 63 anos. A amplitude de tal faixa permitiu definir dois grupos etários para efeito de análise de alguns dados. No primeiro grupo a idade variou entre 22 e 41 anos, resultando a idade média de 29,8 anos (29,3 entre residentes no campo e 30,0 entre residentes na sede). No segundo grupo a idade variou de 48 a 63 anos, resultando a idade média de 53,6 anos (52,3 entre residentes no campo e 54,7 entre residentes na sede). O grupo dos mais novos inclui 10 homens e 11 mulheres, enquanto o grupo dos mais velhos inclui 6 homens e 9 mulheres.

A linha de descendência ainda se mantém bastante nítida, como evidenciado por uma característica que não consta das Tabelas 1 e 2, mas que é aqui mencionada, que é o fato de as mães de todos os 36 par-

ticipantes serem descendentes de pomeranos e em apenas três casos (envolvendo entrevistados que vivem na sede do município) os pais não apresentarem essa mesma origem.

Apenas 2 participantes (ambos homens, jovens, residentes na sede, e com nível de escolarização diferenciado – médio completo e superior) não falam a língua original dos imigrantes pioneiros, indicando uma nova realidade que passou a ser possível, pelo menos fora do contexto do campo. São também dois os casos de entrevistados que falam apenas pomerano (ambas mulheres, do grupo dos participantes de mais idade, residentes em região rural), ressaltando-se que ambas têm contato com a língua oficial alemã em decorrência de sua participação religiosa. É admissível pensar que, mesmo no campo, a realidade vivida pelos descendentes vem tornando impossível comunicar-se apenas no idioma pomerano.

Foram entrevistadas 19 pessoas que vivem na sede do município, 10 mulheres e 9 homens, cujas características passam a ser descritas a partir desse ponto. Em relação à faixa etária, esses participantes podem ser assim classificados: Grupo 1 Etário (mais novos) = 6 homens e 5 mulheres; Grupo 2 Etário (mais velhos) = 3 homens e 5 mulheres.

Em termos de escolaridade, os participantes residentes na sede do município apresentam diferenças entre homens e mulheres. Foram encontrados 3 homens com nível superior completo e 3 com nível médio completo, enquanto entre mulheres não foram encontradas ocorrências para nível superior, sendo que 3 delas possuem ensino médio completo e 2 apresentam nível fundamental finalizado. O que chama a atenção nos dados encontrados são as 5 ocorrências entre mulheres de incompletude de nível fundamental, enquanto que dentre os homens apenas 1 apresenta essa condição. O índice de não alfabetizados

encontrados na Sede parece ser pouco expressivo, com apenas uma ocorrência, entre os homens.

Fica evidenciado que as mulheres tiveram menos oportunidades educacionais do que os homens, uma vez que 70% das participantes não ultrapassaram o nível de ensino fundamental, tendo o mesmo se verificado com apenas 33,3% dos homens. A compreensão de outra característica é notada quando as faixas etárias são consideradas. Os casos de nível superior completo encontram-se na Faixa 1, assim como 3 casos de ensino médio e 2 de ensino fundamental completos, enquanto que na Faixa 2 observaram-se 3 casos de ensino médio e 1 de fundamental completos. O único caso de não alfabetização foi registrado na Faixa 2.

Como os dados evidenciam, indivíduos mais novos apresentam nível de escolaridade um pouco mais elevado do que os mais velhos, sugerindo que passaram a existir mais oportunidades de progredir na escolarização em período mais recente, seja pela ampliação da rede escolar, seja por alterações nos padrões culturais e econômicos das famílias (devendo ser lembrado que nem todos que hoje vivem na sede, viveram sempre aí). Acredita-se que a leitura de trechos dos relatos originais (que serão apresentados outras vezes, em relação a outros temas, ao longo do texto) funcione para o leitor como momentos de imersão no mundo próprio dos entrevistados, contribuindo assim para aumentar a compreensão da realidade sob investigação. Seguem-se relatos sobre o assunto em tela selecionados com tal propósito:

SF14 (54 anos) - *Naqueles tempos era uma bagunça com as professoras, porque num tempo tinha professora, num tempo não tinha, aí só até crismar, eu cheguei só até 3ª série só. A culpa disso era por causa das professoras, porque dois, três meses tinha uma professora, aí ia embora de novo, vinha uma outra, aí ficava para a escola, aí já ia sem nada e as professoras vinha, ficava um tempo, aí não deu e depois o último tempo na segunda*

*série eu cheguei com a [nome da professora]. E eu fui de 9 anos até 11 anos que chegamos a ir, aí depois dela passou para a fazenda [nome da fazenda], tinha uma casa velha, aí fizeram escola e lá nós estudamos com a [Nome de professora], que ela era de Cariacica, aí ela foi embora e ficou a [Nome de professora], e aí estudamos até a crisma porque não tinha prova nos últimos tempos.*

SM12 (63 anos) - *Eu falo sinceramente, na época que eu estudei não tinha professor e a estrada era ruim, então nós precisava andar na base de umas três horas a pé. E quando nós chegemos lá a professora não estava, era lá de Vitória, e foi indo que a gente chegava lá e não tinha professor que a gente nem foi para escola. Naquela época a gente descia naquela estrada, a Suíça, e passada aquelas boiadas de mil, mil e poucas cabeças de boi e aí nós precisava subir barranco alto e ali ficava até os bois passar. Eu fui na escola um ano, no máximo dois anos. Mas a gente não aprendeu nada não; uma vez tinha aula, outra vez não tinha e eu não aprendi nada. [Então o senhor não sabe escrever?] Só o meu nome.*

Todos os 19 entrevistados declararam vinculação a uma religião: 14 deles se disseram luteranos e 5 se identificaram como católicos. A grande maioria desses participantes, portanto, são membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que pode ser caracterizada como a mesma denominação religiosa a que se vinculavam os imigrantes originais da região, desde antes de sua chegada ao país. Não foi constatada qualquer associação diferenciada entre opção religiosa e faixa etária ou com o sexo do entrevistado. A alteração de vinculação religiosa, provavelmente, está ligada a transformações de natureza pessoal nas relações sociais dos que viveram tal processo. Entre os 5 entrevistados católicos, 4 são casados, e chamou a atenção o fato de 3 deles (2 mulheres e 1 homem) possuírem cônjuges não descendentes de pomeranos, o que pode ter proporcionado alguma forma de acordo conjugal envolvendo a religião. Vale assinalar também que o homem acima referido, assim como uma das mulheres, vive um segundo casamento, o que também pode ter implicações em termos da definição religiosa. De qualquer forma, ne-

nhum desses aspectos pode ser tomado como decisivo, sendo possível verificar que 4 dos 11 participantes luteranos que são casados possuem cônjuges não descendentes de pomeranos.

SM4 (29 anos) - *Católica. Tem um ano que saí da luterana, porque juntei com o [nome do companheiro] e ele não gostava que eu ia para uma igreja e ele pra outra, mas eu quis mudar há muito tempo porque eu sempre gostei muito da católica, quando o finado tava vivo ainda eu já queria mudar.*

SM5 (30 anos) - *Luterano. Minha esposa também é da Igreja Luterana, foi onde nós casamos, porque ela já era casada e na Igreja Católica não permite o segundo casamento, então nós continuamos na Igreja Luterana.*

SM11 (33 anos) - *Luterana, minha esposa era católica, aí ela passou para Luterana. [Mas os pais dela são pomeranos?] São, são pomeranos mas são católicos ainda.*

O tipo de ocupação com maior ocorrência é o que se denominou “comércio”, pois constitui-se de indivíduos que trabalham diretamente no atendimento ao público ou em atividades que, direta ou indiretamente, estão ligadas à comercialização de produtos. A denominação “empresário” foi atribuída aos entrevistados que possuem o próprio negócio, independente da área a que a empresa seja vinculada, desde que o estabelecimento esteja localizado no município onde se desenvolveu a investigação. Todos os indivíduos dessa categoria são do sexo masculino, o que pode ser tomado como provável exemplo das limitações de oportunidades com as quais convive o sexo feminino. Apenas 2 mulheres atuam exclusivamente como trabalhadoras do lar, responsabilizando-se por tarefas domésticas e cuidados com os filhos. As demais mulheres exercem atividades de outra natureza, remuneradas, o que se aplica até mesmo a algumas que já estão na condição de aposentadas. Foram encontradas 2 mulheres trabalhadoras rurais diaristas (que se autodenominam “boias-frias”), que não possuem vínculo empregatício, e que

exercem tarefas tipicamente assumidas por homens, por envolver esforço físico e ritmo de trabalho bastante pesados.

SF6 (40 anos) - *E olha que eu apanho 10, 11 e até 12 sacos por dia. [Eu achei que você trabalhasse na prefeitura.] Não, eu trabalhava, mas teve o concurso e eu não passei, aí eu trabalhava na creche, eu e minha menina, e ela me pediu para eu deixar para ela, eu deixei e fui para a roça. Aí quer dizer, tudo isso, aí nós ganhamos 27 reais por dia, eu ganho 27 e o homem lá ganha 27. Se eu falar assim: “não, eu não posso fazer isso porque pode homem fazer”, aí eles falam: “não, você não recebe o mesmo preço (27 reais)? Então você tem que fazer o que nós faz.”*

SF2 (24 anos) - *Não, na roça a mulher faz de tudo [risos], eu pelo menos faço de tudo quando vou para a roça. Carrega café, capina, roça, é tudo, tudo que você imaginar a gente faz, esterco e tudo. E se algum homem pega o peso eu tenho que pagar para ele, eles cobram uma quantia por saco. Vamos supor, se você ganha 6 reais pelo saco de café eles cobram 1 para carregar para você. E aí não dá lucro então a gente carrega assim mesmo.*

Quanto às modalidades de trabalho, não há qualquer diferenciação expressiva quando são consideradas as faixas etárias. No Grupo 2 Etário, como esperado, foi maior a ocorrência de aposentados do que entre os mais jovens, devendo ser ressaltado que 2 mulheres que se apresentam como aposentadas ainda exercem atividade remunerada como artesãs, tendo sua atividade vinculada a grupos direcionados à terceira idade, em programa de iniciativa pública.

Em relação ao estado civil, predomina a situação de vida conjugal em ambas as faixas etárias e em ambos os sexos, uma vez que 12 dos 19 entrevistados viviam situação de conjugalidade no momento da entrevista: 6 casados e 6 em união estável. Para efeitos de enquadramento dos participantes considerou-se: união estável – convivência marital há mais de um ano, sem formalização de casamento; divorciado – denominação adotada para todos os tipos de separação. As denomi-

nações “casado”, “viúvo” e “divorciado” foram aplicadas independentemente do tempo transcorrido desde o evento que estabeleceu qualquer desses três novos estados civis. Foram encontradas 4 ocorrências de indivíduos que nunca conviveram maritalmente, sendo 3 homens. O número de entrevistados viúvos contou 2 ocorrências, apenas no sexo feminino.

Os dados referentes ao estado civil dos participantes, considerando a faixa etária em que se encontram, apontam para mudanças quanto às uniões estáveis em número de 4 ocorrências no grupo 1 Etário para apenas 1 ocorrência no Grupo 2 Etário. Além de confirmar algumas expectativas óbvias (como mais solteiros no Grupo 1 Etário e mais viúvos no Grupo 2 Etário), constata-se equivalência de casos de casamentos oficiais entre as duas faixas etárias.

A Tabela 3 reúne informações sobre o número de filhos dos participantes, considerando sua faixa etária. Os mais novos possuem menos filhos que os mais velhos no momento presente, mas esse número de filhos ainda poderá sofrer alterações no transcorrer da vida conjugal. Do Grupo 2 Etário, 2 participantes que residem na sede do município têm 5 filhos, exemplificando um tamanho de prole que já foi bastante comum no país entre as décadas de 1960 e 1970 (IBGE, 2008), mas que nas últimas décadas passou a constituir exceção na população geral. No entanto, notamos que nesse grupo é mais frequente a ocorrência de 1 ou 2 filhos, o que parece destoar da tendência majoritária para a época reprodutiva dessa faixa etária, indo de encontro aos dados sobre natalidade disponíveis em estatísticas relativas a essa época.

**Tabela 3** – Tamanho da prole dos participantes do Grupo Sede, considerando a faixa etária.

Grupo 1 Etário (22 a 41 anos)	Casos	Grupo 2 Etário (48 a 63 anos)	Casos
Sem filhos	6	Sem filhos	0
1 ou 2 Filhos	4	1 ou 2 Filhos	4

3 ou 4 Filhos	1	3 ou 4 Filhos	2
5 ou mais filhos	0	5 ou mais filhos	2

Quanto à ocorrência de uniões conjugais interétnicas, os dados mostram que a abertura do grupo à possibilidade de uniões com não descendentes é crescente quando os participantes mais velhos são comparados com os mais novos. Como pode ser constatado na Tabela 4, reproduzida abaixo, há apenas 1 ocorrência de casamento interétnico no Grupo 2 Etário (maior idade), enquanto no Grupo 1 Etário (menor idade) foram registrados 4 casamentos entre descendentes e não descendentes.

**Tabela 4** - Descendência e uso de idiomas dos cônjuges dos participantes residentes na sede, considerando a faixa etária.

<b>Grupo 1 Etário (22 a 41 anos)</b>	<b>Casos</b>	<b>Grupo 2 Etário (48 a 63 anos)</b>	<b>Casos</b>
Descendente bilingue	2	Descendente bilingue	6
Descendente falante de Português	1	Descendente falante de Português	0
Descendente falante de Pomerano	0	Descendente falante de Pomerano	1
Não Descendente	4	Não Descendente	1

Fica evidente que, no grupo que está sendo referido, houve predomínio de casamentos entre descendentes de pomeranos. Tal realidade sugere que podem estar em jogo mecanismos ativos de pressão, tanto sobre homens como sobre mulheres, no sentido de que privilegiem contatos românticos com parceiras(os) que provenham de famílias de descendência pomerana. Foi apresentada aos entrevistados uma questão exploratória sobre tal assunto, ou seja, eles foram convidados a falar a respeito de terem ou não vivido alguma forma de pressão, no sentido de direcionar seu interesse em interação amorosa para parceiros descendentes de pomeranos.

De fato, entre os 11 indivíduos casados que responderam a questão, 7 reconhecem a existência de alguma forma de pressão cultural relativa ao estabe-

lecimento de relações amorosas, principalmente a partir de comentários de seus familiares sobre a adequação de casamento com alguém que também seja descendente de pomeranos.

Embora tenha havido aumento de ocorrências de casamentos interétnicos, foi predominante entre os filhos dos entrevistados mais jovens a condição de bilinguismo, como se pode verificar na Tabela 5, apresentada adiante. O resgate e a valorização da língua e dos traços culturais que estão em processo no município podem auxiliar a compreensão desse dado, pois os jovens estão sendo incentivados ao aprendizado da língua pomerana, inclusive com aulas nas escolas do município, o que mais adiante será discutido em pormenores. Os dados detalhados sobre o assunto aparecem abaixo, na Tabela 5.

**Tabela 5** - Uso de idiomas pelos filhos dos participantes do grupo Sede, considerando a faixa etária.

<b>Grupo 1 Etário (22 a 41 anos)</b>	<b>Casos</b>	<b>Grupo 2 Etário (48 a 63 anos)</b>	<b>Casos</b>
Sem filhos	6	Sem filhos	0
Filhos bilingues	4	Filhos bilingues	2
Só os filhos mais velhos bilingues	1	Só os filhos mais velhos bilingues	2
Filhos falantes de Português	0	Filhos falantes de Português	4

Considerou-se que seria relevante (tanto para os participantes residentes na sede do município como para os residentes no campo) verificar a configuração residencial dos participantes em relação às suas famílias extensas, em termos das características espaciais e funcionais das habitações. Foram identificadas cinco configurações:

a) Residências em condomínio (envolvendo a família extensa) – situação em que famílias nucleares de integrantes de uma mesma família extensa moram em casas autônomas, próximas ou geminadas, na mesma propriedade (ou mesmo terreno).

b) Residência da família nuclear – situação em que a casa abriga uma família nuclear, sem a presença de outros familiares nessa mesma residência ou em residências contíguas.

c) Residência conjunta (envolvendo a família extensa) – situação em que famílias nucleares dividem a moradia com a família extensa, ou seja, em que residem na mesma casa dois ou mais núcleos familiares.

d) Residência paterna – situação em que o entrevistado ainda não constituiu sua própria família nuclear e permanece residindo na casa dos seus pais.

e) Residência individual – situação em que o entrevistado é o único morador de uma habitação.

Fica evidente o predomínio de configurações em que os integrantes de uma família extensa residem na mesma habitação ou compartilham um mesmo espaço geográfico no qual suas residências estão assentadas, pois foram encontrados 11 participantes que apresentam os dois tipos de situação. Dentre os 11 citados, 9 dividem um pequeno espaço (residências em condomínio), e 2 dos entrevistados dividem a edificação com outras famílias (residência conjunta), reafirmando uma tradição de proximidade dos núcleos familiares com vínculos de parentesco, o que também pode ser analisado sob a perspectiva da escassez de terras nas distribuições hereditárias das propriedades. Mais um dado aponta para a característica congregacional do grupo, visto que foi encontrado apenas 1 caso de residência individual dentre toda a amostra referente ao grupo Sede, enquanto os casos nos quais vários indivíduos residem na mesma habitação, sendo parte de uma família nuclear (residência da família nuclear + residência paterna), contam 7 ocorrências, sendo 5 em residência da família nuclear e 2 em residência paterna.

Outro aspecto relevante a destacar é o fato de apenas 4 entrevistados terem nascido na sede do município, tendo os demais 15 entrevistados (tais números são equivalentes para os grupos 1 e 2 Etário) nascidos no campo, tendo

passado, posteriormente, a residir na sede do município. Tal situação de predomínio de deslocamento de pessoas do campo para a sede do município pode ter relação tanto com o poder de atração que decorre do maior volume de oportunidades que a cidade oferece, inclusive possibilidades educacionais, como com as dificuldades e as exigências rigorosas do trabalho no campo (volume de terras no campo em relação ao número de filhos).

Tais dados mostram que entre os participantes do grupo Sede há predominância de indivíduos que em algum momento de suas vidas (em alguns casos, apenas na infância) tiveram contato com atividades rurais e com a vida no campo, tal como vivida pelos descendentes de pomeranos.

Assim como foi feito no caso dos participantes do grupo Sede, os 17 integrantes do grupo Campo também foram classificados em duas faixas etárias:

- a) Grupo 1 Etário – indivíduos entre 23 e 35 anos, com idade média de 29,3 anos;
- b) Grupo 2 Etário – indivíduos entre 50 e 62 anos, com idade média de 52,3 anos;

O Grupo 1 Etário é composto por 6 mulheres e 4 homens. Entre esses participantes existem dois casais (CF3 e CM4; CM8 e CF9). O Grupo 2 Etário é composto por 4 mulheres e 3 homens. Entre esses participantes existe um casal (CM16 e CF17). A presença de 3 casais entre os entrevistados implica limitações quanto a alguns dados, mas as já mencionadas dificuldades de acesso às propriedades rurais forçou o aproveitamento da oportunidade que se oferecia de entrevistar duas pessoas em um mesmo local.

Relativamente à escolaridade, todos os entrevistados afirmam ter cursado a escola em algum momento de suas vidas, mas informações adicionais esclareceram que 3 participantes não são alfabetizados (1 homem e 2 mulheres, todos do Grupo 2 Etário – maior idade). De forma geral, a situação quanto à escolarida-

de é semelhante para homens e mulheres residentes no campo, sendo possível registrar apenas que o baixo nível de escolaridade constatado é um pouco mais acentuado entre as mulheres, pois encontraram-se 5 ocorrências de ensino fundamental incompleto entre o sexo feminino e 3 entre o masculino. Importante destacar que não há ocorrência de ensino superior completo no grupo.

Quando os participantes de diferentes faixas de idade são comparados quanto à escolaridade, fica evidente o fato de que os mais novos tiveram mais oportunidades educacionais do que os mais velhos, o que indica estar havendo ampliação de estabelecimentos de ensino e/ou de vagas na região rural, ou até mesmo oportunidades de transporte escolar nas regiões mais longínquas. Destaca-se que no Grupo 1 Etário não foram encontrados não alfabetizados, enquanto que no Grupo 2 Etário houve 3 ocorrências, enfatizando a frase anteriormente apresentada. Ainda destaca-se que as 2 ocorrências de ensino médio completo encontradas no grupo pertencem ao Grupo 1 Etário, o que fortalece a hipótese mencionada.

A comparação do nível de escolaridade dos participantes do grupo Campo com a realidade que foi descrita para os integrantes do grupo Sede (ver Tabela 4) revela que as oportunidades educacionais foram muito mais escassas no campo, pela própria limitação de estabelecimentos educacionais na região rural, condição que ainda se verifica atualmente, de acordo com informações fornecidas por alguns entrevistados.

Houve uniformidade com relação à religião declarada pelos entrevistados. Todos se apresentaram como membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, atestando participarem pelo menos de cultos quinzenais, e declarando serem afiliados oficialmente a essa instituição. A vinculação à religião luterana também é vivida do mesmo modo pelas famílias dos entrevistados.

Quase todos os participantes do grupo Campo declaram atuar profissional-

mente em atividades rurais, como não poderia deixar de ser. Esse predomínio independe do sexo do entrevistado. Nenhuma das mulheres entrevistadas declarou profissão relativa à casa, às atividades domésticas. Essa categoria não foi sequer citada como ocupação ou trabalho, sendo que 8 das 10 entrevistadas declararam ser, exclusivamente, trabalhadoras rurais. Essa informação é destoante do que se observa em diversos contextos comparáveis. Nogueira (2004), por exemplo, entrevistou mulheres residentes em região rural de outro município do interior do Espírito Santo, Venda Nova do Imigrante, também caracterizado por colonização europeia, tanto italiana quanto germânica. Os resultados que encontrou mostram equivalência de casos de menções às categorias de atividades “Doméstica/do Lar” e “Lavradora/Agricultora”. A autora discute a existência de relação direta entre a autoidentificação como “Trabalhadora Rural” e a regulamentação do Sistema Previdenciário proposto na Constituição de 1988, que concede direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, incluindo as mulheres. Esse fato tornou-se relevante na identificação da mulher, principalmente a de mais idade, como alguém que pode se ver em posição de maior respeitabilidade, pois no campo, até a Constituição de 1988, somente o trabalho masculino era reconhecido como apto para aquisição de benefícios trabalhistas (BRUMER, 2002; DEERE, 2004; DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2001; KRETER; BACHA, 2006; SILVA; SCHWARZER, 2002).

As lutas políticas por direitos trabalhistas para as mulheres no campo iniciaram-se, inclusive com discussão sobre sindicalização, na década de 50. Segundo Prado, Campici e Pimenta (2004), esses movimentos partiram de grupos pequenos ligados aos movimentos religiosos “nos quais essas mulheres começam a revisar os valores femininos socialmente naturalizados e a refletir e debater sobre sua condição de cidadãs excluídas e oprimidas” (p. 303).

Até 1950 era incipiente a organização dos trabalhadores rurais em prol de seus direitos, mas nessa década começaram a surgir as Ligas Camponesas,

que originaram o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Brasil (DEERE, 2004; PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004). Entretanto, somente no final dos anos 1970, com a retomada da democracia, as mobilizações femininas ganharam importância no cenário das lutas trabalhistas no país (BRUMER, 2004; DEERE, 2004; NOGUEIRA, 2004). De início, as mulheres não tinham direito de se filiarem aos sindicatos de trabalhadores rurais, pois isso era permitido a um único representante da família, com o que a filiação ficava a cargo do homem (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2001; SILVA; SCHWARZER, 2002). Com pouca ou nenhuma representação, os direitos femininos no trabalho rural foram deixados em segundo plano, gerando a necessidade de as trabalhadoras se unirem em outras instituições para pleitearem o direito de filiação ao “seu” sindicato (DEERE, 2004). Segundo Brumer (2004) e Deere (2004), o movimento das trabalhadoras rurais, que contava com apoio das Comunidades Eclesiais de Base, objetivava inicialmente que essas mulheres fossem reconhecidas como trabalhadoras rurais, para terem acesso aos benefícios trabalhistas e de saúde garantidos àqueles considerados trabalhadores formais.

A reivindicação de direitos sociais às mulheres trabalhadoras rurais parecia ser tão legítima que era apoiada por diferentes agentes externos. Na década de 80, assim era possível perceber a atuação de três grupos diferenciados, com base em apoios distintos: o movimento das “Margaridas”, apoiado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que defendia a integração das lutas das trabalhadoras rurais com as das trabalhadoras urbanas; o movimento das “trabalhadoras rurais”, apoiado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Emater/RS e Legião Brasileira de Assistência (LBA), criticado pelo movimento das “Margaridas” por evitar a discussão de classe e procurar incorporar tanto trabalhadoras como empregadoras rurais; e o movimento das “mulheres da roça”, apoiado por sindicatos rurais de oposição à FETAG e pela ala progressista da Igreja, e que defendia a participação efetiva, e não apenas simbólica, das trabalhadoras rurais nos movimentos de massa, tais como sindicatos e central de trabalhadores, sustentando ainda que as trabalhadoras rurais

devem desenvolver um espaço próprio de organização e mobilização como forma de poderem avançar na conquista de seus direitos' (BRUMER, 2004, p. 221, destaques no original).

Em termos práticos, os avanços foram lentos, pois as associações e sindicatos não reconheciam as reivindicações das trabalhadoras rurais como legítimas. Somente na década de 1980 a luta pelos direitos trabalhistas para as mulheres foi legitimada pelos sindicatos e outras associações ligadas aos movimentos trabalhistas. Uma das consequências das dificuldades impostas pelas instituições ligadas aos trabalhadores rurais, principalmente às mulheres em regime de agricultura familiar, foi a necessidade de construir um quadro contextual no qual essas pessoas se sentissem em condições de assumir sua identificação<sup>20</sup> como trabalhadoras rurais, “tanto como meio de levantar sua consciência, como para facilitar sua incorporação nos sindicatos e ter acesso a benefícios de previdência social” (DEERE, 2004, p. 181).

Após muitos protestos, diversas marchas em direção a Brasília, reuniões com representantes eleitos por ocasião da Assembleia Constituinte, as mulheres trabalhadoras conquistaram muitos avanços legais que favoreceram a equiparação legal com os trabalhadores do sexo masculino (BRUMER, 2002, 2004; KRETER; BACHA, 2006). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram formalizados dispositivos legais relativos às mulheres trabalhadoras rurais, porém “foi somente em junho de 1991, com a aprovação da Lei de Custeio e Benefício da Previdência Social, que este direito foi regulamentado e colocado em prática” (NOGUEIRA, 2004, p. 130).

Os movimentos populares que ainda acontecem, como a 4ª edição da “Marcha das Margaridas”, que reuniu cerca de setenta mil trabalhadoras rurais em Brasília em uma ação pacífica realizada em agosto de 2011, pleiteiam novos objetivos, como direitos trabalhistas plenos para as trabalhadoras rurais, se-

---

<sup>20</sup> Identificação positiva com o *status* de trabalhador rural, com direitos e deveres.

gurança no campo e apoio ao desenvolvimento da agricultura sustentável, entre outros (BRASIL, s.d.). Essa marcha tem história construída em outras três edições, que aconteceram em 2000, 2003 e 2007. Em tais momentos históricos distintos os pleitos foram outros, como equiparação de direitos entre os sexos e direito à aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo. A “Marcha das Margaridas” foi considerada a maior manifestação de trabalhadoras rurais já feita, coordenada pela “Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações de mulheres autônomas, com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)” (DEERE, 2004, p. 176), além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) (BRUMER, 2004). Em sua primeira edição buscava o reconhecimento, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do título de propriedade conjunta da terra, ou seja, propriedade do casal (BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2001; DEERE, 2004; DEERE; LEÓN, 2002).

As conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, certamente, foram essenciais na composição dos fatores que contribuíram para a avaliação positiva de sua própria condição de participantes desse grupo. Os estereótipos construídos em torno das mulheres do grupo Campo (do presente estudo) sofreram alterações expressivas, acompanhando inúmeros avanços práticos que ficarão evidentes ao longo do texto.

Dos 10 participantes do Grupo 1 Etário, 9 se apresentam como lavradores – 4 deles conjugam o trabalho na lavoura com outras atividades. Apenas 1 mulher possui vínculo empregatício – trata-se de uma entrevistada que concluiu o ensino médio. De forma similar, no Grupo 2 Etário apenas 1 homem possui vínculo empregatício. Todos os demais declaram ser trabalhadores rurais. Para os participantes que vivem no campo, portanto, predomina largamente a condição de trabalhador rural. Em geral, todos os participantes declaram

continuar acompanhando as atividades da lavoura, mesmo aqueles que exercem outras atividades com vínculo empregatício.

Nenhum dos participantes do grupo Campo, independentemente de idade, é solteiro. Entre os 10 entrevistados do Grupo 1 Etário, 8 declaram-se casados. Há 1 caso de união estável e também 1 caso de divórcio, caso esse em que os ex-cônjuges mantêm residência próxima e a mulher ainda exerce cuidados em relação ao ex-marido quanto à alimentação e ao vestuário. Os dados podem ser tomados como indicativos coerentes com a tradição, que se manifesta como contexto cultural no qual a regra é a manutenção dos casais, havendo obstáculos de vários tipos dificultando a separação de casais. No Grupo 2 Etário (mais velhos) há apenas 1 pessoa viúva, sendo todos os demais casados. É possível dizer que as condições em que a vida no campo está organizada, no caso do grupo em estudo, favoreceram a manutenção dos valores relativos ao casamento, pelo menos desde o momento em que os participantes de mais idade eram jovens.

Todos os entrevistados que integram o Grupo 1 Etário (mais novos) são bilíngues, comunicando-se nas línguas pomerana e portuguesa. No Grupo 2 Etário constatou-se que 2 participantes somente se comunicam na língua pomerana. Esses dois casos podem ser vistos como exemplos das dificuldades de interação social, fora do grupo de descendentes, que as mulheres enfrentavam nas condições nas quais viviam, dificuldades essas que, provavelmente, atingiram em maior escala mulheres que contam hoje com mais de 50 anos. Registra-se, comparativamente, que no grupo Sede foram identificados 2 entrevistados jovens que se comunicavam apenas em português – o que não se deu no grupo Campo –, não tendo sido constatado neste qualquer caso de participante que desconhecesse a língua portuguesa.

Todos os participantes do estudo que integram o grupo Campo uniram-se a pessoas que, como eles, também são descendentes de pomeranos, com

uma única exceção (1 entrevistado do sexo masculino e do Grupo 1 Etário). Na comparação com o grupo Sede, no qual o número de participantes com cônjuges não descendentes de pomeranos é bem superior (ver Tabela 4), fica reafirmada a maior limitação de interação extragrupo no caso dos participantes que vivem no campo. A informação obtida sobre a(s) língua(s) em que os cônjuges se comunicam é inteiramente condizente com suas características de descendência. No Grupo 1 Etário, todos os cônjuges descendentes de pomeranos são bilíngues, o que só não ocorre no caso da única cônjuge não descendente. No Grupo 2 Etário, no qual todos os cônjuges são descendentes, ambas as línguas (pomerano e português) são faladas, o que apenas não ocorre no caso de uma cônjuge, que só se comunica em pomerano.

No grupo Campo, a predominância de casamentos entre descendentes de pomeranos também se verificou, e de forma ainda mais marcante do que a constatada para o grupo Sede. Como já foi mencionado, a entrevista incluiu uma questão exploratória sobre a percepção do entrevistado quanto a ter sofrido alguma forma de pressão para privilegiar o desenvolvimento de interesse amoroso com parceiro descendente de pomeranos. Das 11 pessoas que responderam, 6 afirmaram não ter havido pressão, e 1 pessoa respondeu dizendo que não houve pressão, mas, de qualquer forma, ela não seria necessária diante da escassez de alternativas considerando a barreira da língua. Apenas 4 pessoas reconheceram a existência de pressão para que buscassem parceiros descendentes de pomeranos.

À primeira vista, o sentido dos resultados encontrados no grupo Campo parece destoar do esperado para um grupo cujas características sugerem tendência à manutenção de seu relativo estado de isolamento. Porém, é possível considerar que, diante das diminutas oportunidades de relacionamento dos membros do grupo com integrantes de outros grupos, não haveria razão para que o assunto fosse sequer cogitado. É como se as circunstâncias, em si mes-

mas, já garantissem a eficiência de um acordo tácito entre os que estão submetidos a elas de somente se relacionarem amorosamente entre si.

No Grupo 2 Etário (os de maior idade) o número de filhos por entrevistado varia entre 2 e 8. Os filhos dos entrevistados são todos bilíngues, falando português e pomerano – sendo exceção 1 filha, que só se comunica em pomerano e que apresenta deficiência (não especificada). No Grupo 1 Etário cada entrevistado tem entre 1 e 3 filhos; 2 entrevistados, que constituem um casal, não têm filhos. Entre os filhos dos participantes desse grupo etário existem 3 que não falam pomerano: 2 filhas de um mesmo participante cuja esposa não é descendente; e 1 filho de outro participante, que tem seis anos, mas é portador de uma deficiência congênita e não se comunica verbalmente. Maiores detalhes sobre o número de filhos dos entrevistados aparecem na Tabela 6, apresentada abaixo:

**Tabela 6** - Número de filhos dos participantes do grupo Campo, por faixa etária.

Grupo 1 Etário (23 a 35 anos)	Casos	Grupo 2 Etário (50 a 62 anos)	Casos
Sem filhos	1	Sem filhos	0
1 ou 2 Filhos	6	1 ou 2 Filhos	1
3 ou 4 Filhos	1	3 ou 4 Filhos	4
5 ou mais filhos	0	5 ou mais filhos	1

Quando foram apresentadas as informações relativas ao grupo Sede, considerou-se que seria relevante verificar a configuração residencial dos participantes em relação às suas famílias extensas, em termos das características espaciais e funcionais das habitações. O mesmo procedimento é adotado, aqui, em relação ao grupo Campo. É importante lembrar que foram identificadas cinco configurações, cuja descrição detalhada foi apresentada quando foi abordada a situação do grupo Sede:

a) Residências em condomínio (envolvendo a família extensa);

- b) Residência da família nuclear;
- c) Residência conjunta (envolvendo a família extensa);
- d) Residência paterna;
- e) Residência individual.

No grupo Campo não ocorreram casos para duas dessas configurações, diferentemente do que ocorreu no grupo Sede, ou seja, nenhum dos entrevistados mora sozinho ou mora na casa dos pais (residência individual e residência paterna, respectivamente). Residências em condomínio – situação em que famílias nucleares de integrantes de uma mesma família extensa moram em casas autônomas, próximas ou geminadas, na mesma propriedade ou no mesmo terreno (5 casos) – e residência conjunta – situação em que residem na mesma casa dois ou mais núcleos familiares (7 casos) – foram as situações mais frequentes. Essa última situação (residência conjunta) foi constatada poucas vezes entre os participantes do grupo Sede. Os dados evidenciam a relevância da moradia em conjunto para o contexto de organização social em torno do trabalho que prevalece no campo. Predomina a situação na qual os núcleos familiares agregam os filhos com suas próprias famílias e, eventualmente, outros familiares, em sistema de condomínio ou em uma mesma casa.

Quando é considerada a forma como as famílias dos entrevistados do grupo Campo organizam sua atividade de trabalho, constata-se que predomina a situação na qual todos trabalham na mesma propriedade, mas cada casal da família cuida da lavoura em determinada gleba, pela qual passa a ser responsável, auferindo os rendimentos provenientes da comercialização de sua produção.

Os dados apresentados acima evidenciam que são dois os aspectos de valorização acentuada: família e trabalho. O predomínio da situação em que cada casal trabalha na mesma propriedade familiar, mas de forma independente

dos demais integrantes da família extensa, obtendo, portanto, rendimentos relacionados à sua dedicação ao trabalho, revela que família e trabalho se encontram em estágio similar de importância, no sentido de que além de ser da família o indivíduo precisa trabalhar para usufruir das mesmas condições em que vivem os demais familiares. Ao mesmo tempo em que o vínculo familiar une a família extensa, o trabalho a segrega em cada núcleo próprio, pois os ganhos não são compartilhados por todos. Pelo contrário, cada família possui seus recebimentos e seus gastos individuais, mesmo compartilhando a residência. Tal interpretação é reforçada, adicionalmente, pela continuidade do padrão cultural no qual é habitual os idosos continuarem a trabalhar na lavoura enquanto sua saúde permite. De fato, os entrevistados de maior idade (Grupo 2 Etário), assim como os pais dos entrevistados de menor idade, ainda participam das atividades laborais dentro da propriedade, segundo os relatos feitos.

Percebe-se forte ênfase no trabalho como fator identitário marcante para o grupo, o que não deixa de alcançar mesmo os membros do grupo que estejam em idade avançada. Nesse contexto, o idoso mantém sua condição de membro importante da família extensa, inclusive pelo fato de receber sua aposentadoria todo mês, o que garante rendimentos seguros durante todo o ano, sem sujeição aos mesmos fatores de difícil previsão que afetam a produção da lavoura. Além disso, o idoso continua mantendo-se presente na lavoura, fazendo com que sua presença se configure como contribuição continuada, ainda que com menor produtividade, na manutenção da casa e da família extensa (FEHLBERG; MENANDRO, 2011; SILVA; SCHWARZER, 2002). Além da questão financeira, há no grupo uma questão culturalmente posta que antevê o cuidado com os idosos como parte da funcionalidade familiar, explicitamente observada na partilha dos bens, como já foi observado. Portanto, é possível afirmar que o trabalho, que é peça chave na identificação de todos os membros desse grupo, garante a continuidade da inclusão do idoso

como indivíduo produtivo, conservando sua relevância sociofamiliar.

Considerou-se que a transcrição de alguns relatos dos entrevistados é importante pelo fato de eles retratarem com riqueza de detalhes o que caracteriza a rotina diária nas formas de organização do trabalho familiar que foram constatadas. Fica evidente nos extratos de relatos dos entrevistados do grupo Campo que o trabalho na lavoura domina a rotina diária de tal forma que as demais atividades parecem ocorrer apenas para viabilizar a continuidade das atividades laborais no dia seguinte, aí incluídas outras forma de trabalho, tanto dos homens (por exemplo: comercializar a produção) como das mulheres (por exemplo: cuidar da casa). Mesmo em famílias nas quais um dos membros tenha trabalho fora do contexto rural, a rotina laboral permanece similar para os demais que permanecem na propriedade.

É interessante notar que a indagação sobre a rotina diária foi uma das questões respondidas com maior facilidade e desenvoltura pelos entrevistados. A existência de uma rotina que se repete a cada novo dia está presente nas respostas, não sendo incomuns expressões como “meu dia a dia praticamente só se repete” ou “é sempre a mesma rotina”. Seguem-se alguns relatos relacionados a essa temática:

CM2 (30 anos) - *Como nós mexemos com lavoura, o meu dia a dia praticamente só se repete, só trabalho na roça. [Você e sua esposa?] É, nós fazemos as plantações separadas e papai também faz as plantações dele separadas. Na maioria dos dias nós acordamos 5 horas pra arrumar, pra começar a trabalhar. Ai faz o café, aí quando começa a clarear o dia já tem que ir colher o morango. Muitas vezes quando ainda tá escuro a gente tem que abrir a lona, quando dá pra ver as frutas do morango já tem que colher pra dar conta, pois muitas vezes o carro passa 3, 4 horas da tarde, ele já quer pegar o morango, aí tem que deixar tudo pronto. [Então vocês não têm aquela rotina de acordar na mesma hora, de almoçar na mesma hora?] Não tem horário, principalmente nos dias que a gente tem colheita de morango, muitas vezes dá só pra comer um pedacinho de pão e nós voltamos logo. Pra dar conta do serviço. Eu fico um tempinho a mais na roça, quando a gente sai mais cedo pra trabalhar, muitas vezes. Adubar o morango eu faço sempre no escuro, eu não tenho*

*hora de parar não. Às vezes, quando só se tiver um serviço de capinar, a gente pode parar mais cedo, a gente cansa mais e para um pouquinho mais cedo, mas até eu chegar e tomar banho de novo, sempre é 7:15h, 7:30h, por aí. A gente janta e vai pra cama. [Não assiste televisão?] Só o tempo enquanto a gente tá jantando, depois dorme, porque é muito cansativo na roça. Nós precisamos trabalhar muito pra ganhar pouco pra nós vivermos, porque igual a gente tem o carro, a gente tem gasto de todo lado, tem oficina, tem gasolina, comida de casa, essas coisas todas, a gente não pode deixar atrasado a Igreja, essas coisas, pra ficar tudo em dia, sabe né?*

*CM4 (27 anos) - Geralmente acorda lá pelas 6:30h, 6 horas, aí varia. Faz o café da manhã, faz junto, às vezes eu faço o café, às vezes ela, aí os dois também faz. Aí trabalhamos juntos na roça o dia todo junto, fazemos o almoço juntos, as tarefas de todo dia quase é normal, a gente faz sempre junto. [Tem horário?] Almoço costuma ter sim, tudo tem seu horário. De manhã cedo, lá pelas 6 horas, acorda, aí toma o café, aí vai pra roça, depois lá pelas 11 horas almoça, depois 14 horas é o café.*

Quase todos os demais relatos são similares aos dois selecionados, evidenciando que as rotinas são quase as mesmas, variando apenas quanto ao fato de o casal trabalhar apenas na lavoura ou dividir o tempo entre lavoura e outro negócio. É interessante ressaltar que a menção à dureza do trabalho e à rotina pesada fornece indícios de não se apresentar em tom de inconformismo, como a indicar que a pessoa gostaria de alterar sua forma de vida. Aparentemente, os relatos sobre rotina de trabalho são pouco marcados por expressões emocionais. Eles são descritivos, essencialmente, e é como se referissem a algo que não poderia ser diferente, de forma que não foram encontradas considerações de natureza afetiva, sejam positivas ou negativas. Seguem-se dois exemplos desse tipo de relato:

*CM13 (50 anos) - Todo dia é roça, e um dia na semana eu vou para a Ceasa vender as coisas. [Geralmente é em que dia?] Quinta-feira, aí eu vou na quarta à noite para vender na quinta. Diariamente é 5 horas da manhã, toma café e começamos a trabalhar. [E o senhor volta que horas?] Às 10:30h, 11 horas. [E o senhor retorna que horas?] Depende, porque a roça a gente não tem muito como ficar parado, tem que tirar leite, olhar as vacas, essas coisas. E lá pelas 12 horas a gente volta. [O sol não*

está muito quente?] *É difícil, mas tem que trabalhar. A gente trabalha mais na roça, mexe com tempero, folhagem. De manhã um vai para lá e já vai arrancando e outro vem trazendo e amarrando. [E à noite?] Vem descansar, mas igual quarta, a gente trabalha até 7 horas da noite para levar tudo embalado.*

CF17 (50 anos) - *Acordo 6 horas, 5:30h, todos os dias. De manhã eu fico em casa, faço o almoço, aí depois quando o almoço estiver pronto eu vou pra roça trabalhar. [Junto com seu esposo?] Não, sozinha, de Biz [uma pequena motocicleta]. [Ele trabalha em quê?] Ele trabalha de pedreiro lá na casa da nossa filha. Agora ele tá trabalhando na virada com nós, agora ele vai junto, mas na maioria das vezes ele trabalha aqui. [A senhora, então, vai sozinha de Biz. Não tem medo, não?] Ah, já tem tempo, já tem 20 anos que eu ando de moto, naquelas estradas, conheço cada buraco [risos]. [A senhora é corajosa. E que horas a senhora volta?] De tardezinha, 5:30h, 6 horas, já tá escuro. [Então vai só a senhora pra lá?] Ele também vai quando não tá trabalhando aqui. Ele não vai mais trabalhar de pedreiro agora em diante, vai largar isso. Ele vai ficar só na roça mesmo.*

Ainda assim, apareceram alguns poucos relatos que fogem desse modelo, como aqueles em que podem ser constatadas menções diretas ao fato de que, apesar de todo o esforço, a pessoa cumpre suas tarefas com satisfação –, tal como explicitado no exemplo reproduzido abaixo:

CF14 (62 anos) - *Eu acordo às 5 horas e eu gosto muito de trabalhar na roça. Aí eu faço uma coisinha ali na cozinha, faço o café e vou pra roça. Aí ali pra 10 horas eu volto para casa e faço almoço para nós, e ali para 11:30h eu vou para a roça de novo. Às 14 horas eu volto para tomar café, aí eu chego em casa, aí lá pelas 17 horas eu volto pra roça.*

Ao falarem sobre trabalho, os integrantes do grupo estudado mencionam as atividades na lavoura com maior ênfase, aparecendo a manutenção da casa apenas como necessidade resultante da sobrevivência diária e como suporte para atividades na lavoura, que seria a verdadeira vocação do grupo, podendo ser lembrado aqui o vínculo do trabalho com a perspectiva religiosa do grupo (WEBER, 2007). O trabalho integra, como elemento central, a identidade social desse grupo, e é parte essencial do estereótipo com o qual é identificado

pelos componentes de outros grupos (TAJFEL, 1982b, 1983). Historicamente, os valores sociais e as categorias com os quais os imigrantes pomeranos pioneiros e seus descendentes foram identificados confluíram para relacioná-los ao trabalho árduo e contínuo, não obstante também terem proporcionado o surgimento de outras caracterizações, como pouco instruído e ingênuo (ARANHA, 2002; PACHECO, 1994; ROCHE, 1968; SALETTO, 1996; WAGEMANN, 1949; WEBER, 1998). O trecho abaixo é ilustrativo:

A experiência desse povo no trabalho junto a terra é milenar. Para comprovar isso, basta visitá-los no Espírito Santo, entre montanhas e vales. Com todos os percalços durante o ano (seca, chuvas fortes, frio, sol escaldante), eles abastecem grandemente outras regiões vizinhas e a capital Vitória (HEINEMANN, 2008, p. 7).

Ao descreverem as atividades do seu dia a dia, os entrevistados do grupo Campo quase não mencionaram atividades de lazer. Em outro momento da entrevista foram apresentadas questões diretas sobre lazer, que resultaram, como será visto em ponto posterior do texto, na descrição de um conjunto de atividades que ocorrem, com maior frequência em um dos dias do fim de semana. Apenas 2 entrevistadas mencionaram atividades que não caracterizam trabalho na lavoura ou trabalho doméstico quando falaram de sua rotina diária, sendo que 1 dos casos refere-se a uma rápida olhada na televisão antes de dormir:

CF10 (35 anos) - [Então há descanso?] *Não, aí eu faço janta e preparo as coisas para o outro dia no almoço, eu tomo banho e depois a gente senta e olha novela. Eu vou dormir lá pelas 20:30h, 21 horas. Aí também dia de quarta tem ensaio do coral, que a gente participa do coral, e meu marido toca também o trompete.*

CF11 (50 anos) - *Trabalho na roça. Eu acordo antes de 6 da manhã. Eu levanto, faço café e depois vou pra roça até 9:30h. Aí eu vou para casa fazer o almoço, e depois do almoço eu lavo a louça e depois vou para a roça e depois não tem horário. Começo às 6 horas da manhã e não sei que horas eu volto, até escurecer. [E na volta?] Tomo banho, faço janta e vou dormir. [Dorme cedo?]*

*Sim, vejo um pouco do jornal da Band.*

As respostas dos entrevistados do grupo Sede, que também foram convidados a falar sobre a rotina diária dos descendentes que vivem na região rural, corroboram os relatos que os participantes do grupo Campo fizeram sobre suas rotinas diárias, reconhecendo de forma explícita o fato de que se trabalha muito. Algumas respostas acrescentam certa ênfase no fato de as mulheres trabalharem excessivamente. Alguns exemplos dessas falas de descendentes que vivem na sede do município:

SF2 (24 anos) - *O dia a dia é: levanta cedo, vai trabalhar na roça, a maioria; antigamente as mulheres não iam, mas agora as mulheres já trabalham mais do que os homens [risos].*

SF3 (28 anos) - *Eles começam bem cedo, 5 horas já levantam, principalmente as mulheres. [Para mulheres é diferente?] É sim, porque ela levanta, tem que fazer o café, tratar da criação, já é bem diferente. O homem levanta depois, toma o café, depois vai pra roça. A mulher volta na frente, ou ela faz a comida de manhã bem cedinho e vai uma meia hora depois para casa pra fazer o almoço ou depois ela arruma a cozinha ou muitas vezes nem arruma, deixa pra noite mesmo, igual minha mãe, aí nós almoçava e dependendo do que estão fazendo não pode perder tempo muito em casa; agora estão mexendo com folhagem, e você tem que comer rapidinho e voltar de novo pra roça, para cuidar da verdura. E à noite eles ficam até 12 horas amarrando as verdura e de lá já lota o caminhão e já sai pra vender na Ceasa.*

SM17 (56 anos) - *Não tem horário, não tem férias, não existe férias. Acorda muito cedo e vai embora trabalhar, quando tiver que emendar a noite, vai também.*

Ao falarem sobre a rotina dos descendentes de pomeranos que vivem na zona rural, 2 entrevistados destacaram o uso abusivo de bebida alcoólica como uma das características dos homens de tal contexto. A menção ao consumo de bebida alcoólica comporta certo nível de ambiguidade, pois mesmo predominando uma visão negativa a respeito do tema no grupo, também há menções ao seu eventual aspecto positivo como fator de agregação social.

SM5 (30 anos) - *Pelo que eu vejo é trabalhar até de noite e descansar, só. Não tem área de lazer e pelo que eu vejo aí do pessoal nos finais de semana vão pro bar, e aí já embriagado volta até discutindo para a casa, essa é a rotina do pomerano hoje. [Então, é trabalhar?] Sim, trabalhar o dia todo, de noite descansa e no final de semana desforra.*

SM11 (33 anos) - *Eles acordam de madrugada. O pomerano que eu conheço é o seguinte: ele trabalha de segunda a segunda, mas igual o caminhão tem que descer no domingo para a Ceasa, então ele trabalha o sábado e trabalha o domingo até o meio-dia. Ali ele já plantou verdura o que tinha que plantar, aí depois de meio-dia você pode ir para qualquer boteco dos interior que fica lotado.*

O tema do abuso de bebida alcoólica por parte de descendentes de pomeranos que vivem na zona rural da região na qual a presente investigação foi desenvolvida será objeto de consideração no capítulo VI.

Outros resultados sobre aspectos da rotina do trabalho dos participantes do grupo Campo, assim como algumas diferenças nas rotinas de homens e mulheres, são apresentados e discutidos no capítulo V.

Ainda que algumas diferenças entre os participantes dos grupos Sede e Campo tenham sido mencionadas ao longo do relato que objetivou caracterizar esses dois grupos, há necessidade de comparação mais sistemática de suas características, em relação a alguns aspectos.

Levando-se em conta o quesito escolaridade, a comparação campo/sede, tal como exposta nos Gráficos 01 e 02, reproduzidos abaixo, revela maior média de anos de escolaridade entre os que vivem na sede. Trata-se de resultado previsível, uma vez que a demanda por maiores recursos educacionais é mais acentuada na sede, inclusive em decorrência do maior contingente populacional e da diversidade e complexidade das opções de atuação profissional disponíveis. Tanto no campo como na sede a média de anos de escolaridade é maior no Grupo 1 Etário, mas essa média é sempre mais alta na sede. Tal situação, provavelmente, é reflexo da realidade de investimento deficiente em políticas públicas para a população rural em todo o país e, de

fato, sugere menor oportunidade de escolarização na região rural do município em que os dados foram coletados – no qual o alcance do atendimento escolar encerra-se no Ensino Fundamental. Outro fator que pode influenciar o aproveitamento escolar está expresso no relato de boa parte dos entrevistados de terem iniciado a vida laboral com pouca idade, caracterizando uma realidade diferenciada daquela observada na sede do município.

**Gráfico 01** - Grupo 1 Etário - Comparação de Nível de Escolaridade no Campo e na Sede

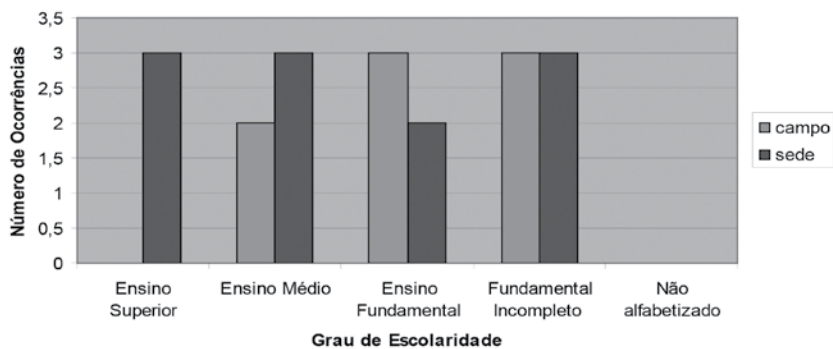
**Gráfico 02** - Grupo 2 Etário - Comparação de Nível de Escolaridade no Campo e na Sede

A atual realidade escolar brasileira no meio rural, o que inclui as zonas de colonização tipicamente europeias, é marcada pela manutenção de índices precários de escolarização em todas as faixas etárias, em parte devido à questão geográfica e à precariedade das estradas, e em parte devido às políticas públicas educacionais que não proporcionam condições suficientes para o atendimento educacional à população rural (WEBER, 1998; RAMBO, 1994). Na população estudada, outro fator que pode ter influenciado a baixa escolarização do grupo Campo é o chamamento das crianças e adolescentes ao trabalho, devido aos ganhos que sua participação agrega ao trabalho familiar, principalmente nos períodos de colheita (BAHIA, 2000, 2001; JACOBSON et al, 2009). A existência de não alfabetizados no Grupo 2 Etário deve-se não somente ao contexto campo, mas também está relacionada à transição entre o modo escola alemã no Brasil – com ensino do alemão – para as escolas brasileiras – com ensino em português (língua pouco difundida entre o grupo até, pelo menos, os anos 1970).

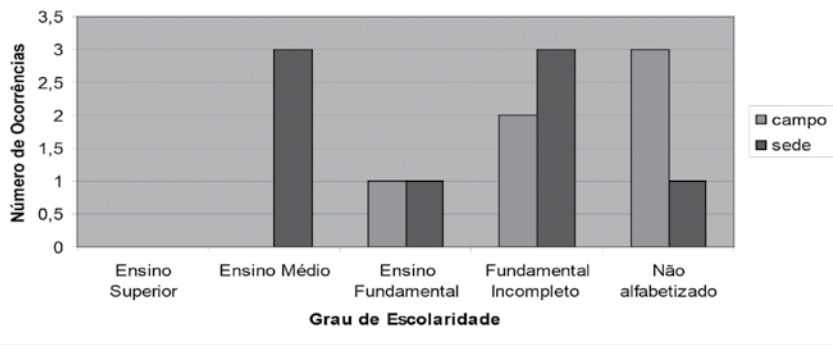
No período da colheita de café, as crianças são temporariamente afastadas da escola para ajudar os pais no montante de trabalho. Neste momento há um baixo rendimento escolar e a não-participação das crianças nas atividades escolares (BAHIA, 2000, p. 33).

A igreja alemã atendia à demanda de alfabetização de descendentes de alemães no país, sendo essa atividade administrada, tanto em termos estruturais quanto econômicos, em parte com recursos provenientes do governo alemão pela via da Igreja Luterana, e em parte com recursos da população atendida pela escola (BAHIA, 2000; DRESSEL, 1986; FOUQUET, 1974; ROCHE, 1969). A partir da Campanha de Nacionalização e, principalmente, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as escolas alemãs foram fechadas em todo o território federal. Segundo Ramlow (2004), o “Decreto-Lei Federal nº 406, de 04 de maio de 1938, [que] estabelecia em seu artigo 85 que em todas as escolas rurais do país o ensino de qualquer matéria deveria

ser ministrado apenas em português” (p. 32), foi o marco divisório entre a escolarização de iniciativa comunitária e as escolas mantidas pelo governo brasileiro.



subsequente ao momento descrito, caracterizando o que Dressel (1986) nomeou de “vácuo de instrução”, e que, segundo ele, ainda está longe de ser solucionado, pois muitos são os sujeitos social e economicamente ativos de hoje



realidade da época.

SF14 (54 anos) - [Eram professores que vinham de fora?] *Sim, e isso era outro problema porque ninguém queria ficar com as professoras que você sabe que não era alemã, então eles estavam com medo ou sei lá o que eles tavam pensando. [Os alunos não queriam?] Os alunos sim, mas as pessoas tinham que ficar com as professoras dentro de casa, aí não tinha lugar para as professoras ficar, aí ficou tudo sempre na bagunça, mas depois eu acho que ajeitaram porque eles colocaram dois cômodos na escola e elas moravam ali, aí ficava melhor. Aí depois tinha outra profes-*

*sora, aquela era alemã, aí ela deu aula muitos anos. [Mas por que eles não queriam que as professoras ficassem em casa?] Eles estavam com medo, eles não eram alemão, por isso que estavam com medo, eles falaram que era preto [risos]. [Mas a pessoa era da cor negra?] Sim, um pouco morena. Eles não ficavam não, eles estavam com tanto medo, eu não sei como. “Eu não fico com professora”, “eu também não”, e assim todos falavam. [Mas os alunos ficavam sem estudar por causa disso?] Sim, e quando tinha professora aí eles estudavam.*

A esses fatores estruturais e políticos soma-se a distância cultural expressa na língua, pois em todo o entorno do grupo estudado predominava a língua pomerana. Essa realidade foi vivida de forma similar por grupos de imigrantes de língua germânica em outras regiões brasileiras, como no Sul do país (KIPPER, 1979). Como as professoras, geralmente vindas da capital, falavam somente o português, o ensino ministrado não atingia seu objetivo, devido às dificuldades na comunicação, além dos demais fatores já mencionados.

Os professores públicos das escolas recém criadas nem sempre são bem aceitos. A comunidade muitas vezes os considera ineficientes e teme que os mesmos possam ser delatores de pessoas que falam o alemão, o que realmente algumas vezes acontece. [...] Poucos professores conseguem sucesso em seu trabalho, pois além da rejeição da comunidade, de sua falta de vivência no interior, da pouca ou nenhuma formação pedagógica, eles têm que enfrentar a difícil tarefa de alfabetizar crianças numa língua que estas desconhecem. [...] Apesar de não dispormos de dados quantitativos sobre isso, é expressivo o número de adultos hoje, que se pseudo-alfabetizaram nessa época decorando símbolos cujo significado não entendiam, e que hoje são incapazes de redigir um bilhete ou ler compreensivamente nem o português, nem o alemão (KIPPER, 1979, p. 31).

Mesmo que as crianças frequentassem dois ou mais anos do Ensino Fundamental ministrado em português, havia poucas chances de serem, de fato, alfabetizadas nessa língua, uma vez que a realidade sociofamiliar do grupo, mesmo no período de guerra e durante a Campanha de Nacionalização, baseava-se na comunicação em língua pomerana, pelo peso da tradição dessas comunidades campesinas específicas (PACHECO, 1964, 1994; ROCHE, 1969; WAGE-

MANN, 1949). Nesse contexto, pouco se falava em português, situação essa que não se alterou completamente.

SM12 (63 anos) - *Eu fui na escola um ano, no máximo dois anos. Mas a gente não aprendeu nada não, uma vez tinha aula, outra vez não tinha e eu não aprendi nada.* [Então o senhor não sabe escrever?] *Só o meu nome.* [O senhor falava pomerano?] *Não, eu falava alemão alto. Pomerano só agora que eu casei com ela.*

CF15 (54 anos) - [falante apenas da língua pomerana, entrevistada com mediação de tradutor] *Estudei até a 3ª série em português, mas não aprendi a falar e nem a ler.* [Diz que fala e escreve algumas coisas, mas, de fato, não foi alfabetizada].

De forma geral, é possível dizer que o rendimento escolar foi sempre sofrível, devido à ausência de contato com a língua portuguesa no dia a dia extraescolar e a diversos outros fatores, como a carga de trabalho assumida pelas crianças, resultando indivíduos adultos pseudoalfabetizados na língua portuguesa (BAHIA, 2001; DROOGERS, 1984; DRESSEL, 1986; KIPPER, 1979). Apesar de os participantes do estudo serem, em sua grande maioria, falantes bilíngues (português e pomerano), além de, em contextos religiosos, por vezes se expressarem também na língua alemã, apresentam domínio de escrita e de leitura precário em português (o que também é verdade para o pomerano), e tal deficiência compromete diversas ações, como ocorre em relação à inobservância de cuidados e de uso de equipamentos de segurança no manejo com agrotóxicos, como se verá mais à frente, no capítulo VI.

A idade média dos participantes do Grupo 1 Etário radicados no campo é menor (em um ano) que a dos participantes da sede, porém os únicos indivíduos solteiros vivem na sede (3 homens e 1 mulher). Essa situação constatada com os participantes – de casamentos mais tardios entre os que vivem na sede do município – provavelmente está relacionada à menor pressão familiar, menor severidade das imposições dos pais, profissionalização concretizada após maior tempo de escolarização, maior disponibilidade de atividades de lazer e

maior diversidade de relacionamentos intergrupais. Os dados mencionados acima aparecem com maiores detalhes na Tabela 7.

**Tabela 7** - Estado civil de homens e mulheres do Grupo 1 Etário, na sede e no campo, com a idade média dos integrantes de cada categoria.

Estado Civil - Campo	Frequência	Média de Idade	Estado Civil - Sede	Frequência	Média de Idade
Solteiro	0	0	Solteiro	4	27,5
Casado	9	28,8	Casado	7	32,0
Separado	1	34,0	Separado	0	0

Coerentemente, de certa forma, com o maior número de participantes solteiros na sede (considerando apenas o Grupo 1 Etário), verificou-se que 6 dos 11 entrevistados não possuem filhos e os outros 5 possuem 7 filhos ao todo. Por outro lado, apenas 2 dos 10 participantes que vivem no campo não possuem filhos, enquanto os outros 8 possuem, somados, 14 filhos. Tais dados não permitem comparação totalmente apropriada entre participantes do campo e da sede, uma vez que além de haver muitos solteiros na sede é provável que o número de filhos ainda se altere de forma expressiva em ambos os grupos, considerando a faixa etária. Vale registrar a informação de que todos os participantes mais velhos (Grupo 2 Etário), tanto os do campo como os da sede, possuem filhos – sempre 2 ou mais filhos, na verdade.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães até o presente momento, é claro que muita coisa se modificou nas condições de vida desse grupo, sendo o quadro atual das regiões nas quais ainda predominam descendentes, em termos econômicos, populacionais, políticos e de condições de escoamento da produção, diferente daquele quadro encontrado pelos primeiros imigrantes (HEINEMANN, 2008).

Na região de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, os pomeranos foram instalados entre os mineradores da Província de Minas Gerais e os índios Botocudos. Eles não

tiveram escolha. Simplesmente foram levados aos seus lotes e abandonados à própria sorte. Ficaram instalados em regiões denominadas “frias”, com terras altas entre 300 e 1450 metros acima do nível do mar e com péssimas estradas. Ali, devido ao difícil acesso a outras localidades, permaneceram. Nessas regiões não ocorreram casamentos com outros grupos étnicos, até 1920. Desse maneira, as comunidades mantiveram suas tradições, e a língua pomerana foi falada por todos com muita facilidade (HEINEMANN, 2008, p. 6).

De acordo com Wagemann (1949) e com Roche (1968), as famílias de imigrantes residentes no Espírito Santo, e isso não foi diferente em outras regiões de colonização germânica (SEYFERTH, 1999), eram, em geral, compostas por grande prole, pois, segundo os autores citados, havia necessidade prazmente de obter mais braços para a manutenção das propriedades e para garantir a subsistência da família. Tal estratégia de garantia de mais braços para as lavouras, por outro lado, trouxe problemas relacionados aos inevitáveis gastos com a criação e o sustento de muitos filhos, além de aumentar a complexidade das decisões posteriores relativas à partilha dos bens familiares.

Roche (1969) e Seyferth (1999) assinalam que, após 1950, houve queda de natalidade nas famílias residentes nas colônias, e ambos os autores apontam a partilha da terra e a necessidade de consumir determinados produtos não produzidos na propriedade como os principais motivadores da redução da prole nessas regiões.

Os autores mencionados acima referem-se aos imigrantes germânicos alocados no sul do país, mas a realidade encontrada na presente pesquisa é similar. Apesar da similaridade, é importante lembrar aqui que foram constatados, mesmo entre os entrevistados mais velhos (Grupo 2 Etário), casos em que a prole não é especialmente grande (dois ou três filhos). É possível pensar que tais casos tenham relação com a questão da partilha das propriedades, inclusive pelo fato de os participantes serem, em sua maioria, proprietários de pequenas extensões de terra (FEHLBERG; MENANDRO, 2011; JACOBSON

et al, 2009).

A comparação das modalidades de configurações residenciais e, por extensão, familiares entre os participantes residentes no campo e os que vivem na sede do município está destacada na Tabela 8, apresentada a seguir. O principal aspecto comum é a maior frequência de configurações que envolvem a família extensa, ou em casa única (caso predominante no campo) ou em casas reunidas em moldes de condomínio (caso predominante na sede). Um possível argumento explicativo é o de que o modelo de compartilhamento das atividades com a família extensa (centralização familiar), prático e estratégico quando todos trabalham no mesmo empreendimento, é muito marcante como norma cultural e fornece o suporte social e emocional necessário a todos nas condições em que vivem e trabalham. Associam-se a tal aspecto o custo da terra, em especial das terras agricultáveis, a especulação imobiliária no núcleo urbano, e outras consequências da contínua divisão da terra (BAHIA, 2001). Tal modelo parece ainda manter parte de sua força como norma a ser seguida, mesmo nos casos em que a família extensa transferiu-se para a sede e seus integrantes não trabalham todos na mesma atividade tipicamente familiar (permanecendo válido para tal contexto o aspecto adicional do custo das propriedades), mas passa a ser perceptível uma alteração no modelo. Essa alteração preserva a convivência familiar contínua, mas em contexto no qual cada família nuclear passa a usufruir de um espaço “individualizado”. Isso poderá levar ao predomínio do modelo mais valorizado nas cidades brasileiras, o de cada família nuclear vivendo em sua própria residência independente, configuração residencial com presença bem mais marcante nas vidas dos participantes da sede, em comparação com o que se verificou no campo.

**Tabela 8** – Frequência de modalidades de configurações residenciais / familiares entre participantes dos grupos Sede e Campo.

<b>Modalidades de configurações residenciais / familiares</b>	<b>Campo</b>	<b>Sede</b>
Residência Conjunta (envolvendo a Família Extensa)	7	2
Residências em Condomínio (envolvendo a Família Extensa)	5	9
Residência da Família Nuclear	2	5
Residência Paterna	0	2
Residência Individual	0	1

Dos 36 entrevistados, 32 são bilíngues (como se pode constatar examinando a Tabela 9) e 34 falam a língua pomerana, o que resulta em percentual muito expressivo no grupo investigado. Tal dado é indicador claro de que as condições vividas pela grande maioria dos participantes favoreceram a manutenção do uso do idioma original da família para muitas de suas interações, ainda que o necessário contato com muitos indivíduos que só dominam a língua oficial do país tenha exigido que aprendessem o português. Vale registrar que no Grupo 2 Etário há indivíduos que falam os dois idiomas fluentemente, sem terem sido alfabetizados em qualquer deles.

**Tabela 9** – Idiomas utilizados pelos participantes do campo e da sede

<b>Idiomas utilizados</b>	<b>No Campo</b>		<b>Na Sede</b>
Bilíngue (português e pomerano)	15	Bilíngue (português e pomerano)	17
Somente Pomerano	2	Somente Pomerano	0
Somente Português	0	Somente Português	2

É importante observar que os 2 participantes do grupo Campo que não são bilíngues expressam-se apenas em pomerano (ambos são idosos e do sexo feminino). Por outro lado, os 2 participantes do grupo Sede que não são bilíngues são, ambos, jovens, do sexo masculino e falantes apenas de português. Em princípio, tais indivíduos poderiam ser tomados como indícios de enfraquecimento da língua pomerana na região, o que de fato ocorreu por algumas décadas, conforme foi visto em trecho anterior deste trabalho. Mas é necessário informar que está em curso nos dias atuais um programa escolar de valorização do idioma pomerano, que foi incluído como conteúdo obrigatório para todos os estudantes do município, e não só para os descendentes dos imigrantes responsáveis pelo desenvolvimento inicial da região.

O programa referente ao idioma pomerano acima mencionado é a concretização de uma política pública estadual que o incluiu como segunda língua ensinada nos municípios colonizados por pomeranos e por seus descendentes. Trata-se do Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo), que, segundo alguns entrevistados, promoveu valorização da língua pelo grupo e poderá favorecer sua manutenção como idioma corrente em muitos contextos. Foi relatado que não é exagero reconhecer que o mencionado programa resultou em algo como uma comoção social, tanto dos jovens quanto dos mais velhos, estimulando o estudo e o resgate da língua.

Ainda diante dos dados encontrados, cabe comentário acerca da relação entre a língua pomerana e as mulheres do grupo. Como foi destacado antes, a mulher imigrante permaneceu relegada à casa e à lavoura, assim, seu campo de atuação perpetuou-se em especial dentro do espaço doméstico, o que dificultou o acesso à língua falada externamente, no contexto intergrupar (FEHLBERG et al, 2012; TRESSMANN, 1998).

As entrevistas mostraram que a grande maioria dos participantes, independentemente da faixa etária, reconhece que nas atividades exteriores à propriedade há forte predomínio da presença masculina, ainda que as mulheres jovens relatem que, amiúde, acompanham os homens nas compras e em outras atividades na cidade – atividades civis, cuidados com a saúde, e nas festividades. Portanto, os afazeres urbanos em ambas as gerações permanecem sob cuidados masculinos (FEHLBERG et al, 2012, p.15).

A dificuldade de acesso ao exterior das propriedades familiares ou aos eventos sociais fora do contexto campesino, caracterizando isolamento geográfico e cultural, foi determinante para que as mulheres de mais idade aprendessem apenas a língua endogrupal. Por outro lado, observa-se nos resultados relativos a todas as mulheres mais jovens, que elas obtiveram oportunidades diferentes de interação e de inserção em contextos sociais diferenciados, o que exigiu-lhes o aprendizado de ambas as línguas. Mesmo que hoje ainda

haja restrições à circulação da mulher fora do espaço da propriedade, essa condição parece ter sido alterada em alguma magnitude, pois os resultados evidenciam que as atuais contingências permitiram que todas tivessem fluência nas duas línguas. Droogers (1984) acrescenta um aspecto curioso relacionado ao uso diferencial da língua pelas mulheres, ao ressaltar que a vinculação religiosa da família é responsabilidade mais afeita à mulher, pelo fato de elas e as filhas estarem mais tempo em casa, enquanto que o marido e os filhos permanecem mais tempo em atividades fora de casa, sejam elas de trabalho ou de lazer. Essa religiosidade, segundo o autor, se expressa mais especificamente no ato de cantar hinos religiosos, um hábito bastante forte na relação dos descendentes com a manifestação religiosa, e que contribui para aprimorar a destreza na língua.

Uma senhora me explicou que já em casa homens e meninos cantam muito pouco, pois estão muito menos em casa, e mais 'na estrada' do que a mãe e as filhas. Ela disse que a sua mãe cantava com as filhas enquanto arrumavam a casa. Certamente isso não foi geral, mas pode ser algo que criou um clima em que cantar é coisa de mulher (DROOGERS, 1984, p. 42).

A problemática dos limites relativos à mobilidade social em determinados grupos (TAJFEL, 1982b, 1983) fica evidenciada no modo de organização social campesina e seu apego aos valores históricos consolidados no endogrupo (GERTZ, 1987; TAJFEL; FORGAS, 1981; TAJFEL, 1982b). Nesse sentido, o papel da mulher na casa e no cuidado com os filhos parece favorecer maior conservação de valores culturais e reprodução dos estereótipos relativos à identidade social do descendente de pomerano naquele contexto. Isso pode ajudar a compreender a conservação de valores intrínsecos à etnia da qual o grupo campesino é parte, como no caso dos descendentes germânicos, principalmente nas regiões rurais do país (GERTZ, 1987). Thies (2008) faz a seguinte proposição relacionada a grupo de descendentes de pomeranos radicado no sul do país:

A mulher pomerana, embora não apareça explicitamente na história e no contexto da imigração, exerce um importante poder na tomada de decisões. São as mulheres que cuidam do entorno da casa e da produção da culinária, por exemplo. São elas que mantêm em movimento uma grande parte dos “saberes” culturais. A cultura masculina “impõe” que o homem fale. Nas comunidades rurais em que estou realizando uma pesquisa (Solidez e Nova Gonçalves, em Canguçu, Rio Grande do Sul), posso afirmar que as mulheres “guardam” muito das histórias de seus antepassados, ou seja, elas são produtoras da memória no contexto em que vivem (THIES, 2008, p. 29).

Após a década de 1990 inicia-se a exaltação dos valores relacionados ao contexto rural como via de desenvolvimento sustentável, de geração de emprego, como meio de subsistência (FIALHO, 2005; LIMA, 2005; MOREIRA, 2005). Tal movimento conduz ao resgate de alguns valores culturais já desgastados, como a língua e as festas comunais (BAHIA, 2000; DROOGERS, 1984), criando condições para que eles sejam retomados com nova conotação, tal como se apresenta no ensino oficial da língua no âmbito do Proepo, por exemplo. Esse movimento político-econômico-cultural vem levando a alterações em aspectos relevantes na composição da identidade social do grupo, como a atribuição de características positivas ao fato de saber a língua, o que faz com que o autoconceito do grupo se modifique e promova maior coesão grupal e elevação da autoestima dos membros do grupo.

Vale lembrar que em outras épocas o contexto foi muito diferente. A entrevistada SF15, por exemplo, relatou que já presenciou preconceito de outros grupos com relação à língua pomerana, por ocasião do período que vigorou a Campanha de Nacionalização, inclusive preconceito dos próprios membros do grupo, o que está relacionado ao fato de alguns descendentes não terem ensinado aos filhos. Relatos mencionaram como situações mais frequentes a ocorrência de discriminação por ser falante da língua na sede do município, havendo um caso em que é identificada como consequência a decisão das filhas da entrevistada se recusarem a aprender a língua.

SF15 (55 anos, bilíngue) - *Porque eu trabalho no [...] e ali passa muita gente, principalmente quando não tem ninguém que fale o pomerano. Eles me chamam para ajudar e eu faço amizade assim. Tem gente que não gosta de falar o pomerano. [Mas tem gente que não gosta por aqui?] Tem muita gente sim, tem muita gente que tem vergonha de falar, mas é tão gostoso falar em pomerano. Porque as pessoas não sabiam o que a gente falava, então minhas filhas me futucavam ou davam uma beliscadinha quando eu falava em pomerano no meio das pessoas, que elas não queriam. [Mas por quê?] Elas falam que era porque as pessoas ficam boiando quando eu estava falando. Mas eu sempre falei que eles não sabiam o que a gente tá falando, por isso é que estão olhando, eles devem estar achando interessante, uma voz diferente. Eu acho que a gente falando em pomerano, a gente não deve ter vergonha nenhuma quando a gente fala alguma coisa. [Mas a senhora já chegou a ter vergonha?] Não, eu não, eu sempre gostei de falar, eu gosto até hoje. Por isso que eu falo na frente de todo mundo lá no [---]. Às vezes quando eu estou falando eles abrem aquele sorriso, um mexia com o outro, dava para ver que estavam rindo mas eu nunca deixei de falar.*

SF18 (52 anos, bilíngue) - *Mas os meus filhos inclusive não falam porque muitos anos atrás o pomerano era muito criticado, às vezes na escola era motivo de chacota porque não sabia falar o português, aí eu não ensinei os meus filhos o pomerano. Onde eu nasci eles criticavam muito os pomeranos, hoje já não é mais assim. Eu passei por discriminação. Quando a gente entrou na escola, a gente não sabia falar o português. Então teve uma certa dificuldade para a gente se adaptar. E hoje não, hoje já tem aula em pomerano aí.*

A situação fica bem retratada no trecho do depoimento da entrevistada SF6, quando ela diz com pesar sobre a dificuldade de falar o pomerano com as pessoas de seu entorno (núcleo urbano) e também com sua família, porque, segundo ela, há algum tempo cabia atribuir o estereótipo de “cafona” a quem falasse o pomerano, principalmente no núcleo urbano. Mesmo quando a Campanha de Nacionalização e as represálias ao “perigo alemão” (LISBOA, 2008) já não estavam ativas, muitos estereótipos relacionados ao grupo de “alemães”<sup>21</sup> ainda permaneceram, bem como as categorias nas quais esses

<sup>21</sup> Como eram nomeados todos os imigrantes vindos de cidades ou estados germânicos e seus descendentes (TRESSMANN, 1998)

indivíduos foram classificados. Na ocasião histórica referida, atributos sociais negativos foram associados ao grupo dos descendentes de alemães, tais como os de serem nazistas ou inimigos da pátria. Isso ocorreu a despeito de ter existido antes uma visão muito mais positiva do grupo, já que nas primeiras décadas da imigração os “alemães” foram vistos como trabalhadores dedicados (FERRARI, 1968; PACHECO, 1994; WAGEMANN, 1949) e como uma esperança para o progresso do país (LISBOA, 2008).

A proibição do uso da língua, certamente, foi fator de forte influência para que muitos dos falantes se vissem menosprezados como grupo, embora constituíssem maioria numérica na população da região. Para os brasileiros não falantes – à época, minoria naquela região – a situação representava a contraface, fazendo ressaltar características de seu grupo como positivas, chegando a promover reações preconceituosas contra o grupo maior e com mais tradição vinculada à região, que reunia os descendentes de pomeranos. Segundo Medeiros (1994), as muitas represálias dirigidas aos descendentes de pomeranos refletiram-se, mesmo em momentos posteriores, prejudicando a qualidade das relações do grupo com os demais habitantes da região.

Prejudicou muito a cultura nas regiões, pois como disse o historiador Joel Guilherme Velten, descendentes que, como ele, nasceram nessa época, foram privados de aprender o alemão. Outros como Werner Bruske, que dirige o grupo folclórico de Domingos Martins, responsabilizam essa época pela impregnação de um medo tão forte nas gerações posteriores, que muitos ficaram prisioneiros desse tempo. “Por isso”, diz, “arriscamos pouco no que tange ao impulso que tem todo jovem de sair do seu lugar. Ficamos como prisioneiros do medo” (MEDEIROS, 1994, p. 91).

Tal situação histórica pode ter representado impacto importante também no interior do grupo, tornando-o mais impermeável como estratégia de proteção e coesão. O relato que se segue revela alguns resquícios desse momento, ainda que fique evidente certa falta de clareza quanto ao conhecimento do

que se passou.

CF9 (27 anos) - *Olha, eu acredito que naquela época eles sofreram muito, no caso eles sentiram muito medo de ser gente estranha, mas o meu pai, mesmo assim, ele se relacionava muito. Assim, na época ele era pedreiro, ele sempre tinha um empregado, que era quem vinha de longe e quem era de outra descendência. [Mas sofreram em que sentido?] Por eles serem pomeranos, na época, aqui eles sofreram bastante, os que já moravam aqui, os que não são, aí eles sempre sofreram muito também na época. [Mas sofreram o quê?] Isso eu não sei ao certo, eles sempre falavam assim que gente de outra religião ou da parte italiana, eles sempre falavam que não eram boa gente, sempre o que eu ouvia, eu lembro bem. Assim: “Aquele pessoal ali não é boa gente.”*

Outro ponto que interessa salientar, pela relação com o que está sendo comentado, é o uso da palavra “cafona” para se referir ao falante da língua pomerana, descendentes entre os quais predominam camponeses. Isso pode estar associado, segundo Albuquerque (2002) e Moreira (2005), ao fato de ser comum o uso do adjetivo “atrasado” para caracterizar camponeses, desvalorizando-os. Também o escritor Graça Aranha (2002), em “Canaã”, retrata a ingenuidade e a submissão do colono alemão diante dos “brasileiros”, o que não está apartado do uso de termos como “cafona” e “atrasado”, que entram na composição de uma identidade social em que aspectos negativos podem sobrepujar aspectos positivos na autoavaliação. Tal risco se estende a todas as características que diferenciam o grupo dos exogrupos (TAJFEL, 1982b, 1983), entre elas a língua pomerana e as próprias características físicas presentes nos descendentes, como a pele e os olhos claros. O trecho a seguir expõe o sentido originário dessa diferenciação rural/urbano, que muitas vezes parece naturalizada, mas que está fundamentada em configurações sociais e históricas de um tempo não muito distante.

Na modernidade burguesa os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses pólos emergiram atribuição de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O

rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças, etc (MOREIRA, 2005, p. 19).

Um exemplo significativo retrata a situação de um descendente que não é falante de pomerano diante do grupo que usa essa língua. Quando esse indivíduo adentra o grupo de falantes é confrontado com situação na qual ele, mesmo sendo descendente, percebe-se como excluído, uma vez que somente é falada a língua pomerana, o que o exclui da comunicação e, consequentemente, da participação na dinâmica grupal. A exclusão do grupo por um fator primordial como a língua causou sensação de desconforto, e o entrevistado revela que não se sentia bem quando as pessoas falavam com ele em pomerano, mesmo sabendo que ele não entendia. Mesmo sendo ele próprio descendente de pomeranos, o fato de não falar a língua o exclui em tal situação:

*SM8 (22 anos) - Mas nos pomeranos, quando que ia na casa deles mais retirado, eu tinha muito medo dos pais, eram bravos, mandavam e a gente tinha que fazer, tinha que aceitar mesmo. Eles falavam tudo em pomerano e eu me sentia... eu lembro que eu chegava lá e todo mundo só falava pomerano, e eles não falavam em português comigo, só um pouquinho. Tanto que naquela época eu aprendi a entender muita coisa, porque eu ficava observando o que eles falavam para almoçar, para fazer as coisas, por exemplo na hora de almoçar eu já sabia pelas palavras que eles usavam. Mas o que mais eles usavam é o pomerano, sempre falavam só o pomerano.*

Diante de tal quadro, no contexto sociofamiliar e rural, a língua foi mantida, entretanto, parte dos membros do grupo evitava ou até mesmo abandonava o uso da língua pomerana em contexto social público urbano, acarretando diminuição na transmissão desta, mormente para os descendentes que vivem em regiões urbanas. O filho mais velho da entrevistada SF18 sabe falar o po-

merano em decorrência da contingência da família ter tido uma empregada que só falava essa língua, com a qual se comunicava com a criança.

Outro depoimento relacionado, e que indica aspecto que está na origem das dificuldades com a manutenção da língua nas gerações anteriores, encontra-se na entrevista de SF16, que foi professora de alfabetização e que relatou ter sofrido perseguições na época em que começou a lecionar, porque não se podia utilizar a língua pomerana em sala de aula, bem como em locais públicos, revelando que atravessou um momento em que temeu ser presa.

SF16 (62 anos, bilingue) - [Sobre os filhos e netos saberem pomerano] *A filha mais velha sabe, mas com essa decepção que eu tive na escola eu não ensinei para o mais novo e nem vou ensinar para os netos não. Eu tenho uma revolta dentro de mim porque eu passei aqueles negócios todos [perseguição na escola por falar a língua], eu não ensino mais não, se quiser aprender que pegue o dicionário. Porque se eu ensino, eu vou ensinar errado, porque na época não tinha dicionário, hoje tem, e a pessoa que já sabe o pomerano vai ter muita dificuldade de aprender a escrever em pomerano do dicionário. Agora, a pessoa que nunca viu é mais fácil. Tive que trabalhar de portas fechadas porque tinha inspetor naquela época, se soubessem que eu estava falando em pomerano na sala de aula... Pastores também foram presos, então eu peguei um tempo muito difícil para mim trabalhar. Eu passei muito medo também, porque eu podia ser presa, porque na época que eu dava aula as pessoas vinham de repente assim e a porta abria a gente já tinha que falar em português, e eu fui obrigada de ensinar, por exemplo, assim: quando eu ia ensinar a palavra vaca, eu tinha que levar figura da vaca, falar em pomerano "call", e aí eu falava isso é vaca. E eu passei muito aperto por causa disso, com medo de ser presa de eu falar em pomerano. [Por que as pessoas não podiam falar em pomerano?] Não podia falar, não tem muito tempo, antes de lançar esse dicionário, eu estava andando com minha colega na rua e conversando em pomerano, aí tinha uma pessoa que não entendia atrás de nós, era um pouquinho moreno assim, ele achou ruim, que nós estávamos falando mal dele. Agora é mais fácil porque foi oficializado e não tem nada a ver. Na época foi muito difícil porque achavam que os pomeranos era um povo fechado, com medo, agora já mudou, mas parece que realmente tinha aquilo porque de tanto que eles passaram vindo da Alemanha, passaram um sufoco, eles ficaram com um certo medo da cultura também. Hoje eu não defendo muito a língua pomerana não, porque a gente passa medo, não podia falar de jeito nenhum, tinha que*

*ter tanto cuidado quando a inspetora chegava e descobria que eu estava falando em pomerano para ensinar em português, eu sempre achava que eu ia ser presa.*

Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SEITENFUS, 2003), como já foi assinalado em capítulo anterior, os descendentes de alemães sofreram retaliações importantes por meio da ação de autoridades militares nas áreas de imigração, principalmente no sul do Brasil (SEYFERTH, 2005). Fosse ou não adeptos do Partido Nazista, fossem ou não cidadãos alemães, foram acusados de crimes de conspiração contra a unidade nacional (PY, 1942), foram perseguidos, suas publicações e obras escritas na língua alemã foram queimadas e suas famílias e propriedades foram alvo de muita hostilidade por grupos de brasileiros que ameaçavam todas as pessoas que utilizavam alguma língua de origem germânica (KIPPER, 1979; SEYFERTH, 1982, 1997; WILLEMS, 1980). No Espírito Santo poucos foram os adeptos do Partido Nazista e poucos os cidadãos alemães aqui residentes, mas ainda assim ocorreram represálias dirigidas ao uso das línguas de origem alemã (MEDEIROS, 1994). Os núcleos nazistas no estado “eram muito poucos, raríssimos, mas o suficiente para trazer transtornos a uma população que se encontrava longe das áreas de conflito” (MEDEIROS, 1994, p. 90). Jorge Küster Jacob produziu um documentário, *Bate-Paus* (2005), sobre esses episódios de violência em que algumas famílias relatam as humilhações e perseguições sofridas nessa época, mesmo desconhecendo os motivos reais de tal situação. Um exemplo marcante aparece no relato que se segue:

Por isso a Segunda Guerra Mundial causou imensos transtornos na vida das colônias germânicas no Espírito Santo. As muitas discriminações iniciais evoluíram para a repressão quando saiu uma medida do governo proibindo o uso de língua estrangeira e seus dialetos no país, atingindo principalmente o culto nas igrejas luteranas. Os cemitérios foram invadidos por teuto-brasileiros para apagar as inscrições em alemão das sepulturas (MEDEIROS, 1994, p. 91).

O período subsequente à Guerra foi difícil para os descendentes, principalmente para os falantes das línguas pomerana ou alemã, pois, diante das perseguições e situações constrangedoras vividas, muitos indivíduos intensificaram seu isolamento (como se percebe no relato da entrevistada SF16, reproduzido pouco acima).

No entanto, diversas respostas à questão “Você, ou alguém da sua família, fala a língua pomerana?” indicam que no momento atual está ocorrendo valorização dessa língua, principalmente no setor de serviços local. Constatase, por exemplo, que vários entrevistados do grupo mais jovem mencionam que atualmente há interesse familiar em transmitir a língua para filhos e netos, ocorrendo até mesmo manifestações no sentido de que os descendentes aprendam a falar o pomerano como primeira língua. Não raro ocorreram menções a indivíduos que se mostram frustrados por não saberem falar a língua, uma vez que no atual contexto de trabalho, principalmente em serviços e no comércio, é necessário falar o pomerano para atender à demanda local.

A partir da década de 90, com a Eco-92, o desenvolvimento sustentável tornou-se uma realidade entre as estratégias políticas governamentais para o campo (FIALHO, 2005; LIMA, 2005; MOREIRA, 2005), como foi abordado na parte inicial do texto. Acompanhou essa política a tendência de preservação das diversas culturas presentes no país, especialmente nas comunidades rurais, com incentivos para a promoção e a valorização de aspectos culturais peculiares de tais comunidades, como festas nas quais comidas e produtos típicos são oferecidos, desenvolvendo-se a atividade de agroturismo. Em paralelo a esses fatos, é preciso levar em conta a presença de alguns pastores cuja formação teológica foi feita no Brasil, o que lhes proporcionou contato com linhas de pensamento mais diretamente contextualizadas à realidade brasileira, podendo ser citada entre elas a Teologia da Libertação (DROOGERS, 2008). O apelo à preservação ecológica influenciou tanto os pastores luteranos quanto as autoridades locais, ainda segundo Droogers (2008). Esse movimento fomentou o resgate e

conservação de resquícios culturais de comunidades campesinas, reforçando principalmente os aspectos étnicos das pequenas localidades conservados nas áreas de colonização europeia, como é o caso, por exemplo, dos imigrantes pomeranos em Santa Maria de Jetibá e dos imigrantes italianos em Santa Tereza. Isso ajuda a compreender a elevação de investimentos não somente em infraestrutura urbana e rural, a fim de recepcionar e atrair o turista, mas também, como consequência direta desse momento, na infraestrutura educacional e social capaz de manter os aspectos peculiares desses nichos. Um exemplo é o caso do Proepo, citado anteriormente.

Várias respostas cujo conteúdo é revelador a respeito da importância do uso das línguas (pomerano e português) foram selecionadas como ilustração e estão reproduzidas a seguir, separadas por entrevistados dos grupos Campo e Sede:

#### Grupo Campo

CF3 (23 anos, bilíngue) - *Direto, de dia a gente conversa tudinho em pomerano, nada de português, é raro a gente conversar em português. [Sobre usar o português em casa] Iria ficar um pouco complicado por causa da minha mãe, porque ela não fala português, daí iria ficar um pouco complicado pra ela porque ela não entenderia. [Sobre o futuro da língua pomerana] Na minha opinião, eu acho que no interior se fala mais, mas mais perto de Santa Maria essa tradição vai acabar todinha ainda, pode ser que ela fique mais no interior. Pode ser que um dia acabe.*

CM5 (32 anos, bilíngue) - *Nem minha filha nem minha esposa falam. A gente quer que minha filha fale, porque hoje em dia pra trabalhar num banco, num comércio, eles querem que a gente fale. Como na nossa região tem muito pomerano, falar alguma coisa fica muito mais fácil. Porque as pessoas antigas não conseguem entender muito o português ainda, entende, mas não é aquele tão perfeito, e falando pomerano é mais fácil as coisas. Pra quem fala o pomerano é mais fácil para achar um emprego, principalmente em banco.*

CM13 (50 anos, bilíngue) - *[Sobre a esposa] É descendente e só fala o pomerano. Entende um pouco de alemão língua alta, e de português, mas igual eu não, falo muito em português também, ela não sabe se virar não. [Sobre ele próprio] Eu leio bem é*

*alemão língua alta, já o pomerano é muito difícil de escrever e ler. Na igreja as leituras são em alemão. [E português, o senhor lê bem?] Não, muito pouco porque quase não fui para escola. E não sabia ler nada quando saí da escola, mas aí quando eu fui crescendo eu comecei a ler melhor.*

CF14 (62 anos, bilingue) - *Pomerano e Português e Alemão língua alta. Eu aprendi alemão quando eu trabalhava na casa dos pastores que vinham da Alemanha para o Brasil, e eles falavam só o alemão.*

CM16 (50 anos, bilingue) - *Mudou muito aqui porque há alguns anos era só pomerano, hoje já mudou muito. Tem gente que não quer falar, tem vergonha. Essa aqui [a neta] tem vergonha, porque se você souber falar em pomerano você não vai falar, porque você tem vergonha de falar. Ela começa a estudar, aí ela tem vergonha de falar. [Mas ela não fala o pomerano?] Fala, mas tem vergonha de falar, e isso começa dentro de casa. Porque você pergunta a ela alguma palavra quando ela tá no meio de muita gente, ela, ela tem vergonha de responder, ela entende tudo, mas não responde. [Então tem gente que não quer falar mais o pomerano?] Eles têm vergonha. Igual gente assim da nossa idade, eles falam, mas os mais novos, a maioria... A gente tem que falar, senão depois acaba. Nos dias que os mais velhos morrerem, vai acabar. Eu creio que não, mas aqueles que estão criando os filhos de novo, se não ensinar vai acabar.*

## Grupo Sede

SF3 (28 anos, bilingue) - [Sobre o fato de muitas mulheres mais velhas não falarem português] *É porque elas não usam, na roça a gente não usa o português, lá a gente só fala o pomerano. [Mas o homem fala e a mulher não?] É porque o homem já sai mais, a mulher não, ele vai pra Ceasa, é o homem que vai fazer as compras, a mulher fica em casa. Hoje em dia as mulheres já vão mais, mas na época as mulheres não vinham pra rua não, era mais os homens mesmo; os idosos já nem falam o português, eles vêm pra rua porque precisam receber o dinheiro, porque são aposentados, mas a maioria, a mulher fica em casa trabalhando e o homem é quem sai.*

SM7 (23 anos, fala apenas português) - *A maior frustração na vida é não saber falar o pomerano. Entender até que eu entendo, mas falar. Mais da metade dos meus funcionários falam o pomerano fluentemente, tem até uns moreninhos que também falam, a gente garimpou alguns aí na cidade, porque é muito importante mesmo saber falar o pomerano. Ainda mais depois que eles abriram o projeto Proepo nas escolas, começou a se valorizar mais o pomerano aqui. Antes quem exigia pomerano era o comércio, mas o jovem não queria saber*

*do pomerano. Agora eles querem, têm orgulho. Igual os currículos, eu estou com mais de 160 currículos aqui para serem analisados para essa nova loja que a gente está abrindo, antigamente nem fazia questão de colocar que falava pomerano, tinha vergonha. [Mas por que você não aprendeu?] Pelo fato de eu ter saído para estudar, eu saí com 12 anos de idade, e fui retornar com 17. [Mas sua primeira infância foi passada aqui; sua mãe fala pomerano?] Minha mãe fala fluentemente alemão e pomerano, e meu pai também. Meus pais foram muito dedicados [à empresa que possuíam] e eu só via meu pai e minha mãe à noite, eu não os via durante o dia. Eu gostaria muito de saber mas não tive oportunidade, eu entendo um pouco mas saber não sei.*

SF9 (33 anos, bilíngue) - *Aqui no comércio tem que falar o pomerano, igual aqui na clínica, vem muita gente que não fala nada em português, nem um bom dia eles não conseguem falar. Ai a gente entra no consultório, traduz todas as queixas para o médico. [Então você serve aqui como auxiliar mesmo?] Sim, quando o médico pergunta a gente traduz a pergunta do médico para o paciente, e quando o paciente responde a gente traduz da pessoa para o médico. E são muitos e todos os dias tem alguém que não fala o português, não acontece de um dia não ter uma tradução. É até aqui na frente, na recepção, é melhor, que eles se sentem mais à vontade.*

## CAPÍTULO V

# ASPECTOS CULTURAIS: COTIDIANO, TRABALHO, RESPONSABILIDADES, RELACIONAMENTOS E LAZER

Nessa parte inicial do presente capítulo a preocupação foi a de explorar aspectos das atividades laborais e das atividades cotidianas em relação aos cuidados com a casa e com os filhos sob outro aspecto – o das responsabilidades culturalmente atribuídas aos homens e às mulheres. A abordagem de tal

tema, além do interesse que tem em si mesmo, acrescenta informações sobre características do trabalho dos integrantes do grupo Campo. Esse mesmo trecho abriga informações sobre outra forma de definição de responsabilidades, qual seja, a de cuidar dos pais idosos. O trabalho busca elucidar como, atualmente, tal responsabilidade interfere na forma como são tomadas as decisões sobre herança em relação à propriedade rural na qual a família viveu e trabalhou.

Nas entrevistas com os participantes do grupo Campo foi solicitado, tanto aos homens como às mulheres, que falassem a respeito de quais são as tarefas que só as mulheres fazem e quais as que só os homens fazem, com base no que acontece em suas próprias famílias. Os entrevistados do grupo Sede (homens e mulheres) também foram convidados a falar sobre as atividades desempenhadas por homens e mulheres descendentes de pomeranos, como eles, mas que vivem no campo. Deve ficar claro, então, que os participantes do grupo Campo falaram sobre seu próprio dia a dia, enquanto os participantes do grupo Sede falaram sobre uma realidade que eles conhecem (por já a terem vivido ou pelo contato que mantêm com parentes e amigos que vivem no campo), mas que não vivem cotidianamente.

O objetivo de tal questão foi o levantamento de informações sobre a forma como eventuais divisões de tarefas se consolidaram a partir da tradição dos imigrantes originais. A indagação feita aos participantes do grupo Campo tinha o objetivo óbvio de reunir informações sobre a realidade atual no campo (realidade essa que é a mais próxima das condições vividas pelos imigrantes originais). O objetivo de perguntar aos participantes do grupo Sede sobre aspectos do cotidiano dos moradores do campo foi o de verificar se, mesmo não participando mais do mesmo tipo de organização das atividades familiares, tais participantes preservam visão semelhante à dos descendentes que vivem no campo ou se acrescentam informações a partir de sua condição de relativo distanciamento e de eventual perspectiva crítica.

Na verdade, houve grande concordância de respostas a respeito das atividades atribuídas a homens e mulheres quando o grupo Campo falou de sua própria realidade e quando o grupo Sede falou sobre o cotidiano do grupo Campo. Os entrevistados da Sede, por serem um grupo relativamente próximo e com grande acesso ao grupo Campo, podem realizar comparações sociais e apontar quais seriam as características mais fortes da identidade social dos descendentes residentes na zona rural. Por seu lado, os integrantes do grupo Campo também possuem discernimento sobre as características que lhes são próprias.

Em relação ao trabalho no campo, a resposta mais frequente, considerando todos os entrevistados, foi a que reconhece que homens e mulheres desempenham as mesmas atividades na lavoura. Respostas com esse teor foram fornecidas por homens e por mulheres, tanto do grupo Campo como do grupo Sede. Tais respostas não diferenciam quaisquer atividades na lavoura como sendo responsabilidades exclusivamente masculinas ou femininas. Como se verá adiante, existem outras atividades que são consideradas atribuições exclusivamente femininas, não ocorrendo algo inteiramente comparável com atividades reconhecidas como exclusividade dos homens. Juntando-se as informações anteriormente fornecidas, é possível dizer que existe reconhecimento tácito de que as mulheres trabalham muito.

Segundo Beozzo (1993), as mulheres imigrantes de descendência germânica se diferenciavam, quanto aos hábitos laborais, das mulheres de descendência italiana, pois enquanto as primeiras também se responsabilizaram pelo trabalho na lavoura, entre as últimas isso ocorreu com menor ênfase. As mulheres sempre acompanharam os homens nas tarefas relacionadas à lavoura, sendo poucas as atividades que não realizavam em meio às tarefas do cotidiano rural. Willems (1980) aponta duas tarefas não realizadas pelas mulheres no sul do país: o laço e a derrubada da mata.

Embora homem e mulher participem das atividades agrícolas da mesma maneira, cabe ao homem escolher os locais para roçados. É verdade que a mulher escolhe o lugar para a horta. A mulher ajuda igualmente a tratar dos animais que se encontram no faxinal. Há, em Bonifácio, mulheres que realizam todos os trabalhos, exceto talvez o manejo com o laço (p. 314).

Também no Espírito Santo há evidências de que as mulheres realizam as mesmas atividades agrícolas que os homens, além de, independentemente disso, acumularem o cuidado com os filhos e com a casa (HEINEMANN, 2008; ROCHE, 1969; SALETTTO, 1996). As mulheres têm responsabilidades centrais diante da família, do grupo de convivência e da igreja e, de fato, participam ativamente das atividades realizadas nessas instâncias (DROOGERS, 1984; ROCHE, 1969). A socialização endogrupal parece ser perpassada pela atuação das mulheres, uma vez que elas estão à frente das principais atividades de lazer e integração do grupo: a festa de casamento, os cultos dominicais (cantos), as atividades dentro da casa, a recepção aos amigos e familiares visitantes, entre outras. Aos homens cabem atividades promotoras de socialização exogrupal, ou seja, o contato com outros grupos pela via das práticas comerciais ou em decorrência de atividades de lazer como o futebol ou a “ida à venda” (para consumo de bebidas alcoólicas).

No grupo Sede, 5 entrevistados (homens) chegam a dizer textualmente que as mulheres campesinas enfrentam sobrecarga de trabalho. Os dados completos se encontram na Tabela 10.

**Tabela 10 – Responsabilidades de homens e mulheres que vivem no campo segundo as respostas de todos os participantes (grupos Campo e Sede), considerando o sexo do entrevistado.**

Atividade	Respostas Femininas				Respostas Masculinas			
	Campo sobre Homem	Sede sobre Homem	Campo sobre Mulher	Sede sobre Mulher	Campo sobre Homem	Sede sobre Homem	Campo sobre Mulher	Sede sobre Mulher

Todas atividades na lavoura são desempenhadas por homens e mulheres	6	5	7	7	3	8	4	4
Trabalho Pesado	5	1	-	-	3	1	-	-
Serviços Externos à Propriedade	3	2	-	-	1	1	-	-
Administração dos Negócios	-	1	-	-	1	-	1	-
Tarefas Domésticas	-	-	10	8	-	-	6	9
Cuidar dos Filhos	-	-	2	4	-	-	1	2
Auxiliar na Lavoura	-	-	1	1	-	-	1	2
Auxiliar no Cuidado com os filhos	1	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar em Tarefas Domésticas	1	-	-	-	1	-	-	-
Sobrecarga de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	5

Alguns exemplos de respostas em que esse reconhecimento de que homens e mulheres desempenham as mesmas atividades na lavoura fica explícito estão transcritos logo abaixo:

CM2 (30 anos) - *Na roça, ela faz o mesmo serviço que eu também, nós dois faz.*

CF15 (54 anos) - *Tudo que ele faz eu também faço, não tem diferença, pulverizar, tudo.*

SM8 (22 anos) - *Eu acho que a mulher trabalha na roça e vai junto do homem, igual eu tenho uma vizinha que a mulher vai com o homem apanhar café, eles trabalham junto e não tem diferença no trabalho.*

SF15 (55 anos) - *Tem mulheres que trabalham muito e que passam até veneno, faz o serviço do homem.*

SF18 (52 anos) - *Eu acho que a mulher na roça trabalha mais do que o homem, porque ela além de fazer todo serviço de casa ela ainda vai junto com o marido para a roça, e vai e faz muito trabalho que ele faz.*

Outras respostas apresentam teor semelhante, mas a menção à igualdade das atividades vem acompanhada de uma ressalva – a de que alguns *trabalhos pesados* são responsabilidade dos homens. Essa ressalva foi feita tanto por homens como por mulheres, principalmente do grupo Campo, como se pode verificar na Tabela 10.

Ao longo dos séculos XIX e XX a relação entre trabalho e gênero foi entrecortada por alterações diversas oriundas das grandes conquistas que as mulheres alcançaram em vários momentos históricos, como o direito ao voto, o direito à aposentadoria, e os direitos trabalhistas. Homens e mulheres conquistaram e perderam espaços na divisão das tarefas e das ocupações típicas de cada sexo, tarefas essas que foram sendo assimiladas como parte das atribuições de ambos. Esse processo de busca por direitos ainda encontra-se em curso, não obstante as muitas conquistas já concretizadas (OSTERNE, 2001).

No Brasil de meados do século XIX, segundo Samara (1997), ocorreram várias mudanças políticas que influenciaram a economia e também a sociedade da época. Após 1822, “a emancipação política encerra a fase colonial da nossa história, iniciando um processo de transformações econômicas, com alteração no sistema de trabalho” (SAMARA, 1997, p. 25). Nesse momento, o trabalho assalariado começou a despontar, visto que muitos dos trabalhadores no campo eram livres, tanto ex-escravos quanto imigrantes europeus, vindos para o trabalho na lavoura cafeeira no sul e no sudeste do país.

Samara (1997) registra que o número de trabalhadoras e provedoras do lar já era grande no início do século XIX, pois há algum tempo as mulheres trabalhadoras vinham despontando nos censos como equiparadas em número aos homens trabalhadores.

Esse processo que se delinea com mais clareza, especialmente na segunda metade do século XIX, tem, no entanto, raízes no nosso passado colonial, pois prover o próprio sustento e o de sua família parece ter sido o destino de muitas mulheres no Brasil, contrariando um modelo de ociosidade descrito pela historiografia. É o que apontam pesquisas recentes que vêm sendo realizadas, enfatizando principalmente a região sul nos séculos XVIII e XIX (SAMARA, 1997, p. 27).

As relações de gênero no trabalho nem sempre foram tão bem delimitadas como está registrado no texto clássico *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto

Freyre (2002), que descreve a mulher do senhor de engenho como frágil e submissa, com atuação voltada exclusivamente para a casa, em oposição à atuação do homem, ao qual era atribuída a chefia e o controle da propriedade e das relações externas à casa. É importante desmistificar a concepção de que nossa sociedade colonial era composta exclusivamente de famílias patriarcais ligadas ao engenho e ao trabalho escravo, como lembra Corrêa (1982). Segundo a autora, havia no entorno dessas propriedades pequenas vilas de artesãos e minúsculas propriedades que sobreviviam através do comércio de bens de consumo para os engenhos, artesanatos e manufaturas. Essas vilas cresciam ao longo do tempo, abrigando mestiços e, mais tarde, escravos libertos. Nesses espaços existiam toda sorte de trabalhadores, inclusive famílias chefiadas por mulheres, que não condiziam com o ideal romântico da família patriarcal do engenho, tido como modelo único para a época (CORRÊA, 1982; OSTERNE, 2001).

Mesmo com alguma proeminência do papel da mulher nas famílias, observada já no Brasil Colonial, havia diferenciação nítida entre o papel dos homens e o papel das mulheres no contexto laboral. Eram delimitados como ofícios femininos aqueles ligados à casa, diferentemente dos ofícios masculinos, ligados ao mundo externo ao domicílio. Samara (1997) ressalta que a configuração das atribuições de trabalho não diz respeito apenas à divisão masculino/feminino, pois “além do ‘gênero’ outros fatores devem ser levados em conta quando se fala em divisão de atividades e incumbências, pois raça, idade, estado conjugal e *status* social também contribuíam para definir o tipo de trabalho executado” (SAMARA, 1997, p. 34). Os homens precisavam procurar novas terras, desbravar o território, e deixavam as mulheres com seus ofícios que giravam em torno da casa, na “indústria têxtil caseira, nos pequenos negócios, quitandas, vendas, lavando roupa, cozinhando ou trabalhando no campo” (SAMARA, 1997, p. 39).

Nesse ínterim, e após a Independência do Brasil (FAUSTO, 1996), iniciou-se a vinda de imigrantes europeus para o país. Com isso o trabalho assalariado livre e o trabalho familiar em pequenas propriedades passaram a ser incluídos na realidade trabalhista brasileira (GIBRAM; PAZ, 2010). Naquela realidade, as fronteiras do império precisavam ser consolidadas com ocupação territorial e substituir a mão de obra escrava por trabalhadores livres, bem como rever a distribuição de terras, que era caracterizada por grandes latifúndios (HUNS-CHE, 1977; FOUQUET, 1974; ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1974; SCHRÖDER, 2003).

No caso dos imigrantes, a divisão de trabalho se efetivou, preponderantemente, no campo, nas chamadas colônias, onde se instalaram os trabalhadores pioneiros. A colônia se organizava em torno da agricultura familiar, na qual todos os membros da família atuam. Esse sistema de trabalho discrepava da norma cultural vigente na época, que considerava o trabalho fora de casa, masculino, como mais relevante e significativo que o trabalho doméstico exercido tipicamente pelas mulheres (MADUREIRA, 2010; THERBORN, 2006).

Saltando para o momento atual, constata-se que no Brasil das últimas décadas foi registrado aumento de famílias mononucleares chefiadas por mulheres, como apontam Samara (2002), Melo, Considera e Di Sabbato (2007), Bruschini (2007) e Arriagada (2007). Entretanto, na divisão de trabalho das famílias nucleares é observada, em geral, a restrição da responsabilidade masculina em tarefas relativas à casa. O trabalho do homem, no que tange à casa, ainda se configura como uma “ajuda” à mulher, e não como parte de suas responsabilidades na divisão do trabalho familiar.

Embora essa trajetória do “progresso feminino” seja mensurada pelas Ciências Sociais através de indicadores econômicos e sociais relacionados à esfera pública e aponte para as transformações em curso, estas nada dizem a respeito das funções tradicionais que as mulheres exercem secularmente e que permanecem

como encargo específico feminino. Embora se tenha tido acesso à educação, trabalho assalariado, participação social e política, como *Janus*, as mulheres têm uma face voltada para o lar e a outra para a rua, num grande esforço de sobrevivência, num tempo de ruptura de um código milenar (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007, p. 2).

Apontam Bruschini (2007) e Arriagada (2007) que os censos feitos no Brasil são deficientes em quesitos que avaliam a contribuição feminina para o trabalho familiar, assim como também o são no que tange às atividades rurais. O tempo utilizado para essas atividades seria um grande aliado para o reconhecimento, na divisão de trabalho entre os sexos, da relevância do tempo gasto com atividades laborais, sejam elas internas ou externas à casa (AGUIAR, 1984; BRUSCHINI, 2007; CEBOTAREV, 1984). O tempo médio de dedicação aos afazeres domésticos entre os sexos foi investigado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, de 2002 (IBGE, 2002), e resultou em grandes diferenças entre os sexos, pois o número de horas que as mulheres, independentemente de serem ou não economicamente ativas, declararam dedicar aos trabalhos domésticos é de 27,2 horas semanais em média, enquanto os homens dedicam em média 10,6 horas semanais. Esse tempo médio, no caso das mulheres, aumenta com a idade e diminui com o nível de escolaridade. Conclui que “as mulheres que mais trabalham atualmente, na atividade produtiva, são aquelas que mais consomem seu tempo no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho” (BRUSCHINI, 2007, p. 56). A autora acrescenta:

Ao analisar o tempo gasto nas tarefas domésticas, segundo a presença de filhos, confirmou-se o que os estudos de gênero vêm seguidamente afirmando: o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres, mesmo que mulheres mais velhas, casadas e mães sejam precisamente aquelas que estão adentrando com mais vigor no mercado de trabalho, e nele permanecendo (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003). Segundo os dados dessa pesquisa, as mães dedicam aos afazeres domésticos quase 32 horas do seu tempo semanal, um número muito superior ao da média geral, e mais ainda ao das mulheres que não tiveram

filhos. Note-se também que, enquanto 95% das mulheres que tiveram filhos responderam que cuidavam de afazeres domésticos, 82% das que não os tiveram deram resposta semelhante (BRUSCHINI, 2007, p. 49).

Desde o século passado as mulheres compõem efetivamente o mercado de trabalho assalariado, sendo responsáveis por boa parte dos trabalhos remunerados da época. De acordo com Samara (1997), a população de mulheres em 1872, segundo o *Recenseamento da População do Império do Brasil*, quase equivalia em números à população masculina. Além de já dominarem o trabalho doméstico e participarem no trabalho na lavoura, muitas mulheres eram responsáveis pela manutenção de suas famílias. Entretanto, mesmo diante dos dados constatados em pesquisas, o trabalho feminino sempre figurou como complemento ao trabalho masculino, e ainda se vive resquícios disso (CORRÊA, 1982; SAMARA, 1997). No Espírito Santo, por volta dos anos 1890, como aponta Saletto (1996), cada família de imigrantes era traduzida em enxadas: as que contavam “3 e 3,5 membros foram consideradas 2 enxadas, aquelas entre 4 e 4,5 membros foram estimadas com 2,5 enxadas” (SALETTTO, 1996, p. 96), em que uma enxada era equivalente ao homem. Ou seja, a mulher adulta não constituía o mesmo valor na força de trabalho que o homem, e não equivaliam de mesmo modo também na remuneração. Percebe-se que a mulher imigrante, nos espaços que percorreu, esteve relegada a um lugar complementar ao do homem, tanto na família como fora dela, de forma similar ao que também ocorre em outros grupos.

Marcondes e outros (2003), em pesquisa sobre a divisão de trabalho entre operárias na região metropolitana de São Paulo, constataram que tanto homens quanto mulheres mencionaram que atividades como limpar e arrumar a casa, preparar refeições, e cuidar de crianças, são realizadas frequentemente pelas mulheres, indicando que, mesmo nos grandes centros, a mulher ainda permanece responsável pelas tarefas relativas à casa. Apesar de, no caso em

tela, elas trabalhem em períodos noturnos, os cuidados com filhos e com a casa permanecem como atribuição prioritariamente delas. Os autores destacam que foi apontado nas entrevistas com essas trabalhadoras uma divisão de trabalho na fábrica bem nítida, entre “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”, reforçando o que os autores denominaram lógica binária ‘pesado’ versus ‘leve’, um tipo de diferenciação apoiado na valorização do esforço físico masculino.

Paulilo (1987) aponta que, de forma similar, há nítida divisão de trabalho “leve” e “pesado” entre os trabalhadores rurais em todas as regiões brasileiras. Porém os resultados de sua pesquisa apontaram que o divisor de águas entre essas duas categorias não era a força necessária à realização da tarefa, mas a divisão destas pelos sexos, ou seja, “qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse” (PAULILO, 1987, p. 245). Também nas famílias de baixa renda vivendo em contextos urbanos, segundo Sarti (1996), há nítida divisão de tarefas na qual o homem é o responsável pelo trabalho fora de casa e a mulher pelos cuidados com a casa, mesmo que ela também trabalhe fora de casa para integralizar a renda familiar.

No trabalho campesino todos os membros da família trabalham igualmente na agricultura, resultando situação em que “a vida doméstica e laboral se misturam no dia-a-dia com funções bem delimitadas por gênero e idade” (GIBRAM; PAZ, 2010). Em relação às mulheres da agricultura familiar, em pequenas propriedades na Região Nordeste do país, é delegado o cuidado com a casa – em seu interior e em suas adjacências, abrangendo os cuidados com animais para o abate e com o pequeno cultivo de hortaliças para consumo próprio, não sendo tais atividades contabilizadas como trabalho, segundo Herédia, Garcia e Garcia Jr. (1984). Nesse contexto, somente é considerado trabalho o esforço referente ao trabalho masculino na lavoura, e a mulher por sua vez somente é incluída neste quando, em um dos turnos diários, “ajuda”

no trabalho da lavoura.

A categoria *trabalho pesado* pode ser entendida, no contexto abordado no presente estudo, de acordo com os exemplos fornecidos pelos entrevistados, como indicação de atividades nas quais o executante precisa empregar muita força física, ou ainda de atividades perigosas. São exemplos de *trabalho pesado*: erguer caixas cheias de algum produto, carregar produtos pesados sem utilizar tração animal ou veículos motorizados, arar a terra, cortar madeira com machado para preparar lenha, além das atividades de preparar e aplicar agrotóxicos. São tarefas que, mesmo sendo atribuições masculinas, podem ser realizadas por mulheres, caso haja necessidade (FEHLBERG; MENANDRO, 2011). Algumas respostas com tal conteúdo estão reproduzidas abaixo:

CF1 (26 anos) - *Coisas que só ele faz é carregar o caminhão, pulverizar, serviços mais pesados.*

CM5 (32 anos) - *Pelo trabalho braçal eu acho que não dá diferença nenhuma. Só que a gente pega mais pesado um pouco, agora do resto eu não vejo muita diferença nessa questão não.*

CF7 (25 anos) - *Só pulverizar e arar a terra que é diferente, é dele, o resto tudo igual.*

CM13 (50 anos) - *E nós, homem, a gente tem que ir para a roça, mas lá na roça eu faço a mesma coisa que ela. Só o serviço muito pesado que eu faço.*

CF14 (62 anos) - *Sim, tem umas coisas, quando eu jogo esterco no chuchu, aquilo é pesado para mulher, né, carregar aquele saco, então aquilo os homens faz.*

SF18 (52 anos) - *[Mas tem alguma coisa que só o homem que faz?] [pausa] Eu não sei. Igual aqui, eles mexem com verdura, talvez é carregar a verdura no carro, porque embalar, as mulheres até embalam as verduras, as folhagens, e o homem põe em cima do carro. No caso, o serviço mais pesado, apesar de que eu já vi mulheres fazer o mesmo trabalho que o homem, carregar café e tudo.*

Outra modalidade de atividade que algumas mulheres (5 ao todo) e poucos homens (apenas 2) mencionaram como atribuição exclusivamente masculina abrange os serviços externos à propriedade, como a comercialização dos pro-

duto e a compra de insumos para a produção, entre outros assemelhados. É importante lembrar que serviços dessa natureza representam para o mundo externo a face visível do empreendimento familiar, e o fato de os homens estarem à frente deles sinaliza aspectos da hierarquia existente em tal contexto.

Foram poucos os casos (somente 5) em que tanto mulheres como homens dizem que a esposa *ajuda* na lavoura, embora deixando claro que a responsabilidade principal sobre tal esfera de trabalho é de fato do homem (ou seja, a esposa apenas auxilia). Foi ainda menor o número de casos (apenas 3) em que homens ou mulheres admitem que o marido *ajuda* nas tarefas domésticas, sempre ressaltando que essa é uma atribuição da mulher.

Os dados da Tabela 10 mostram com clareza que o trabalho diferencialmente atribuído a um sexo (no caso, o sexo feminino) com mais consistência é o da execução das tarefas domésticas (limpar a casa, lavar e passar a roupa, fazer a comida, e, nos casos em que se aplica, cuidar dos filhos). Quase todos os entrevistados (homens e mulheres) ressaltaram que, no campo, tarefas domésticas cabem às mulheres. Não houve, como já se supunha, menção a qualquer caso em que as tarefas domésticas fossem compartilhadas de forma equilibrada por marido e esposa (como acontece, tal como explicitado anteriormente, no caso da maior parte das atividades na lavoura). Trechos de algumas entrevistas são ilustrações muito informativas da realidade percebida por homens e mulheres quanto à responsabilidade pelas tarefas domésticas nas famílias do grupo Campo:

CM4 (27 anos) - *Tem parte da casa, limpar casa, aí é só dela.*

CF7 (25 anos) - [E a casa, os meninos?] *É tudo meu, eu faço tudo. Nós vamos para roça junto, e vamos voltar da roça juntos, ele senta e descansa, e eu dou banho nos filhos, faço mamadeira, faço janta, tudo. E ele fica no sofá assistindo TV e descansa, porque eu tenho que trabalhar muito mais.*

CM12 (50 anos) - *Tem certas coisas que eu não mexo não, tipo limpar a casa. Quando eu estou em casa, eu faço o serviço de roça e da granja, e ela só faz o serviço de casa.* [Tem alguma coi-

sa que só o senhor faz e que ela não faz?] *É difícil de responder porque o que eu faço ela também faz.*

CF14 (62 anos) - [E tem alguma coisa que as mulheres fazem que os homens não fazem?] [risos] *Tem muita coisa: ele não lava, ele não passa, ele não cozinha, ele não faz faxina, [risos] isso tudo são as mulheres que fazem.*

SF3 (28 anos) - *O homem não ajuda não, tem talvez algum que ajuda e faz alguma coisa, mas a maioria a mulher fica em casa e o homem vai pro bar, ou então molha alguma verdura, mas depois do café, à tarde, eles já saem pro bar.*

SM5 (30 anos) - *Se lavasse uma louça no caso o cara era considerado praticamente boiola. Dos homens é trabalhar na roça e muitas vezes, final de tarde, vai ao boteco conversar com os amigos. Ai muitas vezes o homem chega em casa querendo a comida toda pronta pra ele só deitar no sofá e assistir novela. E no caso da mulher era só pilotar fogão mesmo, ajudar na lavoura e pilotar o fogão. Mas hoje em dia já mudou muito, na verdade, a forma de pensar está mudando.*

Houve registro de uma situação discrepante das demais: um entrevistado declarou que a administração de toda a parte contábil do negócio da família é responsabilidade da esposa. É importante assinalar que se trata de casal cuja atividade é diferenciada, pois, além da lavoura, são responsáveis pela administração de uma empresa de beneficiamento de madeira que tem diversos empregados (uma empresa desse tipo justifica a dedicação de uma pessoa ao serviço contábil). Trata-se de casal em que a esposa não é descendente de pomerano, fala somente português, e possui maior escolaridade que o marido.

Um dos aspectos para o qual convergem as respostas, tanto masculinas como femininas, é o reconhecimento de que as mulheres trabalham muito. Diversas respostas são exemplos evidentes de forte sobrecarga de trabalho feminino, caracterizando dupla jornada de trabalho (na lavoura e na casa, com os filhos).

Dois terços da totalidade dos homens entrevistados, nos grupos Campo e Sede, quando perguntados sobre responsabilidades referentes a cada sexo, admitiram não haver diferença entre seu trabalho e o de suas esposas no campo,

e acrescentaram que as tarefas domésticas são de responsabilidade exclusiva de suas esposas. É interessante assinalar que as duas principais tarefas que as mulheres não podem deixar de assumir – as da lavoura, compartilhadas com os homens, e aquelas próprias do cuidado com a casa e com os filhos, responsabilidades exclusivamente suas – são diárias, o que não se aplica a uma das atividades considerada típica dos homens (a comercialização da produção em central de abastecimento).

É importante destacar que a lógica de organização do trabalho camponês acompanha, em relação à divisão de tarefas entre os gêneros, a lógica da divisão de domínios entre o público e o privado, a casa e o social (AGUIAR, 1984; HERÉDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984).

A comercialização dos produtos agrícolas, no caso estudado realiza-se basicamente através das feiras. A atividade de venda dos produtos do roçado cabe normalmente ao pequeno produtor e isto se explica por duas razões. Primeiro, porque é obrigação do homem, chefe de família abastecer a casa; portanto, ou bem ele colhe os produtos do roçado e os leva para casa ou os comercializa [...]. Nestes termos, a comercialização dos produtos é um prolongamento do trabalho realizado no roçado e, conseqüentemente, como aquele, a comercialização também pertence ao pequeno produtor. E aí aparece a segunda razão que faz com que a comercialização seja masculina. A venda dos produtos, efetuada nos estabelecimentos comerciais ou nas feiras, desenvolve-se em um espaço público por oposição à casa (HERÉDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984, p. 39).

Uma das questões apresentada aos participantes explorava assunto que também está no âmbito das responsabilidades masculinas e femininas, que é o objeto considerado na presente parte do texto. Trata-se da questão “Quem é responsável por tomar as decisões da família?”. Dos 17 entrevistados do grupo Campo, 13 responderam a questão; 2 mulheres e 1 homem do Grupo 2 Etário, além de 1 mulher do Grupo 1 Etário, não responderam a questão, ou porque a questão não se aplicava (aos que não estavam casados) ou porque ela não foi adequadamente compreendida. As respostas podem ser agrupa-

das em três categorias: a) o homem decide (4 respostas, todas de mulheres); b) as decisões são tomadas em conjunto (7 respostas, 5 de homens e 2 de mulheres); c) a palavra final é do homem, mas sempre a partir de um acordo (2 respostas, 1 de homem e 1 de mulher). Trata-se de resultado curioso, uma vez que os 6 homens que responderam a questão afirmaram que as decisões são discutidas – tendo 5 deles deixado claro que as decisões são conjuntas. Entre as 7 mulheres que responderam a questão, por outro lado, predominaram (4 ocorrências) respostas nas quais se afirma de forma direta que o marido decide, quadro que se completa com 2 mulheres, uma de cada grupo etário, que admitem que as decisões são conjuntas, além de uma terceira mulher que afirma que há participação feminina na discussão, embora a palavra final seja do homem. Nos 3 casos em que ambos os cônjuges foram entrevistados, todos pertencentes ao grupo Campo, foram encontradas respostas coincidentes entre os sexos, mesmo que cada indivíduo tenha sido entrevistado em particular.

Como ilustração, apresenta-se a seguir um exemplo de resposta enquadrado em cada uma das três categorias mencionadas:

Categoria “homem decide”: CF7 (25 anos) - *É ele* [responde prontamente]. [Mas mesmo vocês fazendo as mesmas coisas, ele é quem decide?] *É difícil eu, é sempre... 99% é ele.*

Categoria “decisão conjunta”: CM12 (50 anos) - *Sempre nós dois, a gente sempre conversa e pega as decisões.*

Categoria “acordo, com palavra final do homem”: CF3 (23 anos) - *Os dois decide, mas sempre eu também tenho a minha opinião. Mas é ele que fala, ele sempre, assim, decide né, mas eu também dou a minha opinião, mas quem decide mais é ele.*

Entre os 19 entrevistados do grupo Sede, 15 responderam a questão. As três categorias de respostas às quais se chegou a partir das afirmações dos par-

ticipantes do grupo Campo são insuficientes para agrupar as respostas dos entrevistados do grupo Sede. As duas primeiras categorias apresentadas antes permanecem válidas: a) o homem decide (1 resposta masculina); b) as decisões são tomadas em conjunto (10 respostas masculinas e 5 femininas). Outras três categorias de respostas se revelaram: c) a mulher decide (1 resposta feminina); d) a palavra final é da mulher, mas sempre a partir de um acordo (2 respostas, 1 masculina e 1 feminina); e) a palavra final é do pai do esposo, em cuja casa o casal reside (1 resposta feminina). A situação desse conjunto de entrevistados difere daquela constatada para os participantes do grupo Campo, uma vez que as respostas, em sua maioria, ressaltam que as decisões são conjuntas, além de admitirem, em alguns poucos casos, que a decisão final é da esposa. Tal quadro revela que a responsabilidade da mulher na tomada de decisões familiares é muito mais expressiva no contexto urbano, na comparação com o contexto rural, pelo menos nas condições reais vividas pelos dois grupos de participantes do presente estudo. Uma participante, por exemplo, responde afirmando que toda a responsabilidade é sua: *Sou eu [risos], porque, sei lá, meu marido bebe de vez em quando, aí é mais eu, com tudo, com trabalho, para os meninos, é tudo eu* (SF6, 40 anos).

Aparecem a seguir quatro falas – duas masculinas e duas femininas – que ilustram de forma apropriada o teor das respostas classificadas como próprias da categoria predominante, aquela que afirma que as decisões são tomadas em conjunto:

SF9 (33 anos) - *Até que a gente lá em casa entra num consenso, sempre um que cede, nenhum dos dois toma a decisão separado não, a gente pensa junto, avalia, acaba os dois, não sei se pelo fato dele ser de outra cultura.*

SF18 (52 anos) - *Hoje não é mais igual antigamente [risos], antigamente era o homem, hoje eu acho que a mulher tem os mesmos direitos. [Então a mulher fala também?] Fala sim, os dois tem que tomar junto as decisões. Eu acho que se a gente vive junto então por que não tomar as decisões juntos.*

SM5 (30 anos) - *Na minha casa acho que os dois juntos, não tem nada autoritário não, a gente senta e conversa até decidir a forma correta de fazer.*

SM12 (63 anos) - *Nós dois, eu e a mulher. É porque um não faz uma coisa sozinho, se um quer fazer uma coisa, um pergunta ao outro se pode fazer ou se não pode. Porque os dois tem que fazer por igual. E quando a gente quer fazer uma coisa grande aí todo mundo fala, os filhos também.*

O conjunto de resultados já apresentados evidencia que os participantes do estudo (em especial os do grupo Campo) permanecem, em grande parte, vivendo em uma condição que poderia ser caracterizada como sendo de endogenia. O termo é usado aqui no sentido de que idioma, conhecimentos, valores, estereótipos, religião, defesa da integridade do grupo, critérios de seleção de parceiros e outros aspectos culturais típicos de um grupo dificultam a compreensão e a aceitação de perspectivas diferentes, prejudicando a integração entre todos os grupos que coabitam um mesmo contexto geoeconômico.

É importante ressaltar que o grupo estudado não vive em condições de completo isolamento. Ele apresenta características que indicam a possibilidade de que muitos elementos culturais que caracterizavam os imigrantes pioneiros permanecem compondo o contexto atual no qual vivem, trabalham e criam suas famílias, ainda que sejam descendentes que estão distantes, cronologicamente, de seus antepassados que deixaram a Pomerânia para viver no Brasil.

Um dos pontos em relação ao qual é provável que essa endogenia se expresse é o do casamento, ou seja, da seleção de parceiros. A justificativa para tal é o fato de o conjunto de condições de vida do grupo favorecer fortemente a interação e a aproximação afetiva entre filhos de descendentes. Esse ponto foi examinado no presente estudo e os resultados obtidos passam a ser apresentados a seguir.

A questão direcionada para o tema era bastante explícita: “Sentiu alguma

pressão da família para que se casasse com um(a) pomerano(a)?”

Entre os entrevistados de maior idade (Grupo 2 Etário), tanto os residentes no campo como na sede do município, predominaram respostas que admitem ter havido pressão. Seguem-se alguns exemplos de respostas:

CM13 (50 anos) - *Bom, quando eu tava em casa minha mãe sempre falava para não casar com preta. [Por quê?] A gente não sabe.*

SM13 (50 anos) - *É tipo assim, os pais da gente, eles querem escolher, isso aí existe. Eles querem escolher a mulher do seu filho, eles falam: você tinha que casar com aquela alemã ali porque ela é trabalhadeira, de família boa e tal... isso existiu e existe ainda.*

SF18 (52 anos) - *Eles usavam esse termo, na verdade eles eram um pouco contra, assim, de a gente namorar algum italiano ou alguma pessoa mais morena, mas não era tanto não, agora a mãe dele [apontando para o marido] sim, a mãe do meu marido era mais rigorosa nesse sentido, ela não aceitava de jeito nenhum.*

O padrão de respostas predominante nas entrevistas dos mais jovens (Grupo 1 Etário) diferiu daquele observado entre os mais velhos. Ocorreram, quase na mesma proporção, respostas que afirmavam não ter havido pressão e respostas que afirmavam que a pressão existiu. É importante registrar que alguns entrevistados que disseram não ter havido pressão foram um tanto ambíguos em seus relatos.

CF3 (23 anos) - *Acho que não, acho que iria ficar um pouco complicado por causa da minha mãe, mas não teria problema nenhum. Porque ela não fala português, né? Daí, iria ficar um pouco complicado pra ela porque ela não entenderia.*

CF7 (25 anos) - *Não, eles só falaram para não casar com rapaz que eu sabia que era alcoolizado, o resto nós escolhemos.*

CM8 (34 anos) - *Não [senti pressão]. Tinha preconceitos, é claro, mas eu me apaixonei por ela. Mas se tivesse sido outra pessoa, de outra raça, eu não tenho preconceito não. Mas o resto da família talvez teria. [Mas isso existe em outras famílias?] Tem, tem sim, com certeza. [Por quê?] Não sei, preconceito, mas eu não tenho preconceito não. Já teve muito tabu, mas hoje já tem muita pomerana casada com pessoa negra, rapaz branco casado*

*com moça negra. Hoje já se quebra muito o tabu, mas uns anos atrás tinha muito isso aí, tinha que ser pomerano e luterano.*

SF9 (33 anos) - *Não, até que não, não falaram nada. Muitas pessoas falam que não querem de jeito nenhum pessoas de fora, pela língua.*

SM10 (31 anos) - *Não, a minha família eles nunca tiveram esse preconceito, que tinha que casar com pomerano ou isso ou aquilo. Que, no caso, o pomerano tem muito racismo, mas aqui nunca teve isso não. [Mas você acha que o pomerano é racista, em geral?] Os mais novos mudaram a cabeça, mas a geração antes do meu pai e do meu avô é muito racista.*

Considerado o conjunto de dados apresentado acima, é possível dizer que a preferência dos pais de que seus filhos se interessem afetivamente por parceiros provenientes da mesma descendência deles continua presente como norma cultural, ainda que tal ponto de vista mostre-se menos homogêneo entre os entrevistados do Grupo 1 Etário (os mais novos). Dessa forma, a noção de endogenia parece apropriada para caracterizar o padrão de restrições e vetos dos pais aos relacionamentos afetivos de filhos que envolvam não descendentes de pomeranos. Isso fortalece a ideia de identidade social como movimento a que Ciampa (1997) se refere, pois mesmo diante de rígidos valores endogrupais, percebe-se alterações na abertura às possibilidades de mobilidade social, via casamentos interétnicos, por exemplo (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; TAJFEL, 1983). Um fator restritivo que aparece de forma mais explícita nas falas dos entrevistados diz respeito ao uso da língua pomerana.

SF3 (28 anos) - *Olha, meu pai nunca falou assim: você tem que casar com esse ou com aquele. Meu pai sempre falou assim: vocês vão escolher, mas a preferência era de pomerano. Mas eu namorei um moreno uma vez, mas minha avó não gostava muito, minha avó falava: como é que eu vou me entender com ele? [Ela não falava em português?] Não, nada, nada, nada. Nenhum disse que não, não pode, mas se fosse para ela escolher tinha que ser pomerano.*

Fica claro que o padrão de uso somente da língua pomerana entre mulheres mais velhas pode ser visto como uma dificuldade para as mudanças nos pa-

drões de endogamia presentes no grupo, funcionando como mecanismo de proteção às mulheres do grupo, tanto no sentido da manutenção da língua quanto de proteção contra o contato com os exogrupos. Nesse sentido, percebe-se uma tendência pela manutenção de uma coesão grupal embasada no uso da língua como elemento restritivo à entrada de outros grupos ao endogrupo.

É importante abordar uma faceta distinta das responsabilidades dos descendentes de pomeranos que vivem no contexto do campo. Trata-se de mais um aspecto que se procurou investigar como possível exemplo de padrão comportamental que se repete quase sem alteração ao longo das gerações, o que pode permitir voltar a considerar a noção de endogenia mencionada acima. Tal aspecto é o da responsabilidade familiar sobre a continuidade das atividades desenvolvidas na propriedade quando o atual responsável tiver dificuldade de fazê-las em razão do avanço de sua idade, responsabilidade essa que se associa à necessidade de cuidar daqueles que dirigem as atividades, depois que eles se afastarem de suas atribuições anteriores, ou seja, depois que se tornarem inativos.

Por muito tempo, foi preservada entre os descendentes de pomeranos radicados no Espírito Santo a tradição de minorato, em que a herança da propriedade e a responsabilidade de mantê-la com produção ativa cabe ao filho homem mais novo. Esse filho mais novo, juntamente com sua esposa, deve encarregar-se de cuidar de seus pais quando esses estiverem na condição de inatividade.

O município viveu desenvolvimento demográfico e econômico bastante acentuado após a sua emancipação em 1988, com grande movimentação econômica que mobilizou produção em larga escala, tanto de produtos para atender o mercado interno do estado quanto os mercados internacionais, como a produção de ovos, frutas, hortaliças, condimentos, café, eucalipto e mel (JACOB-

SON et al, 2009; MACENTE; SANTOS; ZANDONADE, 2009). O rápido crescimento atraiu muitos trabalhadores e investidores para o núcleo urbano do município, fortalecendo o comércio e proporcionando abertura para que indivíduos de outros grupos, e até mesmo pessoas no campo, viessem a residir na cidade em busca de emprego e renda melhor (MEDEIROS, 1994; SCHWARZ, 1993). Além do desenvolvimento econômico, outros fatores também atraíram os camponeses para o núcleo urbano, como a partição da terra, que torna as propriedades cada vez menores, o que impossibilita a subsistência das famílias somente com sua exploração. Portanto, como há dificuldades no quesito terras agricultáveis para todos, muitos filhos acabam por migrarem para a sede ou mesmo para municípios vizinhos, na busca de melhores condições de vida (BAHIA, 2001).

Em relação à partilha dos bens em herança nas zonas de colonização no Sul e no Espírito Santo optou-se, como norma mais geral, por privilegiar a herança para um único descendente. No caso específico de alguns grupos de camponeses de descendência germânica foi utilizado o sistema de ultimogenitura ou minorato (BEOZZO, 1993; BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2001; FEHLBERG; MENANDRO, 2011; PASSOS, 2008), entretanto Seyferth (1974), apesar de concordar com o minorato, aponta que esse sistema não privilegiou necessariamente o filho mais novo, e sim algum dos filhos mais novos que possuía inclinação e robustez para a lida no campo e dedicação ao cuidado com os pais.

Dados encontrados no presente trabalho sobre a herança da terra no grupo dos descendentes na região estudada apontam também para privilégio ao filho mais novo, ao qual é transferida a melhor parte da propriedade, ou seja, a casa dos pais. Essa ação se justifica pelo fato de ser o filho mais novo o incumbido do cuidado com os pais; assim, ele e sua família vão residir com os pais e se responsabilizar pelos cuidados deles – discurso esse que é repetido tanto pelos entrevistados do campo como pelos informantes da sede.

Foi perguntado acerca de um costume antigo que contemplasse o filho mais novo: “Você conhece um costume no qual o filho mais novo herda a terra e cuida dos pais?”

Dos entrevistados no Campo, 6 pessoas não responderam à questão, ou porque não entenderam a pergunta ou porque se negaram a responder; 5 participantes concordaram com a sentença exposta na entrevista quanto à informação de que o filho mais novo fica responsável pelos pais. Porém, todos discordaram da expressão “herda a terra”, fazendo a ressalva de que os mais novos herdam a melhor parte da propriedade, que na maioria das vezes é a parte relativa à “casa dos pais”. Dos que responderam afirmativamente quanto à existência do costume, 5 ressaltaram que, no caso de sua família, ainda não houve a partilha ou ainda irão avaliar para verificar se o mais novo realmente poderá permanecer na casa. As respostas de 12 dos participantes da Sede confirmam a existência do costume de o filho mais novo permanecer na casa e cuidar dos pais, porém do mesmo modo rejeitam a afirmação de que herda toda a propriedade, pois afirmam que está em jogo apenas a parte da casa dos pais, na qual há mais benfeitorias. Os demais não responderam à questão. É possível afirmar que entre os entrevistados, de ambos os grupos, a maioria conhece o “costume”, que ainda é reproduzido por grande parte do grupo. Um exemplo de resposta que é bem ilustrativo:

SF18 (52 anos) - *Sim, os pomeranos têm muito isso, mas é a parte da casa dos pais. [Mas a senhora vê isso acontecer ainda?] Alguns casos sim, vamos dizer, meus pais moram sozinhos, na casa deles. Só que meu irmão mais novo mora pertinho da casa. Então a gente considera que se eles não puderem mais trabalhar ele teria que ficar tomando conta. Igual ele está morando pertinho, então ele vai assim olhar por eles, porque ele é que está mais próximo. [Então isso realmente vai acontecer?] Sim.*

Ao falarem sobre esse assunto os entrevistados, tanto do grupo Campo como do grupo Sede, mostraram conhecer a tradição, mas ressaltaram que ela não mais se cumpre de forma infalível, podendo ser substituída por arranjos al-

ternativos mais apropriados à realidade de cada família. Alguns exemplos do teor das falas podem ser conhecidos nas transcrições que se seguem:

CM5 (32 anos) - *Antigamente era muito isso, hoje o costume já tá começando a, quer dizer, cada vez está se misturando mais o pomerano com as outras origens, então devagarzinho... mas em alguns lugares têm ainda. Mas pelo que estou vendo tá acabando, porque antigamente era quase que o caçula da família tinha que se virar, né? [Aqui na sua casa, você é o mais novo e está em casa?] Sim, sou o mais novo, mas tem famílias que o mais novo saiu, e têm mais uns 4 a 5 filhos. Então, não tem mais esse negócio: às vezes tem o filho do meio, às vezes o mais velho que tá em casa ainda. E no caso o caçula ainda fica dentro de casa, mas tem uma boa parte ainda que o mais novo permanece em casa, mas já tá acabando, antigamente era mais severo nisso, mas hoje já tá mais. [A propriedade ficava para ele?] Não, às vezes era, algumas famílias dividia e o caçula ficava com uma parte um pouquinho maior que os outros, pela consequência de cuidar dos pais. Pelo custo que os pais haveriam de ter na velhice e tudo.*

CM8 (34 anos) - *Quando tinha o filho homem, sempre era o filho homem, mas está se quebrando hoje esse tabu. Nos antigos era sempre muito discriminada a menina, mas hoje em dia já estão mudando essa concepção aí.*

SM1 (26 anos) - *Na verdade, isso tinha-se esse conceito mesmo: que normalmente quem ficava por último, ficava em casa e cuidava dos velhos, quer seja homem, quer seja mulher. [Tanto faz?] Tanto faz, um dos dois teria que, normalmente, teria o conceito de que cuidaria dos pais. Os mais velhos na verdade já vão casando e já vão saindo, organizando a vida fora; o mais novo, normalmente, era o último a casar, mas como o pomerano casa sempre muito cedo, ele ficava sempre por último para casar, aí assumia a casa e cuidava dos velhos, assumia então a obrigação de cuidar dos velhos por ter ficado com a casa.*

Fica evidente que a tradição é conhecida, mas não mais existe exigência cultural no sentido de que ela seja mantida de forma inalterada. Ainda assim deve ser ressaltado que os entrevistados reconhecem de forma muito natural a necessidade de que algum dos filhos assuma o cuidado com os pais idosos, e isso justifica o fato de ser atribuída parcela diferenciada na herança. É provável que dispositivos legais em vigor no país tenham cumprido papel

importante na alteração da concepção de que apenas os filhos homens são herdeiros. Tal mudança fica evidente em diversas falas e parece que sua concretização é relativamente recente, tal como revelado por dois entrevistados do Grupo 1 Etário (CM8 e SM1), que reconhecem que na geração anterior à sua isso ainda ocorria, usando como exemplo o caso de seus próprios pais.

Trechos das falas já transcritas acima revelam que, hoje, a situação não se caracteriza pela transmissão da melhor parte herança para o filho homem que ficaria responsável pelo cuidado com os pais. Segundo Passos (2008) e Fehlberg e Menandro (2011), durante muito tempo as mulheres não participavam tacitamente da partilha dos bens, cabendo a elas, por ocasião do casamento, apenas um dote, que na maioria das vezes era o enxoval, uma vaca, uma montaria (ROCHE, 1969). Em contrapartida as mulheres abriam mão de seus direitos à terra em prol dos irmãos homens. Entretanto, com a emancipação feminina – ainda que discreta –, as mulheres vêm conquistando direitos nessa partilha (CARNEIRO, 2001; DEERE; LEÓN, 2002; PASSOS, 2008). Pode-se afirmar que esse movimento alterou os costumes relativos à ultimogenitura, pois a mulher conquistou socialmente a possibilidade de poder ocupar o lugar do filho que cuidaria dos pais e herdaria a melhor parte da propriedade.

Havia o reconhecimento de que as responsabilidades de cuidado e manutenção com os pais tinha custo expressivo, o que justificava que o filho caçula, ou qualquer outro ao qual coubessem essas responsabilidades, recebesse parte maior da herança. Um trecho da explicação, já reproduzida acima, de um dos entrevistados a esse respeito é claro:

*CM5 (32 anos) - Algumas famílias dividia e o caçula ficava com uma parte um pouquinho maior que os outros, pela consequência de cuidar dos pais. Pelo custo que os pais haveriam de ter na velhice e tudo.*

Em várias respostas há menção ao fato de que, no contexto atual da região rural, ocorre com frequência de filhos deixarem o campo e se mudarem para

regiões urbanas para estudar ou para se dedicar a outras formas de atividade, o que contribui para que a definição do filho que cuidará dos pais fique restrita àqueles que permanecem vivendo e trabalhando no campo, independentemente de ser homem ou mulher.

Outro aspecto a ser explorado no presente capítulo é a realidade vivida pelos participantes em termos de atividades de lazer. Buscou-se conhecer como a parcela de tempo em que os indivíduos não estão trabalhando é usada, e para quais atividades. Além do interesse intrínseco de tal aspecto, como informação cultural relevante, essa informação fornece, por outra perspectiva, conhecimento adicional sobre o próprio trabalho, e esclarece a respeito de alguns aspectos da interação do indivíduo com outros contextos, seja o da família extensa, seja o das diferentes comunidades com as quais há relacionamentos. Também foram consideradas informações sobre a existência de parentes em regiões urbanas e sobre a experiência de contatos com essas regiões em que vivem tais parentes, uma vez que as respostas fornecidas trazem informações adicionais sobre lazer.

Considerou-se que informações sobre a natureza das atividades de lazer dos participantes do grupo Campo, cuja atividade principal envolve trabalho contínuo na lavoura, podem ser importantes para melhor compreensão da realidade vivida por eles, complementando o quadro resultante dos dados obtidos sobre a organização do trabalho e sobre tomada de decisões por parte dos casais.

Os dados obtidos com os participantes do grupo Campo referem-se às suas próprias atividades de lazer, enquanto os participantes do grupo Sede responderam sobre o que conhecem das atividades de lazer dos moradores do campo.

**Tabela 11** - Atividades de lazer realizadas pelo grupo Campo, segundo seus pró-

prios integrantes e segundo os participantes que vivem na sede do município.

SEDE	Ocorrências	CAMPO	Ocorrências
Igreja Dominical	7	Atividades (laborais) na residência	9
Visitar vizinhos	7	Festa de Casamento	6
Atividades (laborais) na residência	5	Igreja Dominical	5
Futebol	5	Visitar parentes e vizinhos	5
Bar	5	Passoio de carro	4
Festa de Casamento	4	Futebol	4
Festas Cidade	4	Ouvir música	3
Caçar	1	Somente trabalho	3
Ausência de Lazer	3	Bar	1
		Programa Terceira Idade	1

Como os resultados apresentados acima evidenciam, as formas de lazer que foram relacionadas são bastante coincidentes nos dois grupos. Um exemplo é o da categoria “atividades (laborais) na residência”, que apareceu como uma das mais frequentes em ambos os grupos. Nessa categoria estão englobadas atividades de arrumação e limpeza da casa, de cuidado com animais domésticos e/ou animais para abate, de manutenção do espaço em torno da casa, de feitura de alimentos para abastecer a semana (como pão), de lavagem de roupas, etc. Essas atividades foram relacionadas pelos entrevistados como atividades de lazer, como se fosse lazer apenas por diferir das atividades próprias da lavoura. Por essa razão decidiu-se incluir a palavra “laborais” na denominação da categoria, já que as atividades mencionadas constituem afazeres de natureza obrigatória e indispensável que poderiam ser melhor classificadas como trabalho, e não como lazer.

Outras atividades mencionadas com frequência expressiva foram as de participação em “Festa de casamento” e a presença na cerimônia religiosa realizada aos domingos – identificada como “Igreja Dominical” –, ambas de cunho religioso e festivo. Para o grupo estudado, tanto a Festa de Casamento, que envolve cerimônia na igreja, quanto a “missa” aos domingos, são eventos sociais nos quais as famílias, vizinhos e amigos do entorno se encontram, não somente pela motivação da atividade religiosa em si, mas também como

forma de troca de informações e experiências, de interação social. Tais atividades também expressam diferenciação entre os sexos. Segundo Droogers (1984), as atividades religiosas estariam mais ligadas às mulheres do que aos homens, pois “mesmo tendo líderes masculinos, a religião é muito mais campo de atuação de mulheres do que de homens” (p. 42). De acordo com esse mesmo autor, a educação religiosa fica a cargo das mulheres que permanecem a maior parte do tempo em casa com os filhos enquanto o homem sai para fazer negócios ou se reunir com outros na venda (bar). Ele também descreve a presença masculina nas atividades religiosas como passiva durante a celebração, porém ativa no encontro social anterior ou posterior a esta, situações que lhes permitem realização de negócios e atualizações sobre a produção e os mercados.

Os resultados encontrados coincidem com a literatura pertinente ao revelar a atividade religiosa como uma das fontes de lazer e como instrumento de socialização endogrupal. Fatos que foram encontrados já há várias décadas por historiadores como Roche (1968) foram confirmados no tempo atual pelos resultados do presente estudo.

Como é normal em famílias muito fervorosas o domingo é sempre dedicado ao lazer e consagrado, primeiro, ao serviço divino, chamado uniformemente de “missa”, tanto por protestantes quanto por católicos. Se não moram muito longe da igreja ou do templo que se ergue na sede da paróquia ou da comunidade prestam-no ali todos os domingos. Se não, é na capela mais próxima nos domingos de “missa”. Os colonos aproveitam, às vezes, a saída para efetuar algumas compras [...], mas é geralmente no sábado, após o almoço, que o chefe de família vai efetuá-las e, na oportunidade, entornar um copo com alguns conhecidos, informando-se das novidades ou dos preços. A mulher o acompanha, de tempos em tempos, para as compras de sua competência e é então, na venda, que a maior parte dentre elas se põe em dia com as “novidades”, como dizem. O resto do domingo será consagrado ao descanso, um descanso tão roceiro, tão pesado que parece penoso; um pouco de repouso, um vai-vem em torno da casa, de uma construção a outra, sem objetivo aparente, até que cheguem os parentes ou se faça uma visitinha, a menos que os homens

saiam para caçar. Para todos, mesmo para os jovens, as diversões são raras (p. 266).

Segundo Willems (1980), havia nos países de onde os imigrantes provieram várias atividades recreativas destinadas às populações germânicas campestres, como campos de boliche, cavalgadas e associações de tiro, entre outras. Entretanto, o autor registra que, por algum motivo, tais atividades foram sendo extintas em muitas comunidades, inclusive nas radicadas no Espírito Santo, nas quais “a missa dominical e as festas religiosas representam a única forma de recreação” (p. 408).

Ainda assim, é importante ressaltar que 4 entrevistados do grupo Campo e 5 do grupo Sede mencionaram uma atividade esportiva coletiva, que é o futebol. Também são citadas as Festas Urbanas como uma das fontes de lazer, que muitas vezes têm cunho étnico e que ganham um atrativo especial diante da importância do desenvolvimento sustentável. É notório que as festas e atividades de cunho religioso possuem importância crucial na composição das categorias identitárias de diferenciação grupal, porém outras atividades também se mostraram significativas para o grupo. Uma delas, que mostra adaptação a uma realidade cultural local, envolve o futebol, que é uma das grandes paixões dos brasileiros. Além disso, tal atividade pode servir a propósitos paralelos, como argumenta Droogers (1984): “o futebol e a venda com o seu bar seriam muito mais a esfera dos homens, onde podem discutir negócios, trabalhos e lavoura” (p. 42).

A “Festa de Casamento”, mencionada por 10 participantes, constitui momento de socialização endogrupal de grande relevância, além de ter ligação estreita com a religiosidade. No grupo estudado vários foram os depoimentos que apontaram tal acontecimento como ponto de encontros e de fortalecimento da cultura local, mas também como contexto que propicia consumo abusivo de bebida alcoólica e violência. A inclusão de um relato extenso como o que

aparecerá a seguir se justifica pela riqueza de detalhes com que o entrevistado descreveu o ritual do casamento:

SM13 (50 anos) - *Aquilo é loucura, igual Santa Maria não existe, festa de casamento de pomerano é fartura mesmo. E muita coisa é jogada fora, quando sobra. Se você vier numa festa de casamento grande mesmo, com 600 famílias, você vai ver a dança dos noivos, o schnaps trink, e aí a festa vai... e o casamento não é feito de tarde não, o casamento é de manhã cedo. Aí imagina uma noiva e um noivo o dia inteiro naquele calor [risos]. A dança dos noivos é: a noiva dança com um outro casal, o homem pega a noiva e o noivo pega a mulher, então dá aquelas duas voltinhas no salão, aí eu tenho por obrigação arrancar um troco do bolso para botar na festinha, para arrecadar dinheiro. Aí eu tenho direito... e você dá o que você quer, então dependendo se é um amigo seu, se você quer dar 10 reais ou 100 reais, não importa o valor, você deu uma volta com a noiva no salão, na hora eles vão filmando ou fotografando, e isso ela vai dançar a noite toda porque enquanto tiver alguém para dançar com ela, ela não pode tirar o pé. E o povo gritando em volta fazendo a alegria. Então lá, quando acabou a dança, tem um cara que espera o dinheiro, aí tem um prato que tem um cigarro, quem quiser pegar um cigarro tem direito, aí automaticamente uma das copeiras vem e bota no seu peito uma fitinha na cor indicada, e aí tem as bebidas, tem várias bebidas que os copeiros estão ali servindo, se você quiser tomar um vinho, se você quiser tomar uma cachaça, tomar uma batida, então tem a bala se você não quiser nada, tem a bala para servir aquela pessoa que não quer nada; você dançou, você pagou e você tem direito. [Mas só dança quem paga?] Não, só paga quem dança [risos]. Geralmente é o casal, o casal que dança com os noivos paga, mas tem muita gente dançando no salão, mas o centro é da noiva e do noivo, a noite é dos noivos. Quando fala assim, vamos tirar uma casquinha da noiva, então vamos lá dançar com a noiva, eu danço um toquinho com ela, é duas volta no salão, aí ela já vai pegar outro, e o noivo vai pegar outra. E o homem sempre vai pagar a dança. [Mas o costume sempre foi assim? Sempre foi de pagar para dançar?] Não é pagar!! [Exaltação]. Eu danço com a noiva e o noivo... dança com seu marido, por exemplo, e no final eu vou levar um trocado na bacia que está lá e aquele dinheiro é arrecadado e fica para os noivos. Aí, fora disso, ainda nós temos outra arrecadação no casamento, as mulheres da cozinha, as cozinheiras, trabalham o dia inteiro e a noite adentro, no fogo... aí para ter um agradozinho elas passam uma bacia no meio da festa pedindo uma esmola para ajudar as cozinheiras, se deu 100 reais divide-se para todas um pouquinho. Porque as cozinheiras vão por livre e espontânea vontade cozinhar lá, não ganham nada,*

*então a gente por respeito, educação, já conhecendo, a gente dá 2, 3 reais, o tanto que a gente quer, como se nós fôssemos pagar a festa que os noivos não quiseram pagar as cozinheiras que foram convidadas para participar do casamento. E assim vão as cozinheiras, vão nesse casamento, aí no outro já é outra equipe, ou até as mesmas, então você já sabe qual a melhor cozinheira, então você já sabe, eu quero aquela cozinheira para fazer a comida do meu casamento, mas não é uma só não, é dez, vinte cozinheiras. [Então não são as vizinhas?] São convidadas quem você conhece. Aí elas ficam ali na cozinha enfrentando aquilo, aí a mesa do casamento é aquelas três, quatro mesonas assim, de 50 metros de comprimento, que todo mundo fica sentado e vai servindo a comida, ali na mesa você se serve sozinho, acabou a batatinha naquela bacia a mulher já põe outra, e assim vai, aí depois tira a janta e põe o café de novo, e assim vai a noite inteira [risos]. E a bebida já não é dado, só para quem tem condições, a cerveja hoje, a maioria cobra a cerveja, eles dão a bebida quente, ela fica ali à disposição, porque muitas pessoas não têm condições de comprar, então monta o boteco dentro do casamento, mas o resto da bebida é livre. Porque antigamente não existia cerveja, o pomerano fazia muito gengibir, quer dizer o gengibre na água, até criança podia beber na época, não tinha álcool, só que você vai tomar ele parece que tem álcool no meio, não é, ele é forte. O gengibre é forte, então fazia aquele tonel. Nossa, quando eu era molequinho como eu bebia aquilo [risos]. [Não tinha álcool?] Não tinha álcool nenhum, era um suco.*

As Festas de Casamento duram, em média, três dias, mas os preparativos iniciam-se pelo menos quinze dias antes da cerimônia, mobilizando um conjunto de vizinhos em mutirão para preparativos como abate de animais, feitura do barracão onde será realizado o baile, o baile quebra-louças, entre outros (FOERSTE; JACOB, 1997; GRANZOW, 1982; WACHHOLZ, 2008). Tudo isso, de acordo com Granzow (1982), acompanhado de muita alegria expressada através de fogos de artifício, ao som da concertina. A natureza agregadora do evento é algo a ser destacado, uma vez que nessa festa as mulheres coordenam os preparativos, principalmente a mãe da noiva, reunindo parentes e vizinhos em torno da propriedade em mutirão para cozinhar, servir e para coordenar o ritual de quebra-louças (FEHLBERG; MENANDRO, 2011).

O casamento é um dos ritos de caráter social mais importantes da cultura pomerana. Por isso, a fartura de alimentos e bebida

pode ser uma característica. As festas de casamento geralmente duram três dias. O grande número de convidados tem como objetivo a reafirmação dos laços de parentesco e amizade entre familiares e vizinhos. O convidador, que vai de casa em casa realizar o convite para o casamento cerca de um mês antes, é o irmão solteiro do noivo ou da noiva. Ele provoca alvoroço no caminho por onde passa, de forma que não passa despercebido. Em língua pomerana, ele recita o convite na sala da família a ser convidada. Após o convite, oferece um gole de cachaça. O aceite da bebida e uma gorjeta é sinônimo de confirmação da presença na festa. Em sinal de agradecimento, a dona da casa prega uma fita colorida nas costas da camisa do convidador como forma de agradecimento. Portanto, o papel dele pode ser considerado como aquele que vai iniciar a “costura” dos laços entre todos que se encontrarão na festa do casamento (WACHHOLZ, 2008, p. 15).

Para os envolvidos, a festa de casamento torna-se um rito de reafirmação dos vínculos com o grupo (DROOGERS, 1984), tamanha sua importância social. Também no sul do país essas festas costumam agregar muitas pessoas em rituais semelhantes aos encontrados no Espírito Santo.

As festas de casamento ainda estão bastante vivas nas comunidades pomeranas, embora com algumas adaptações, envolve um grande grupo de pessoas para os preparativos. Muitas festas ainda são realizadas durante o dia, animadas ao som de bandinhas e tendo a sopa como parte do cardápio principal (THIES, 2008, p. 30).

Como destacado em outro momento do texto, à mulher cabe, por seu próprio papel no grupo, a responsabilidade em relação à transmissão de valores ligados ao estereótipo grupal, no sentido da manutenção de momentos sociais nos quais a reprodução cultural acontece. As festas religiosas, os momentos de trabalho em família ao redor da casa, o cuidado próximo com os filhos, são oportunidades de transmissão da língua, costumes, rituais sociais e manutenção do *status quo* grupal.

A mulher que reside no campo geralmente é quieta, reservada e aparentemente desconfiada. São observadoras, mas muito receptivas quando recebem visitas. Hoje, em todos os lugares,

morando no campo ou na cidade, a mulher descendente de pomeranos participa ativamente das decisões familiares. Sabe questionar e sua opinião geralmente é a escolhida pela família. Graças ao trabalho das mulheres, a língua pomerana ainda é mantida e falada em todos os núcleos de descendentes, no Brasil. Sem elas, a língua já teria sido extinta. Na comunidade participam de encontros de senhoras, estudos bíblicos e ensaios de coral (HEINEMANN, 2008, p. 8).

No grupo Campo a vinculação à igreja proporciona outros momentos de interação entre os membros, pois há atividades excedentes nas quais são estimuladas manifestações culturais que reúnem os membros do grupo em momentos de sociabilidade, o que, provavelmente, seria difícil levar adiante na ausência do estímulo religioso, ainda mais considerando a carga laboral exaustiva e a distância entre as propriedades. Assim, a Igreja funciona como um elo entre os membros da comunidade, principalmente em momentos de lazer (DROOGERS, 1984, 2008; ROCHE, 1969; WAGEMANN, 1949). As mulheres do Grupo 2 Etário, em sua grande maioria, relataram participar não somente das reuniões e cultos, mas também das festas religiosas e dos casamentos, como cozinheiras, tendo sido observado que essa última atividade aparece nos relatos associada a grande contentamento dos entrevistados do grupo Campo.

*CM2 (30 anos) - Eu participo, não dá pra se encontrar sempre por causa do serviço, mas eu sempre participo do culto, até agora eu tô participando, porque eu já toco dois instrumentos, e no culto da nossa igreja tem trombonista agora. Eu tô querendo participar da banda também, tô aprendendo trombeta. Nós temos que aprender as notas, depois é que vão decidir o que nós vamos tocar cada instrumento. Porque nós temos primeira, segunda, terceira e quarta voz, igual no coral aí a turma lá é específica, e toca músicas da igreja. Gostaria muito de aprender... vamos ver se vai dar certo.*

*CF10 (35 anos) - Dia de descanso a gente vai muito para o culto, participa muito em festa de igreja cantando, tocando, tem bastante casamentos por aqui. [E qual tempo vocês ficam sem trabalhar?] Domingo só. Aí também dia de quarta tem ensaio do coral, que a gente participa do coral, e meu marido toca também o trompete. Meu filho também tem ensaio e quase toda noite tem alguma programação assim. [Aqui na Igreja de Rio*

das Pedras?] *Meu filho toca e meu marido também.*

Alguns indivíduos relatam, com certo pesar, não conseguirem participar ativamente das atividades da igreja em virtude da carga de trabalho extenuante que cumprem todo dia. Essa queixa de pouco tempo disponível para dedicação à igreja (e até mesmo às atividades de lazer) é encontrada com maior frequência nas falas masculinas, em ambos os grupos etários.

CM4 (27 anos) - *Participação na igreja quase não tenho não, devido a não ter tempo. Eu sou membro aqui da comunidade de Jetibá, é mais antiga aqui da região, é a mais velha que tem, ela estava no início de Santa Maria. Ela aparece no CD que fizeram da história de Santa Maria. No DVD mostra quando os primeiros imigrantes vieram, como foi que eles vieram.*

CM8 (34 anos) - *Eu já participei, já fui da diretoria. Atualmente não, mas só vou para culto mesmo.*

Como é possível notar, esse conjunto de dados apresentados nesse ponto formam um quadro no qual se destaca o que pode ser chamado de coletividade dentro do grupo de pertença – coletividade essa que marca os eventos religiosos e está representada no hábito de visitas aos vizinhos e aos parentes, e que deve ser vista como característica identificadora do grupo, do modo de ser e de se relacionar dos seus integrantes. De forma concordante com esse quadro, os momentos de lazer constituem oportunidade de exercitar essa sociabilidade, considerando que nas situações cotidianas habituais essas oportunidades são escassas. Não houve menção a lazer na ausência de situação social, pois, mesmo quando foi mencionada a atividade de ouvir música, o respondente especificou uma situação compartilhada por todos os familiares. É possível perceber, nas informações sobre lazer, que a interação predominante se faz com pessoas que vivem em torno da propriedade, mais do que com familiares (assim como nas respostas relativas à amizade, que serão vistas mais adiante, nas quais aparecem mais menções aos proprietários vizinhos), o que sugere predileção pelo compartilhamento do tempo com o grupo mais próximo, in-

clusive em ocasiões de lazer.

Aos participantes do grupo Campo foi perguntado se possuem parentes próximos (irmãos, tios, primos, filhos) que moram na sede de Santa Maria ou na região de Vitória, além de lhes ter sido solicitado falar sobre como é para eles a experiência de ir à cidade. As respostas a tais questões apresentaram diversas informações adicionais sobre lazer, o que determinou que elas fossem consideradas no presente capítulo.

Os resultados encontrados mostram que os participantes do grupo Campo possuem maior número de familiares residentes no próprio contexto rural, porém 12 deles referiram possuir parentes na sede do município. Desses 12, todos disseram encontrar seus parentes com pouca frequência, e nem todos afirmaram conhecê-los e saber a localização de suas residências. Entre esses mesmos entrevistados, 7 disseram possuir membros da família extensa residindo na capital, embora apenas 2 visitem seus parentes e sabem onde moram. Fica claro que contato com membros da família extensa, na maioria dos casos, é limitado. Algumas respostas são apresentadas a seguir, como exemplificação:

CF7 (25 anos) - *Aqui em Santa Maria tenho parentes, mas nunca visitei, mas lá em Vitória eu fui uma vez, lá na casa do meu tio.*

CM8 (34 anos) - *Tem sim, tem um primo morando em Vila Velha, tem até outras pessoas que a gente nem conhece, é parente mas a gente nem se conhece junto. Parente próximo não, o que eu tenho é primo, segundo primo que já está mais distante. Tenho um primo [nome do primo], minha esposa também tem um primo lá em Vitória. Tenho um tio morando em Vitória.*

CF9 (27 anos) - *Tenho primo que mora em Vitória, mora em Vila Velha. Nos primos por parte do meu pai eu não vou lá não, apesar deles virem aqui na casa do papai. Mas nesse primo eu vou, eu fico lá quando eu tenho um curso, assim, quando eu vou para Vitória, aí eu ligo para ele, aí ele me busca onde eu estou e eu fico na casa dele.*

CF11 (50 anos) - *Tem algumas sobrinhas. [E a senhora vai visitá-las?] Não. Nem sei onde elas moram, de vez em quando eu*

*encontro elas lá, aí nós conversa mais. A [nome da sobrinha] trabalha na [nome do estabelecimento comercial], e com ela eu converso muitas vezes. [E lá em Vitória?] Meu irmão mora em Campo Grande. [E a senhora já foi lá?] Já, umas quatro vezes.*

CF13 (50 anos) - *Tenho uma sobrinha que mora lá em Vitória, em Vila Capixaba. [O senhor já foi lá?] Não, nunca fui na casa da sobrinha. Parece que é pertinho da Ceasa, mas não tem tempo para ficar lá, quero vender as coisas logo e voltar, para fazer às vezes alguma compra em Santa Maria, adubo, essas coisas assim.*

Além das visitas aos parentes e vizinhos, modalidade de lazer das mais expressivas entre os entrevistados, foram relatadas eventuais idas à cidade que se configuram como modalidade de lazer, quando se referem a passeios, festas ou compras. Excetuando essas ocasiões, o contato com a cidade é habitualmente referido como atividade relativa ao trabalho ou à saúde. Todos os 17 entrevistados mencionaram pelo menos um contato com a capital, e um deles é taxativo ao dizer que não vai mais à cidade. Dos que visitam a cidade, todos relatam que o fazem com baixíssima frequência. Os depoimentos dos entrevistados ilustram essas situações, registrando-se que 6 deles relataram apenas uma ou duas viagens para lazer em locais como praia, shopping e pontos turísticos.

CF15 (54 anos) - *Fui com o grupo da Terceira Idade, uma vez fui no médico quando a filha com problemas nasceu, na Santa Casa. [E quando a senhora vai agora, o que a senhora sente?] Sinto muito medo, porque não sei ler nem escrever. [O intérprete que atuou na entrevista dessa participante que não fala português transmitiu a seguinte versão do trecho: Ela fica muito pensativa e com medo. Ela não consegue conversar com ninguém fora do grupo em que ela está, e mesmo na viagem ela fica com medo, pensando o que poderia acontecer se ela se perdesse e não conseguisse conversar e se virar. Ela passeou no Convento e no shopping, na praia também.] [A senhora gostou da praia?] Gostei. [Tomou banho?] Não, tive medo. Não fui pertinho não, fiquei mais afastada, com medo.*

CM16 (50 anos) - *Porque nós fica mais difícil de ir pra lá, já ele é mais fácil sair da cidade para vim pra roça do que nós sair da roça para ir pra cidade. Vir aqui é outra coisa, e nós indo*

*pra cidade sabe como é diferente. Porque eu não gosto de ir pra Vitória, eu gosto de ir quando tem um compromisso, mas eu não gosto de ir lá. Ai eu vou, mas passear, assim... só na praia. [Pegar o trânsito?] [risos] Ichi! não gosto mais não, eu falo com ela [a esposa] que não gosto muito não.*

CF10 (35 anos) - *A última vez que eu fui foi com os meninos da escola, que eles fazem a excursão e a prefeitura dá viagem, aí eu fui junto. [Onde foi?] Praia, shopping, Convento, todos esses lugares, museu. Mas ficar lá não dá não.*

As demais menções a deslocamento para a capital são referentes ao trabalho (escoamento da produção agrícola), no caso de 6 entrevistados, ou viagens de acompanhamento de parentes enfermos – 3 ocorrências. Deslocamentos desse tipo para a capital são, portanto, mais frequentes do que os realizados por lazer.

Um dos aspectos revelados nos dados sobre viagens à capital é a reafirmação da centralidade do trabalho na vida do grupo. A maior parte das viagens diz respeito ao trabalho e há pouco deslocamento relacionado ao lazer, mesmo quando se considera visita aos parentes como lazer. Os dados também podem ser vistos como confirmação indireta do isolamento social dos entrevistados, especialmente das mulheres.

A seguir são explorados com mais detalhes os temas do contato com outros contextos e das relações afetivas que extrapolam o âmbito familiar, cujo foco incidiu sobre as relações de amizade dos entrevistados, tanto os do grupo Campo como os do grupo Sede.

Considerou-se que informações sobre características dos amigos dos entrevistados permitiriam conhecer de forma mais detalhada os padrões de interação que extrapolam o âmbito familiar (embora, como se verá, diversos entrevistados limitem suas relações de amizade aos grupos de parentes – consanguíneos ou por afinidade). Informações sobre as amizades, quase sempre, proporcionam conhecimentos complementares a respeito de rela-

ções familiares, de trabalho e de lazer. São informações que, adicionalmente, permitem comparações entre homens e mulheres e entre os contextos do campo e da sede.

**Tabela 12** – Categorias de indivíduos indicados como amigos com os quais há relacionamento habitual, com possibilidade de respostas múltiplas. A categoria “Não Pomeranos” foi utilizada apenas quando mencionada de forma explícita pelo entrevistado.

Grupo Campo		Grupo Sede	
Vizinho Pomerano	12	Familiar	7
Familiar	3	Vizinho Pomerano	6
Colega de Trabalho	3	Colega de Trabalho	5
Companheiro de Lazer	2	Pomeranos do Campo	2
Não Pomerano	2	Companheiro de Lazer	2
Conhecido	1	Conhecido	2
		Não Pomerano	2

Na tabela acima, nota-se que as respostas do grupo Campo enfatizam categorias que podem ser associadas, *grosso modo*, às relações dentro do grupo próprio. São exemplos as categorias “Vizinho Pomerano” e “Familiar”, que receberam 15 menções, número bastante superior à soma das demais categorias, que podem ou não incluir integrantes do grupo próprio, como “Colega de Trabalho”, “Companheiro de Lazer” ou “Conhecido”. Já a categoria que envolve indivíduos externos ao grupo (“Não Pomerano”) recebeu somente 2 menções. Tais dados corroboram a tendência anteriormente descrita de predileção por relacionamentos preferenciais entre membros do grupo de pertença, do que resulta também certo isolamento dos demais grupos.

A mesma interpretação é reconfirmada nas respostas do grupo Campo à pergunta: “Você possui mais amigos pomeranos ou não pomeranos?”. Em um conjunto de 15 indivíduos, 7 responderam “Todos pomeranos” e 6 mencionaram “Maioria Pomerana”. Percebe-se que as condições concretas vividas

por tais indivíduos favorecem a construção de relacionamentos nos quais é visível que está sendo privilegiado o próprio grupo, em perspectiva etnocêntrica, ou seja, é no próprio grupo que são reconhecidas as características que esses indivíduos aprenderam a valorizar. Dessa forma, fica assegurada uma forma de proteção do grupo, cuja preservação é favorecida, e uma identidade social satisfatória para os que o integram e nele se reconhecem. Uma das consequências dessa situação verificada para o grupo Campo, já comentada no parágrafo anterior, é o favorecimento ao isolamento do grupo (acompanhado de preconceito em relação aos demais grupos), até pelas dificuldades práticas que resultam do uso privilegiado de uma língua que só um grupo compreende. Tal situação também está diretamente relacionada à natureza das escolhas de relacionamentos amorosos, frequentemente circunscrita aos limites do grupo.

Também no grupo Sede, como os dados da Tabela 12 mostram, predominam relacionamentos de amizade com pessoas do entorno dos entrevistados, ou seja, da sede do município. Mesmo considerando que muitos dos entrevistados do grupo Sede chegaram a residir no campo em algum momento de suas vidas, relações de amizade que, eventualmente, tenham existido não se mantiveram, já que apenas 2 entrevistados apontaram “Pomeranos do Campo” como amigos. Entre os participantes do grupo Sede a resposta mais frequente à pergunta “Você possui mais amigos pomeranos ou não pomeranos?” foi “Maioria Não Pomerana”. Tais resultados podem ser entendidos como evidência de que o grupo identitário dos descendentes de pomeranos que vivem na sede não é formado exclusivamente por descendentes, o que é natural considerando a natureza das atividades que desenvolvem em tal contexto e os relacionamentos que resultam daí. É importante considerar, não obstante, a possibilidade de que haja interferência de desvalorização das características estereotipadas atribuídas aos que vivem no campo, que muitas vezes são vistos como atrasados e primitivos – tema esse já abordado anteriormente.

Este capítulo é finalizado com um tópico que abrange as respostas apresentadas pelos participantes que vivem no campo à seguinte pergunta: “Existe alguma coisa que você ainda não fez e gostaria de fazer?”. Como ficou subentendido na explicação precedente, a pergunta foi feita apenas aos entrevistados do grupo Campo. A questão foi incluída com o propósito de obter informações sobre a natureza dessas atividades nunca realizadas. Exemplificando: as atividades nunca antes realizadas poderiam estar vinculadas ao trabalho (como comprar trator, colheitadeira, equipamentos para irrigação, organizar uma cooperativa, ou similares), vinculadas à propriedade (como construir uma nova casa, uma piscina, um açude, uma cerca, ou equivalente), vinculadas ao marido ou à esposa (como presentear ou viabilizar algum projeto ou desejo pessoal do cônjuge), vinculadas aos filhos (como ter filho, proporcionar estudo de nível superior ao filho, realizar uma festa de casamento inesquecível para o filho, divertir-se com netos, ver os filhos trabalhando e encaminhados na vida), ou se dizem respeito à satisfação de curiosidades, itens de lazer e motivações pessoais (como aprender algo que nunca pôde estudar ou treinar, viajar, morar na cidade, entre outras possibilidades).

Deve ficar claro que uma questão como essa amplia as chances de obter informações adicionais sobre o eventual desequilíbrio entre atividades laborais e de lazer (tema já examinado), além de poder gerar respostas potencialmente informativas sobre diferenças nos universos masculino e feminino.

As respostas fornecidas permitiram compor a Tabela 13, apresentada a seguir, lembrando que o número de atividades mencionadas pode ser superior ao número de entrevistados, uma vez que a mesma resposta poderia incluir mais de uma atividade.

**Tabela 13** – Natureza das atividades mencionadas como desejos a serem realizados por homens e mulheres do grupo Campo.

Atividades que ainda pretende realizar vinculadas a:	Trabalho	Propriedade	Cônjuge	Filhos	Motivações pessoais	Nenhuma / Não sabe
Mulheres Grupo 1 Etário (n = 6)	1	2		1	4	1
Mulheres Grupo 2 Etário (n = 4)					3	2
Homens Grupo 1 Etário (n = 4)	5				2	
Homens Grupo 2 Etário (n = 3)					2	1*

O predomínio de menções a atividades que podem ser classificadas como motivações pessoais é flagrante, envolvendo tanto homens como mulheres de ambas as faixas etárias. Assim, 5 participantes (4 mulheres e 1 homem) mencionaram o desejo de viajar, sendo que 2 dessas mulheres especificaram “viajar de avião”. As falas reproduzidas abaixo exemplificam essa categoria de respostas:

CM8 (34 anos) - *Particular, eu queria fazer uma viagem mais para frente. Estamos planejando para viajar para Aparecida do Norte.*

CF11 (50 anos) - *Gostaria sim [risos], andar de avião [muitos risos]. [E a senhora queria ir de avião para onde?] Para meu sobrinho lá em Rio de Janeiro e Belo Horizonte. [A senhora tem parentes fora do estado?] Tem um mora lá em Rio de Janeiro e outra mora lá em Belo Horizonte. Porque eu passo mal no ônibus e não posso viajar, já de avião eu acho que ia melhor, e por causa da pressão o comprimido eu não posso tomar, para o enjoo, porque ele abaixa a pressão.*

As demais respostas mencionaram: aprender a dirigir (1 mulher jovem e 1 homem idoso), ter mais tempo para descansar (1 mulher e 1 homem idosos), tocar em uma banda de música (1 homem jovem) e concluir curso superior (1 mulher jovem).

As atividades ligadas ao trabalho (do tipo ampliar os negócios, comprar trator, montar uma associação para facilitar o acesso a financiamentos) foram mencionadas apenas por participantes mais jovens, do Grupo 1 Etário, predominantemente por homens.

As 2 menções relacionadas à propriedade dizem respeito ao sonho de uma

nova casa. Ambas foram feitas por mulheres jovens. A única resposta classificada como tendo vínculo com filhos foi fornecida por uma mulher jovem que mencionou o projeto de engravidar. E 3 mulheres (1 jovem e 2 idosas) responderam a pergunta dizendo que não há nada que ainda não tenham feito e gostariam de fazer.

As mulheres, em sua grande maioria, expressaram desejos ligados à casa e aos filhos: engravidar, ter uma casa nova, entre outros; enquanto os homens, também em sua grande maioria, mencionaram aspectos relacionados ao trabalho, à sua manutenção e ao seu aperfeiçoamento. Vale ressaltar que algumas mulheres mais jovens falaram de atividades atípicas em relação ao contexto, como aprender a dirigir e fazer um curso superior. Como já foi dito antes, é difícil para os residentes no campo ampliarem a escolarização, mesmo considerando que já existe possibilidade de realizar o curso pretendido na sede do município. Já o desejo de dirigir pode indicar eventual busca de autonomia diante da posição masculina de elo exclusivo entre propriedade/família e o mundo externo.

Uma resposta masculina, de um participante do Grupo 2 Etário, não mencionou qualquer atividade específica a ser colocada em prática, mas o responsável por ela deixou claro o fato de que havia algo a ser feito, embora não pretendesse falar a respeito (essa resposta está sinalizada na Tabela 13 com um asterisco). Trata-se de resposta preocupante, que aparenta pesar (segundo expressão facial captada no momento da entrevista), como se pode constatar na transcrição abaixo (o contexto não favorecia prolongar a exploração do assunto, e a entrevista prosseguiu no mesmo clima no qual tinha se desenvolvido até então):

CM12 (50 anos) - [Longa pausa] *É difícil essa pergunta. [Mas por que é difícil?] Ter, tem alguma coisa que eu quero fazer sim, mas no momento eu não quero nem mexer nisso [seu aspecto é de tristeza, com semblante pesado].*

É possível dizer que os desejos manifestados são, em sua maioria, singelos e exequíveis, correspondendo de forma compreensível ao estilo de vida simples que caracteriza os participantes. Tal estilo não propicia planos mais radicais que envolvam atividades que caracterizam mudança de vida, podendo ser utilizado como exemplo o fato de ninguém ter manifestado planos de mudar-se do lugar em que vive. Os desejos mais elaborados, juntamente com o da participante que pretende realizar curso superior, são aqueles que envolvem ampliação da magnitude dos negócios da família – também eles exequíveis.

Os resultados verificados, principalmente no grupo Campo, permitem associação com a ideia de resignação fundamentada na religiosidade como característica do grupo. Trata-se da resignação à condição cotidiana e repetitiva de trabalhador braçal. A ideia luterana de vocação divina a ser cumprida sem questionamento acompanha o grupo e é elemento constituinte essencial de sua identidade social.

## **CAPÍTULO VI**

### **ASPECTOS CULTURAIS: TRADIÇÃO, MUDANÇAS, PROBLEMAS ENFRENTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

O presente capítulo inicia-se com tópico no qual o interesse recai sobre ma-

nifestações culturais típicas de antepassados dos entrevistados, que estes continuam adotando como parte de seu dia a dia, ou manifestações com as quais estes concordam e continuam a valorizar, mesmo que elas não correspondam exatamente às suas práticas cotidianas. Pelo fato de tratar-se de questão que pressupõe algum distanciamento das práticas e das concepções dos imigrantes originais, considerou-se que seria mais produtivo formular a indagação a respeito apenas para os descendentes que já não vivem mais no campo. A justificativa para isso é a maior chance de que, no contexto urbano, tenham ocorrido pressões para mudanças ou mesmo alterações de hábitos, com o que a indagação se caracterizaria como mais oportuna e com mais sentido.

As respostas fornecidas, na maior parte dos casos, foram pouco esclarecedoras, principalmente entre os participantes do Grupo 2 Etário (os mais velhos). Tais participantes tiveram dificuldade de fornecer qualquer resposta – dos 8 participantes, 6 não conseguiram mencionar qualquer prática ou manifestação cultural que valorizam e continuam adotando. Uma possibilidade a ser considerada é a de que a indagação não tenha sido adequadamente compreendida ou que envolva excessiva complexidade – é importante lembrar que tais participantes, mesmo considerando que estão envolvidos apenas os do grupo Sede, têm pouca escolarização. Outra possibilidade é a de que estar atento a transformações culturais e refletir sobre elas pode não constituir preocupação cotidiana de quem tem que lidar com uma série de demandas práticas e imediatas. Vale acrescentar que 2 desses participantes foram taxativos em dizer que seu cotidiano não inclui manifestações relacionadas com a cultura pomerana, o que sugere estratégia de negação defensiva, que hoje parece extemporânea, mas cujas raízes históricas podem ser explicadas por retaliações dirigidas aos descendentes em períodos anteriores da vida brasileira, como citado anteriormente, tanto no capítulo introdutório quanto no capítulo IV.

Apenas dois itens foram mencionados pelos participantes mais velhos como

aspectos com os quais concordam: a língua pomerana (SM13) e o respeito aos mais velhos (SM17). As falas a respeito estão transcritas a seguir:

*SM13 (50 anos) - Falar o pomerano. Eu não sei dizer assim, mas nunca fugi muito do pomerano não. Eu tenho orgulho de ser pomerano, não tenho vergonha de falar o pomerano.*

*SM17 (56 anos) - Educação, respeitar os mais velhos, isso é hereditário e isso na roça tem muito ainda, é quase 100%. Isso nos pomeranos continua muito.*

As respostas dos participantes do Grupo Etário 1 foram um pouco mais diversificadas, indicando que essa geração, cuja escolarização é elevada em comparação com a geração anterior e cujo contato com hábitos culturais distintos é mais cotidiano, teve melhores condições de compreender a questão formulada e apontar alguns aspectos culturais com objetividade.

Entre os aspectos culturais preservados com os quais os participantes manifestaram concordância, o predomínio coube ao tipo de alimentação adotado (1 homem e 4 mulheres o enfatizaram). Fica claro que se preserva o hábito de “comida sempre ensopada”, como destaca SF2. Em tal comida, às vezes identificada como sopa, ou sopa branca, algum tipo de carne ensopada (a participante SF3 identifica miúdos de galinha e pé de galinha) é preparado com aipim, batata, batata-doce, inhame. Também podem ser usados arroz, macarrão, feijão. Além disso, 1 entrevistado (SM1) mencionou o costume de usar muito açúcar na comida: arroz-doce, beterraba com açúcar, e até mesmo, entre os mais antigos, feijão com açúcar. O arroz-doce é mencionado também pela entrevistada SF2, que acrescenta à lista a sopa de pêssego.

Dos entrevistados, 2 mulheres (SF3 e SF6) mencionaram o hábito alimentar vinculado à religião de, na Sexta-Feira Santa, restringir a alimentação ao pão e ao peixe, e 1 dessas participantes, provavelmente em decorrência da associação com a Páscoa, mencionou a pintura de ovos de galinha que se costuma fazer em tal ocasião, que constitui artesanato delicado. É curioso o fato de, em relação à

religião, apenas 1 participante (SM10) ter indicado como aspecto cultural que valoriza o gostar de ir à igreja. É provável que a vinculação religiosa não tenha sido mais mencionada por não ser objeto de questionamento ou avaliação, o que faz com que seja entendida como atributo natural do indivíduo.

Destacaram 2 entrevistados, entre os mais novos, a importância da língua pomerana e de sua preservação (SF9 e SM11), item que também havia sido indicado por 1 dos participantes do Grupo 2 Etário.

Além disso, 1 participante (SF2) destacou como prática cultural com a qual concorda o hábito, que ela identifica como comum aos pomeranos, de ser “*mão fechada*”, “*pão duro*”, e riu muito de sua própria resposta.

Em muitas culturas ocorrem ações ritualizadas, de natureza mística ou mágico-religiosa, que os integrantes de uma comunidade entendem como atividades que podem trazer benefícios ao grupo, proporcionando, por exemplo, resultados concretos como: fartura de alimentos, saúde, vitória sobre inimigos, entre muitas outras possibilidades. Ações desse tipo, no entanto, quase não foram apontadas pelos participantes do presente estudo. Apenas 2 entrevistadas relataram a manutenção de atividades desse tipo relativas a costumes que foram ensinados pelos antepassados. A entrevistada SF6 citou o costume de pegar água do rio no início da manhã de Sexta-Feira Santa, sem conversar com qualquer pessoa (em suas próprias palavras: “*eu tirei um litrinho, está ali, mas aí você tem que levantar e não falar nada, e você tem que pegar aquela água e guardar, e isso é o costume de antigamente*”), para ser armazenada e utilizada durante o ano para tratar alguns problemas de saúde, como conjuntivite.

A questão mística religiosa é exaustivamente trabalhada por Bahia (2001). Segundo essa autora, as manifestações de benzedeadas e dos rituais ligados à natureza seriam resquícios de origens pagãs que compõem a cultura pomerana. Entretanto, ainda segundo a mesma autora, tais manifestações continuam

sendo reproduzidas na clandestinidade, pois havia e ainda há represálias advindas da religião cristã contra essas práticas. Para Bahia (2001), essas manifestações místico-religiosas seriam formas de resistência do grupo em relação à imposição dos dogmas religiosos cristãos da Igreja Luterana, que outrora exerceu represálias e proibiu práticas culturais dessa natureza.

Neste ponto inicia-se novo tópico em que são apresentadas e comentadas as respostas dos participantes à solicitação de que falassem sobre comportamentos e manifestações culturais que consideram provenientes de seus antepassados, que ainda podem ser constatados em seus contatos com descendentes de pomeranos, e dos quais discordam. Respostas sobre tal assunto exigem uma perspectiva crítica cuja probabilidade de ser assumida é menor para quem está imerso em cotidiano no qual rotinas pouco diversificadas estão consolidadas, como é mais provável ocorrer no contexto rural. Diante de tal possibilidade, decidiu-se formular a questão apenas para os participantes do grupo Sede.

A diversidade temática das respostas foi expressiva, mas apenas no caso dos participantes mais novos. Dos 8 participantes mais velhos, apenas 3 indicaram aspectos culturais que permanecem vigendo, mas dos quais discordam. De certa forma, as respostas inverteram a questão, pois se referem a aspectos que não existem mais e deixam saudade. Dessa forma, prevalece um tom que permitiria reunir as respostas sob a classificação de “saudosismo”. Em alguns casos são mencionadas ocorrências específicas, mas com a marca do saudosismo. Por exemplo: é ridículo noivos escreverem no convite que preferem presente em dinheiro (SM13); é errado não se fazer mais nada com as próprias mãos e preferir comprar tudo pronto (SF14). Um trecho da resposta dessa mesma participante (SF14) exemplifica com muita clareza a ideia de saudosismo:

SF14 (54 anos) - *Então era toda alegria, fazer comida, essa saudade. Nossa, era tão maravilhoso aqueles tempos assim. Ai, outra vez já era nós na casa dos outros, na maior alegria, que*

*a gente juntava nossas crianças para brincar porque não tinha ninguém, a gente não saía para lugar nenhum. E tinha também os casamentos, que a vovó é falecida, mas que ela era cozinheira nos antigos tempos e muitas vezes eu tinha que ajudar, depois, quando eu tava mais crescida. Ai eu ajudava ela, cozinhava, fazia bolo, essas coisas. Agora não tem mais nada disso.*

Como já foi assinalado, a situação é distinta no caso dos participantes do Grupo 1 Etário, uma vez que as respostas mencionam vários itens. Alguns desses itens dizem respeito a padrões de ação culturalmente consolidados e transmitidos entre gerações, outros se referem a características pessoais atribuídas de forma generalizada aos descendentes.

A diversidade das respostas é grande, não havendo predominância nítida de qualquer conteúdo. Por exemplo, 2 participantes (SM1 e SF2) destacaram como característica da qual discordam a rigidez das imposições adotadas na criação dos filhos:

*SM1 (41 anos) - Já mudei muito meu ponto de vista, e é em relação à própria criação dos filhos. Você vê que a maioria dos pomeranos tem uma criação muito rígida, muito severa, então, acho que isso tem mudado bem e eu não adotaria de forma alguma.*

*SF2 (24 anos) - Até os 16 anos eu não podia ficar até as 18 horas na rua, estava escurecendo a gente vinha para dormir. Eles não dão liberdade nenhuma, nenhuma, pros jovens, eles seguram bastante. Tem alguns que são mais moderninhos, agora outros já seguram muito, eu não concordo.*

Outro aspecto que pode ser visto como assemelhado à mencionada rigidez na criação dos filhos é o que o participante SM11 identificou como “*jeito linha dura de pensar*”:

*SM11 (33 anos) - [Eles dizem] “Isso foi antigamente, tem que ser hoje ainda”. Porque eles não querem se adequar à modernidade, que as leis mudaram, e eles têm na cabeça deles de que as leis têm que mudar para eles e não eles mudarem para se adequar às leis.*

Dois outros aspectos distintos, embora relacionados ao mesmo padrão rígido e hierárquico, foram mencionados. O primeiro deles é o da manutenção da mulher em condição de submissão ao comando masculino, expressado na resposta reproduzida a seguir:

SM10 (31 anos) - *É essa questão da mulher estar muito submissa ao homem, porque isso aí a cultura pomerana tem muito, o machismo. Isso é uma coisa que eu não faço e vejo como era e não quero fazer.*

O segundo aspecto é o preconceito, identificado pelo entrevistado SM5, ao dizer que *“hoje em dia o pomerano ainda é muito preconceituoso, racista”*. Esse participante aponta como sendo forte, além do preconceito racial, o preconceito em relação aos homossexuais. A avaliação positiva dos valores do próprio grupo, ao mesmo tempo em que fortalece tanto esses valores como a coesão grupal, contribui para que seus integrantes atribuam conteúdo negativo ao que vem do ambiente externo ao grupo, e com isso construam resistências a tudo que não se encaixa nas pré-concepções adotadas por esse grupo (AMÂNCIO, 2006; HUDDY, 2004; TAJFEL, 1982b). Quando o participante relata que o pomerano é “preconceituoso” e “racista” está afirmando que há tendência do grupo em exaltar e rechaçar os outros grupos, porém também está dizendo que existe um estereótipo que acompanha os descendentes de pomeranos e que classifica na categoria dos preconceituosos e racistas. Também são atribuídas aos pomeranos as características de rigidez familiar, de serem pouco abertos à mudança, e de serem pessoas pouco amorosas (assuntos que serão retomados mais adiante). Todas essas características foram atribuídas aos pomeranos pelos entrevistados do grupo Sede, também eles descendentes de pomeranos, revelando a intensidade com que tais características são utilizadas na construção do estereótipo de “pomerano”. Fica claro que os descendentes de pomeranos entrevistados que residem na sede do município se configuram como grupo próprio de *“descendentes que residem na rua”*, e que se diferenciam dos *“descen-*

*dentés da roça*”. Essa diferenciação se concretiza pela associação dos que vivem no campo com características negativas. O fato de serem todos descendentes de pomeranos, de a maioria ter origens familiares no campo, de falarem a mesma língua, e de haver interação entre eles por ocasião de eventos sociais como casamentos e festas comemorativas, é insuficiente para abolir o estereótipo negativo do “pomerano da roça”. Talvez um elemento diferenciador importante seja o fato de um dos grupos ser constituído por camponeses, o que acrescenta ao estereótipo de “pomerano” as características de “atrasado” e “ingênuo”, que ainda são atribuídas às pessoas que vivem em contexto rural.

Dos entrevistados, 2 mencionaram como hábito culturalmente difundido a ingestão excessiva de bebida alcoólica (SF4 e SM8). A participante SF4 também manifestou discordância com a prática reiterada e nem sempre bem informada de lidar com agrotóxicos, que possivelmente não é herança cultural dos primeiros imigrantes pomeranos, mas sim uma perigosa estratégia há muito adotada nas condições em que se dá a produção agrícola da região, e que será abordada mais adiante. Suas palavras foram:

*SF4 (29 anos) - O negócio do veneno que eles mexe muito, a bebida que atrapalha o pessoal. É isso que eu não concordo, essas coisas que são ruins.*

Sobre as características pessoais atribuídas de forma generalizada aos descendentes de pomeranos, nenhuma é francamente positiva, daí serem alvo de discordância (é importante lembrar que respostas a outras questões mencionaram diversas características positivas, destacando-se a motivação para o trabalho). A única característica mencionada duas vezes (SF3 e SF9) é a de os pomeranos serem muito fechados e terem dificuldade de se expressar emocionalmente. Uma clara ilustração é proporcionada pela resposta de uma participante:

*SF3 (28 anos) - Não sabe expressar os sentimentos. Eu falo porque não tive da minha família abraços e beijos. Esse costume os*

*pomeranos não têm, de abraçar os filhos, de beijar os filhos, esse costume os pomeranos não têm. Que eu me lembre, eu nunca lembro que meu pai ou minha mãe me deu um beijo, agora assim não lembro. Parece que a gente tem medo, igual nos dias dos pais, a gente dava presente, aquela coisa seca.*

Todas as demais características foram mencionadas apenas uma vez e são características que os diferentes participantes identificam em outros integrantes do grupo, mas não em si mesmos (não planejar nada, ser curioso e desligado ao mesmo tempo, ser medroso, ser desconfiado). O único participante que pode ser apontado como exceção nesse aspecto é um homem (SM7) que diz que os pomeranos são fracos, afirmação que ele também se autoaplica, esclarecendo que foi fraco, pois se deixou levar pelo desespero de uma desilusão amorosa e tentou o suicídio.

Nesse ponto do texto alguns dos aspectos mencionados nos parágrafos acima são retomados, a partir das respostas a outra indagação, ainda que isso acarrete repetições. Foi apresentada aos participantes do grupo Sede uma solicitação de que mencionassem o que eles consideram ser os problemas atuais da comunidade de descendentes, em sentido geral, ou seja, sem que tenha sido delimitado de que comunidade se está falando. Em outras palavras, deveria ficar por conta de cada entrevistado a interpretação sobre qual abrangência atribuir ao termo “comunidade de descendentes de pomeranos”, podendo abranger moradores do campo, da sede, ou ambos.

A questão apresentada acima, talvez por ser direta e não incluir referência ao vínculo com a cultura e a herança dos antepassados, gerou não só maior quantidade de respostas, mas também respostas mais claras e informativas. Problemas da comunidade também foram mencionados pelos participantes ao responderem outras questões. Quando tais menções não foram reiteradas pelos participantes em resposta à indagação direta sobre os problemas da comunidade (o que aconteceu em poucos casos), elas foram recuperadas e incluídas no conjunto de dados que será apresentado adiante.

A tabela reproduzida a seguir é uma tentativa de reunir informações sobre as diversas categorias de problemas apontados. Como não foram constatadas diferenças marcantes entre as respostas de homens e mulheres, as respostas foram apresentadas separadamente apenas em relação às faixas etárias. Sempre que não houver menção explícita ao contexto do campo, que foi feita utilizando-se a palavra “roça”, deve-se entender que o problema apontado não é visto como restrito a tal contexto, ou seja, ele é percebido como problema generalizado por toda a região do município.

**Tabela 14** – Frequência com que entrevistados do grupo Sede indicaram problemas presentes na comunidade, considerando a faixa etária de tais entrevistados.

Frequência com que entrevistados do grupo Sede identificaram os diversos problemas da comunidade	Grupo 1 Etário Mais jovens (N = 11)	Grupo 2 Etário Mais idosos (N = 8)	Todos os participantes (N = 19)
Abuso de bebida alcoólica	8	5	13
Falta de informação acarretando danos à saúde e à escolaridade (roça)	5	0	5
Consumo de drogas entre jovens	3	2	5
Violência	3	1	4
Uso indiscriminado de agrotóxico (roça)	2	1	3
Ocorrências de suicídios	3	0	3
Políticos incompetentes, não confiáveis	1	2	3
Pobreza, carências materiais (roça)	2	0	2
Violência conjugal (devida ao álcool)	1	0	1
Falta de assistência aos idosos	1	0	1
Estradas péssimas, prejuízo para produtor	1	0	1
Falta de planejamento	1	0	1
Ar contaminado por granjas e gado	0	1	1
Sem problemas	0	1	1
Sem resposta	0	1	1

Assim como foi descrito em relação a outras questões formuladas por ocasião das entrevistas, as respostas dos participantes mais velhos são mais limitadas e menos variadas, o que é compreensível considerando sua menor escolaridade e, talvez, sua participação mais restrita em diversas esferas da vida da comunidade. Uma participante idosa não soube como responder e outra afirmou que não existem problemas na comunidade. Por outro lado, como

se pode verificar na Tabela 14, cada um dos entrevistados do Grupo 1 Etário indicou diversos problemas.

Fica muito evidente que a maior preocupação de todos é o alcoolismo. Dois terços dos participantes apontaram tal aspecto como problema grave que a comunidade precisa enfrentar. É interessante observar que o abuso de bebida alcoólica é visto como fator desencadeador de muitos outros problemas, entre eles violências diversas e mortes associadas, acidentes de trânsito e mortes associadas, desintegração familiar, suicídios. Essa informação vem ao encontro de estudos relacionando a alcoolemia a vários problemas sociais e de saúde, destacando-se dentre eles o suicídio (CHERPITEL; BORGES; WILLCOX, 2004; HILL et al, 2005; LANDBERG, 2008; PONCE et al, 2008; TSE; SIMS; BYARD, 2011). Algumas falas dos entrevistados revelam de forma nítida sua forma de pensar sobre o assunto:

*SM1 (41 anos) - O alcoolismo no meio pomerano é algo muito forte e destrói a família, destrói a pessoa. É uma coisa que o pomerano tem uma facilidade muito grande de se tornar alcoólatra.*

*SF4 (29 anos) - A maioria dos acidentados que chegam lá [nos hospitais de Vitória] são daqui do município. Por causa do alcoolismo. [Acidente automobilístico?] É, de carro e moto, 80% é daqui de Santa Maria. A maioria de meninos novos, com 11, 12 anos, eles já tá frequentando o bar. Com 15, 16 anos, então, [estão] frequentando o bar, depois que crismou. Enquanto estão no catecismo, não, porque o pastor segura mais, mas depois que crisma.*

*SF9 (33 anos) - Acho que eu acabava com a bebida, porque acho que ela é que gera a violência, o divórcio. Na maioria das vezes quando não bebe é uma ótima pessoa, depois da bebida, drogado, fica forte e os filhos presenciam.*

*SM10 (31 anos) - O alcoolismo, porque você vê muitas famílias que têm esse problema. Na minha mesmo, eu tenho um tio meu que é alcoólatra e isso é típico do pomerano, não sei por que, nunca vi nenhuma pesquisa, mas o que você mais vê é isso.*

*SF18 (52 anos) - Problemas aqui em Santa Maria é o alcoolismo. Alcoolismo é uma das piores doenças que existe e que destrói uma família. Às vezes, dentro da família marido e mulher*

*bebem, tem vários aí perambulando pelas ruas. E o que incentiva isso muito é os forrós que tem por aí. A mulherada cai dentro e vai bebendo, bebendo até. [Mas são pessoas de Santa Maria, pomeranos, ou pessoas de fora?] Pessoas daqui mesmo. Pode até ter outro, mas o pomerano em si bebe muito. A gente vai nesses casamentos aí, não tem o botequinho? Ali você vê mulher tomando cachaça pura, elas bebem muito também.*

Os dois problemas mais lembrados, depois do alcoolismo, referem-se à adesão das pessoas, predominantemente jovens, no entender dos entrevistados, às drogas ilícitas que se tornaram disponíveis na comunidade, e à presença da violência no cotidiano de todos. Esses dois problemas, hoje, não são estranhos a muitos municípios brasileiros, em especial os que possuem centros urbanos de tamanho médio, sendo alta a probabilidade de que apareçam relacionados entre si.

As menções aos demais problemas foram pouco expressivas em termos quantitativos, mas apontam aspectos que, em diversos casos, são bem conhecidos e já foram registrados em estudos e reportagens sobre a comunidade. Especificamente em relação aos problemas que se referem à comunidade de descendentes que vivem no campo, alguns já são alvo de estudos há algum tempo, como o uso indiscriminado de agrotóxicos e os riscos para a saúde implicados, a alta incidência de câncer de pele relacionada à excessiva exposição da pele muito clara ao sol (com possível influência coadjuvante da manipulação de agrotóxicos).

O uso de agrotóxico na região de Santa Maria de Jetibá teve início tardio, segundo Jacobson e outros (2009). O início desse uso se deu por volta dos anos 1980<sup>22</sup>, muito mais em decorrência do esforço publicitário dos grandes fabricantes para a comercialização dos produtos do que por demanda esclarecida dos agricultores da região. Nos dias atuais, entretanto, é usado por cerca de 60%

---

<sup>22</sup> Em outras regiões do Brasil é comum registro de início entre as décadas de 60 e 70 (PERES et al, 2001). O marco da chegada de agrotóxicos à América Latina é a década de 60 (BULL; HATHAWAY, 1986).

das 151 famílias pesquisadas em estudo realizado por Jacobson e outros (2009). Em todo o país registram-se altos índices de uso de agrotóxico e também de intoxicações pelo manejo indevido desses produtos (ALMEIDA, 2002; PERES et al, 2001).

A chegada dos agrotóxicos às regiões rurais brasileiras se deu sob forte pressão e apoio de agrônomos e comerciantes, que acreditavam ser o agrotóxico a única alternativa para o aumento da produção. É claro que estavam em jogo os interesses dos fabricantes no enorme mercado brasileiro. É relevante destacar que a partir da entrada desses produtos nas propriedades os índices de uso indiscriminado dos agrotóxicos atingiram níveis difíceis de serem controlados, considerando o vasto espaço agricultável do país (BULL; HATHAWAY, 1986; LEVIGARD; ROZEMBERG, 2004; PERES et al, 2001).

As consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos para a saúde humana são drásticas, compreendendo desde simples coceiras até a fibrose pulmonar (ALMEIDA, 2002). As intoxicações se tornam problema agravado pelo manejo inadequado dos produtos, como fazê-lo na ausência de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ou como aplicar os produtos em lavouras próximas às residências (BULL; HATHAWAY, 1986; JACOBSON et al, 2009; LEVIGARD; ROZEMBERG, 2004). Para Jacobson e outros (2009), a comunidade pomerana encontra-se vulnerável ao usar tais produtos devido ao “nível de toxicidade dos produtos utilizados, falta de equipamentos de proteção adequados, baixa escolaridade, ausência de um programa de extensão rural que sensibilize os trabalhadores para os riscos” (p. 2248). A citada pesquisa alerta para danos que já são apresentados pelos entrevistados, como evidencia o trecho a seguir:

Os agrotóxicos mais utilizados na região do estudo são muito tóxicos para a exposição humana. A absorção do produto ocorre tanto pelo trato digestivo quanto pelas vias respiratórias e cutâneas, sendo o contato dermal a principal via de exposição dos agrotóxicos. O Roundup, um herbicida utiliza-

do na região na substituição da capina manual, cujo princípio ativo é o glifosato, pode provocar problemas dermatológicos. O herbicida Gramoxone pode provocar lesões hepáticas, renais e fibrose pulmonar irreversível. Uma situação que pode agravar ainda mais a exposição da população do Alto Santa Maria a este tipo de agrotóxico é a presença de lesões cutâneas nos membros inferiores dos agricultores, onde a absorção do produto é mais rápida. O inseticida Decis, do grupo químico piretróide, pode causar, dentre outras enfermidades, irritações nos olhos, alergias de pele e asma brônquica. Na região, são comuns queixas referentes aos problemas que possivelmente envolvem a saúde mental, tais como depressão, perda de memória, que podem estar relacionados ao uso de agrotóxicos pertencentes ao grupo químico dos organofosforados, pois atuam como inibidores irreversíveis das colinesterases, especialmente a acetilcolinesterase no sistema nervoso central. Outras queixas da comunidade referentes ao estado de saúde são os problemas respiratórios e os dermatológicos (JACOBSON et al, 2009, p. 2247).

A intoxicação por organofosforados repercute fortemente no Sistema Nervoso Central (e também em outros órgãos), podendo ocasionar transtornos de humor, como a depressão menor, e crises psicóticas – em intoxicações agudas ou crônicas (ALMEIDA, 2002; CAVALIERE et al, 1996; JACOBSON et al, 2009) –, embora, como concluem Cavaliere e outros (1996), não haja evidências suficientes para assegurar a existência denexo causal entre a intoxicação pelos produtos e os diagnósticos psicopatológicos apontados, havendo necessidade de estudos adicionais para que o conhecimento seja ampliado.

No momento, não mais estão sendo usados os produtos organofosforados que já foram anteriormente utilizados em larga escala pela população rural. Para Jacobson e outros (2009), o que fica evidente é que, em decorrência de aspectos sociais como baixa escolaridade, dificuldades econômicas, e ausência de políticas públicas de conscientização e redução de danos, o uso dos agrotóxicos pode continuar causando muitas intoxicações, tal como já aconteceu outrora. Como ilustração foi transcrito o relato extenso de uma entrevistada, que está aposentada, sobre vários episódios de intoxicação por uso inadequado de agrotóxicos.

SF14 (54 anos) - *A gente não foi no médico, a gente tomava água com açúcar ou café com leite ou leite puro, aí tomava o leite e ia passando. [E a senhora sentiu o quê?] Eu senti muito vômito e vomitei, e espumei muito que aturou para dois dias. E bem antes quando meu marido tava junto ainda, quando nós plantava alho para um vizinho lá, aí eles mexia com aquele veneno bravo, eles não ligavam para pegar doença, aí eles aplicavam e nós ia atrás mexendo e tirando o mato, eu e a outra lá vizinha que é minha madrinha, ela também passou mal. [A senhora lembra o nome do veneno?] Eu não sei mais como é o nome, ele era igual leite, mas um veneno bem bravo. [E depois melhorou?] Sim, porque a gente tinha muito leite, a gente tomava leite. [A senhora não foi no médico?] Não, não foi não porque era meio difícil naquele tempo o médico. [...] [E de lá para cá a senhora ficou bem de saúde?] Só que de lá para cá a gente sofria com dores de cabeça e doía muito, pegava remédio mas não adiantava porque a cabeça doía muito. Aí eu fui em todos os doutores daqui, tirei raio X que a doutora [nome próprio] mandou e não resolveu nada. Aí com o tempo foi mês de outubro que aí a dor de cabeça chegou com força mesmo, não sabia o que fazer mais, chegava puxar assim, aí tinha que segurar minha cabeça até que não aguentei mais de dor [...] Aí eu fui deitar, fechei a casa, aí eu fiquei um dia, uma noite e outro dia, aí ela me achou. Eu tava aleijada, sem fala e eu não podia responder, chamaram lá de fora, até a [nome próprio] chamou, mas eu não podia responder que eu não tinha mais fala. Aí me levaram no hospital, eu não sei nem de que jeito, porque eu já estava sem saber de nada. [...] Eles me levaram para Vitória e acho que fizeram tomografia, sei lá, aí acusou que eu tinha dois caroços na cabeça. [...] Aí o médico me operou que era urgente que o caroço podia estourar, aí eles tiraram um caroço dentro do cérebro bem aqui [mostra a testa], eles cortaram a cabeça de um lado para outro. Eles tiraram só um da frente e o outro ficou, aí tava marcado para operar, aí ficou com doutora [nome próprio] e sempre com consulta atrasada, ficou até conseguir ontem para ir para Vitória para fazer outra tomografia para ver como é que está, a gente não sabe ainda porque a gente tem que pegar o resultado primeiro. [A senhora sente dor ainda?] Nada, nada de dor desde o dia que eu fui operada, eu nem sei o que é dor de cabeça mais. Eu estou tão feliz, tão feliz que Deus me curou.*

A realidade da vida muito sofrida da mulher nas condições da roça – muito trabalho, pouca preocupação com a saúde – já foi apontada em outros pontos do presente estudo. A resposta de uma entrevistada jovem que vive na sede do município é ilustrativa, ainda que articulada de forma bastante simplista:

SF3 (28 anos) - *Queria ajudar também a mulher que sofre muito na roça. A mulher pomerana sofre muito na roça. Sei lá, elas não se cuidam, não passam um protetor, algumas mulheres vêm aqui e dá dó, com aquela pele áspera, seca. Tem mulher de trinta e poucos anos que você vê, parece que tem 60, você joga 60 pra elas.*

Outro problema importante pelo fato de dizer respeito a uma questão cultural relacionada à baixa escolaridade no campo foi apontado com características de depoimento pessoal de alguém que já viveu algum tempo na roça, o que lhe confere interesse diferenciado:

SF2 (24 anos) - *Na roça, os pomeranos, geralmente, até que mudou um pouco, mas eles não deixam as crianças estudar e terminar o colegial. Isso é o que mais me intriga, porque eu acho que deveriam deixar estudar, mas na roça não, porque você tem aquele tempinho de ir para a escola e chegar em casa você tem que trabalhar. Pelo menos comigo era assim, tinha que ajudar a trabalhar, fizesse o que fizesse, tinha que trabalhar. E termina a 4ª série para eles está bom, não precisa estudar mais, já sabe ler e escrever, então acabou ali. Eu acho que eles pensam que já que vai ficar na roça, pra que estudar? Não vai usar números, pra que, se vai trabalhar na roça? Então, eles não pensam muito em expandir, eles pensam em ficar naquele lugar mesmo.*

A falta de conhecimento, relacionada à baixa escolaridade, repercute não somente na projeção pessoal dos indivíduos camponeses, mas tem consequências também na saúde dos membros do grupo, devido ao trabalho sob o sol sem uso de proteção ou de aplicação de agrotóxicos sem equipamentos de segurança. É claro que paralelamente à baixa escolaridade interferem as precárias condições financeiras às quais o trabalhador rural está exposto, mas a falta de informação faz com que segurança e bem-estar em longo prazo sejam vistos como menos relevantes que as demandas imediatas de lucratividade e subsistência das famílias.

É interessante ressaltar o fato de que 2 entrevistados do grupo dos mais velhos registraram seu desencanto com a política e com os políticos da região, muitos deles descendentes de pomeranos, enquanto um dos entrevistados mais

jovens se referiu à incompetência e falta de planejamento dos atuais gestores da cidade – entre os quais predominam descendentes de pomeranos. Um dos entrevistados de mais idade (SM13) chega a dizer que “a política é uma cachorrada muito grande”. O despreparo e, ocasionalmente, a desonestidade de muitos políticos são características conhecidas na realidade brasileira, mas a maior parte dos entrevistados não atribuiu os problemas da comunidade, prioritariamente, aos políticos, optando pela indicação de outros aspectos.

Os entrevistados foram questionados sobre o que percebem como futuro provável da comunidade de descendentes que vivem no campo, na roça. Trata-se de tema que propicia a retomada de vários assuntos que não são completamente estranhos às questões já examinadas, mas que envolve nova perspectiva de abordagem. A ideia de que é distinta a perspectiva é decorrente de ser alta a chance de que o entrevistado se perceba em situação na qual é indispensável manifestar alguma posição avaliativa pessoal, levando-se em conta o teor da solicitação formulada. Mais ainda, considerou-se que seria bastante provável que as respostas incluíssem aspectos relativos à herança cultural, que é marca distintiva da comunidade. Adicionalmente, falar sobre como percebe as perspectivas de futuro da comunidade implica um tipo de apreciação que exige que cada participante expresse sua posição em termos de um gradiente de pessimismo-otimismo, o que constitui dado importante não apenas para o presente capítulo, mas para o objetivo geral da investigação.

Por razões similares às que foram arroladas quando foram apresentadas as respostas à pergunta sobre os problemas percebidos na comunidade, a indagação sobre o futuro da comunidade de descendentes também foi apresentada apenas aos participantes do grupo Sede.

Diversas respostas foram formuladas sem que os entrevistados considerassem que a pergunta se referia ao futuro dos descendentes que vivem no campo. Muitas respostas indicaram questões tipicamente urbanas, talvez porque

os participantes considerem que a vida dos que vivem no campo não pode ser desvinculada por completo da sede do município. De qualquer forma, todas as respostas foram consideradas e passam a ser apresentadas pouco adiante.

Foram emitidas respostas bastante ingênuas, mas também respostas mais informadas, fundamentadas em ocorrências que já são objeto de preocupação no momento presente. Com exceção de 2 entrevistadas idosas, todos os participantes foram capazes de apontar algum aspecto que conseguem antever como presente na vida da comunidade daqui a algum tempo. Um desses aspectos, constatável na maior parte das respostas, é a difusa percepção de que mudanças expressivas estão em curso e que em tais mudanças há predominância de elementos negativos. Essa ideia de negatividade será retomada à frente, em ocasiões diversas, quando da discussão de várias respostas. O conjunto dos aspectos apontados e o número de vezes que cada um foi mencionado estão registrados na Tabela 15, reproduzida a seguir:

**Tabela 15** – Frequência com que entrevistados do grupo Sede indicaram aspectos que, em sua visão, estarão presentes no futuro da comunidade dos descendentes que vivem no campo, considerando a faixa etária de tais entrevistados.

<b>Aspectos apontados como parte do futuro da comunidade</b>	Mais novos	Mais velhos	Todos
Crescimento populacional urbano exagerado e decorrências	2	4	6
Agravamento de problemas relativos a alcoolismo e drogadição	2	2	4
Descendentes de pomeranos terão pouca expressão na população	2	1	3
Herança cultural e/ou língua poderão sobreviver com medidas certas	3	0	3
População da roça vai acabar: migração para cidade, venda de terra	3	0	3
Herança cultural e/ou língua pomeranas poderão deixar de existir	2	0	2
Risco de escassez de água	2	0	2
Cidade mudará suas características (reservas, agroturismo, lazer)	2	0	2
Problemas de trânsito e estacionamento serão muito grandes	1	1	2
Risco de destruir construções sem planejamento, nas encostas	1	1	2
Crescimento da cidade será freado, se indústrias não se instalarem	1	0	1
Aumento do problema da prostituição	1	0	1
Aumento do problema da violência	1	0	1
Condições serão melhores se o povo acabar com a política atual	0	1	1
Risco de que novas famílias deixem de ser formadas	0	1	1
Não respondeu	0	2	2

O aspecto cuja presença mais se destaca no conjunto das respostas é o da contínua expansão da sede do município, ou seja, do crescimento populacional urbano. Tal aspecto foi apontado tanto por entrevistados mais novos como por mais velhos, e aparece descrito com feição predominantemente negativa, ou ao menos preocupante. É curioso o fato destoante de um participante (SM8) ter afirmado acreditar que a cidade pararia de crescer “porque chega num limite”, acrescentando: “a não ser que venha indústria para cá”. Alguns entrevistados não explicitam com clareza a associação entre crescimento populacional e problemas concretos, mas apenas registram seu prognóstico de que a cidade estará bem mais populosa no futuro, ainda que expressando certa preocupação com o fato de que já não se conhece mais todas as pessoas. As falas de SM7, SF9 e SM17 podem ser indicadas como ilustração:

*SM7 (23 anos) - Nós temos 37 mil habitantes hoje. Daqui a 50 anos, do jeito que Santa Maria está indo, ela está para se tornar uma cidade tipo Aracruz, cidade com uma estrutura populacional grande.*

*SF9 (33 anos) - Se continuar desse jeito vai mudar muito, mais casas, mais população. Se continuar do jeito que está vai crescer bastante, é muita gente de fora que está vindo. Muita gente desconhecida, porque antigamente você conhecia todo mundo, se era alguma pessoa de fora, você já sabia que era uma pessoa de fora, mas hoje já não sabe mais.*

*SM17 (56 anos) - Aqui nós éramos pertencentes a Santa Leopoldina, agora que desenvolveu aqui mesmo. Isso vai fazer agora 22 anos que fomos desmembrados. Então, nesses últimos 22 anos que emancipou aqui isso fez assim [aponta para cima]. Esse tempo atrás eu conhecia todo mundo em Santa Maria, até pelo nome. Hoje eu não conheço nem 25%.*

Outros entrevistados deixam claro que avaliam o crescimento populacional, com a vinda de muitas pessoas “de fora”, como fator que não é positivo ou que resultará em problemas para a comunidade. São exemplos:

*SM8 (22 anos) Vai ter muita gente e cultura de fora. E isso vai mudar a cidade, já tá mudando, porque aqui não tinha problema de drogas e já tá tendo, lá perto da minha casa tem, então*

*vai mudando.*

SM12 (63 anos) *Se o negócio invadir demais de gente que não vai ficar bom não, porque já mudou muito e vai mudar muito ainda.*

SF18 (52 anos) *Se continuar assim isso aqui vai virar uma cidade grande e com muito problema.*

Alguns entrevistados fizeram referência direta a algum problema que antecipavam, sem a preocupação de relacioná-lo a qualquer fator específico, ou relacionando-o de forma genérica ao crescimento da cidade. O problema mais mencionado na esfera das relações sociais foi o crescimento do consumo de drogas e do alcoolismo. Um entrevistado disse acreditar que a violência será maior e outro manifestou preocupação com o crescimento da prostituição. Uma entrevistada registrou o risco de que as drogas dificultem a formação de novas famílias. Trechos de narrativas relacionadas a esse conjunto de problemas estão reproduzidos a seguir:

SM5 (30 anos) - *Eu tenho muito medo do futuro, principalmente para nossos filhos. Prostituição, pedofilia, é que o está acontecendo muito no estado hoje e as drogas eu acho que isso é praticamente o fim do mundo. Vai ter muita violência, porque a violência está chegando de forma muito rápida para o interior também.*

SF15 (55 anos) - *Eu me preocupo muito porque muitos jovens hoje tiveram a parte da igreja cumprida, e não foram mais. Jovens que estão entregues a coisas ruins. [Drogas?] Sim, porque vende muito isso aí. Eu espero que isso não continue porque daqui a 50 anos não vai mais formar famílias. Vai ser tudo aquelas coisas embaralhadas. Agora se eles estão bebendo quem sofre com isso é um filho. Como ele vai formar família, se não tem exemplo dentro de casa?*

Problemas distintos desses acima mencionados, na esfera das relações sociais, também foram apontados. Tais problemas podem ser descritos como referentes a duas novas esferas da realidade urbana e seu entorno. Uma delas é a esfera ambiental, havendo 2 participantes que ressaltaram o risco de haver escassez de água. A segunda esfera restante é a dos problemas de planeja-

mento urbano, que são referentes às construções e à circulação. Quanto às construções, a preocupação é com o aumento delas nas encostas dos morros, feitas sem os indispensáveis cuidados técnicos (inclusive aqueles que cabem à Prefeitura, em termos de disciplinamento de tal prática). Quanto aos problemas de circulação, não é surpreendente que, em uma cidade cuja população já se configura como de cidade de médio porte, os habitantes constatem a existência de carros em excesso, considerando os espaços disponíveis para eles. Respostas sobre tais riscos futuros são reproduzidas a seguir para propiciar o conhecimento da visão dos entrevistados em suas próprias palavras.

SF4 (29 anos) - *Eu imagino que a água pode acabar, pelos estudos. Quando eu era nova, inclusive, essa baixada aqui era tudo brejo, tinha peixe e tudo.*

SM7 (23 anos) - *Santa Maria vai ser uma cidade que já começou, os morros daqui a pouco vai ser tipo Petrópolis: um monte de casas bonitas, mas tudo despencando. Porque é muito mal feito, sem planejamento, uma rua de 12 metros, uma rua de 6 metros, tudo sem vaga, o centro da cidade igual o centro de Vitória, abarrotado de carro, daqui um tempo sem condições nenhuma de andar.*

SF16 (62 anos) - *Mas hoje que as pessoas estão olhando a prefeitura falar na rádio que não pode construir em qualquer lugar, em cima do rio, tem gente construindo, e as enchentes e a água quando vier.*

Algumas respostas destacaram uma faceta do crescimento populacional urbano cujo vínculo com a questão formulada – que falava do futuro da comunidade de descendentes de pomeranos que vivem no campo – é mais nítido ou direto. Trata-se da redução da população que vive na roça, em decorrência da migração para a cidade, principalmente dos jovens atraídos por um universo distinto de estudo, trabalho e desenvolvimento pessoal. Também há menções ao fato de as propriedades rurais já estarem sendo vendidas para exploração de outras formas de atividades comerciais que não a produção agropecuária.

SF3 (28 anos) - *Aqui que todos vão vir para cá, na rua a ju-*

*ventude toda já tá praticamente aqui já, e jovens por aí afo-  
ra tem poucos, a maioria tá na cidade. [Mas e aí, o que pode  
acontecer?] Acho que a roça vai ficar abandonada. Tem muitos  
lugares, inclusive lá em casa, na roça, se não tivesse ninguém  
morando já tava tudo debaixo do mato, tava tudo abandonado.*

*SM7 (23 anos) - O pessoal está mais migrando do interior para  
os centros, mas não é só aqui, é Rio Possimoser, Recreio, São  
João do Garrafão, Caramuru, o pessoal deixando de morar na  
roçazinha e morando nesses centros onde tem uma farmaciazi-  
nha, um supermercadinho, tem o posto de saúde. Inclusive,  
Rio Possimoser. Nos últimos 5 anos disparou a venda imobiliá-  
ria lá, dobrou de tamanho a localidade, não tem esgoto, o abas-  
tecimento de água é precário, é tudo assim.*

*SM11 (33 anos) - Tem mais gente vendendo o pedaço de terra aí  
e trabalhando de empregado para o outro. Quem tá vindo muito  
para comprar esses terrenos são pessoal da cidade grande, para  
passar o fim de semana. Eles querem fazer uma chácara, e eles  
não vão pensar em produzir nada.*

Da questão da redução da população de descendentes dedicada às atividades rurais é possível fazer ligação com o tema da inevitável descontinuidade da predominância de descendentes de pomeranos na região, que foi assinalada por 3 entrevistados, mas que, de certa forma, pode ser considerada implicitamente presente nas respostas dos que destacam o crescimento populacional com muitas pessoas vindas de outros locais.

*SF6 (40 anos) - A gente vai embora e quem vai ficar, aonde vai  
ter pomerano? É difícil e eu acho que se continuar assim, do  
jeito que está, porque tem muita gente entrando de fora que não  
é pomerano. Então, eu acho que daqui 50 anos não vai ter mais  
pomerano em Santa Maria. [A fala refere-se tanto ao povo  
como à língua]*

*SF18 (52 anos) - Eu acho que tem muita gente de fora e por mais  
que eles fizerem não vai aumentar [a quantidade de pomeranos],  
eu acho que vai diminuir cada vez mais.*

Uma das consequências da redução da população de descendentes que poderia ter aparecido nas respostas de forma aguda seria a extinção da língua e

de outros itens da cultura pomerana, mas isso não ocorreu. Os participantes se dividiram entre a convicção de que a língua e demais aspectos da cultura de seus antepassados desaparecerão e a esperança de que, na dependência de certos cuidados a serem tomados, a língua e as manifestações culturais sejam preservadas mesmo sendo o cenário futuro da comunidade distinto do que se observa hoje. Manifestações que exemplificam a visão pessimista são, por exemplo, as que estão transcritas abaixo:

SF6 (40 anos) - *Sei lá, igual se os filhos da gente não aprender o pomerano, a gente vai embora e quem vai ficar, aonde vai ter pomerano?*

SM10 (31 anos) - *Acho que a cultura vai acabar, mesmo que de uns tempos para cá tenha incentivo, eu acho que vai acabar.*

Outras respostas podem ser caracterizadas como menos fatalistas uma vez que, mesmo sem se apoiarem em otimismo injustificado, apontam possibilidades de que a preservação ocorra em alguns aspectos, ainda que seja impossível pensar que novas perspectivas culturais não venham a ser parcialmente incorporadas. Exemplos de respostas de tal teor (marcadas por evidente ambiguidade) são fornecidos a seguir:

SF2 (24 anos) - *Eu acho que se continuar assim, os pais não incentivando a língua pomerana, eu acho que vai acabar a língua pomerana, já não vai se falar mais. Não se continuar assim, porque agora eles estão até colocando o pomerano nas escolas, eles estão aprendendo já e pode ser que isso mude alguma coisa. Mas se continuar do jeito que está, sem os pais ensinar, acho que vai acabar desaparecendo o pomerano e a cultura também.*

SM8 (22 anos) - *A cultura pomerana vai se estender muito. E isso vai misturando bastante a cultura, vai se preservar muito, mas também vai ter muita gente e cultura de fora. [...] A cultura de fora vem absorvendo essa, porque a cultura de fora é mais forte.*

Um participante apresentou considerações que diferem de todas as demais respostas, chamando a atenção para uma possibilidade que é desenvolvida

em conjunto com preocupações ambientais e com a formulação de críticas à forma como produtores de alimento são tratados na esfera das decisões políticas. Trata-se de resposta longa dada por SM1, um participante com nível de escolarização superior, que atua como empresário. Diz ele:

*SM1 (41 anos) - Vamos ter uma restrição muito grande do governo sobre nós, principalmente com relação à água, e do verde e das matas. A Grande Vitória cada vez mais quer isso daqui como preservação ambiental para eles poderem tomar água limpa. Então, eu acho que tem uma situação difícil do ponto de vista da agricultura, porque ela é consumidora de bastante volume d'água e isso é problemático na Grande Vitória. Talvez seja mais fácil entrar punindo forte aqui do que buscar água, por exemplo, no Rio Doce, ou em outros rios mais ao norte ou ao sul, para poder abastecer a Grande Vitória. Agora é que está se tendo ideia de reciclagem, as indústrias usarem resíduos de esgoto, se elas começarem a usar, isso aí dará uma sobrevida por alguns anos para a gente, mas eu vejo esse conflito bastante forte. E a agricultura perdendo um pouco do seu espaço, acho que vai haver mais itens de lazer e coisas dessa natureza, o agroturismo talvez floresça mais na região com melhoria dos acessos, essas coisas. Talvez o pomerano tenha uma vantagem de trabalhar menos que hoje, porque a roça é um trabalho pesado, é um trabalho violento, não é fácil ser produtor, não é fácil você colocar comida de graça na mão da população urbana e o governo sempre em cima, sempre em cima, controlando o preço da cesta básica.*

Uma resposta curiosa, que também difere de todas as outras, foi apresentada por SF16, uma participante de 62 anos, na linha da crítica generalizada aos políticos:

*SF16 (62 anos) - Depende do povo que reclama de tudo. Se o povo se unir e acabar com a política vai ficar melhor, porque tem que ter um prefeito desconhecido [no sentido de o prefeito não sair do grupo de políticos que já se conhece]. Mas talvez engana, porque eu confiei no Collor e o que aconteceu.*

Como já foi assinalado, muitos participantes extrapolaram o limite de abrangência da pergunta (futuro provável da comunidade de descendentes que vive no campo) e falaram sobre o que antecipam para o futuro de Santa Maria de Jetibá, o núcleo sede do município. Considerando o conjunto completo das

respostas, fica evidente que houve maior preocupação de ressaltar problemas na composição do cenário que conseguem antever. Tal preocupação pode ser tomada como indicação de que nas condições de vida atuais do grupo já estão delineadas algumas dificuldades com as quais está difícil lidar, e que aparecem como possíveis problemas agravados no futuro. O fato de alguns desses problemas envolverem riscos mais significativos para a população jovem pode ter feito com que fossem salientados, uma vez que a associação entre o futuro do grupo e os jovens de hoje é facilmente compreensível em sua quase obviedade.

Alguns aspectos que foram mencionados no âmbito de respostas a outras questões não foram retomados quando os entrevistados falaram sobre sua visão de futuro. Entre eles podem ser destacados temas sobre os quais havia expectativa de que os participantes se manifestassem, já que sempre aparecem como foco diferenciado nas campanhas e nas propagandas políticas municipais e estaduais: possível melhoria do atendimento educacional nos diversos níveis, possível ampliação da rede de instituições de saúde, possível aumento nos postos de trabalho. Curiosamente, também não foram feitas menções ao possível papel da Igreja Luterana no futuro da comunidade.

Para finalizar o tema que está sendo focado nessa parte do texto considerou-se interessante retomar as respostas sobre a visão de futuro que foram apresentadas e que incluem aspectos diretamente relacionados com a população e a cultura dos descendentes de pomeranos de Santa Maria de Jetibá. Há necessidade de acrescentar a tal quadro o fato de estarem em jogo vários processos (ou várias facetas de um mesmo processo geral) ocorrendo simultaneamente, o que o torna mais complexo e aumenta a dificuldade de compreendê-lo e de apreender a direção ou o rumo ao qual ele conduz, o que pode ajudar a explicar certa perplexidade presente em muitas respostas sobre o futuro da comunidade.

Dos mencionados aspectos que, de alguma forma, estão relacionados à herança pomerana é possível dizer que em todos é visível certo conformismo com a inevitabilidade de processos que já estão conduzindo à perda ou à relativização da importância dos herdeiros dos fundadores dos núcleos populacionais, a partir dos quais o município se desenvolveu. Os entrevistados percebem que o crescimento da população se dá, primordialmente, pela incorporação de novos habitantes provenientes de diversas localidades que, em sua maioria, não têm antecedentes pomeranos. Daí a percepção de que a região “não vai ser mais pomerana”, como diz o entrevistado SM10, por exemplo. É importante lembrar que o crescimento e a diversificação populacional aumentam a probabilidade de casamentos entre descendentes e não descendentes de pomeranos, o que também representa interferência no processo retratado acima, além de representar fator que afeta a continuidade de práticas e concepções tradicionais da cultura pomerana.

O aspecto visto com mais pessimismo é o da continuidade das atividades de produção rural nos moldes tradicionais com que se apresenta há muitas décadas. Fica evidente a compreensão de que é crescente e dificilmente alterável o movimento de passagem do modo de vida rural para o modo de vida urbano. As condições de trabalho no âmbito da produção e da comercialização agrícola são cada vez mais penosas para quem está envelhecendo no campo, ao mesmo tempo em que os jovens querem estudar mais, querem buscar alternativas ao modo de vida familiar tradicional, o que implica ir para a cidade. Muitas propriedades estão sendo vendidas para um aproveitamento comercial de natureza quase urbana, voltado predominantemente para lazer do público urbano, como hotéis-fazenda, parques, sítios para lazer e loteamentos destinados à construção de moradias para usufruto durante os períodos de férias e nos fins de semana. Uma importante decorrência de tal realidade é a mudança de padrão de sobrevivência dependente do trabalho na própria terra para um padrão de trabalho assalariado, o que não escapou à

percepção do participante SM11, que registrou: “Tem mais gente vendendo o pedaço de terra aí e trabalhando de empregado para o outro”.

Um pouco diferente e menos pessimista é a percepção a respeito da sobrevivência da língua pomerana e de algumas outras manifestações culturais herdadas dos antepassados. Há nas respostas indícios de que essa percepção se fortaleceu recentemente, sendo bastante provável que isso tenha ocorrido como resultado de medidas de valorização da cultura pomerana que já foram mencionadas no texto. No caso da língua, a medida é a obrigatoriedade de ensino do pomerano nas escolas para todas as crianças, mesmo não descendentes de pomeranos, considerando o caráter “bilíngüe” da comunidade. A comunidade passou a contar também com um até então inédito dicionário de pomerano, também já mencionado em ponto anterior do texto, que é instrumento essencial para que o ensino da língua alcance maior consistência. Vale a pena lembrar aqui a importância de uma medida como essa no âmbito de uma comunidade que já conheceu proibição formal do ensino do pomerano. Respostas dos participantes a diversas perguntas evidenciam que eles têm consciência do processo de desvalorização da cultura dos descendentes de pomeranos que se verificou na região urbana, imprimindo aos que vivem na zona rural a pecha de atrasados, caipiras e tolos. Ainda assim, algumas respostas dos entrevistados mostram esperança de que certas medidas que vêm sendo tomadas possam mudar esse quadro de desvalorização de elementos da cultura pomerana, elevando as chances de que elas sobrevivam como relevante testemunho a respeito das pessoas que iniciaram o núcleo populacional que deu origem à cidade atual e da forma como viviam.

Ainda que não tenha sido objeto de referências diretas nas respostas é válido considerar a possibilidade de que a utilização de aspectos culturais possa constituir valioso trunfo em termos de atração turística, de forma similar ao que se verifica em outros municípios espírito-santenses de colonização alemã ou italiana. Entre tais aspectos podem ser arrolados: edificações di-

ferenciadas, festas ou festivais com exploração de culinária, música, dança, vestimentas, museus, produtos agropecuários e artesanato típicos, além das próprias características físicas das cidades e de suas construções diferenciadas que tenham sido preservadas. Vale registrar que um tema relacionado foi mencionado em uma resposta do entrevistado SM1: a possibilidade de desenvolvimento do agroturismo na região.

Até aqui não foi feita qualquer menção a um problema identificado por participantes: a ocorrência de suicídios. Tal omissão foi deliberada, uma vez que informações sobre esse assunto serão objeto de atenção especial a partir deste ponto. Ocorrência de suicídios, quase certamente, não seria item mencionado de forma habitual como problema na maior parte das comunidades, o que revela que, na comunidade estudada, ele parece ocorrer com frequência que o diferencia de algo apenas ocasional. A existência eventual de suicídios em uma comunidade é preocupante, porém muitas vezes pode chegar a ser ocultada pelo desconforto que traz aos membros desse grupo. Na comunidade estudada na presente investigação houve reconhecimento de que o fato é incômodo por ocorrer com frequência diferenciada, o que não impediu que fosse tratado com a transparência possível. Sendo assim, o tema não pode deixar de ser abordado em um estudo sobre a vida dessa comunidade.

Em verdade, o assunto suicídio apareceu nas entrevistas recorrentemente associado com alcoolismo quando os participantes falaram sobre os problemas da comunidade ou sobre acontecimentos dos quais discordam. É curioso mencionar que alcoolismo e suicídio não constituíam focos explícitos de interesse do estudo. Como os roteiros de entrevista não previam questões sistematizadas sobre esses temas, eles foram explorados à medida que surgiam, buscando-se, principalmente, ouvir dos entrevistados que possibilidades de explicações para a marcante presença do alcoolismo e do suicídio na comunidade eles conseguiam sugerir ou elaborar.

Ambos os assuntos (alcoolismo e suicídio) são reconhecidamente complexos, assim como é complexa sua possível relação com aspectos culturais. Abordá-los a partir de entrevistas com membros de uma comunidade, que são convidados a falar sobre essa própria comunidade, é empreendimento sujeito a evidentes limitações. Não obstante tais limitações, entendeu-se que as informações proporcionadas pelos entrevistados permitiam esboçar uma proposta inicial de organização de dados sobre esses temas, ou, mais especificamente, sobre o suicídio.

O tema do alcoolismo é tratado aqui como pano de fundo por ter sido abordado, por diversos participantes, em associação com o suicídio. O tema do alcoolismo já foi objeto de grande volume de estudos no Brasil, e sua incidência não é exclusividade de qualquer região do país. Isso significa que a associação entre comportamento de ingestão abusiva de bebidas alcoólicas e aspectos culturais próprios de uma população com características diferenciadas, ou associados com determinadas formas de organização socioeconômica da vida da comunidade, não permite constatar regularidades diferenciadas relativas à mencionada associação. Isso não significa que o alcoolismo não possa apresentar especificidades relacionadas com a natureza das atividades predominantes em uma dada comunidade como, por exemplo, uma comunidade rural. Significa, sim, que a ocorrência de alcoolismo não decorre do fato de comunidades específicas terem as características que têm, mas de outros fatores presentes na cultura do país.

A grande evidência em tal sentido é a notável disseminação do abuso de bebidas alcoólicas na realidade brasileira. O consumo de bebidas alcoólicas no país é comportamento aceito como prática quase “natural”, como se pode constatar pelo exame da forma favorável e positiva com que ele é tratado em inúmeras produções culturais brasileiras. Além disso, é prática fortemente estimulada por publicidade maciça e facilitada pela existência de número incontável de pontos de venda. Considerando ainda que a produção de bebidas

alcoólicas exige tecnologia bastante simples e que os impostos que incidem sobre tal produto têm impacto econômico expressivo, completa-se um quadro que auxilia a compreender por que o consumo e o abuso de bebidas alcoólicas passaram a constituir relevante problema social na vida atual de qualquer cidade brasileira, com impactos conhecidos em inúmeros setores, como os da saúde, dos acidentes de trabalho e de trânsito, da violência familiar, da criminalidade, entre outros (OMS, 2004).

Existem reações sociais a essas condições de “super facilitação” da continuidade do consumo de bebidas alcoólicas que ignora qualquer consideração sobre riscos e custos sociais, mas elas ainda são tímidas e pouco eficazes – são exemplos as advertências que acompanham as propagandas, as campanhas de esclarecimento, as pregações no âmbito de algumas denominações religiosas, e a perda de pontos no registro como motorista. Além disso, outras medidas de maior impacto que setores sociais ou profissionais tentam concretizar são alvo de combate sistemático por parte dos grandes interessados. Esse combate envolve até mesmo decisões judiciais que garantem total liberdade à publicidade, que garantem impunidade a condutores de veículos e operadores de máquina que atuam sob efeito de bebida alcoólica, que autorizam a associação de eventos dirigidos aos jovens com bebidas alcoólicas. Isso ocorre apesar de haver norma legal que impede a venda de tal produto a menores de idade – proibição que, de resto, jamais foi acompanhada de fiscalização ativa. Nas cidades maiores há fiscalizações eventuais das condições de alcoolização de motoristas, mas quase sempre restritas aos locais pelos quais transitam motoristas de classe média, que se valem de expedientes que a lei autoriza para que seu nível de alcoolemia não seja aferido, pagando uma taxa para adquirir esse certificado de impunidade (GARCIA; BASÍLIO, 2008; LARANJEIRA et al, 2010).

Por todos os aspectos mencionados acima, o tema do consumo abusivo de bebidas alcoólicas não será objeto de considerações detalhadas, permanecen-

do como informação relevante que compõe o cenário no qual o outro assunto abordado no presente capítulo – o suicídio – será explorado. Quando for justificável, o tema voltará a ser considerado, sempre em associação com a discussão sobre o fenômeno do suicídio. Não obstante, é importante reafirmar que os participantes do estudo percebem que o alcoolismo é um problema grave na comunidade, o que é confirmado por informações de outras fontes que atestam que o abuso de bebidas alcoólicas na região ocorre com taxas elevadas.

Como as partes introdutórias do presente trabalho não mencionam o assunto suicídio de forma detalhada e sistematizada em momento algum, será necessário apresentar neste ponto do texto informações sobre o fenômeno e sobre a literatura disponível a ele relacionada, antecedendo a descrição e a discussão dos dados sobre o tema que surgiram no decorrer da coleta de informações. É importante lembrar que, mesmo sendo conhecido o fato de que é elevado o número de suicídios entre a população alvo do estudo (conhecimento esse decorrente de informações que circulam na região e de dados registrados em alguns trabalhos sobre o assunto disponíveis na literatura especializada – e que serão mencionados adiante), os roteiros de entrevistas não incluíam perguntas específicas sobre suicídio. A decisão de não apresentar questões dessa natureza aos entrevistados decorreu do receio de que o assunto pudesse resultar em constrangimento e desconfiança, o que poderia comprometer a disponibilidade de fornecimento de informações sobre os demais assuntos. Constatou-se, entretanto, que a partir de outras questões o assunto aparecia no bojo das respostas, o que propiciou acrescentar questões exploratórias sobre o tema, em momentos da entrevista em que tal exploração se revelasse cabível, sem temer a repercussão negativa de tais questões.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2001), o suicídio é uma forma de violência autoinfligida que se caracteriza por ser “ato deliberado, iniciado e levado a cabo por uma pessoa com pleno conhecimento ou expec-

tativa de um resultado fatal” (p. 36), ou, segundo as palavras de Baptista, Borges e Biagi (2004), é uma ação com a qual uma pessoa, de forma “impulsiva ou cuidadosamente planejada, tira a própria vida” (p. 23). Durkheim (2000) foi quem primeiro abordou o suicídio de forma sistemática nas Ciências Sociais, definindo-o como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (p. 14).

Cassorla (2004) registra que a conceituação de suicídio envolve certa complexidade por proporcionar a inserção de uma grande amplitude de elementos, o que promove alguma confusão em termos epistemológicos, posto que é possível “incluir desde o auto-extermínio, [...] até a morte decorrente da exposição a condutas de risco, da falta de cuidado frente a doenças ou eventos perigosos, das intoxicações acidentais e ‘overdoses’, dos acidentes e outros fatos similares” (p. 21). Considerando tais aspectos, é possível apontar, como faz esse mesmo autor, elementos especialmente relevantes ao estudo do suicídio, como intencionalidade, influências socioculturais, hereditariedade, utilização de substâncias psicoativas, entre outros.

Como ilustração, vale lembrar que Durkheim (2000), quando abordou o tema do suicídio em seu trabalho clássico já mencionado, mesmo sem ignorar fatores de natureza psicológica, propôs uma interpretação que considera, coerentemente com sua formação associada à consolidação da Sociologia, que há aspectos sociais cujo conhecimento é essencial para a compreensão do suicídio, destacando a importância dos valores tradicionais nos quais se apoia a identidade de determinado grupo social. Dando um salto para o contexto atual, é possível afirmar que o suicídio é visto hoje como um transtorno para o qual concorrem múltiplos fatores causais ou favorecedores, entre eles fatores psíquicos, biológicos, sociais e culturais, que podem estar presentes em diferentes modalidades de articulação entre si.

Apesar de a exatidão dos dados estatísticos oficiais ser questionada e do sub-registro das declarações de suicídio ser notório em todos os países, até mesmo por dificuldades culturais como a do preconceito (BAPTISTA, 2004a; CASSORLA; SMEKE, 1994; MACENTE; SANTOS; ZANDONADE, 2009; MENEGHEL et al, 2004; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE; WANG, 2005; WANG; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE, 2004), alguns autores argumentam que a subnotificação não compromete tão drasticamente os índices apresentados ao ponto de inutilizá-los, sendo útil tomá-los como válidos (BARROS; OLIVEIRA; MARIN-LEÓN, 2004). O tema da qualidade dos registros será objeto de algumas considerações adicionais pouco adiante, mas é possível registrar já no presente ponto, como ilustração de que os dados oficiais sobre suicídio não são inúteis, informações constantes de estudo de Jougla e outros (2002, apud SHIKIDA; ARAUJO JR.; GAZZI, 2007). Constatam os autores que muitos casos de morte (afogamento, envenenamento, acidente de carro envolvendo somente uma pessoa, entre outros) são difíceis de serem classificados como suicídio, principalmente quando o indivíduo não deixa evidência de que tenha cometido tal ato (como alguma modalidade de mensagem), resultando classificação dependente da interpretação do responsável pela identificação da morte, o que pode variar entre países, culturas e religiões. Os citados autores, entretanto, afirmam que o uso de algum mecanismo de ajuste dos dados, “em geral, mesmo considerando hipóteses de correção extremas, como a de adicionar todas as causas de morte indeterminadas na rubrica ‘suicídios’ na base de dado oficial, gera mudanças pequenas no ranking dos países” (p. 14).

Dados globais disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde em 2001 revelam que no ano de 1996 a taxa média mundial de ocorrências de suicídio atingiu 15,1 ocorrências para cada 100.000 habitantes, taxa essa que não difere expressivamente da que resulta de dados colhidos do período entre 1970-1990 – anos ao longo dos quais ela não sofreu muitas alterações (OMS, 2001).

Para que se tenha alguns parâmetros comparativos adicionais é importante mencionar que em alguns países do Leste Europeu registram-se taxas de suicídio em torno de 40 ocorrências anuais por 100.000 habitantes, enquanto no Brasil, assim como na grande maioria dos países da América do Sul, as taxas não alcançam sequer um terço da taxa média mundial.

O índice de suicídio vem sendo monitorado desde 1950 em 39 países que mantêm a notificação dos casos. O Brasil iniciou sua notificação apenas em 1980, sob responsabilidade inicial do IBGE, sendo o monitoramento das notificações nos dias de hoje competência do Ministério da Saúde. As mortes por suicídio no Brasil são computadas na categoria de “causas externas” para mortalidade, categoria essa que inclui homicídios (agressões), acidentes de trânsito e outros acidentes (CASSORLA, 2004; JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997). É preciso assinalar que há dúvidas sobre a exatidão dos registros, chegando a haver proposições sustentando que “estima-se que os registros de óbitos por suicídio seriam duas a dez vezes menores que os reais” (WANG; MELLO-SANTOS; BERTOLETE, 2004 p. 101), por interdições culturais relativas ao tema, “o que resulta na tendência de se evitar a notificação das mortes decorrentes de suicídio” (p. 102). Schmitt e outros (2008), de forma mais específica, assinalam que os dados sobre mortalidade baseiam-se nos atestados de óbito e, por isso, sua qualidade varia muito na dependência da interpretação subjetiva do profissional responsável por seu preenchimento.

Considerando-se os dados oficiais, é possível destacar os seguintes aspectos, segundo Barros, Oliveira e Marin-León (2004, p. 50):

As taxas de mortalidade por suicídio no Brasil oscilaram entre 3,5 e 4,6 óbitos por 100.000 habitantes nas duas últimas décadas, tendo os coeficientes variados entre 1,5 e 2,2 no sexo feminino e entre 5,2 e 7,3 no sexo masculino. Nos homens, as taxas se mantiveram relativamente estáveis na década de 1980, apresentando nítido crescimento no primeiro quinquênio da década seguinte. Entre os triênios de 1980 – 1982 e 1998 –

2000 houve um aumento de 32,8% na taxa masculina de suicídio, tendo o crescimento ocorrido em todos os grupos etários, embora com menor intensidade nos homens de 70 anos ou mais. Nas mulheres a taxa declinou levemente durante as duas décadas, acumulando entre os dois triênios uma redução de 20,3%, sendo que o maior decréscimo foi constatado na faixa de 15 e 19 anos (36,4%).

Os índices brasileiros em relação aos sexos e às faixas etárias acompanham as tendências mundiais de aumento das ocorrências entre os homens de todas as faixas etárias, bem como o aumento das taxas de morte por suicídio com o avanço da idade, apesar de que as ocorrências entre 15-24 anos tenderam ao crescimento nos últimos anos (BAPTISTA, 2004b; BARROS; OLIVEIRA; MARIN-LEÓN, 2004; CASSORLA; SMEKE, 1994; MENEGHEL et al, 2004; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE; WANG, 2005; WANG; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE, 2004). Em tal faixa etária, o crescimento, nos últimos 20 anos, foi de 0,4 para 4 por 100.000 habitantes dentre os homens, e de 0,5 para 2 entre as mulheres (WANG; MELLO-SANTOS; BERTOLOTE, 2004).

Comparadas as regiões brasileiras, o maior índice de suicídio, de acordo com dados do triênio 2004-2006 disponibilizados em Lovisi e outros (2009), aparece no Sul (9,8 ocorrências anuais por 100.000 habitantes). Esses mesmos autores registram ainda que, nas capitais brasileiras, os seis maiores índices estão em Boa Vista (9,3), Macapá (8,7), Porto Alegre (7,5), Fortaleza (7,3), Florianópolis (7,0) e Campo Grande (6,9). Dados de 2002 referentes a estados brasileiros evidenciam as maiores taxas no Rio Grande do Sul (8,9), em Santa Catarina (7,9) e no Mato Grosso do Sul (7,9) (SHIKIDA; ARAUJO JR.; GAZZI, 2007). Em Vitória, também no triênio 2004-2006, o índice foi de 4,8 ocorrências anuais por 100.000 habitantes, índice quase idêntico ao da Região Sudeste (4,9) e inferior ao do país (5,7%). De acordo com a OMS (2001), os índices de suicídio devem ser considerados em contexto local para que possam ser alcançados possíveis determinantes de suas causas, apontando

para a necessidade premente de “vigilância epidemiológica e pesquisa local apropriada para contribuir para uma compreensão melhor desse grave problema de saúde pública e melhorar as possibilidades de prevenção” (p. 39).

Nesse sentido, existe um exemplo recente de estudo em contexto local, realizado no ano de 2009, exatamente no município no qual o presente estudo foi desenvolvido – Santa Maria de Jetibá (MACENTE; SANTOS; ZANDONADE, 2009). Foi constatado alto índice de suicídios em tal região do interior do Espírito Santo entre os anos de 2001 e 2007: “coeficiente de mortalidade médio de 12,9/100.000 e média de 11,4 tentativas de suicídio/ano” (p. 240). Em um dos anos do período considerado – 2002 – registrou-se a elevada taxa de 23,38 ocorrências por 100.000 habitantes. Trata-se de taxa superior à taxa mundial conhecida, de 15,1/100.000, registrada em 1996 (OMS, 2001), e muito superior à taxa verificada no país (5,7) e na região geográfica em que se encontra a localidade (4,9) (Dados referentes ao triênio 2004-2006, reproduzidos em LOVISI et al, 2009).

No estudo de Macente, Santos e Zandonade (2009), observou-se no intervalo entre 2001 e 2007 a reprodução da tendência mundial e nacional de prevalência de suicídios masculinos (homens = 89,3%; mulheres = 10,7%), assim como de tentativas de suicídio (homens = 62,5%; mulheres = 37,5%). Predominaram suicídios por meio de enforcamento (57,1%), aparecendo a seguir o envenenamento (21,4%), ao qual se soma o envenenamento por agrotóxico (7,1%), tratado de forma diferenciada considerando o contexto local de atividade agrícola (MACENTE; SANTOS; ZANDONADE, 2009).

Schmitt e outros (2008) realizaram um estudo sobre o perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina, reunindo dados que, embora referentes a outra região brasileira, são relativos a contexto que também envolve aspectos comparáveis com alguns dos que estão presentes na região capixaba estudada. Foram constatadas taxas de suicídio altas, va-

riando, conforme o ano considerado, entre 10 e 13 ocorrências anuais por 100.000 habitantes. Os autores destacam que:

As explicações para a alta incidência nessa região ainda não estão claras. Uma comparação inicial com as evidências disponíveis indica que tanto o perfil étnico (descendentes de imigrantes europeus) quanto a atividade econômica (agroindustrial) estão presentes em áreas com altas taxas de suicídio no RS e SC. Outras variáveis, como escolaridade, nível socioeconômico e grau de investimento em saúde, também parecem estar correlacionadas com as taxas de suicídio. O extremo oeste de SC vem apresentando um processo de urbanização nos últimos 10 anos, conforme dados do governo estadual (p. 121).

No mesmo estudo (SCHMITT et al, 2008) constatou-se maioria de ocorrência entre os homens (em média, 76,45%, ao longo de duas décadas e meia). Os autores consideram que os dados sobre o método empregado para o suicídio foi o achado mais peculiar da região.

Os enforcamentos foram responsáveis por 76% das mortes em homens e 73% em mulheres. O uso de armas de fogo foi de 13% entre os homens e 9% no sexo feminino. O envenenamento foi consideravelmente mais alto entre as mulheres (11% contra 5% no sexo masculino). No Brasil, o meio mais utilizado entre os homens, segundo estudo do Ministério da Saúde, é o uso de armas de fogo (44%), e entre as mulheres, o enforcamento (41%) (p. 122).

Chama a atenção o elevado percentual de enforcamentos, mesmo em comparação com a realidade investigada no estudo de Macente, Santos e Zandonade (2009), na qual também foi elevado o percentual de suicídios por enforcamento e na qual existe perfil étnico populacional e atividade econômica comparáveis à realidade do oeste catarinense, além de, em ambos os contextos, estar ocorrendo o mesmo fenômeno de rápido avanço da urbanização.

Em pesquisa realizada no estado de São Paulo para investigar a presença de alcoolemia em casos de suicídios masculinos foi constatada relação positiva em 37,1% dos casos necropsiados durante o ano de 2005, sendo

que o enforcamento foi o método mais utilizado entre essas vítimas positivas para álcool sanguíneo (PONCE et al, 2008). Em outro estudo recente realizado na Austrália, analisando casos ocorridos em 2008, foi constatado que em 38% dos suicídios por enforcamento houve positividade para alcoolemia, numa proporção de 6:1 de homens e mulheres, respectivamente (TSE; SIMS; BYARD, 2011).

Como já foi destacado, o suicídio não estava no foco principal do presente estudo. Dessa maneira, os dados que foram obtidos sobre o tema estão limitados às menções ao suicídio feitas no decorrer das entrevistas de forma relativamente espontânea, sem terem sido induzidas por questões diretas. Quando ocorreram tais menções, o tema foi objeto de maior exploração nas respectivas entrevistas. Portanto, não foram coletados dados epidemiológicos, nem houve preocupação com aspectos amostrais. Os dados obtidos, ainda assim, envolvem informações interessantes que podem contribuir com elementos que adicionam evidências à discussão sobre caracterização do grupo estudado e sobre suas relações intra e intergrupais.

Considerou-se que seria interessante apresentar, de início, informações gerais sobre as menções ao suicídio feitas pelos entrevistados. Dos 36 entrevistados, 17 mencionaram suicídios e tentativas de suicídio envolvendo parentes, relativos e vizinhos/colegas. Tais entrevistados estão distribuídos da forma como se segue: 71,4% dos homens e 20,0% das mulheres do grupo Campo; 40,0% dos homens e 66,7% das mulheres do grupo Sede. Fica claro que as mulheres do grupo Campo, por alguma razão que não é possível identificar com base no presente estudo, ou não conheciam casos para relatar ou optaram por não abordar o assunto. Como a maior parte dos entrevistados é conhecida por membros da comunidade, foi possível saber que 4 das mulheres e 1 homem do grupo Campo que não mencionaram suicídios viveram situações em que alguma pessoa próxima tirou a própria vida. Como essa informação obtida paralelamente à entrevista especificava

características dos suicidas envolvidos, decidiu-se considerar tais casos no conjunto dos dados. Dessa forma, essas 5 pessoas (4 mulheres e 1 homem) somam-se aos outros 17 entrevistados que vivenciaram situações de suicídio ou tentativas de suicídio envolvendo pessoas próximas, resultando 22 participantes (61,1% do total, distribuídos entre 12 mulheres e 10 homens) com tal experiência. Relacionados a esses 22 participantes foram constatados 32 casos de suicídios – 23 suicídios consumados e 9 tentativas. Esses dados não incluem menções a indivíduos com ideações de suicídio, que ocorreram com baixa frequência.

Na Tabela 16, apresentada abaixo, tais casos aparecem com identificação da relação entre o entrevistado e o protagonista do suicídio ou da tentativa.

**Tabela 16** – Frequências de suicídios e tentativas de suicídios mencionados considerando a natureza da relação entre o entrevistado e o protagonista do ato.

Natureza da relação participante / suicida	Parentes	Relativos	Vizinhos / Colegas	Maridos	O próprio informante	Total
Suicídios	9	5	7	2	0	23
Tentativas	4	0	1	0	4	9
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>32</b>

Como se pode constatar examinando a Tabela 16, foram mencionados mais suicídios do que tentativas. Tal fato não é surpreendente, uma vez que os casos não aparecem em resposta a questões específicas sobre o assunto, mas sim em menções espontâneas; contexto de casos em que houve morte são lembrados como mais marcantes ou mais significativos para os participantes. Tal aspecto de significação é corroborado pela maior frequência de casos que envolvem parentes, maridos ou relativos (62,5% do total). Entre os parentes aparecem pai, irmão, avô, tio, sobrinho, sobrinha, primo e prima. Entre os relativos aparecem sogro, cunhado e pai do sogro. Na categoria vizinhos/colegas predominam vizinhos. Não ocorreu qualquer caso de suicídio de esposa,

porém 2 mulheres relataram suicídio dos maridos. Além disso, 4 entrevistados (3 homens e 1 mulher) falaram de suas próprias tentativas de suicídio.

Como não havia preocupação de sistematizar informações sobre suicídio quando da coleta de dados, muitas informações de interesse para a compreensão dos casos mencionados não puderam ser recuperadas. Foi possível saber o sexo de todos os envolvidos nos suicídios e nas tentativas, mas não foi possível conhecer, em todos os casos, a forma como o protagonista tentou ou consumou o ato, assim como as idades dos envolvidos.

Em relação à modalidade de ação utilizada para realizar o suicídio, dados mais detalhados são apresentados a seguir (Tabela 17), separadamente para homens e mulheres. Fica evidente o número muito maior de homens que se suicidaram ou tentaram fazê-lo.

**Tabela 17** – Modalidade de ação empregada considerando o sexo do suicida (inclui tentativas e suicídios consumados).

Modalidade de ação utilizada no suicídio / tentativa de suicídio	Homens	Mulheres	Total
Enforcamento	4	0	4
Envenenamento	8	1	9
Arma de fogo	4	0	4
Colisão deliberada de veículo	2	0	2
Afogamento	0	1	1
Autoimolação	0	1	1
Sem informação	9	2	11
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>32</b>

Os participantes não constituem amostra tecnicamente confrontável com dados populacionais, o que inviabiliza considerações comparativas, mas chama a atenção o volume de casos envolvendo envenenamento, sendo importante lembrar que a intensa atividade rural da região proporciona contato facilitado com defensivos agrícolas, que são venenos poderosos cuja ação prejudicial sobre a saúde da população é conhecida há muito tempo.

O fato de vários entrevistados terem vivido situações em que parentes e conhecidos próximos suicidaram-se, ao ponto de conhecerem detalhes da vida de alguns deles e do modo como levaram adiante o propósito de se matarem, sugere, ainda que de forma indireta, que trata-se de ocorrência cuja presença na região é expressiva e preocupante. Considerando tais características, é inevitável que os informantes fizessem considerações em torno de suas interpretações dos fatos, destacando aspectos que julgam ser parte da explicação para a decisão dos envolvidos. É como se cada indivíduo se apropriasse de alguma teoria de senso comum que circula em seu ambiente sobre o assunto ou desenvolvesse uma “teoria” explicativa, ele próprio, a partir de sua percepção individual de fatos e comportamentos que acompanharam os episódios de suicídio que eles conhecem. Essas considerações sobre fatores que, no entendimento dos entrevistados, podem ter relação com os suicídios a respeito dos quais têm informação serão apresentadas na sequência, pelo interesse que têm em si mesmas como elementos que ampliam a compreensão sobre as características dos entrevistados, mas também porque a menção a cada um deles é aproveitada como ensejo para a apresentação de informações pertinentes disponíveis na literatura. Os resultados encontrados foram organizados na tabela abaixo:

**Tabela 18** - Hipóteses dos entrevistados sobre as razões pelas quais ocorreram os suicídios sobre os quais tinham informações (destacando apenas itens mencionados por dois ou mais entrevistados).

Razões para os suicídios, segundo os entrevistados	Menções	% dos que mencionaram (N = 18)
Consumo excessivo de bebida alcoólica	14	77,8
Depressão	10	55,5
Contato frequente com agrotóxico	4	22,2
Dificuldades amorosas (traição, abandono, solidão)	4	22,2
Herança genética familiar	3	16,7
Pressão e dificuldade de lidar com homossexualidade	2	11,1
Dificuldades financeiras	2	11,1
Perdas na família	2	11,1
Uso de remédio controlado	2	11,1
Problemas de relacionamento familiar	2	11,1

Outros (Possessão demoníaca; Depressão pós-parto; Imitação pelo acesso a outros casos; Cabeça fraca)	4	22,2
Total	49	---

Como se pode constatar, muitos dos 18 participantes do estudo que falaram sobre suicídio (77,8% deles) entendem que um aspecto que pode explicar os episódios que conhecem é o consumo abusivo de bebida alcoólica, que em alguns casos é apresentado com características claras de alcoolismo. Vale lembrar aqui que o consumo abusivo de bebidas alcoólicas é reconhecido pelos entrevistados, como já se relatou em partes anteriores do texto, como um dos mais graves problemas da comunidade. O fato de esse tema voltar a ser mencionado quando o assunto era suicídio corrobora a gravidade com que se manifesta na região.

A literatura sobre o assunto, de fato, confirma que a presença de álcool etílico no sangue (alcoolemia), por ingestão de bebida alcoólica, é frequente em suicidas, com índices que podem variar entre 25% a 42,8% das vítimas (CHERPITEL; BORGES; WILLCOX, 2004; PONCE et al, 2008; LANDBERG, 2008; TSE; SIMS; BYARD, 2011). Nesses estudos, o álcool é visto como fator de risco para o suicídio (da mesma forma que o uso indiscriminado de medicamentos psicotrópicos), na medida em que essas substâncias contribuem para a “redução da possibilidade de percepção da dor ou reduz a percepção do medo frente ao ato” (TSE; SIMS; BYARD, 2011, p. 923). Ponce e outros (2008) afirmam que o abuso de bebida alcoólica pode associar-se a problemas como agressividade, perda dos laços familiares e laborais, doenças crônicas e suicídio, destacando especialmente que “o alcoolismo crônico está bastante relacionado com os suicídios” (p. 14).

É interessante ressaltar que o fator alcoolismo é um dos poucos que foram apontados pelos entrevistados em um quadro que revela entendimento de que tal fator não é pensado como questão de natureza individual, mas sim como algo que se articula com a forma como as relações estão estruturadas

na comunidade e com aspectos culturais pomeranos. Vários outros aspectos mencionados pelos participantes indicam que a explicação que desenvolveram para o suicídio de determinada pessoa remete à esfera de sua própria individualidade ou à sua família, omitindo ou deixando em segundo plano articulação mais ampla com a cultura do grupo (como, por exemplo: dificuldades amorosas, perdas na família, dificuldades financeiras, problemas familiares). Quando falam do alcoolismo, os entrevistados destacam que se trata de algo inerente à cultura, esclarecendo que seus antepassados já bebiam. Um entrevistado afirmou que “nossa descendência mesmo, raça pomerana, sempre já bebeu muito” (CM5).

Nos recortes de falas transcritos abaixo fica claro que o uso abusivo de álcool está vivamente presente nas memórias relacionadas às vítimas:

CM8 (34 anos) - *Sim, eu tenho um conhecido meu que tem pouco tempo, ele era meeiro lá do meu primo, ele se matou; tomou veneno e morreu. [Era seu amigo?] Não, era conhecido de ver de vez em quando. Mas eu conheço casos de pessoas que até estudaram comigo que se mataram. [Mas você, na convivência com ele, notava alguma coisa diferente?] Olha, esse rapaz que estudava comigo era [sobrenome], lá de [localidade]; ele, eu não sei, caiu no alcoolismo e se matou. Ele tinha problema com a esposa porque a esposa traía ele. Esse negócio que dá na família também, ele tinha problemas e daí veio a depressão, a doença do século.*

CM13 (50 anos) - *Foi o ano passado, rapaz novo. Tinha vinte e poucos anos, ele bebia. A mãe e o pai dele nem sabiam mais o que fazer, aí eles morreram e ele tava sozinho. O pai dele foi atropelado de carro e a mãe se afogou dentro do rio. [Ela se afogou?] Dentro do rio ali atrás, tem uns anos já. [Isso acontece muito aqui?] Acontece sim. [O que será que acontece aqui em Santa Maria?] Não sei se é pressão, ninguém sabe por que. [Mas pressão por quê?] Eu quero dizer depressão, e eu nem sei como é que explica isso aí. Eles são muito preocupados, ninguém não sabe o que está fazendo.*

SF2 (24 anos) - *O que ela contava era que ele bebia muito, brigava muito, mas o resto, ela não falava. [Ele era casado?] Não, ele teve um caso com uma vizinha, aí essa vizinha engravidou dele, aí ele morreu e ela teve gêmeos e nasceram mortos.*

SF14 (54 anos) - *Ele bebia muito, muito, ele mais o vizinho lá, então eles andavam juntos e eles não buscavam só um litro de pinga não, buscavam garrafão. Ai eles bebiam em sócio e aí eles queriam ver quem ia morrer primeiro de beber cachaça mesmo. Ai o [nome] parou de beber e o finado [nome] ele ficou seguindo bebendo, ele bebia direto e não parou, aí um dia eu não sei como é que foi isso, ele pegou e tomou veneno. [Mas ele já falava nisso?] É, a mother não tava em casa, a vovó, ela tava no vizinho ajudando a apanhar café, e quem achou ele foi um conhecido dela.*

SF15 (55 anos) - *[A senhora tem ideia de por que ele começou a beber assim?] Olha, os tios dele, todos eles eram viciados na bebida, outros primos dele, o pai dele bebia muito, ele parou senão ia morrer, então isso já era de família, só que eu consegui controlar ele muito. Porque eu ficava triste, porque eu não gostava do cheiro e ele fumava, e eu tinha problema de respirar por causa do cigarro. Ele não fumava dentro de casa, ele respeitava muito, não fumava à noite. Então ele queria me deixar mais feliz, mas eu queria levar ele no médico, mas não deu. Eu não tinha coragem de colocar alguma coisa no meio da comida, porque a reação podia matar ele, eu tinha medo. [Mas a senhora sabe de alguma coisa de diferente nele?] Ele perdeu a irmã dele rapidinho, ela deu uma dor de cabeça forte e ela parou no hospital e explodiu uma veia na cabeça e ela faleceu. Isso foi um choque muito grande para ele e em seguida o pai dele faleceu.*

SF19 (48 anos) - *[O que aconteceu com ele?] Ele tomou veneno. [Veneno?] Ele tava com 29 anos. [Era novo, o que você acha que aconteceu?] Ele tinha o vício de bebida, não é? [Desde que a senhora casou?] Todo tempo. [O que você acha que a bebida tem a ver com tomar veneno?] Mas ele bebia tanto que ele não conseguia ficar sem bebida não. [Ele já estava doente?] É, mas ele não queria ir no médico. [Em algum momento ele falava que ia fazer isso?] Falava. [Ele comentava?] Ele sempre comentava, quando ele bebia um pouco ele sempre falava: se ele tivesse um revólver ele se dava um tiro.*

A “depressão” foi o segundo fator motivador para suicídios mais apontado pelos entrevistados. É interessante a forma como essa palavra, provavelmente assimilada a partir de falas dos profissionais (um entrevistado diz “pelo que o médico falava, ele tinha...”) que atuam nas instituições de saúde que atendem a população, surge nos relatos dos participantes. É evidente que não se trata de uso técnico do termo, mas vários entrevistados o utilizaram de forma

que revela uso bastante apropriado, sugerindo que a presença cotidiana do fenômeno na comunidade e a necessidade de lidar com ele, em algum nível, parecem estar construindo sua incorporação na cultura popular. Essa incorporação se dá, às vezes, de forma muito simplista e limitada, como na fala “eu quero dizer depressão, e eu nem sei como é que explica isso aí”, mas outras vezes incorporando elementos técnicos com naturalidade. Antes de fornecer exemplos do que está sendo dito aqui, vale uma menção sucinta à conceituação técnica de depressão.

O transtorno depressivo pode ser caracterizado como manifestação evidenciada por “humor deprimido, anedonia, fadigabilidade, diminuição da concentração, da autoestima, ideias de culpa, de inutilidade, transtornos do sono e do apetite, que devem estar presentes por pelo menos duas semanas” (DALGALARRONDO, 2000, p. 192). Na presente investigação não se justifica discussão sobre tal conceituação, tendo sido ela transcrita para destacar o fato de se referir a um estado de prostração ou de inapetência para convivência social e para o trabalho, que são aspectos que os entrevistados levam em conta. Considerou-se que seria relevante informar, adicionalmente, que dados da Organização Mundial da Saúde disponibilizados dez anos atrás (OMS, 2001) registravam que 50 milhões de pessoas no mundo sofrem de algum tipo de transtorno depressivo, o que permite dizer que tal transtorno é a “primeira causa de incapacidade entre todos os problemas de saúde” (DALGALARRONDO, 2000, p. 192). Baptista (2004a) acrescenta que o percentual de ocorrência do transtorno depressivo em algum momento da vida está situado na faixa de 10 a 25% entre as mulheres e de 5 a 12% entre os homens.

Em alguns momentos, como em um dos recortes reproduzidos acima, a palavra chega a ser usada acompanhada de esclarecimento que o falante parece usar para mostrar que está atualizado: “a doença do século”. Em outras falas a palavra é usada junto com a descrição da forma como a pessoa age, indicando percepção de traços característicos do portador de transtorno depressivo,

ou seja, a noção de depressão é ilustrada com a descrição do que o falante entende que são sintomas, tais como: não sair de casa, não ir à igreja, ficar trancado no quarto por vários dias, chorar o tempo todo, ficar desanimado para trabalhar, pensar besteira, entre outros. Também ocorreram relatos nos quais a palavra é usada de forma menos específica, tratada como equivalente à “doença dos nervos”, ou “tristeza”. Além disso, 2 entrevistados (CM8 e SM10) chamaram a atenção para um aspecto de natureza cultural que pode ter repercussão sobre a depressão, por envolver a forma como os descendentes se expressam emocionalmente em suas relações. Um trecho da entrevista de CM8 é reproduzido a seguir: “O pomerano não tem muito diálogo, é pouca conversa de família talvez, a pessoa não desabafa com ninguém e guarda aquilo tudo lá dentro”.

Vários entrevistados tratam “depressão” e “consumo abusivo de álcool” de forma associada, algumas vezes insinuando que a bebida alcoólica é responsável pela depressão, outras vezes apenas destacando que andam juntas. É significativo que todos os 18 participantes que falaram sobre suicídio tenham mencionado como fator possivelmente responsável por ele o alcoolismo (14 pessoas), a depressão (10 pessoas), ou ambos (6 pessoas). Vale ressaltar aqui que alguns entrevistados destacam o fato de ter havido mais de um caso na mesma família. Junta-se a essa constatação o fato de 4 entrevistados (CM5, CM10, SF10, SF15) terem incluído em suas falas um tipo de observação explícita que sugere (assim como o destaque a mais de um caso na mesma família) que existe certo nível de aceitação da ideia de que pode haver uma base genética para essa associação alcoolismo, depressão e suicídio – são observações como: “esse negócio que dá na família também”; “então, isso já era de família”; “eu não sei se é família cabeça fraca”. É pertinente registrar aqui que a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) aponta a crença de que o suicídio tem base genética como um dos mitos correntes em várias culturas sobre o tema – sendo importante ressaltar, para marcar a diferença, que a

ocorrência de suicídios anteriores em uma família é fator de risco a ser levado em conta em termos da probabilidade de ocorrência de novos casos.

Alguns trechos de entrevistas relativos à depressão são reproduzidos a seguir, como ilustração:

(CF14) - *Ele tomou veneno uma vez, escapou e ficou 120 dias internado no Hospital de Santa Leopoldina. [Por que tanto tempo?] Ele ficou uma vez 14 dias com cigarro, café e cachaça, e ficava trancado no quarto. [A pessoa começa a beber desde nova aqui?] Não, ele era sanfoneiro de casamento. Ele tocava, muitos e muitos casamentos que ele tocava, né? E com isso ele começou a beber. Ele começou a beber depois dos 14 anos de idade. Muitas vezes ele falava que a mãe dele sempre tinha falado assim: eu tinha que ter jogado você na lama quando você nasceu, eu não devia ter criado você. Só que ele não descobriu o motivo. Porque eles tinham problemas.*

(CM16) - *Não, era um homem normal como nós somos. Nos últimos anos que ele era mais triste, não saía muito, não ia na igreja, não ia lá na cidade, que é Itaguaçu, não tinha isso mais, não sei, a gente não sabia o que se passava na cabeça dele. [E com os filhos?] Ele não era ruim não, só quando ele bebia, aí ele era enjoado. [Ele bebia?] Nos últimos tempos ele bebia muito e quem convivia com ele via que ele era muito enjoado. Mas a gente era muito pequeno, não entendia muito. Hoje que a gente é pai, tem neto, não é? Então a gente já sabe dessa história, sabe muito bem.*

(SM8) - *Mas essa situação está muito difícil no momento, eu acho que estou em depressão mesmo, às vezes eu choro, o tempo todo eu tô tão desanimado de trabalhar, eu penso besteira o tempo todo, eu já pensei em me matar, esse tipo de coisa, e isso passa na minha cabeça toda hora. [Mas por que você faria isso?] Para acabar com esse sofrimento grande de não ser amado e encontrar alguém que gosta de você, que é uma coisa que eu quero muito e que eu sempre quis muito.*

(SM10) - *Mas eu não sei se antes da geração deles teve mais algum caso. [Mas você vê essa relação?] Sim, se você provavelmente olhar, sempre tem muitos casos. Eu não sei se é família cabeça fraca, igual ou não... não sei como explicar, tem que fazer uma pesquisa em cima disso. [Você falou que teve um primo que tentou, como ele está hoje?] Ele tá bem de vida, trabalha. [Ele mora na roça?] É uns dois quilômetros retirado, mas é na beira da cidade, lá não é roça, tem asfalto. Ele tem uma fábrica de roda. Depois que tentou ele teve várias crises, mas depois disso melhorou. É a depressão também. Mas talvez a pessoa que*

*passa pelo problema pode falar melhor, né?*

Werlang, Macedo e Krüger (2004) assinalam que fatores como depressão, dor intensa e perturbação, em determinadas intensidades podem levar o indivíduo a uma ação extrema como o suicídio ou homicídio, fortalecendo a perspectiva de que tal tipo de ação não deve ser vista como ato aleatório, “pelo contrário, é vivenciado como a melhor saída disponível, pela qual o propósito é encontrar uma solução para um sofrimento intenso e insuportável” (p. 84). Retirado de entrevista com uma participante que exerce profissão técnica em saúde, o trecho reproduzido abaixo toca em dois outros aspectos mencionados pelos entrevistados como fatores a serem considerados na explicação do suicídio: o possível papel do contato frequente com agrotóxicos e o uso de medicação para lidar com a depressão e outras formas de sofrimento psíquico, uso esse que é avalizado por profissionais de saúde que prescrevem essas medicações “com tarja preta”.

CF9 (27 anos) - *Porque eu tenho famílias que eu acompanho que são orgânicas e tenho famílias que são convencionais, que mexem com agrotóxico. As que são orgânicas, menos remédios e menos problemas, as que são convencionais, todo mundo de depressão. E um lugar que eu fui antes de ontem é a mãe com depressão, o filho, a filha, a família inteira, que trabalham muito. Eu vejo muito essa ligação entre agrotóxico e depressão. [Como você detecta a depressão?] Elas não conseguem sair daquilo, não gostam de nada, não gostam de conversar, são totalmente parados, trabalham somente na roça e não gostam, não sei, eu não consigo nem colocar, e tem raiva de alguma coisa. Muitas vezes são revoltados talvez por não terem condições melhores, mas também não correm atrás, é assim desse jeito. Parados no tempo. E remédio, gastam muito remédio, todos tarja preta. [Quem receita?] Os canhotinhos que eu mais vejo é de [nome de profissional neurologista]. [E você vê alguma consequência maior disso tudo?] Eu vejo problemas como o câncer, mais tarde, e lá no [nome de localidade], uma área de cento e poucas famílias que eu tenho, a metade consulta com [nome de profissional neurologista] e recebe o remedinho de tarja preta, inclusive crianças.*

O uso indiscriminado de medicamentos antidepressivos se popularizou no

Brasil e no mundo em curto espaço de tempo (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010). Tal medicalização, em um pequeno município do Rio Grande do Sul, é vista como problema de saúde pública, segundo constatações de Ignácio e Nardi (2007), pois o uso e a prescrição indiscriminada de psicotrópicos levam apenas ao alívio imediato do sofrimento, sem constituir solução, além de cumprir a função de atestar oficialmente que está havendo “cuidado” da saúde pública na forma de atendimento e medicação dos usuários.

O tema do manuseio frequente e muitas vezes inadequado de agrotóxicos já foi abordado em parte anterior do presente texto, assim como os riscos que implica. Ainda assim, é oportuno mencionar, pelo fato de estar se tratando da depressão, um estudo de Levigard e Rozemberg (2004), realizado em região rural do Rio de Janeiro, em que a população reconhece que “depressão” e “doença dos nervos” são problemas recorrentes. Os dados sugerem causas ligadas ao uso indiscriminado e manejo inadequado de agrotóxicos na região, onde há intensa produção de flores. O estudo também constatou altos índices de uso crônico de bebida alcoólica em grande parte da população masculina adulta.

Na Tabela 18 aparecem também alguns itens relativos às relações interpessoais e ao suporte social dos suicidas aos quais as respostas faziam referência. Esses itens quase sempre dizem respeito ao âmbito familiar ou ao âmbito das relações amorosas. Em estudo realizado em comunidades rurais da Irlanda, Cullen e Connolly (1997) destacaram aspectos sociais vinculados ao suicídio. Entre as vítimas consideradas no estudo, 39% não possuíam familiares próximos ou eram divorciadas e viviam solitárias. Para os autores, a ausência de suporte social aparece como o maior problema encontrado entre as vítimas estudadas, além do histórico de transtornos psicopatológicos. Mesmo se tratando de região que se caracteriza pela tranquilidade e pela beleza, nela foram encontrados casos tanto de pessoas deprimidas como de suicidas. O texto destaca ainda uma característica da região pesquisada, “onde o proble-

ma é exacerbado pelo isolamento geográfico” (p. 51).

Outro estudo interessante para ser mencionado aqui, ainda que referente a uma realidade específica que não pode ser comparada de forma automática com a realidade brasileira (o Reino Unido), comparou variações nas taxas de suicídio entre uma região rural e duas regiões urbanas mais ricas, por um período de 90 anos (entre 1911 e 2001). Trata-se de estudo de Hill e outros (2005), que mostrou que de 1911 até o início da Segunda Guerra Mundial as taxas de suicídio na região rural investigada eram mais baixas do que as verificadas no contexto urbano, mas desde a década de 1960 as taxas na região rural têm crescido significativamente mais do que as constatadas na região urbana. Ao longo dos últimos 35 anos, em especial, as taxas de suicídio na zona rural cresceram bem mais rapidamente do que na zona urbana, e isso se aplica tanto a homens como a mulheres. As causas dessas taxas diferenciadas ainda não podem ser apontadas com segurança, mas os autores chamam a atenção para o fato de que a “prevalência de doença psiquiátrica é menor em áreas rurais do que em outros lugares. Falta de oportunidades de trabalho e pobres salários nas áreas rurais podem contribuir para os padrões observados” (HILL et al, 2005, p. 604). Esses autores assinalam ainda que as taxas de suicídios em regiões rurais têm se revelado desproporcionalmente mais elevadas do que em outros contextos, em diversos países. Registra-se aqui, por tratar-se de informação que é contraditória com constatações como as que foram apresentadas acima, que o Ministério da Saúde do Brasil, em manual dirigido a profissionais de saúde, lista como mais expostos a riscos os “residentes em áreas urbanas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BRASIL, sem data, p. 16).

O suicídio é fenômeno complexo que envolve fatores de risco (pessoais ou psicológicos, familiares, do grupo social, culturais, econômicos, relativos à saúde geral) que devem ser considerados em diversas possibilidades de articulação entre si, não sendo viável estabelecer nexo direto entre um único

desses fatores e a ocorrência do fenômeno.

A listagem dos fatores de risco para suicídios elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) inclui diversos itens que não são estranhos à realidade do grupo e do contexto estudados na presente investigação. Os mais mencionados pelos entrevistados estão claramente previstos na relação da OMS: “Perturbações mentais tais como depressão, perturbações da personalidade, esquizofrenia, e abuso de álcool e de substâncias” (OMS, 2006, p. 4). Mesmo que não seja viável falar de perturbações da personalidade, considerando a natureza das informações de que se dispõe, abuso de bebidas alcoólicas e depressão são temas que os entrevistados associaram com suicídio de forma clara. É interessante verificar que diversos outros aspectos mencionados pelos entrevistados constituem, de fato, fatores de risco previstos na literatura, tais como estes que são reproduzidos a seguir, todos retirados de OMS (2006, p. 4): “nível de educação baixo” (que é uma realidade para parte da comunidade enfocada, embora não tenha sido mencionado diretamente em relação aos casos de suicídio); “problemas com o funcionamento da família, relações sociais, e sistemas de apoio” (trata-se de fator explicitamente mencionado – e um dos aspectos englobados por essa categoria – o isolamento social, que também foi mencionado pelos entrevistados e aparece em quase todas as listagens de fatores de risco disponíveis na literatura); “perdas pessoais” (também esse fator foi mencionado de forma explícita); “questões de orientação sexual, tais como homossexualidade” (mais um tema que mereceu referência explícita); “exposição ao suicídio de outras pessoas” (como as respostas indicam, trata-se de ocorrência bastante comum para o grupo estudado); “acesso a meios para conseguir fazer-se mal” (o exemplo mais óbvio é do veneno, em forma de agrotóxico, que fica disponível todo o tempo).

Também os fatores de proteção contra suicídio, ou seja, fatores que, quando presentes, reduzem o risco da autoviolência, podem fornecer elementos importantes para a análise. De acordo com o mesmo documento citado no

parágrafo anterior os fatores de proteção incluem (OMS, 2006, p. 3): “Apoio da família, de amigos e de outros relacionamentos significativos; Crenças religiosas, culturais, e étnicas; Envolvimento na comunidade; Uma vida social satisfatória; Integração social como, por exemplo, através do trabalho e do uso construtivo do tempo de lazer; Acesso a serviços e cuidados de saúde mental”. Não há elementos que permitam precisar o grau em que tais fatores estão ou não presentes na vida da comunidade, mas algumas considerações a respeito, considerando as limitações de informação, são viáveis.

O conjunto de informações obtidas ao longo do trabalho confirma que muitos descendentes que habitam a região vivem dificuldades de envolvimento com a comunidade, o que pode ser visto como indicação de que há limitações em sua vida social (na qual têm que lidar até mesmo com preconceito), na forma como utilizam o tempo de lazer (bastando lembrar o abusivo consumo de bebidas alcoólicas que foi informado), além de ser muito limitado o acesso a serviços de saúde mental. Portanto, é possível dizer que alguns fatores de proteção apresentam-se com certa precariedade. É evidente que a maior parte das pessoas não é levada ao suicídio, uma vez que, embora vivendo no mesmo contexto, as pessoas não estão sujeitadas aos fatores de risco mais incisivos, mas sim à articulação de fatores de risco (pessoais e socioculturais) com fatores de proteção.

Considerou-se que seria interessante um comentário adicional, especificamente sobre um fator de risco adicional que o já citado manual produzido pelo Ministério da Saúde registra: a condição de migrante (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BRASIL, sem data). Tal item é referente à condição de pessoas que foram obrigadas a deixar sua região de origem (no caso brasileiro, regiões pobres de países vizinhos ou do próprio país), com todos os problemas de adaptação e de dificuldades de inclusão implicados. Trata-se de fator de risco, portanto, que não se aplicaria aos descendentes de pomeranos, que não podem ser considerados migrantes no momento presente. Ainda assim, em de-

corrência do processo de isolamento que adiou a vivência de interação social plena com outros habitantes da região, não seria surpreendente que só agora os problemas de adaptação e de falta de sintonia com o nível de desenvolvimento da região tenham se tornado relevantes para alguns grupos de descendentes. É como se algumas pessoas (todas nascidas no Brasil) vivessem aqui, mas fora de uma pátria cultural que ainda é reconhecida no pequeno grupo, ou seja, como exilados na terra e no tempo.

Antes de passar ao último conjunto de considerações que integram este capítulo, um dado não englobado pela Tabela 18 deve ser destacado: 6 entrevistados (CM13, CF14, SM7, SM8, SF14 e SF19) explicitaram que os suicidas que protagonizaram os casos que conheciam falavam sobre a possibilidade de se matarem ou já haviam tentado o suicídio em ocasiões anteriores. Considerou-se que valeria a pena ressaltar essa realidade porque um dos mitos propagados em diversas sociedades é o de que quem ameaça ou tenta sem sucesso suicidar-se nunca o fará realmente (OMS, 2006). Os dados mostram o equívoco de tal forma de pensar, podendo ainda ser citado um estudo com amplo conjunto de dados da realidade brasileira que aponta no mesmo sentido (BOTEGA et al, 2005).

Em muitos pontos do relato de resultados reaparece a intensa valorização do trabalho como subsistência, como vocação, como modo único de vida, até como não trabalho (lazer), o que estabelece que ser membro desse grupo é ser um trabalhador produtivo. Muitas das situações que os entrevistados apontaram como explicação para os suicídios que conheciam implicam impedimento, pelo menos temporário, de exercício de atividades laborais – o alcoolismo, a depressão, a prostração, a exacerbação de dramas individuais em prejuízo dos valores culturais/religiosos. Como o trabalho é a razão da existência do indivíduo, em tal grupo, não trabalhar é equivalente à impossibilidade de exercer seu papel no mundo, e no grupo, evidentemente. Não há lugar para um indivíduo que se mostra e se percebe como incapacitado de reproduzir a tradição cultural

que está na essência do modo de vida pomerano, no qual o trabalho é, em si mesmo, o objetivo que dá sentido à vida de todos.

Essa ambiguidade – “ser” e “não ser” – está diretamente ligada aos elementos identitários dos descendentes de pomeranos residentes no campo como grupo forte e conservador das tradições culturais, nas quais é marcante o tradicionalismo com o qual os dogmas culturais são reproduzidos. Diante de tal tipo de constituição identitária, é possível pensar que a mencionada ambiguidade deteriora as inter-relações do indivíduo com o grupo, fazendo com que, na presença de outros fatores propiciadores, o indivíduo considere, como única saída possível para o impasse e para a dor, a autoviolência.

É importante considerar o risco de instalar-se um contexto de niilismo no caso de grupos em que as pessoas não conseguem divisar perspectivas de futuro, ou seja, perspectivas de continuidade do próprio grupo. Em seus grupos, descendentes de pomeranos tradicionalistas, cuja realidade é o campesinato, valorizam, usam para se orientar, e transmitem aos descendentes aspectos da cultura original de seus antepassados. Se eles passam a viver situação em que percebem que esses aspectos estão deixando de ser valorizados, que não estão sendo usados como guias, e que é crescente a dificuldade de transmiti-los aos mais novos, não seria surpreendente que se mostrassem desorientados e desanimados. É como se cada um sentisse que está sendo retirada de si a possibilidade de continuar sendo um descendente de pomerano que vive do campo, ao que se somam as dificuldades econômicas da agricultura familiar e os riscos implicados na divisão de terras para os herdeiros. Acrescenta-se ainda o fato de que, diante de todas as transformações sociais e diversificação de oportunidades escolares e profissionais, o indivíduo e seu grupo de interlocutores podem sentir-se impotentes por não serem capazes nem mesmo de anteverem um futuro compreensível para seus filhos que, eventualmente, desejarem fugir das tradições do campesinato.



## CAPÍTULO VII

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa simples, no caso do presente estudo, elaborar considerações finais nos moldes em que isso costuma ser feito, ou seja, sintetizando os dados e apontando direções que eles indicam, uma vez que tanto o volume como a diversidade de resultados levariam a muita repetição desnecessária de texto. Além disso, cada agrupamento de resultados foi objeto de considerações e articulações com a literatura pertinente à medida que foram apresentados, e não há interesse em reproduzir tal material, mesmo resumindo-o.

Optou-se, então, por uma alternativa pouco comum: apresentar considerações finais mescladas com um grupo de resultados que ainda não havia sido considerado. Trata-se de respostas fornecidas à solicitação que encerrava a entrevista<sup>23</sup>. O entrevistador, no caso de entrevista com algum participante do grupo Campo, propunha: “Vamos fazer uma espécie de brincadeira, eu começo as seguintes frases e você continua: Nós, os pomeranos que moramos na roça, somos...”, e o entrevistado deveria continuar a frase com qualquer informação que lhe ocorresse. No caso de o entrevistado ser do grupo Sede

---

<sup>23</sup> O último item do roteiro de entrevista foi baseado no Inventário de Identidade Psicossocial (ZAVALLONI, 1973).

a forma da proposição era ajustada a tal condição. Além da frase incompleta referente aos pomeranos da roça, outras três eram apresentadas, sempre na mesma sequência: “Eles, os pomeranos que moram na cidade, são...”; “Aqueles pomeranos que moram em Vitória são...”; “Os brasileiros são...”

Havia o risco de que tal “brincadeira” não fosse adequadamente compreendida pelos entrevistados, dado o fato de que poderia ser algo inusitado para os participantes, além do que uma das características de vários entrevistados era não ter muita desenvoltura na língua portuguesa. De fato, ocorreram problemas. Alguns entrevistados não conseguiram lidar adequadamente com a tarefa, mas isso ocorreu de forma mais marcante apenas com poucos deles, especialmente com aqueles com maiores dificuldades (no idioma, na compreensão da solicitação, ou na interação social).

As respostas proporcionam um painel interessante sobre como os descendentes de pomeranos que vivem em dois contextos próximos descrevem características dos integrantes de cada um desses grupos (o que muitas vezes é feito a partir de comparação que os inclui), e como descrevem características de outros grupos com os quais também acabam por se comparar: descendentes que deixaram a região e vivem na capital do estado e “brasileiros” (termo genérico usado na região para designar quem não é descendente de pomeranos).

Considerou-se que os comentários e as discussões sobre esse painel de resultados podem ser feitas de forma a caracterizar uma seção de considerações finais que se aplica a toda a investigação. Isso porque tais resultados indicam que os contextos atuais em que vivem os participantes proporcionam a ocorrência de processos que parecem estar em pleno andamento, refletindo a dificuldade dos protagonistas em lidar com indicações que são ambíguas.

Vale lembrar aqui que, como foi possível verificar ao longo dos capítulos sobre resultados, essa dificuldade às vezes se manifesta como perplexidades do

tipo: a família vai acabar, a língua pomerana vai sumir, o povo desaparecerá pela miscigenação, não haverá mais atividade na lavoura, os jovens estão abandonando a igreja.

Quando se fala em dificuldade de lidar com indicações ambíguas, a ideia é a de que essa ambiguidade se deve ao fato de tais contextos estarem em transformação (que talvez nunca tenha sido tão rápida) em vários aspectos: crescimento econômico da região e as novas demandas que dele resultam; consolidação da preocupação com questões ambientais que são próprias do município, mas que afetam outras regiões, inclusive a área da capital; revalorização de formas de produção cuja decadência se anunciava, mas que são vistas agora como compatíveis com a perspectiva de desenvolvimento sustentável; aumento de oportunidades educacionais na região; confirmação crescente do potencial turístico da região, com melhoria de acessos e de acomodações, o que aumenta a exposição de itens da cultura pomerana e a discussão a respeito de tal herança cultural; valorização da língua pomerana compartilhada por não descendentes, inclusive com introdução da mesma no currículo escolar; patamar muito expressivo de consumo de bebida alcoólica consolidado há muito tempo, ao qual se acrescenta a dependência de drogas ilícitas e a presença, cada vez mais próxima, de diversas facetas da violência e da criminalidade; entre outros. É inevitável que tais mudanças afetem a todos, mesmo a quem mantém suas atividades em condição de relativo isolamento, com pouco acesso e pouco interesse em informação a respeito. De alguma forma a falta de parâmetros seguros e tradicionalmente compartilhados atinge a todos, quer pela via da escola dos filhos, quer pela informação compartilhada no âmbito religioso, quer pelas conversas nas festas populares, nos casamentos, nos postos de saúde, no comércio, nos bares.

As respostas dos participantes do grupo Campo estão apresentadas abaixo, na Tabela 19. Embora o volume de respostas não seja grande, sua distribuição permite apontar alguns aspectos interessantes. Os entrevistados perce-

bem aspectos positivos e negativos em todos os quatro grupos, inclusive no seu, com diferentes concentrações. A condição de trabalhador castigado pelo trabalho exaustivo é o principal aspecto que os entrevistados ressaltam em relação a si próprios, o que corrobora todo o conjunto de resultados anteriormente descritos que confirmam a centralidade da dedicação ao trabalho para a sua identidade social. Por outro lado, eles também revelam consciência de que há um aspecto importante que eles não podem se autoatribuir: a experiência escolar e o conhecimento que daí decorre. Os itens referentes à esfera escolar – deles próprios e de seus filhos – não foram evocados uma única vez. É possível dizer que está incorporada a percepção de que pessoas de outros grupos em seu entorno caracterizam-se de forma mais positiva em relação a tal aspecto.

Quando falam dos outros dois grupos com os quais compartilham a mesma origem étnica (descendentes de pomeranos que vivem na sede do município e descendentes que vivem na capital do estado), mas dos quais se diferenciam quanto à amplitude da rede de interações da qual fazem parte, dois elementos aparecem com nitidez. Um deles, de natureza positiva, é o fato de terem mais estudo e estarem “bem de vida”. Por outro lado, há também aspectos negativos a partir dos quais os entrevistados estabelecem o contraste que lhes é benéfico: os que vivem na sede e na capital não são tão trabalhadores quanto eles e, além disso, estão abandonando e até negando sua origem cultural, como se fosse um imperativo diferenciar-se, talvez no sentido de mostrar que estão longe de ser uns simplórios da roça.

**Tabela 19** - Características atribuídas a três diferentes populações de descendentes de pomeranos e ao conjunto de não descendentes pelos entrevistados do grupo Campo, em tarefa de evocação.

Características atribuídas aos diferentes grupos por mulheres ( ) e por homens [ ] do grupo Campo, com número de menções	Pomeranos do Campo	Pomeranos da Sede	Pomeranos da Capital	Não Pomeranos
Trabalhadores	(4) [1]	(1)	(1)	(1)
Menos trabalhadores que os da roça		(2)		(1)
Mais castigados pelo trabalho exaustivo	(2) [1]			
Fazem trabalho diferente, mais fácil		(1)	(1)	
Conseguem equilibrar trabalho e lazer				[1]
Têm mais estudo		[1]	(1) [1]	(1)
Sabem mais coisas, aprendem mais o que disser		(2)		
Têm mais filhos formados que os pomeranos				(1)
Criam os filhos de outra forma				(1)
Gente comum, normal, igual aos outros	(2)	(1)		(3) [1]
Humildes, simples				
Mais humildes que os da sede			(1)	
Cabeça dura	[1]			
Bem de vida, bem-sucedidos	[2]	(1) [3]	[3]	
Pessoas alegres, felizes, festeiras	(3) [1]	(1)		(2) [1]
Gente boa, bacana, conversadora			(1)	(4) [1]
Acolhedores				(1)
Inferiores aos da cidade	(1)			
Não têm seu valor reconhecido	[1]			
Mais bem-vistos que os da roça		[1]		
Não têm jeito da roça, falam de forma diferente		(1) [1]	(3)	
Nariz empinado, se afastam de ser pomeranos		(1)	(1)	
Podem negar descendência			(1)	
Vestem-se melhor		(1)		
Não se importam muito com os pomeranos				(1)

As respostas sobre os não descendentes – os “brasileiros” – são menos críticas, talvez por eles não terem se constituído, por desmembramento do próprio grupo de descendentes, como ocorreu com os demais. A percepção de que ressaltar aspectos positivos dos não descendentes é socialmente desejável, ou mais politicamente correto, pode ter tido participação na opção dos entrevistados por respostas pouco comprometedoras. As respostas apontam poucos aspectos negativos e ressaltam fortemente as características pessoais de sociabilidade e alegria, que podem indicar um estereótipo de “brasileiro” como menos voltado ao trabalho. Tal estereótipo tem papel diferenciador na escolha preferencial do cônjuge de descendência pomerana como uma garantia da escolha de alguém mais voltado ao trabalho.

Quando são consideradas as respostas dos entrevistados do grupo Sede, alguns pontos se modificam, como se pode verificar na Tabela 20, reproduzida

a seguir:

**Tabela 20** - Características atribuídas a três diferentes populações de descendentes de pomeranos e ao conjunto de não descendentes pelos entrevistados do grupo Sede, em tarefa de evocação.

Características atribuídas aos diferentes grupos por mulheres ( ) e por homens [ ] do grupo Sede, com número de menções	Pomeranos do Campo	Pomeranos da Sede	Pomeranos da Capital	Não Pomeranos
Trabalhadores	(1) [1]			
Mais trabalhadores que nós	[3]			
Têm mais estudo		(1)	(1)	
Sabem mais coisas, aprendem mais o que disser		(1) [1]		
Gente comum, normal, igual aos outros	(1) [1]	(1)		(1) [1]
Humildes, simples	(2) [1]	[1]		
Mais humildes que os da sede	(1) [1]			
Bem de vida, bem-sucedidos			[1]	
Não têm muita vaidade	(1)			
Pessoas alegres, felizes, festeiras	(1)	(1) [2]	[1]	
Gente boa, bacana, conversadora	[1]	(2) [1]	[1]	(1) [1]
Acolhedores				(2)
Dedicados à Igreja	[1]			
Solidários, unidos, ajudam a quem precisa	[2]	(1)		
Inferiores aos da cidade, atrasados	(1)			
Mais capazes (do que algum outro grupo)		(2) [1]	(2)	(1)
Conservam a cultura	(1)	(1) [1]		
Não conservam a cultura		(1)	(3) [3]	
Só falam o pomerano	(1)			
Não falam o pomerano			(2)	
Nariz empinado, se afastam de ser pomeranos			(2) [5]	
Acham graça dos pomeranos, deboçam				(1) [1]
Gostam dos pomeranos				[3]
Não se importam muito com os pomeranos				(1)

As informações constantes da Tabela 20 revelam que alguns entrevistados do grupo Sede reconhecem a dedicação ao trabalho como característica marcante dos descendentes que vivem da lavoura, além de mencionarem algumas outras características positivas, porém o mais enfatizado é o fato de eles serem muito simples, humildes, tendo sido usada até mesmo a palavra “atrasados”.

Os participantes do grupo Sede, ao falarem de si mesmos, valeram-se de aspectos positivos de natureza pessoal, mencionaram o nível mais alto de esco-

larização e se apresentaram como grupo preocupado com a preservação da cultura pomerana.

Aos descendentes que deixaram a região para viver na capital os participantes do grupo Sede imputaram, predominantemente, características negativas associadas ao que pode ser referido como renúncia à condição étnico-cultural pomerana, acompanhada de manifestação de superioridade. Parte das características negativas que o grupo Campo atribuiu tanto aos descendentes da cidade como da capital, o grupo Sede deslocou para incidir apenas sobre os descendentes que vivem na capital do estado.

Como se pode constatar na Tabela 19, ao falarem dos “brasileiros” os entrevistados do grupo Sede foram econômicos, ressaltando alguns poucos aspectos pessoais bastante positivos. Alguns entrevistados desse grupo Sede, talvez por interagirem mais amiúde com não descendentes, mencionaram que estes acham graça, debocham e não dão muita importância aos pomeranos.

O conceito de identidade social implica uma perspectiva contrastiva, ou seja, comparativa (AMÂNCIO, 2006; TAJFEL, 1982a). A identidade social não é fixa e pode ser vivida como positiva ou negativa em vários níveis, na dependência da autoavaliação permanente que todo indivíduo faz, tanto das oscilações afetivas que decorrem de suas vinculações com diferentes grupos nos quais circula como da percepção de seu próprio bem-estar relacionado ao lidar com as mencionadas vinculações.

Portanto, tomando-se a premissa da diversidade de perspectivas já mencionadas, é importante apontar que a maioria dos entrevistados da Sede reconheceu características negativas quando se referenciaram ao grupo Campo, com o qual possuem ou possuíam contato, ou familiaridade (provavelmente porque em algum momento já fizeram parte do grupo). Percebe-se que ao se referirem ao grupo Campo os entrevistados da Sede atribuem-lhe características gerais e superficiais, talvez pela necessidade de negar o per-

tencimento ao grupo do passado. Isso caracteriza uma identidade social, no momento presente, constituída pela negatividade em relação ao grupo Campo, com o que mesmo alguns valores reconhecidos como positivos, como o trabalho exaustivo, são mencionados com menos intensidade por esses entrevistados pomeranos da Sede. A noção de negatividade identitária parece não se repetir em relação ao grupo dos não descendentes, que no momento é o mais próximo ao grupo Sede, portanto o que está carregado de positividade em comparação ao grupo Campo, do qual os que hoje residem na área urbana deixaram de fazer parte. O grupo Campo, no entanto, apresenta uma visão identitária baseada na positividade do trabalho como atributo central das características identitárias do grupo.

No encerramento do texto, considerou-se que não seria impróprio registrar a sensação de que o objetivo do trabalho foi cumprido, em muitos aspectos, uma vez que as respostas fornecidas pelos participantes permitiram detectar as transformações que eles percebem em seus contextos de vida, e a partir daí descrever elementos identitários relativos aos descendentes de pomeranos, elementos esses que também estão em transformação, daí falarmos em identidades em movimento, metamorfose tal qual Ciampa (1997) apontou.

Mesmo admitindo que o objetivo geral do trabalho tenha sido atingido percebeu-se, entretanto, que algumas características e fenômenos grupais levantados nas entrevistas, como a questão do grande número de casos de alcoolismo e suicídio citados na grande maioria das entrevistas, ocuparam espaço relevante das páginas do presente trabalho e ganharam importância central como parte do que se entende como identidade social ligada aos grupos Campo e Sede. Mediante a caracterização levantada acima e os dados encontrados sobre a relevância da questão no trabalho, entende-se que esse valor possui localização nuclear para os processos identitários do grupo, bem como para seu *modus operandi*.

O consumo de álcool parece fazer parte dessa forma de funcionamento e de pertencimento grupal, uma vez que na grande maioria das entrevistas o consumo de álcool foi citado como problema recorrente tanto no contexto do Campo quanto da Sede. Pode-se relacionar a essa ocorrência muitos fatores desde o uso do álcool como alternativa ao clima ameno, típico da região montanhosa, ao uso do álcool como desinibidor social, visto serem poucas as oportunidades de encontro social, decorrendo daí a alta probabilidade desses encontros serem geradores de ansiedade. Unindo-se a esses fatores e a muitos outros, pode-se citar que em ritos de passagem, como o casamento e alguns outros costumes, há apelo ao consumo de álcool desde o início dos festejos<sup>24</sup>.

Durante as entrevistas o uso/abuso de álcool foi citado como carregado de conteúdo negativo, principalmente por se relacionar aos inúmeros casos de suicídios conhecidos pelos entrevistados. A grande maioria dos casos de suicídios relatados foram relacionados ao abuso de álcool, o que despertou também o interesse particular sobre o tema em questão e sua relação com o alcoolismo e com a depressão. Como foi destacado no texto, há registros na literatura científica do uso de álcool como desinibidor para o ato suicida. Entretanto, na maioria dos casos citados o uso de bebida alcoólica era contínuo, e não esporádico, ou seja, a maioria já fazia uso crônico da substância há algum tempo. Da mesma forma a citada depressão apresentava-se como característica marcante do indivíduo, e suas características de “calado” e “quieto” foram citadas mais de uma vez como algo presente no comportamento das pessoas que realizaram o suicídio ou tentativa. Em ambos os casos nota-se e destaca-se que o quadro tanto de depressão como de uso crônico de álcool gera inapetência laboral e social.

Ao relacionar o uso contínuo de álcool e depressão ao valor nuclear do grupo

---

<sup>24</sup> No caso do casamento, o uso do álcool está presente no momento do convite, pois a aguardente deve ser servida ao irmão mais novo da noiva, no momento em que visita a casa da família convidada (FOERSTE; JACOB, 1997).

– o trabalho – temos um impasse importante e ao mesmo tempo um possível sinalizador sobre disparadores dos comportamentos suicidas. Ambos os fatores mais citados como causadores do suicídio – alcoolismo e depressão – são disfunções que incapacitam para o trabalho, logo inviabilizam ao indivíduo participar do valor central para a identidade social daquele grupo (levando-se em consideração o grupo Campo). A inviabilidade da participação de um indivíduo em uma atividade central para a identidade de grupo dificulta sua permanência no *ingroup*, uma vez que desloca o indivíduo para outras formas de compartilhamento de valores.

Mesmo sendo visíveis algumas transformações, ainda há a manutenção de valores e costumes reproduzidos entre as gerações como características gerais do grupo. O trabalho e sua importância para os membros do grupo é algo compartilhado por todos como parte da identidade de grupo e condição para a pertença. A quem destoa desse compartilhamento resta a deserção do grupo, mas as possibilidades de deserção em grupos com alto nível de isolamento são difíceis ou muito custosas, mesmo a mudança para o ambiente urbano que, de resto, nem sempre pode ser caracterizada como deserção. Há que se destacar que todos os suicídios e tentativas de suicídio mencionados aconteceram no ambiente rural.

O texto oferece à discussão uma caracterização psicossocial do momento vivido por um grupo de descendentes de imigrantes pomeranos que vivem na região de Santa Maria de Jetibá. Já de longa data são cidadãos do Brasil, mas que, curiosamente, parecem ainda estar tentando concluir um processo de se tornarem “brasileiros”. São brasileiros e brasileiras com uma história que jamais poderá ser esquecida e que revela contribuições mútuas, de mão dupla: receberam e usufruíram do acolhimento e das condições que o Brasil tinha e tem para oferecer e, em contrapartida, forneceram diversificação cultural e genética, ampliação de conhecimentos e de técnicas, e muitas realizações que enchem os olhos de qualquer pessoa que tenha a oportunidade de conhecer

o Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. Casa e modo de produção. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 247-281.

ALBUQUERQUE, F. J. B. de. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 37-42, 2002.

ALMEIDA, P. J. de. **Intoxicação por agrotóxicos**: informações selecionadas para abordagem clínica e tratamento. São Paulo: Organização Andrei, 2002.

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ALVES, Z. M. M. B.; DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia**, n. 2, p. 61-69, 1992.

AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coords.). **Psicologia social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 387-408.

ARANHA, G. **Canaã**. Edição comemorativa do centenário do livro, comentada e

ilustrada. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. [1. ed. 1902].

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007. p. 223-265.

ASSIS, I. O. de. **Relações diplomáticas oficiais de contato Brasil/Alemanha para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida:** um estudo sobre os lugares de interlocução ocupados por brasileiros e alemães, a partir da configuração de necessidades específicas. 2008. Tese (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BAHIA, J. “A lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 69-82, 2001.

BAHIA, J. **O tiro da bruxa:** identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BAPTISTA, M. N. Depressão: histórico, epidemiologia, fatores de risco e modelos integrativos. In: BAPTISTA, M. N. (Org.). **Suicídio e depressão:** atualizações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004a. p. 33-48.

BAPTISTA, M. N. Suicídio: aspectos teóricos e pesquisas internacionais. In: BAPTISTA, M. N. (Org.). **Suicídio e depressão:** atualizações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004b. p. 3-21.

BAPTISTA, M. N.; BORGES, A.; BIAGI, T. A. T de. Pesquisas de suicídio no Brasil. In: BAPTISTA, M. N. (Org.). **Suicídio e depressão:** atualizações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 23-32.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, M. B.; OLIVEIRA, H. B.; MARIN-LEÓN, L. Epidemiologia no Brasil. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. (Orgs.). **Comportamento suicida.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 45-58.

BATE-PAUS. Direção: Jorge Kuster Jacob. Produção: Ylênia Silva. Vila Pavão. Espírito Santo, 2005. 1 DVD (13 min). [Vídeo produzido na primeira edição do projeto Revelando os Brasis do Ministério da Cultura e do Instituto Marlin Azul]

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BEOZZO, J. O. A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. A Igreja Católica ante os dois tipos de família. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 29-99.

BONOMO, M. **Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário**: campo de antinomias. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C. et al (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 24-62.

BORNKAMM, K.; EBELING, G. (Orgs.). **Martin Luther**: Ausgewählte Schriften. Leipzig: Insel Verlag, 1995.

BOTEGA, N. J. et al. Suicidal behavior in the community: prevalence and factors associated with suicidal ideation. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, n. 1, p. 45-53, 2005.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <[http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/constituicao\\_1891.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/constituicao_1891.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio**. Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: MS, [s.d.]. Disponível em: <[bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_editoracao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Portal da Legislação**. Brasília: SF, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/default.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, n. 7, p. 50-81, 2002.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007. p. 21-58.

BULL, D.; HATHAWAY, D. **Pragas e venenos**: agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CASSORLA, R. M. S. Suicídio e autodestruição humana. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. (Orgs.). **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p 21-33.

CASSORLA, R. M. S.; SMEKE, E. L. M. Autodestruição humana. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, p. 61-73, 1994. Suplemento 1.

CAVALIERE, M. J. et al. Miotoxidade por Organofosforados. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, p. 267-272, 1996.

CEBOTAREV, E. A. A organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 45-78.

CHERPITEL, C. J.; BORGES, G. L. G.; WILLCOX, H. C. Acute alcohol use and suicidal behavior: a review of the literature. **Alcoholism: Clinical and Experimental Research**, v. 28, n. 5, p. 18S-28S, 2004. Suplemento 1.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. ed. 7. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-77.

CONTERATO, M. A.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais – ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 47-60.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, A. A. et al (Orgs.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

CULLEN, A.; CONNOLLY, J. F. Aspects of suicide in rural Ireland 1978-1994. **Archives of Suicide Research**, v. 3, n. 1, p. 43-52, 1997.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C. Universalização de direitos sociais no

Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 225-250.

DESCHAMPS, J.-C.; MOLINER, P. **A identidade social: dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIETRICH, A. M. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DREHER, M. N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DRESSEL, H. A igreja evangélica face ao desafio brasileiro. In: FISCHER, J. (Org.). **Ensaio luteranos: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 113-124.

DROOGERS, A. Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia no Espírito Santo (1880-2005). **Revista Religião e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 13-41, 2008.

DROOGERS, A. **Religiosidade popular luterana: relatório sobre uma pesquisa no Espírito Santo, em julho de 1982**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FEHLBERG, J. et al. “Casamento Pomerano” e trabalho feminino: um estudo com casais de duas gerações. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 1, p. 7-22, 2012.

FEHLBERG, J.; MENANDRO, P. R. M. Terra, família e trabalho entre descendentes de pomeranos no Espírito Santo. **Revista Barbarói**, n. 34, p. 80-100, 2011.

FERRARI, A. B. Notas sobre os alemães no Espírito Santo. COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais...**, Recife, 1968. p. 53-66.

FIALHO, M. A. V. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 109-126.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOERSTE, E.; JACOB, J. K. **Pommerhochtied: um casamento pomerano no Espírito Santo**. Vila Pavão: Prefeitura Municipal; Consulado Geral da República Federal da

Alemanha, 1997.

FOUQUET, C. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. ed. 46. Rio de Janeiro: Record, 2002. [1. ed. 1933]

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, M. L. T.; BASÍLIO, M. C. V. **Bebidas alcoólicas no município de Vitória**: reflexões sobre mecanismos de prevenção ao consumo de álcool. Vitória: Edufes, 2008.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2001. p. 315-336.

GERTZ, R. E. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIBRAM, N.; PAZ, M. G. T. da. Trabalho e família: um panorama da realidade brasileira. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, C. (Orgs.). **Gênero e psicologia social**: interfaces. Brasília: TechnoPolitik, 2010. p. 461-482.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 2005.

GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. **Langenscheidt**: Grosswörterbuch Deutsch als Fremdsprache. Munique: Langenscheidt Verlag, 2008.

GRANZOW, K. **Sie Wussten die Feste zu Feiern: Pommersches Brauchtum**. Leer: Verlag Gerhard Rautenberg, 1982.

HEES, U. Metamorfose de uma igreja de emigrantes: o Sínodo rio-grandense de 1886 a 1969. In: FISCHER, J. (Org.). **Ensaios luteranos**: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 73-84.

HEINEMANN, J. C. Bons soldados e excelentes agricultores. **IHUonline**: Revista do Instituto Humanista Unisinos, ed. 271, 2008. Disponível em: <[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)>. Acesso em: 19 mar. 2010.

HENNIG, M. Os auxílios de entidades evangélicas na Alemanha em prol dos evangélicos no Brasil, dos seus primórdios até o ano de 1900. In: FISCHER, J. (Org.). **Ensaios Luteranos**: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São

- Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 85-112.
- HERÉDIA, B. M. A. de; GARCIA, M.-F.; GARCIA JR., A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 29-44.
- HILL, S. A. et al. Changing patterns of suicide in a poor, rural county over the 20th century: a comparison with national trends. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 40, n. 8, p. 601-604, 2005.
- HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. **A tristeza perdida**: como a psiquiatria transformou a depressão em moda. São Paulo: Summus, 2010.
- HUDDY, L. Contrasting theoretical approaches to intergroup relations. **Political Psychology**, v. 25, n. 6, p. 947-967, 2004.
- HUNSCHE, C. H. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>>. Acesso em: 10 maio 2010.
- IBGE. **Projeção da População do Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1272](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272)>. Acesso em: 10 maio 2010.
- IGNÁCIO, V. T. G.; NARDI, H. C. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 88-95, 2007.
- JACKSON, J. W.; SMITH, E. R. Conceptualizing social identity: a new framework and evidence for the impact of different dimensions. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 25, n. 1, p. 120-135, 1999.
- JACOBSON, L. da S. V. et al. Comunidade pomerana e uso de agrotóxicos: uma realidade pouco conhecida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2239-2249, 2009.
- JACQUES, M. da G. C. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JORGE, M. H. P. de M.; GAWRYSZEWSKI, V. P.; LATORRE, M. do R. D. de O. Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, p. 5-25, 1997. Suplemento 4.

KARASTOJANOV, A. M. S. **Vir, viver e talvez morrer em Campinas**: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

KELLER, A. J. **Michaelis Dicionário Escolar Alemão**: Alemão-Português, Português-Alemão. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

KIPPER, M. H. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

KOCH, W. A escola evangélica teuto-brasileira. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Palhoça: Editora da Unisul, 2003. p. 193-207.

KRETER, A. C.; BACHA, C. J. C. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 3, p. 467-502, 2006.

LANDBERG, J. Alcohol and suicide in Eastern Europe. **Drug and Alcohol Review**, v. 27, n. 4, p. 361-373, 2008.

LÄNGIN, B. G. **Unvergessene Heimat Pommern**: Städte, Landschaften und Menschen auf Alten Fotos. Augsburg: Weltbild Verlag, 1995.

LARANJEIRA, R. et al. Alcohol use patterns among Brazilian adults. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 32, n. 3, p. 231-241, 2010.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, p. 1515-1524, 2004.

LIMA, E. N. de. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-63.

LISBOA, K. M. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Espaço Plural**, v. 9, n. 19, p. 95-104, 2008.

LOVISI, G. M. et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, p. 86-93, 2009. Suplemento 2.

LUTHER, M. Von Ordnung Gottesdiensts in der Gemeinde. In: BORNKAMM, K.; EBELING, G. (Orgs.). **Martin Luther**: Ausgewählte Schriften. Leipzig: Insel Verlag, 1995. [1. ed. 1523] [n. ed. 1995 não informado]

MACENTE, L. B.; SANTOS, E. G. dos; ZANDONADE, E. Tentativas de suicídio e suicídio em município de cultura pomerana no interior do estado do Espírito Santo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 58, n. 4, p. 238-244, 2009.

MADUREIRA, A. F. do A. Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, C. (Orgs). **Gênero e psicologia social: interfaces**. Brasília: TechnoPolitik, 2010. p. 31-63.

MARCONDES, W. B. et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 91-101, 2003.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso em: 18 maio 2010.

MARQUES, J.; PAEZ, D. Processos cognitivos e estereótipos sociais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coords.). **Psicologia social**. ed. 7. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 333-386.

MCCOY, S. K.; MAJOR, B. Group identification moderates emotional responses to perceived prejudice. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 29, n. 8, p. 1005-1017, 2003.

MEDEIROS, R. **Espírito Santo: encontro das raças**. Rio de Janeiro: Reproarte, 1994.

MEDEIROS, R. Pomeranos, a morte pelo sol. **Revista Espírito Santo Agora**, p. 48-53, 1978.

MELLO-SANTOS, C. de; BERTOLOTE, J. M.; WANG, Y. P. Epidemiology of suicide in Brazil (1980-2000): characterization of age and gender rates of suicide. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, n. 2, p. 131-134, 2005.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2007.

MENEGHEL, S. N. et al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.

NOGUEIRA, V. S. A “**Venda Nova das Imigrantes**”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OBERACKER JR., C. H. **Kaiserin Leopoldine: Brasiliens erste Kaiserin - ihr Leben und ihre Zeit (1797-1826)**. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1980.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Global Status Report on Alcohol**. Genebra, 2004.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio** – Um recurso para conselheiros. Genebra, 2006.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001: saúde mental** – nova concepção, nova esperança. Genebra, 2001.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EdUece, 2001.

PACHECO, R. Colonos alemães no Espírito Santo: progresso ou estagnação? COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1964, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1964. p. 238-245.

PACHECO, R. **Estudos Espírito-Santenses**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

PAIVA, A. R. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

PAIVA, G. J. de. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. **Psico**, v. 38, n. 1, p. 77-84, 2007.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes; PUC Minas, 2001.

PERES, F. et al. Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 564-570, 2001.

PONCE, J. de C. et al. Álcool em vítimas de suicídio em São Paulo. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, p. 13-16, 2008. Suplemento 1.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. de P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 16, p. 298-317, 2004.

PY, A. da S. **A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1942.

RAMBO, A. B. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

RAMBO, A. B. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia**

**e educação:** a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Palhoça: Editora da Unisul, 2003. p. 63-90.

RAMLOW, L. **Conflitos no processo de ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana:** diagnóstico e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

ROCHE, J. **A colonização alemã no Espírito Santo.** São Paulo: Edusp, 1968.

RÖLKE, H. R. **Descobrimos raízes:** aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES, 1996.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SALETTTO, N. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: Edufes, 1996.

SAMARA, E. de M. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: SAMARA, E. de M. (Org.). **As idéias e os números do gênero:** Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Hucitec; Cedhal; Fundação Vitae, 1997. p. 23-62.

SAMARA, E. de M. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

SANTOS, A. M. S. Os primórdios de uma disciplina – curso e percurso. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coords.). **Psicologia social.** ed. 7. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 13-30.

SARTI, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHMITT, R. et al. Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 2, p. 115-123, 2008.

SCHRÖDER, F. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859.** ed. 2. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SCHWARZ, F. **O município de Santa Maria de Jetibá.** Vitória: Edição do Autor, 1993.

SEITENFUS, R. **O Brasil vai à guerra:** o processo do envolvimento brasileiro na

Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Manole, 2003.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 273-313.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, G. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 22, p. 149-197, 2004.

SEYFERTH, G. Assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, G. Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC). In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Unesp, 2009a. v. I: Construções identitárias e sociabilidades. p. 275-295.

SEYFERTH, G. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

SEYFERTH, G. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009b. v. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. p. 39-63.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SHIKIDA, C. D.; ARAUJO JR., A. F.; GAZZI, R. A. V. Teoria econômica do suicídio: estudo empírico para o Brasil. **Análise Econômica**, v. 25, n. 48, p. 123-147, 2007.

SHIRER, W. L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Agir, 2008. v. I: Triunfo e consolidação de 1933-1939.

SILVA, E. R. da; SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília: Ipea, 2002.

SOUZA, S. M. de. **Terra, família, solidariedade**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: Edusc, 2007.

STANGOR, C.; SHALLER, M. Stereotypes as individual and collective representations. In: STANGOR, C. (Ed.). **Stereotypes and prejudice**: essential readings. Philadelphia: Psychology Press, 2000. p. 3-37.

SUDA, J. R.; SOUZA, L. de. Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES). **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 72-80, 2006.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982a. v. I.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. v. II.

TAJFEL, H. Social psychology of intergroup relations. **Annual Reviews of Psychology**, v. 33, p. 1-39, 1982b.

TAJFEL, H.; BILLIC, M. Familiarity and categorization in intergroup behavior. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 10, n. 2, p. 159-170, 1974.

TAJFEL, H.; FORGAS, J. P. Social categorization: cognition, values and groups. In: FORGAS, J. P. (Ed.). **Social cognition: perspectives on everyday understanding**. London: Academic Press, 1981. p. 113-140.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

THIES, V. G. Uma cultura ameaçada. **IHUonline**: Revista do Instituto Humanista Unisinos. ed. 271, 2008. Disponível em: <[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)>. Acesso em: 21 mar. 2010.

TRESSMANN, I. Bilinguismo no Brasil: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra. **Associação de Estudos da Linguagem (ASSEL-Rio)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

TRINDADE, H. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difel, 1979.

TSCHUDI, J. J. von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça - 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Coleção Canaã, v. 5.

TSE, M. B. B. S. R.; SIMS, N.; BYARD, R. W. Alcohol ingestion and age of death in hanging suicides. **Journal of Forensic Sciences**, v. 56, n. 4, p. 922-924, 2011.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TURNER, J. C. Some comments on... “the measurement of social orientations in the minimal group paradigm”. **European Journal of Social Psychology**, v. 13, p. 351-367, 1983.

VOGT, O. P. Sociedade de lanceiros e de atiradores: caráter recreativo e não paramilitar. In: COSTA, M. A. S. da; DREHER, M. N.; CARVALHO, E. de M. (Orgs.). **Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 255-275.

WACHHOLZ, W. Triglaw: a proteção pomerana. **IHUonline**: Revista do Instituto Humanista Unisinos. ed. 271, 2008. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em: 21 mar. 2010.

WAGEMANN, E. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WANG, Y. P.; MELLO-SANTOS, C.; BERTOLETE, J. M. Epidemiologia do suicídio. In: MELEIRO, A.; TENG, C. T.; WANG, Y. P. (Orgs.). **Suicídio: estudos fundamentais**. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 97-108.

WEBER, G. M. **A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WEBER, L.; DESSEN, M. A. (Orgs.). **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**. Curitiba: Juruá, 2009.

WERLANG, B. G.; MACEDO, M. M. K.; KRÜGER, L. L. Perspectiva psicológica. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. (Orgs.). **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 75-91.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. ed. 2. São Paulo: Nacional, 1980.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.

ZAVALLONI, M. L'identité psychosociale, un concept à la recherche d'une science. In: MOSCOVICI, S. (Org.). **Introduction à la psychologie sociale**. Paris: Librairie Larousse, 1973. p. 245-265.

























Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Minion Pro (miolo), Deutsch Gothic (título) e Angie (subtítulo).

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

